



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

WANESKA CUNHA DOS ANJOS

***O JARDIM SECRETO* DAS SELEÇÕES:
PROCESSOS PARTIDÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DAS LISTAS DE
CANDIDATOS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2016 EM SALVADOR**

Salvador
2018

WANESKA CUNHA DOS ANJOS

**O *JARDIM SECRETO* DAS SELEÇÕES:
PROCESSOS PARTIDÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DAS LISTAS DE
CANDIDATOS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2016 EM SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto.

Salvador
2018

A599 Anjos, Waneska Cunha dos.

O jardim secreto das seleções: processos partidários para elaboração das listas de candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Salvador / Waneska Cunha dos Anjos, Orientador: Paulo Fábio Dantas Neto. -- Salvador, 2018. 234 f.

Orientador: Paulo Fábio Dantas Neto. Tese (Doutorado - Ciências Sociais) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.


1. Organização partidária. 2. Recrutamento legislativo. 3. Seleção de candidatos. 4. Democracia representativa. 5. Partidos Políticos. 6. Eleição municipal - Salvador (BA) I. Dantas Neto, Paulo Fábio. II. Título.

CDU 320(813.8)

WANESKA CUNHA DOS ANJOS

O JARDIM SECRETO DAS SELEÇÕES: PROCESSOS PARTIDÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DAS LISTAS DE CANDIDATOS A VEREADORNAS ELEIÇÕES DE 2016 EM SALVADOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e, aprovada em 07 de agosto de 2018, pela Comissão formada pelos professores:


Denise Cristina Vitale Ramos Mendes (FFCH - UFBA)
Doutora em Direito pela USP


Alvíno Oliveira Sanches Filho (FFCH-UFBA)
Doutor em Ciência Política pela USP


Gabriela Silva Tarouco (UFPE)
Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro


Clóves Luiz Pereira Oliveira (FFCH - UFBA)
Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro


Paulo Fábio Dantas Neto (UFPE)
Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro


Carla Galvão Pereira (FFCH-UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

Milton Nascimento.

*À Benjamin Chinua,
filho da felicidade e das bênçãos de Deus.*

A minha mãe, meu pai e irmãs.

*E as minhas matriarcas, quase centenárias, vó Lourdes e
vó Dionea.*

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar os meus agradecimentos, gostaria de pedir licença à Conceição Evaristo, e dizer que toda a minha trajetória de vida até chegar à escrita desta tese foi “contaminada pela minha condição de mulher negra”. O meu caminhar não foi nada fácil e, entre tantas idas e vindas na academia, aprendi que a educação é realmente um poderoso instrumento para vencer qualquer face da opressão. Foram muitas angústias, dores, desespero, medos... mas também aprendi que *a atitude de recomeçar é todo dia, toda hora. E aprendi que se depende sempre de tanta, e de muita diferente gente. E que toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas.* E aqui venho a agradecer a todas as pessoas pertencentes a esse ciclo que se encerra e também se renova na roda da minha vida.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Instituto Federal da Bahia, campus Feira de Santana, não apenas pelo afastamento concedido, crucial para o desenvolvimento da tese, mas por todo aprendizado e experiências compartilhadas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, por toda acolhida na minha formação durante os últimos dez anos.

Ao meu orientador e amigo Paulo Fábio, por toda essa caminhada entre mestrado e doutorado. A quem pude compartilhar as minhas dores, e que se mostrou presente quando precisei vencer meus maiores medos para fechar esse ciclo. A você, Paulo, minha gratidão.

Aos professores Alvino Sanches, Cloves Oliveira e Carla Galvão, pelas ricas discussões na Banca de Qualificação, que tanto contribuíram para o fluir do trabalho e, claro, por aceitarem fazer parte da banca examinadora da tese, juntamente com as professoras Gabriela Tarouco e Denise Vitale.

Ao pesquisador Cloves Oliveira, também meu agradecimento por abrir caminhos e servir de referência a todos que desejam estudar o mundo negro e a política, juntos e misturados.

Aos meus colegas, amigos, companheiros de uma vida São Lazarina, desde grupos de pesquisa a colaboradores presentes da graduação, licenciatura, mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Em especial, nessa reta final, a minha colega Lícia, pelo incentivo no fechar desse ciclo.

A todos os partidos, candidatos e pré-candidatos que disponibilizaram tempo, paciência e boa vontade para que eu pudesse realizar, arduamente, a minha pesquisa de campo.

A Lavínia, pelas traduções. Sem você, o que seria dos *gatekeepers, selectorate, smoked-filled rooms, the choice before a choice* e muitos outros?

São tantos, e há tantas pessoas especiais...

As minhas avós, que compartilharam com meus pais a minha educação e, hoje, ambas com quase cem anos, esperam essa defesa de tese para ver sua primeira neta ser doutora diretamente de Plataforma, subúrbio ferroviário de Salvador, para a UFBA. A minha benção e muito obrigada.

A minha madrinha e minhas tias, que ajudaram na minha formação...

As minhas irmãs Nessa, Ruka e Val, pela irmandade e companheirismo de uma vida. Juntas somos mais fortes. Meus amores. Aos meus sobrinhos Artur e Maju, pela doçura e alegria de sempre.

As minhas amigas e amigos Forever, minhas irmãs e irmãos de coração, Adrina, Fau, Beta, Jó, Brau, Sandro, Ana Paula, Paulinha. Ao companheiro Sandro, pela ajuda com a pesquisa de campo. Ao meu cunhado Gabriel, que virou Forever ao entrar para a família.

Aos meus tantos amigos queridos e amados, Claudinha, Neto, Valquíria, mais que presentes nessa caminhada.

A Gabriel, meu bolsista, pela ajuda, inicialmente, com a pesquisa documental. Aos meus também bolsistas e educandos, Sirlândia, Gabrielle e muito especial à Leonardo, por toda dedicação e disponibilidade.

A Sandra, pela ajuda na qualificação e pelo seu olhar racial, além do cuidado com revisão do texto.

A Mariela, pelo ouvido analítico e consultoria amiga, me ajudou, e muito, nessa reta final, e a botar a escrita pra fluir em campo...

E, nos 45 do segundo tempo, me faltando o gás, mas não o reconhecimento àquelas pessoas mais que especiais nessa corrida final até o fim do jogo...

A minha amiga Iris, para além da amizade, acolhida, paciência, que me apresentou um mundo até então desconhecido da metodologia. Meu Norte em muitos momentos de inquietações e incertezas.

A minha amiga Soraia, pelo acolhimento em sua morada, que abriram caminhos para que eu pudesse aqui ser e estar.

A minha amiga Carla pela atenção, estímulo, dedicação e guia em muitas, muitas, muitas noites de desesperanças. E à Rafa também, que dinda ama... Meu muito obrigada, vencemos! *Tamo* juntas!

A minha amiga penseira, chica buarquiana e companheira, por aceitar o desafio de vencer comigo essa batalha final de revisão, reescrita, cuidado e muito amor envolvido nessa nossa “Casa 337”. Aqui fui acolhida como família, e pude enfim dizer que concluí a escrita da minha tese reescrevendo a minha vida! À Roseri, pelo abraço caloroso e pelas brincadeiras quando a “Casa Grande” surtava e “Senzala” ocupava, e à Vera, pelos quitutes, meu Muito Obrigada. Após essa jornada, volto pra casa muito mais forte que antes!

E não poderia deixar de agradecer ao Santo Roque, por cuidar do equilíbrio da minha alma, para que juntos conseguíssemos chegar até aqui...

Enfim, minha eterna gratidão e meus maiores amores...

A minha família Cunha e Anjos, minha Mãe e meu Pai, pela dedicação de uma vida a minha formação, e dos ensinamentos e valores repletos de amor. Obrigada por me guiarem e me ajudarem a ser cada vez mais gente, mais justa e mais humana.

A Deus, Minha Nossa Senhora Aparecida por cuidarem do meu espírito!

Sobreviver é um ato político.

Muito Obrigada, Axé!

RESUMO

O objetivo central desta tese é analisar como as organizações partidárias selecionam seus candidatos no sistema político e eleitoral brasileiro através da comparação dos processos de seleção realizados por doze partidos (PT, DEM, MDB, PSDB, PSB, PPS, PV, PRB, PSC, PTN, PCdoB e PSOL), tendo como base o cargo de vereador nas eleições de 2016 na capital da Bahia, assim como compreender as estratégias eleitorais, as regras formais e informais que interferem na composição das listas finais. O trabalho se insere teoricamente num campo ainda pouco estudado no Brasil, que considera a seleção de candidatos como parte crucial do recrutamento legislativo no âmbito dos partidos políticos. Para tal propósito comparativo, utiliza-se o conceito de institucionalização do modelo organizativo de Panebianco (2005), a partir do qual busca-se responder a seguinte questão: em que medida os processos partidários afetam a inclusividade dos perfis selecionados e o grau de representatividade demográfica das listas de candidatos? A tese buscou ainda compreender as seguintes dimensões da seleção: mergulhar nas estratégias eleitorais adotadas pelos partidos; analisar as regras formais presentes na legislação eleitoral e estatutária; e desvendar o *jardim secreto* das regras informais da seleção através de entrevistas em profundidade com os porteiros dos partidos selecionados, para demonstrar como estes controlam a elaboração das listas finais de candidaturas. Por fim, através da aplicação de 120 questionários, entre os demais atores envolvidos (candidatos e não candidatos), pretendeu-se, além de discutir seus perfis, confrontar as informações cedidas pelos dirigentes e descobrir outras informalidades na seleção. Além dessas dimensões mencionadas, a pesquisa questiona as consequências da função partidária de selecionar candidatos quanto à representatividade demográfica, através da composição social dos atores envolvidos no recrutamento e das listas partidárias. A conclusão a que se chega é que os dirigentes partidários decidem e controlam os processos de seleção, porém, limitados pelas estratégias eleitorais e menos pelas regras informais que eles estabelecem.

Palavras-chave: Organização partidária. Recrutamento legislativo. Seleção de candidatos. Democracia representativa.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze how party organizations select their candidates in the Brazilian political and electoral system by comparing the selection processes carried out by twelve parties (PT, DEM, MDB, PSDB, PSB, PPS, PV, PRB, PSC, PTN, PCdoB and PSOL), based on the position of city councilor in the 2016 elections in the capital of Bahia. As well as understanding electoral strategies, the formal and informal rules that interfere with the composition of the final lists. The paper is theoretically embedded in the field of study that has not yet been studied in Brazil, which considers the selection of candidates as a crucial part of legislative recruitment within political parties. For this comparative purpose, the concept of institutionalization of the organizational model of Panebianco (2005) is used. With such a theoretical model, we try to answer the following question: To what extent does the degree of institutionalization of party organizations affect the differences between candidate selection processes? This thesis sought to understand the following dimensions of selection: the first was to delve into the electoral strategies adopted by the parties; the second dimension was the analysis of the formal rules present in electoral and statutory legislation; the third and main stage consisted in unraveling the secret garden of the informal rules of selection through in-depth interviews with the gatekeepers of these parties to demonstrate in real life how they control the drafting of the final lists of nominations; and finally through the application of 120 questionnaires between the other actors involved (candidates and non-candidates), it was also intended to discuss the profiles of these actors, to compare the information provided by the leaders and to discover other informalities in the selection. In addition to these dimensions, the research sought to investigate one of the consequences of the party function of selecting candidates: demographic representativeness through the social composition of the actors involved in recruitment and party lists. The conclusion reached is that party leaders decide and control the selection processes, however limited by electoral strategies and less by the informal rules that they establish.

Key words: Party organization. Legislative Recruitment. Candidates selection. Representative democracy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Indicadores empíricos da institucionalização partidária	48
Quadro 2	Panorama do contexto eleitoral das eleições municipais em Salvador	71
Quadro 3	Máximo de registros permitidos nas eleições proporcionais em Salvador	81
Quadro 4	Quantitativo de candidatos inscritos pelos partidos nas eleições proporcionais	82
Quadro 5	Evidência específica nos estatutos sobre seleção de candidatos	100
Quadro 6	Filiação partidária como regra formal da seleção de candidatos	101
Quadro 7	Regras Estatutárias dos Partidos Relativas à Possibilidade de Candidatura	102
Quadro 8	Indicadores de potencial eleitoral	125
Quadro 9	Regras informais adotadas pelos porteiros na seleção de candidatos	125
Quadro 10	Indicador do desenvolvimento da burocracia dos partidos	174
Quadro 11	Indicador de coerência estrutural entre as subunidades	175
Quadro 12	Indicador da homogeneidade da estrutura local dos partidos	176
Quadro 13	Autonomia do limite organizativo sobre as sedes dos partidos	177
Quadro 14	Panorama de dados sobre seleção de candidatos	180
Quadro 15	Panorama da inclusividade das dimensões dos processos de seleção nos partidos	182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Principais elementos decisórios no processo de escolha dos candidatos	165
Gráfico 2	Critérios para distribuição dos recursos entre os candidatos selecionados para a competição eleitoral	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Motivos para não aprovação das candidaturas	150
Tabela 2	Motivos para não aprovação das candidaturas por partidos	152
Tabela 3	Motivos para aprovação das candidaturas	153
Tabela 4	Motivos para aprovação das candidaturas por partido	155
Tabela 5	Intervenientes da Decisão de Tentar uma Candidatura	156
Tabela 6	Intervenientes da Decisão de Tentar uma Candidatura por partido	157
Tabela 7	Mecanismos de seleção interna das listas de candidatos	158
Tabela 8	Mecanismos de seleção interna das listas de candidatos por partido	160
Tabela 9	Pré-requisitos e critérios exigidos para a aprovação das candidaturas	161
Tabela 10	Requisitos e critérios exigidos para a aprovação das candidaturas por partido	164
Tabela 11	Tempo de filiação dos candidatos e não candidatos	167
Tabela 12	Valores do grau de institucionalização dos partidos	179
Tabela 13	Sexo dos candidatos e não candidatos nas eleições de 2016	192
Tabela 14	Faixa etária dos candidatos e não candidatos nas eleições de 2016	193
Tabela 15	Cor dos candidatos e não candidatos nas eleições de 2016	194
Tabela 16	Religião entre os candidatos e não candidatos na eleição de 2016	195
Tabela 17	Escolaridade dos candidatos e não candidatos na eleição de 2016	196
Tabela 18	Ocupação dos candidatos e não candidatos na eleição de 2016	197
Tabela 19	Sexo dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador	198
Tabela 20	Idade dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador	200
Tabela 21	Cor dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador	201
Tabela 22	Escolaridade dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador	202
Tabela 23	Ocupação dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador	204

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo de Recrutamento	91
Figura 2	Inclusividade da candidatura dos partidos nas eleições de 2016	108
Figura 3	Inclusividade do <i>selectorate</i> dos partidos nas eleições 2016	112
Figura 4	Exclusividade do <i>selectorate</i> dos partidos nas eleições 2016	128
Figura 5	Origem das Migrações Imediatamente Anteriores	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DEM	Democratas
DRAP	Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PPS	Partido Popular Socialista
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSD	Partido Social Democrático
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
<i>Contextualização do objeto e justificativa</i>	16
<i>A estratégia de pesquisa: variáveis e procedimentos metodológicos</i>	23
<i>Problema de pesquisa e hipóteses</i>	27
<i>Procedimento de coleta de dados</i>	28
<i>Dificuldades durante a pesquisa de campo</i>	29
<i>A estrutura da tese</i>	31
1 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA, INSTITUCIONALIZAÇÃO E RECRUTAMENTO LEGISLATIVO	33
1.1 PARTIDOS COMO ORGANIZAÇÃO: TIPOS E MODELOS EXPLICATIVOS	33
1.1.1 Tipos e Tipologias dos partidos políticos	36
1.2 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO	44
1.3 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS NA LITERATURA NACIONAL	49
1.4 SELEÇÃO DE CANDIDATOS E A REPRESENTAÇÃO DAS LISTAS	61
2 O CONTEXTO POLÍTICO E SUAS ESTRATÉGIAS PARTIDÁRIAS	68
2.1 COMPETIÇÃO POLÍTICA, PARTIDOS E ELEIÇÕES NA BAHIA	68
2.2 O CONTEXTO ELEITORAL DE 2016	71
2.3 ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS	80
2.4 AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DOS PARTIDOS NAS SELEÇÕES	85
3 AS REGRAS FORMAIS E A SELEÇÃO DE CANDIDATOS	90
3.1 BASE INSTITUCIONAL COMUM	91
3.1.1 Legislação eleitoral: regras formais para a candidatura elegível	95
3.2 ESTATUTOS E PARTIDOS POLÍTICOS	98
3.2.1 A inclusividade dos requisitos para a candidatura	99
3.2.2 A inclusividade do <i>selectorate</i>	110
3.2.3 Descentralização do processo de seleção	114
4 AS REGRAS E PROCESSOS INFORMAIS DOS <i>JARDINS SECRETOS</i>	118
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	119
4.2 A PERCEPÇÃO DOS <i>GATEKEEPERS</i>	122
4.2.1 Os <i>jardins secretos</i> dos partidos inclusivos	131
4.2.2 Os <i>jardins secretos</i> dos partidos excludentes	139

4.3	A PERCEPÇÃO DOS CANDIDATOS E NÃO CANDIDATOS SOBRE A SELEÇÃO	148
4.4	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	170
5	RESULTADOS DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS NOS PARTIDOS	172
5.1	OS PARTIDOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO	172
5.2	COMPARAÇÃO DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A VEREADOR	180
5.3	O IMPACTO DAS ESTRATÉGIAS ELEITORAIS NA SELEÇÃO DE CANDIDATOS: O JOGO DA DEMANDA E DA OFERTA	186
5.4	CONSEQUÊNCIAS DAS SELEÇÕES: OS PERFIS SELECIONADOS E A REPRESENTATIVIDADE DAS LISTAS	191
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
	REFERÊNCIAS	213
	ANEXOS	
	ANEXO A – PESQUISA: RECRUTAMENTO LEGISLATIVO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS/	223
	ANEXO B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA AOS CANDIDATOS E NÃO CANDIDATOS	228

INTRODUÇÃO

Os processos eleitorais movimentam um número significativo de indivíduos que se apresentam a cada quatro anos como candidatos (para cargos executivos e legislativos) aos eleitores. Quando se fala de esfera local, esse número é consideravelmente muito maior em razão do número de municípios e de cadeiras em suas Câmaras Municipais. Nesse universo político, a quantidade e variedade de dados tornam os municípios um rico campo de pesquisas sobre partidos e eleições no Brasil.

O trabalho se insere num campo de estudo ainda pouco estudado no Brasil, que considera a seleção de candidatos como parte crucial do recrutamento legislativo no âmbito dos partidos políticos. O objetivo central desta tese é analisar e comparar diferentes processos de escolha de candidatos a disputar uma vaga de vereador nas eleições municipais de Salvador de 2016. Quanto aos objetivos específicos, busca compreender as estratégias eleitorais, as regras formais e informais que influenciam a composição das listas partidárias, assim como avaliar a representatividade de setores da sociedade presentes nessas listas.

Contextualização do objeto e justificativa

Os partidos políticos são essenciais para a operacionalização da democracia representativa, o que torna mais que necessário compreender como essas instituições se organizam, se estruturam internamente e como se deu esse processo de organização ao longo do tempo. Amaral (2013) reconhece que, há mais de cem anos, pesquisadores da política vêm discutindo a importância e a necessidade dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos. “É por meio deles que as democracias se estruturam e a competição política se organiza” (AMARAL, 2013, p. 12).

A literatura sobre recrutamento das elites políticas nas democracias sugere que as pesquisas comecem a investigar o processo de seleção dentro dos partidos políticos, pois, nessas instituições, ocorreria a filtragem dentro do universo de possíveis candidatos a um cargo eletivo. Isso devido também ao fato desses partidos monopolizarem, via regras institucionais, o acesso aos cargos eletivos e as cadeiras legislativas em diversos países como o Brasil.

Inicialmente, a literatura da Ciência Política não teve muito interesse em fazer estudos sobre como os indivíduos ingressavam no mundo da política. Antes do neoinstitucionalismo aparecer como modelo explicativo para as questões referentes às instituições, estudos apontavam que a relação entre recrutamento de elites políticas e seleção de candidatos era de interligação. Cabendo, inclusive, os fenômenos da seleção de candidatos serem vistos como

reflexos dos processos de formação das elites políticas. Entretanto, a partir do momento que as instituições passaram a ser vistas também como determinantes do comportamento dos atores que a constituem, os estudos sobre os processos de seleção de candidatos puderam ser deslocados da teoria do Recrutamento, mesmo que de forma analítica, permitindo, assim, novas frentes de pesquisas (BRAGA; BOLOGNESI, 2013).

Evidente que isso não significa que se esgotaram os estudos sobre recrutamento político ou que a interface entre esses dois campos de estudos deixou de existir, apenas que novas possibilidades de pesquisas surgiram dentro da Ciência Política. Dentro dessa possibilidade de pesquisa do recrutamento, Marengo (2008) sugere que o estudo da composição, recrutamento e circulação, no interior de elites políticas, pode oferecer bons indicadores para se compreender como as instituições tornam-se instituições.

Mesmo que o processo de seleção de candidatos represente uma das atividades centrais de qualquer organização partidária em uma democracia, Braga (2008) aponta que seu estudo foi pouco tratado pela Ciência Política brasileira, e esse fato segue na direção da justificativa desse trabalho. Para essa autora, a discussão sobre os partidos políticos no Brasil tem ganhado fôlego em torno da consolidação do sistema partidário atual frente às críticas a respeito da fragilidade dos partidos e da fragmentação excessiva do nosso sistema, mas relegam a segundo plano aspectos como a seleção.

Considerando as características do sistema político, do tipo de sistema eleitoral e da legislação partidária adotados no Brasil, alguns autores da Ciência Política como Lamounier e Meneguello (1986), Ames (1995), Kinzo (1993), Mainwaring (1992; 1995; 1999) ao longo dos anos 90, partiram da premissa da fragilidade desses partidos e da liberalidade excessiva da legislação partidária, para disso derivar uma suposição de infidelidade e indisciplina dos parlamentares, o que acabaria comprometendo o funcionamento das instituições democráticas representativas.

Se, de um lado, aqueles autores defendem a visão de que o arranjo institucional brasileiro, em especial o sistema proporcional de lista aberta, levaria ao caos instaurado nos partidos políticos, pois não conseguiriam manter um mínimo de coesão e disciplina partidária nas arenas eleitorais e legislativas, do outro lado, existem trabalhos que salientam a importância dos partidos como atores fundamentais para o funcionamento da democracia brasileira, como o de Amorim Neto (1994). Esse estudo parte justamente da premissa de que os partidos são instituições capazes de controlar, em certa medida, seus processos internos de recrutamento e seleção de candidatos.

Recentemente, no Brasil, autores como Braga (2008), Braga, Veiga e Miríade (2009) e Carneiro (2009) vêm mostrando em suas pesquisas como o processo de seleção de candidatos nos partidos políticos, em especial os dirigentes partidários, exercem um poder central na formação das listas nominais e no acesso a recursos importantes durante o processo eleitoral.

Por exemplo, Braga (2008, p.455) aponta que, apesar de “[...] continuarmos sabendo pouco sobre a participação da organização partidária na seleção dos operadores da representação no Legislativo [...]”, produzimos elementos suficientes para analisar o papel dessas organizações “[...] no controle e formação da representação política na atual experiência democrática brasileira”. Em seus trabalhos, a autora retoma o centro do debate em torno do partido enquanto uma organização, ao discutir suas dinâmicas organizativas internas. Com isso, pode-se observar a relevância de trabalhos como este aqui proposto, que também contribui para o debate em torno da centralidade dos partidos, por discutir o funcionamento interno dessas instituições nas competições eleitorais.

Braga e Bolognesi (2013) destacam que os estudos sobre recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas dos anos 1970 privilegiavam mais os aspectos da socialização dentro das instituições do que o seu funcionamento. Os autores mostram que apenas no final dos anos 1980 se começou a produzir estudos analisando outras dimensões que fazem parte do recrutamento político, o que permitiu focar a seleção de candidatos a cargos eletivos, principalmente com a chegada de metodologias próprias da literatura internacional para tais investigações políticas a partir do final dos anos 80. Nesse sentido, tornaram-se pioneiros os trabalhos de Gallagher e Marsh (1988), Norris (1996; 1997), Norris e Lovenduski (1995) e Hazan e Rahat (2010).

Dentre eles, podemos destacar o trabalho de Gallagher e Marsh (1988), que analisaram os determinantes da seleção de candidatos a partir do processo de interação entre sistema político e a natureza dos partidos. Pippa Norris (1997), ao unir a concepção de recrutamento político a de seleção de candidatos e, utilizando-se de variáveis sociológicas intermediadas pela estrutura de oportunidades das instituições políticas estudadas, possibilitou criar modelos de análise mais flexíveis para compreender as questões ligadas ao recrutamento político das elites.

A autora também apontará as consequências desse recrutamento para a composição e comportamento das elites no Legislativo. No que se refere à composição dos parlamentos, analisa a diversidade social dessas elites e a distribuição demográfica de poder dentro dos

partidos. Logo, um estudo sobre o processo de recrutamento das elites políticas poderia contribuir para melhor entender o funcionamento dos partidos políticos brasileiros.

O que se observa na literatura sobre o tema é que há divergências sobre a definição precisa do limite desse campo de pesquisa. Abordagens privilegiam o recrutamento das elites e outras abordam mais a seleção de candidatos. Bolognesi (2009, p.19) aponta que “[...] a literatura coloca uma linha tênue para diferenciar recrutamento político, recrutamento partidário, recrutamento legislativo e, ainda, seleção de candidatos”. Altmann (2010, p.27), estudando seleção de candidatos a vereadores, ainda sugere o termo de “recrutamento de candidaturas”.

É na concepção que considera a seleção de candidatos parte do campo mais amplo do recrutamento como função partidária que se desenha o objeto desta tese. Além disso, dentro dos partidos, cabe destacar o papel das lideranças ou grupos internos que exercem o papel que a literatura irá chamar de *selectorate*, conforme a denominação de Hazan (2002) e Hazan e Rahat (2010) ou *gatekeeper party*, segundo Gallagher e Marsh (1988) e Norris (1996). Esses “porteiros” são pessoas chave nesse processo que, muitas vezes, é realizado a portas fechadas, cabendo a eles, inclusive, a depender do partido, a decisão final da entrada ou não de um determinado candidato na lista, bem como a instituição de requisitos informais para filtrar indivíduos a entrar no universo do *jardim secreto*¹ da política. Para reforçar a importância desse tema cabe a afirmação de Rahat (2007, p.157), ao dizer que a seleção de candidatos é *the choice before a choice*, ou seja, representa uma espécie de escolha dos selecionadores dos partidos antes da escolha dos cidadãos/eleitores de seus representantes.

O autor destaca que esse tema deveria ser preocupação de todos os pesquisadores da democracia ao invés de ser tão negligenciado, e utiliza ainda o restaurante como metáfora para refletir sobre a democracia representativa. Enquanto no restaurante os clientes fazem suas escolhas de acordo com um cardápio previamente determinado, o processo de como os nomes dos candidatos chegam às urnas é como conceber o *menu* em si de partidos e candidatos. No caso das eleições, as escolhas das listas acontecem bem antes que qualquer voto seja lançado nas urnas e decida quem serão os eleitos, no nosso caso, os vereadores.

Essa concepção de democracia enquanto mercado político também já foi discutida por Schumpeter (1984), quando adverte que não se trata de uma concorrência perfeita, mas, sim, tal como no mercado econômico, de uma concorrência imperfeita ou oligopólica, em que

¹ O uso de expressões-chave da literatura internacional, em idiomas de origem, nesta tese terá destaque em itálico, como: *the choice before a choice* (escolhas antes das escolhas), *gatekeepers* (porteiros), *selectorate* (selecionadores) e *smoke-filled rooms* (decisões tomadas a portas fechadas) e *catch-all* (pega-tudo). *The secret gardens* e *jardim secreto*, no entanto, terão destaque em ambos os idiomas.

elites ou oligarquias políticas competem entre si pelo poder. Para o autor, a democracia é um “[...] método político, ou seja, um certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas –, e portanto não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas (1984, p. 304)”. Para Schumpeter (1984), a democracia se caracteriza muito mais pela concorrência organizada pelo voto do que pela soberania do povo, ou o sufrágio universal, como afirma a teoria clássica.

Diante da problemática discutida, o objetivo central da tese consiste analisar como as organizações partidárias selecionam seus candidatos no sistema político e eleitoral brasileiro através da comparação dos processos de seleção realizados pelos partidos. A base empírica é a disputa do cargo de vereador da Câmara Municipal de Salvador na eleição de 2016, abrangendo a comparação nos seguintes partidos políticos: PT, DEM, PSDB, MDB, PV, PSB, PSOL, PC do B, PPS, PTN, PSC, PRB. Para tal propósito, os partidos foram analisados segundo o modelo organizativo proposto por Panebianco (2005), a partir do seu conceito de institucionalização. Esse, por sua vez, foi considerado em duas dimensões: o grau de autonomia em relação ao meio ambiente externo e o grau de sistemicidade, que implica na sua coerência estrutural interna.

A tese também estudou, quanto aos objetivos específicos, as seguintes dimensões dos processos de escolhas: as estratégias eleitorais, as regras² formais e informais que interferem na composição das listas finais, e buscou refletir essa composição a partir da representatividade demográfica dos atores envolvidos no recrutamento e das listas partidárias. A relevância dos perfis dessas composições de listas está na influência da representação do legislativo municipal da capital do Estado da Bahia.

Para Norris (2013), cada um desses estágios pode ser visto como um jogo progressivo de “dança das cadeiras”: muitos são elegíveis, poucos são indicados e ainda menos são eleitos. A pesquisa procurou dar conta apenas dessas duas etapas citadas pela autora, ou seja, dos filtros que separam os cidadãos dos elegíveis e, dentre esses possíveis, quais serão escolhidos. O filtro dos eleitos não foi discutido nesta tese.

Por exemplo, Oliveira (1997), em sua obra “A luta por um lugar”, discutiu os temas gênero, raça e classe entre os candidatos a vereador nas eleições municipais de Salvador em 2002. Ao tratar sobre o recrutamento político, o autor aponta que a falta de candidatos negros não é o principal entrave para a sua inserção em cargos públicos e sugere que “[...] os fatores

² Para efeitos de análise, os vocábulos regra, critério e requisito serão tratados como sinônimos.

que impedem os negros de serem eleitos para cargos políticos em Salvador provavelmente se assentam nas barreiras que esse grupo encontra quando se relaciona com as instituições que regulam o recrutamento político (OLIVEIRA, 1997, p. 41)”.

Ao comparar o perfil do grupo de candidatos escolhidos, juntamente com o grupo maior de pré-candidatos, espera-se verificar se o problema da representatividade está na demanda de aspirantes ou na própria lógica seletiva da oferta institucional de vagas, aos quais pode levar aos partidos a delimitar um determinado perfil de candidatos considerados mais competitivos.

Destaca-se que o fato de existirem elites no interior dos partidos políticos, e de que elas sejam importantes nas tomadas de decisões políticas, não significa afirmar que atuem da forma como querem, livres de quaisquer vínculos ou obrigações institucionais no Estado democrático de Direito. Freidenberg (2006) aponta que, apesar de muitos partidos se comportarem como organizações oligárquicas nos quais os escalões dirigentes controlam o poder decisório, adotando decisões de maneiras excludentes sem facilitar a participação dos demais na seleção de candidatos, isso não tem sido obstáculo para a institucionalização dos partidos.

Para que a democracia funcione como um regime político baseado no reconhecimento, exercício e garantia dos direitos políticos dos seus cidadãos, parte da literatura acredita que um caminho possível se dê a partir do exercício da democracia no funcionamento interno dos partidos. Desse modo, torna-se também relevante estudar a organização partidária e sua relação com as elites políticas. Freidenberg e Sáez (2009) alertam que, mesmo que os partidos tenham que competir num cenário democrático, não se supõe automaticamente que tenham que ser internamente competitivos. Pode haver partidos muito inclusivos considerando seus regimentos e estatutos, porém, altamente centralizados e excludentes nas relações internas de sua organização.

Na onda de mudanças das legislações eleitoral e partidária de países da América Latina, o Brasil, a partir de 1995, passa a adotar a reserva de vagas de 20%, no mínimo, para candidaturas de mulheres e, em 1997, esse percentual aumentou para mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. O objetivo dessa política era aumentar o número de candidatas a cargos legislativos e combater a hegemonia masculina no processo eleitoral. Entretanto, pesquisas³ vêm mostrando que esse aumento no máximo tem chegado ao preenchimento legal exigido da cota de gênero. O fato é que muitos partidos políticos e

³ Ver trabalhos de Araújo (2001); Álvares (2008); Araújo e Borges (2013).

coligações nas eleições proporcionais apresentam problemas na composição de suas listas na questão do preenchimento do indicativo de mínimo para as mulheres.

Esses problemas acabaram proporcionando uma alteração na legislação eleitoral (Lei nº 12.034/2009) que substituiu a expressão antiga de “deverá reservar” para preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Desde então, o Tribunal Superior Eleitoral vem considerando que esse preenchimento é obrigatório aos partidos.

Mesmo com essa obrigatoriedade, partidos ainda apresentam dificuldades no preenchimento nas listas de candidatos. Por exemplo, o MDB, partido de maior relevância nacional em 2012, nas eleições municipais em Salvador apresentou uma lista ao TRE-BA no total de 39 candidatos e, dentre eles, apenas dois nomes do sexo feminino. Já em 2016, os partidos aqui investigados conseguiram preencher as cotas de gênero, o que não implica dizer que não tiveram dificuldades, fato esse que pode, inclusive, ter sido resultado do preenchimento compulsório em função da regra.

Para analisar melhor essa escolha de candidatos, faz-se necessário, além de conhecer a estrutura do sistema político brasileiro e suas variáveis legais e partidárias presentes na legislação eleitoral e nos estatutos partidários, analisar as estratégias políticas utilizadas pelos partidos pesquisados com referência a coligações eleitorais no âmbito majoritário e proporcional. Defende-se que essa seja uma variável importante no processo de seleção e escolhas de nomes a compor essas listas de candidatos. Como a opção pela coligação eleitoral interfere no número de vagas que os partidos terão disponíveis no momento final de decidir quais realmente serão os nomes a compor suas listas, reconhece-se como procedente analisar a articulação política dessas coligações partidárias na conjuntura das eleições em 2016 para prefeito e vereador na capital do Estado da Bahia.

Os partidos políticos possuem em seus estatutos regras que direcionam o processo de pré-seleção dos candidatos a cargos parlamentares. Entretanto, esta tese propõe compreender tanto as regras formais quanto as informais, assim como já dito, e as estratégias políticas utilizadas pelos partidos nas eleições de 2016 que possam afetar a composição das listas partidárias a vereador numa eleição em Salvador.

Vale a pena destacar as peculiaridades que as eleições de 2016, no Brasil, apresentaram aos partidos políticos na dinâmica de recrutar e selecionar candidatos em virtude das mudanças eleitorais aprovados em 2015, no Congresso Nacional. Os partidos tiveram que se adaptar a um novo calendário eleitoral, resultado dessa minirreforma política que trouxe alteração desde às regras de registro de candidaturas, propaganda política, como nas novas regras de financiamento de campanhas e prestação de contas.

Não apenas as eleições de 2016 trouxeram novas regras ao cenário político eleitoral, como também propiciaram o uso de uma regra central para os partidos na seleção de candidatos que não existirá mais no próximo pleito municipal: o uso das coligações. Reconhecendo que a conjuntura eleitoral tem um papel decisivo na seleção, os achados desta tese não tiveram pretensões de fazer generalizações sobre o padrão de funcionamento dos partidos analisados. Até por que esses partidos se comportam de forma diferente, a depender do contexto inserido. Por exemplo, o PT e o DEM, que protagonizam o jogo político local, não podem ser pensados aqui fora das suas conjunturas que torna, inclusive, o DEM, partido de maior relevância não só em termos de bancada como também de grande importância e central para compreender a história política da Bahia.

Mesmo reconhecendo o limite temporal da pesquisa e as peculiaridades das eleições de 2016, a principal contribuição da tese está em entender a democracia representativa a partir dos processos de seleção de candidatos como função partidária. Esses devem ser tratados como mecanismos institucionais que refletem a natureza dos partidos e afetam a política partidária (HAZAN; RAHAT, 2010), pois, como aponta Katz (2001), os métodos de seleção nos permitem analisar a distribuição de poder dentro dos partidos, além de ter grandes consequências políticas para a composição dos parlamentos e comportamento dos seus membros.

A estratégia de pesquisa: variáveis e procedimentos metodológicos

A tese seguiu os trilhos de obra de Gallagher e Marsh (1988), literatura pioneira que compreende a seleção de candidatos um estágio-chave dentro de um processo mais amplo de recrutamento político nos partidos políticos. Ao tentarem abordar os aspectos informais desse processo, os autores usam uma metáfora que, segundo eles, foi descrita por um comentarista da política inglesa como sendo o *jardim secreto* da política britânica. Isso por que pesquisas mostram que essa função do partido vem sendo realizada por dirigentes, principalmente através de critérios determinados por eles.

Nesse sentido, para analisar o processo de formação das listas partidárias, é preciso desvendar esse tal *jardim secreto* da política, que além das regras formais, constitui-se principalmente de regras informais. E caberá, para Gallagher e Marsh (1988), aos *gatekeeper party*, ou seja, os *porteiros* dos partidos, papel importante na decisão final de quem se tornará de fato um candidato.

Ao reconhecer que o recrutamento político é um termo amplo demais, que pode se referir à não ocupação de cargos políticos, a tese adotou o conceito de Norris (1997) de recrutamento legislativo, por se referir apenas aos degraus que aspirantes sobem para ascender

a carreiras parlamentares. Para essa autora, estudos de recrutamento legislativo exploram como e por que as pessoas se tornam políticos, bem como as consequências dessas escolhas para partidos, legislaturas e governo representativo.

O processo de seleção de candidatos foi analisado à luz dos modelos teóricos de Norris (1997; 2004; 2013) e Hazan e Rahat (2010). Apesar das diferenças esses modelos se complementam, pois, enquanto o primeiro, procura dar conta do processo mais amplo de recrutamento, o segundo proporciona categorias de análises mais objetivas para mensurar a etapa da seleção de candidatos propriamente dita.

Norris (2013) sugere em seu modelo que três fases sucessivas operam nesse processo:

- **Certificação:** Quem pode ser eleito? Estágio que envolve a demanda, as exigências legais para a elegibilidade, legislação eleitoral, as regras dos partidos oriundas de seus estatutos, normas internas e programas. Também é influenciado pelas normas sociais informais e valores culturais de cada país;
- **Nomeação:** Quem escolhe? Essa etapa diz respeito a quem tem o poder de selecionar. Envolve a oferta de elegíveis que buscam cargos políticos e a demanda dos *gatekeepers*, ao decidirem quem é nomeado; aqui é considerado não apenas quem seleciona, mas também como seleciona;
- **Eleição:** Quem é selecionado? Essa etapa final determina quais são os candidatos que se elegerão ao legislativo.

Além dos partidos terem a prerrogativa de nomear os candidatos, Norris (2004) reconhece também, como parte do processo, uma etapa intermediária entre a nomeação e a eleição: a fase da campanha eleitoral (incluindo a distribuição de fundos do partido, subsídios estatais, e acesso à mídia). A fase inclui os regulamentos legais que regem o acesso a recursos eleitorais, incluindo a atribuição de qualquer tempo gratuito de publicidade em meios de comunicação e distribuição de fundo público ou subsídios estatais para os partidos. Tais requisitos podem limitar as oportunidades de partidos pequenos a uma campanha efetiva ou em pé de igualdade com os mais relevantes. O acesso aos recursos de financiamento e, principalmente, a televisão são dois dos fatores mais importantes para a autora, uma vez que contribuem para o sucesso na última etapa do recrutamento, que decide os candidatos que ganharão essa corrida eleitoral.

A pesquisa utiliza do modelo analítico de Norris (1997) o conceito de recrutamento legislativo, e procurou dar conta, na medida do possível, dessas três fases (certificação, nomeação e eleição) expostas acima, pois, como já dito, não discutiremos os eleitos. As

etapas podem ser vistas como funis de casualidade, onde a demanda dos *gatekeepers* e a oferta de aspirantes funcionam dentro do processo de recrutamento, o qual é modelado por um sistema político mais amplo.

Pelo objeto da tese ser a seleção de candidatos em si, e por reconhecer a necessidade de ferramentas metodológicas mais sistemáticas para melhor captar as possíveis diferenças entre os processos de escolha destes candidatos, também serão utilizadas as dimensões do modelo teórico de Rahat e Hazan (2010). A proposta analítica deles gira em torno de quatro grandes questões: i). Quem pode ser candidato? ii). Quem seleciona os candidatos? iii). Onde são selecionados os candidatos? E iv). Como são nomeados os candidatos? De certa forma, essas questões também abarcam as dimensões do modelo proposto do recrutamento legislativo. Porém, essas dimensões serão analisadas pela ótica das regras formais da certificação e das regras informais da nomeação e, com o resultado da seleção – as listas finais de candidatos –, procurará dar conta de parte da etapa da eleição: quem são os selecionados?

O uso dessas dimensões acima enriquecerá o trabalho que buscará desvendar os filtros da seleção de candidatos que Katz (2001, p.277) denominou de *smoked filled room*, expressão utilizada para se referir a tomada de decisão a portas fechadas. Devido às dificuldades de acesso a essas decisões partidárias, torna-se ainda mais pertinente o uso de mais um de modelo explicativo.

Foram utilizados nesta pesquisa os seguintes indicadores do modelo de Rahat e Hazan (2010):

- Inclusividade dos requisitos para candidatura: os autores partem de polos ideais de inclusão e exclusão e interpretam o fato de existir critérios/requisitos para alguém se tornar candidato como sinônimo de uma política e caráter restritivo e exclusivo. Essa dimensão será mensurada pelas regras encontradas na legislação partidária e eleitoral do nosso sistema político, bem como nos estatutos dos partidos analisados.
- Inclusividade do *selectorate*: nesse modelo, o mais inclusivo selecionador seriam todos os eleitores, sendo o mais exclusivo apenas um líder partidário. A fonte de mensuração, além dos estatutos partidários, serão as entrevistas com membros das executivas municipais e aplicação de questionários com os candidatos para comparar a percepção desses envolvidos no processo com as falas dos dirigentes dos partidos pesquisados.
- Descentralização do processo: quando os candidatos são selecionados apenas por uma agência nacional o método é tido como centralizado. Caso os candidatos sejam

selecionados unicamente por agências partidárias locais, o método de seleção é classificado como descentralizado. Esse indicador será mensurado através das regras formais e informais da seleção.

- Formas de escolhas dos candidatos: se os selecionados na lista partidária chegam a ela através da votação ou indicação. Esse indicador será mensurado através das regras formais e informais da seleção.

As variáveis formais foram trabalhadas ao se identificar literatura tendências de impacto sobre partidos e candidatos. Também foi analisada como variável externa a competição política em torno do executivo municipal, por se acreditar que estratégias eleitorais envolvidas na eleição para prefeito possam interferir nas políticas de alianças e coligações proporcionais na disputa por vagas no legislativo. Nicolau (2006), em seu trabalho sobre as dimensões do sistema eleitoral de lista aberta no Brasil, aponta possíveis interações entre sistema político, seleção de candidatos, eleições e perfil do legislador. Já as variáveis informais serão investigadas através das entrevistas com os dirigentes partidários e a percepção dos candidatos sobre essa atividade nos seus partidos.

Considerando as categorias metodológicas propostas por Hazan e Rahat (2001), nas quais os autores propõem que a unidade de análise do método de seleção de candidatos deve ser o partido político, num tempo específico, a pesquisa focaliza as eleições de 2016 para composição Legislatura (2017-2020) da Câmara Municipal de Salvador. Foram escolhidos, para tal propósito, os seguintes partidos políticos: PT, DEM, PSDB, MDB, PV, PSB, PSOL, PCdoB, PPS, PTN, PSC, PRB.

A escolha dos partidos se deu em virtude dos seguintes critérios e justificativas:

- Pelo tamanho das bancadas foram escolhidos: PT, PTN e DEM. De acordo com a composição partidária da legislatura anterior (2013-2016) definida nas eleições de 2012: a maior bancada da Casa foi a do PT com sete vereadores; seguida do PTN com seis representantes; logo em seguida o DEM com três. Dez partidos obtiveram dois vereadores; sete partidos elegeram um vereador apenas.
- Pela relação entre os poderes do município foram escolhidos: DEM, PT, PSDB, PPS, PCdoB, PSB, PV. O atual prefeito de Salvador pertence ao DEM e se elegeu com uma vice do PV; O PT é partido do atual governador do Estado da Bahia e oposição ao prefeito; O PSDB é o partido do atual presidente da Câmara Municipal; É do PPS o atual líder do governo; O PCdoB e o PSB, além de oposição, representaram

possibilidades de candidaturas a prefeito da cidade em 2016, sendo que a do primeiro partido se concretizou.

- Por serem considerados partidos de maior relevância nacional foram também confirmados: PSDB, MDB, PT e DEM.
- E, por fim, foram escolhidos três partidos, além dos citados acima, para efeito comparativo dos processos em diversos tipos de partidos: o PSC, PRB, face a suas identidades religiosas, e o PSOL, pela identidade ideológica.

Problema de pesquisa e hipóteses

Os questionamentos que orientaram essa pesquisa foram:

- a) Em que medida os processos partidários afetam a inclusividade dos perfis selecionados e o grau de representatividade demográfica das listas de candidatos a vereador em Salvador nas eleições de 2016?
- b) Grau de institucionalização dos diversos partidos no município pode explicar as diferenças encontradas entre os processos de seleção de candidatos nas eleições de 2016?
- c) Como as regras formais e informais interferiram nos processos de seleção?

A partir da adaptação das fases (certificação, nomeação) do modelo explicativo de Norris (1997; 2013) sobre recrutamento, e dos indicadores do método de Hazan e Rahat (2010), foram analisadas, em cada partido, as seguintes dimensões da seleção:

- a) Quem pode ser candidato?
- b) Quem e como seleciona os candidatos?
- c) Quem são os candidatos selecionados pelos partidos políticos?

De acordo com as questões expostas, seriam pertinentes as seguintes hipóteses:

- Apesar do sistema eleitoral de lista aberta, a hipótese central aqui defendida é que as organizações partidárias são capazes de controlar a seleção de candidatos a partir de estratégias eleitorais e dos procedimentos próprios de seleção, e condicionam a composição demográfica das listas, acarretando em perfis de candidatos diferentes.

- Partidos mais institucionalizados apresentam seleções mais inclusivas e representativas, no sentido de que esses partidos seriam mais burocratizados e centralizados.
- As estratégias eleitorais interferem diretamente na seleção, pois os arranjos políticos estabelecidos pelos partidos na competição local impactam na oferta de vagas a candidatos.
- O controle do recrutamento legislativo dos municípios pelo *gatekeepers* levam a um caráter mais informal dos processos de seleção de candidatos e, conseqüentemente, mais excludente e menos representativo.

Procedimentos de coleta de dados

Procedeu-se a uma análise qualitativa com estudos de fontes documentais (regras formais), assim como entrevistas com membros das Executivas Municipais dos partidos estudados e com os porteiros responsáveis pela elaboração das listas de candidatos a vereadores na eleição de 2016. Também foram aplicados questionários aos aspirantes e candidatos de diferentes partidos para analisar a sua percepção sobre o tema em questão.

Quanto ao recorte da observação e coleta de dados, esse envolveu os seguintes procedimentos, em função das variáveis de pesquisa:

- Sobre o recrutamento legislativo e a seleção de candidatos foram analisadas fontes bibliográficas, através da pesquisa da literatura internacional e nacional sobre a temática;
- A análise dos demais elementos envolvendo a conjuntura das eleições de 2016 (estratégias políticas, alianças político-partidárias, coligações eleitorais) fundamentou-se na coleta de dados secundários (entrevistas com os dirigentes), resoluções e outros documentos oficiais e matérias de jornal (A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio) e sites oficiais dos partidos envolvidos nesta pesquisa.
- As fontes para as coletas de dados sobre as regras formais e legais de seleção de candidatos foram encontradas na legislação eleitoral e partidária do sistema político brasileiro, bem como nos estatutos dos partidos políticos pesquisados.
- As regras informais foram captadas através de entrevistas em profundidade com os porteiros dos respectivos partidos e com a aplicação de 120 questionários entre os pré-candidatos e candidatos dessas organizações.

- A análise dos perfis das listas finais foi feita através da coleta de dados secundários no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nos Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAP's), formulário que contém o conjunto de informações para validar o registro das candidaturas das coligações e partidos envolvidos, e dos perfis dos candidatos e dos pré-candidatos da amostra, a partir dos questionários aplicados.
- Com relação aos dados dos indicadores do grau de institucionalização dos partidos investigados, esses foram obtidos a partir de dados do site do TSE referentes aos órgãos, de informações contidas nos DRAP's e na pesquisa empírica.

Dificuldades durante a pesquisa de campo

A pesquisa de campo quanto às fontes e coleta de dados se deparou com alguns percalços que precisam ser registrados, tais como a ausência de pesquisas na literatura e principalmente a dificuldade de acesso às organizações e regras, seja no campo físico ou virtual.

A primeira dificuldade, revisar a literatura, foi uma tarefa desafiadora. Identificar o que a literatura aponta como porteiros ou selecionadores de alguns partidos em questão, por exemplo, não foi fácil, por conta da dificuldade de acesso a informações. Freidenberg (2003) em sua obra *Selección de candidatos y democracia interna en los partidos de América Latina* ressalta que, dentre seu interesse inicial de investigar 18 países da América Latina, foi possível pesquisar apenas 16 deles, com exceção do Brasil, devido à dificuldade de conseguir informações sobre o funcionamento interno dos partidos políticos, e a Venezuela, devido às mudanças partidárias ocorridas nos últimos anos.

A literatura aponta para o processo de recrutamento/seleção de candidatos a partir da sequência dos seguintes atores envolvidos: os aspirantes/pré-candidatos, os candidatos selecionados e os eleitos. Ao fazer o levantamento bibliográfico da literatura internacional e nacional, no entanto, observou-se que os estudos, em sua maioria quase absoluta, tratam dos processos que envolvem a seleção de candidatos apenas partir dos candidatos e eleitos, não incluindo os pré-candidatos. Essa lacuna pode ser compreendida devido às extremas dificuldades de acesso a quaisquer informações sobre os informantes.

Apesar de, no mundo atual, a internet ser um importante meio de interação e comunicação entre as instituições e os cidadãos, muitos partidos apresentaram seus sites oficiais desatualizados, mesmo em período de competição eleitoral, o que exigiu da equipe e pesquisa a busca pelas informações diretamente nos espaços físicos, o que demandou, conseqüentemente, mais trabalho e mais tempo.

O próprio acesso às organizações e suas informações sobre as regras formais (funcionamento interno dos partidos, como exemplo, mensurar dados sobre pré-candidatos devido à falta de sistematização e transparência desses dados nessas instituições) e informais foram muito difíceis de serem encontradas, bem como o acesso aos membros das Executivas municipais. Conseguir informações sobre a existência de sede dos diretórios municipais e a composição dos cargos desses órgãos tornou-se difícil sobretudo pela falta de comunicação e acesso aos dados. Como os partidos são criados como entidades de caráter nacional, dados apresentados pelo TSE, como endereço e diretório por exemplo, não condizem com a realidade local/municipal de muitos deles, o que dificultou encontrar o endereço e acessar a estrutura física dos partidos. Além, disso, como os sites oficiais registrados também não possuem informações sobre os diretórios ou comissões provisórias dos municípios, essa questão se tornou mais um entrave para a pesquisa de campo.

Historicamente, a maioria dos partidos no âmbito municipal era dirigido por comissões provisórias, ao invés de diretórios. Isso contribuiu para a centralização da legenda em uma, duas ou três pessoas, o que abriu possibilidades para o personalismo nas organizações locais.

Não há transparência na divulgação nas informações sobre a estrutura dessas organizações, o que nos leva a deduzir que a comunicação e o diálogo com os militantes e/ou cidadãos passam por problemas na função representativa, como aponta Mair (2003). Segundo a legislação eleitoral e partidária, as executivas municipais ou as comissões provisórias são responsáveis pela seleção de candidatos a vereadores do município. Na observação participante realizada destacaram-se, nos primeiros contatos com as sedes dos partidos, as dificuldades de funcionários e de alguns membros de identificarem quem eram os que faziam parte dos órgãos presentes em seus organogramas, bem como correlacionarem a atividade de selecionar candidatos com o papel da executiva municipal.

Foi observado que alguns partidos possuem sedes de diretórios, mas com uma precária burocratização e normatização de suas atividades organizativas. Por exemplo, os horários de funcionamento não são fixos, o que dificultou algumas das muitas tentativas de contato. Os partidos PSC, PRB, PV, PCdoB chamaram atenção por serem considerados pequenos, mas com uma realidade diferente dos demais no que diz respeito às suas atividades de secretariado, pois funcionam como instituições mais burocratizadas. Alguns partidos, em contrapartida, acabam utilizando os gabinetes das cadeiras no Legislativo como “sedes” para operacionalizar as suas atividades enquanto organização partidária, como o PPS e PSDB.

Alguns partidos não tinham procedimentos formais, como utilização de uma ficha de pré-candidatos, ou não disponibilizaram o acesso a essas informações, alegando, alguns deles,

serem sigilosas até a escolha e apresentação de seus candidatos na convenção partidária. Nesse quesito, observou-se uma diferença de tratamento significativa entre os partidos investigados. Mesmo aqueles que alegaram possuir ficha de pré-candidatos, essas não foram fornecidas de imediato, o que denunciou a falta de organização e sistematização desses dados, sem contar os constrangimentos gerados ao tocar no assunto recrutamento e seleção de candidatos.

A sensação ao entrar em contato com as organizações era de que se tratavam, de fato de *jardins secretos* da política, ou seja, as decisões são restritas e a portas fechadas, como sinalizou Katz (2001). Até mesmo com relação às listas de candidatos, mesmo sendo informações oficiais disponibilizadas pelo TRE-BA, houve muita dificuldade de acesso aos candidatos. Dos doze partidos pesquisados, apenas o PCdoB disponibilizou a lista completa com os possíveis contatos para aplicação dos questionários.

Por último, foi difícil conseguir agendar uma entrevista com os presidentes dos partidos ou dirigentes apontados como selecionadores dos candidatos, o que demandou muitas idas e vindas. Foram necessários intermediários para fazer a ponte até os dirigentes, visto que o acesso formal através de ofícios não estava dando resultados positivos. Nesse sentido, o PSDB foi o último que conseguimos contato, embora tenhamos tentado diversas formas de agendamento com o presidente do partido ou outro dirigente, mas como o presidente municipal é também o atual presidente da Câmara Municipal de Salvador, isso parece ter aumentado a dificuldade de realizar a entrevista.

A estrutura da tese

A tese está estruturada, além da introdução, em seis capítulos.

No primeiro capítulo, foram apresentados os principais conceitos escolhidos para discutir a conexão entre organizações partidárias, processos de recrutamento legislativo e seleção de candidatos, assim como a representatividade demográfica dos resultados das listas de candidatos, visando delinear o arcabouço teórico e as ferramentas analíticas mais apropriadas para alcançar os objetivos da tese, como também se fez uma breve contextualização da literatura brasileira sobre recrutamento e seleção de candidatos. Os partidos políticos foram tratados enquanto organização a partir do conceito de institucionalização de Panebianco (2005).

O segundo capítulo tratou do contexto da competição política nas eleições de 2016 para Câmara Municipal de Salvador. Discorreu-se sobre a atuação dos doze partidos políticos investigados no processo eleitoral e a relação entre as coligações majoritárias e proporcionais

nas estratégias de elaboração das listas partidárias de candidatos. Ao final, destacaram-se as estratégias eleitorais de cada organização para as eleições proporcionais que influenciaram em seus processos de seleção.

No terceiro capítulo foram analisadas as regras formais e estatutárias dos processos de seleção de candidatos nos doze partidos políticos, buscando dar conta das questões institucionais e partidárias relacionadas à dimensão da certificação do recrutamento, respondendo à questão: “Quem pode ser candidato?”. Em seguida, analisou-se a dimensão correspondente a “Quem e como seleciona os candidatados e como?”, identificando os *selectorates* dos partidos e a forma como eles deveriam escolher seus candidatos.

O quarto capítulo tratou das regras informais dos processos de seleção de candidatos em si, a partir da percepção dos *gatekeepers* e dos candidatos e não candidatos. Também se compararam as dimensões analisadas no capítulo anterior pelas regras formais, confrontando com o encontrado na vida real das organizações investigadas, desvendando-se os *jardins secretos* das seleções a vereador nas eleições de 2016 em Salvador nos doze partidos. Foram apresentadas as percepções dos demais atores envolvidos nas seleções de candidatos, a partir dos questionários aplicados com pré-candidatos e candidatos selecionados.

O quinto capítulo versou sobre os resultados dos processos de seleção dos candidatos nos doze partidos. Compararam-se os processos a partir do grau de institucionalização dos partidos. Em seguida, foi analisado o impacto das estratégias eleitorais nas seleções através do jogo da demanda e da oferta. Por fim, elucidaram-se as consequências das seleções quanto à composição dos perfis selecionados e da representatividade demográfica das listas.

O sexto e último capítulo traz as considerações finais e a reflexão sobre a influência da relação da instituição partidária com a representatividade das listas.

1 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA, INSTITUCIONALIZAÇÃO E RECRUTAMENTO LEGISLATIVO

O objetivo deste capítulo é apresentar a teoria dos partidos sobre a organização, principalmente a partir do modelo originário e institucionalização propostos por Panebianco (2005), e que norteiam o instrumental teórico-analítico desta tese. Além disso, se discute aqui a representatividade das listas, isso porque acredita-se que esses indicadores partidários fornecem o arcabouço teórico e as ferramentas mais apropriadas para operacionalizar um dos nossos objetivos: analisar as diferenças entre os processos de recrutamento e seleção de candidatos realizados pelos partidos estudados.

Na primeira seção revisitamos, de forma panorâmica, a concepção de partido político, seus principais tipos e modelos explicativos, a fim de contextualizar a opção teórico-metodológica escolhida como trilha dessa pesquisa. Em seguida, discutem-se os conceitos de Panebianco (2005). Depois, será apresentado o debate sobre o recrutamento e seleção de candidatos na literatura nacional. E, na última seção, abordamos a conexão entre organização partidária, recrutamento legislativo e o dilema da representação, apresentando principalmente os instrumentos analíticos de Norris (1997) e Norris e Lovenduski (1995) sobre essa temática, que constituem também fontes cruciais para as hipóteses que nortearão a presente investigação.

1.1 PARTIDOS COMO ORGANIZAÇÃO: TIPOS E MODELOS EXPLICATIVOS

Os partidos políticos exercem um papel primordial na operacionalização da competição eleitoral nos governos representativos. Ao selecionar candidatos, também indicam a composição dos parlamentos e governos.

Mais especificamente, em termos organizacionais e programáticos, são os partidos políticos que estruturam o programa partidário que irá nortear a agenda da campanha eleitoral. São eles que escolhem entre seus filiados os candidatos aos cargos eletivos em disputa nas eleições para as esferas de poder (municipal, estadual e nacional). Além disso, articulam as estratégias coligacionistas e chapas entre essas dinâmicas de competição para os executivos e legislativos. Também distribuem recursos públicos e privados entre seus candidatos, negociam apoios de setores sociais e grupos de interesse às campanhas e acompanham todas as etapas da votação e apuração dos resultados eleitorais, entre outras atividades necessárias à realização das eleições (BRAGA; TAROUÇO, 2010, p. 14).

Dentre as funções desempenhadas pelos partidos nas democracias, Mair (2003) descreve cinco como sendo fundamentais, duas delas essencialmente representativas: integração, mobilização dos cidadãos e articulação, e agregação dos interesses sociais e

políticos apresentados pela sociedade. Uma função seria representativa e de caráter processual: a formulação de políticas públicas. Já as outras duas seriam de caráter procedimental: o recrutamento de líderes políticos e funcionários para cargos públicos e organização do parlamento e do governo.

Diante de mudanças diversas na sociedade e na política, Mair (2003) defende que os partidos perderam, com o tempo, parte de sua capacidade de funcionar como agentes da representação. Todavia, independente do declínio desse papel representativo, continuam a exercer um papel procedimental essencial na gestão da democracia enquanto operadores da própria representação.

O fato das ideologias partidárias, sob a ótica dos partidos de massa (caracterizado por Duverger, nos meados do século XX), e das funções de mobilizar essa massa e articular os interesses da sociedade civil organizada estarem em declínio não pode servir de critério para se falar em crise dos partidos de maneira generalizada. Nesse sentido, deve-se separar analiticamente as organizações partidárias dos partidos em si, pois, se algumas das suas funções clássicas parecem estar perdendo valor, como a mobilização dos cidadãos, outras, como a atividade de selecionar candidatos a cargos legislativos continuam sendo cruciais para o funcionamento dos governos representativos. Com relação a essa função procedimental, Mair (2003, p.284) ressalva que esta [...] é uma das funções-chave que os partidos continuam a desempenhar”. Isso ressalva a relevância do objeto desta tese.

Norris e Lovenduski (1995), discutindo as organizações partidárias, mostram que essas são vitais para a democracia representativa ao servirem como ponte entre os cidadãos e os governos, uma vez que são os partidos que estruturam a escolha eleitoral, recrutam candidatos legislativos e fornecem uma agenda legislativa para o governo. À primeira vista, pode parecer que a seleção de candidatos seja apenas uma função obscura de rotina dos partidos políticos, conduzida por detrás de portas fechadas, em pequenas reuniões realizadas muito antes da campanha eleitoral. Entretanto, essa função procedimental dos partidos tem implicações diretas para o desenvolvimento da democracia representativa.

Norris (1997) também reconhece a vitalidade dos partidos, mesmo diante de debates recentes sobre sua crise e declínio ao advertir que, a depender das democracias, os partidos podem desempenhar melhor algumas funções em detrimento de outras. Por exemplo, os que permanecem pouco institucionalizados tendem a ter dificuldade com algumas funções, principalmente em democracias menos consolidadas. No entanto, cada partido pode realizar tais funções de maneira diferenciada a depender de circunstâncias, tanto externas quanto internas; e de leis regulatórias da competição partidária num determinado país, bem como

regras internas. Mas afirma que, sem eles, não há como a democracia representativa ser viável.

A questão da democracia interna do partido tem sido uma das questões mais debatidas. Estudos apontam sobre quem tem e quem deve ter o controle sobre a seleção. Na maioria dos países, o processo de recrutamento é conduzido principalmente por regras internas. Uma abordagem comparativa indica que a tomada de decisão no processo de recrutamento varia ao longo de duas dimensões: a dispersão do poder e a formalização da tomada de decisão. A primeira discute se o processo é centralizado ou descentralizado, enquanto a segunda discute se o processo é explicitado em regras e procedimentos regulamentados, ou se envolve a informalidade de normas táticas com poucas regras vinculativas e regulamentadas. A partir dessas dimensões, Norris e Lovenduski (1995) sugerem quatro principais tipos de processos de seleção:

- a) Centralizado-informal: Pode não estar fixado em mecanismos democráticos constitucionais, mas, na prática, o processo é selecionado por clientelismo. As regras servem como uma função simbólica. Os membros de partido têm papel insignificante, sem espaço para democracia interna dentro da organização partidária, a exemplo dos partidos Socialista e Democrata-Cristão na Itália.
- b) Localizado-informal: líderes locais decidem sobre os procedimentos gerais utilizados para a seleção, bem como sobre a escolha dos candidatos. Sem orientações bem estabelecidas, aqui as práticas variam muito, sendo outros os atores que desempenham papel importante na seleção, como a mídia local. O exemplo marcante seriam as eleições primárias nos EUA.
- c) Centralizado-formal: quem decide quais candidatos entram na lista partidária é a chefia partidária nacional ou executiva, que tem autoridade constitucional para isso, assim como o PCF na França e o PCI na Itália.
- d) Localizado-formal: o mais comum nos partidos da Europa. Normas constitucionais e regras são estabelecidas para padronizar o processo, e o sistema de equidade é garantido para que boa parte dos candidatos sejam tratados da mesma forma. As regras são claras, transparentes e equitativas. Os principais exemplos seriam os partidos da Grã-Bretanha, Alemanha, Suécia e Irlanda.

Com base nessa classificação, torna-se evidente que a institucionalização dos partidos foi um critério utilizado por esses autores para discutir o recrutamento. Baseado em processos

formalizados e informais, considerando-se que os informais não significam ausência de legislação, pode-se também fazer uma correlação com o papel da burocracia, da centralização e da autonomia dos partidos, presentes no modelo de institucionalização proposto por Panebianco (2005). O próprio autor reconhece que, nos partidos britânicos, houve uma transformação gradual, de um sistema localizado-informal para um sistema localizado-formal.

Também considerando as funções desempenhadas pelos partidos, Amaral (2013), ao avaliar sobre o que se produziu na literatura de partidos políticos enquanto organização, sintetiza três funções como sendo fundamentais: a) estruturar a competição eleitoral; b) agregar interesses; c) governar e conduzir os trabalhos legislativos. Esse trabalho investiga questões relacionadas pelo menos a uma dessas atribuições citadas, no que diz respeito a elementos estruturantes da competição eleitoral. Recrutar e selecionar candidatos são atividades que precedem o momento das eleições.

Estudos sobre recrutamento têm se concentrado em identificar, dentro das organizações partidárias, quem controla a decisão de seleção e, com isso, permitir analisar a distribuição de poder dentro dessas instituições. Pesquisas⁴ mostraram que, durante muito tempo, essa atividade ficava restrita às elites dirigentes, que decidiam, a portas fechadas, quem poderia disputar os cargos no Executivo e Legislativo. Com o processo de institucionalização de suas organizações, alguns partidos vêm tentando tornar as regras mais claras e objetivas quanto aos critérios para a disputa política.

Na Ciência Política, há dois caminhos para analisar o fenômeno partidário: estudos sobre sistemas partidários e estudos sobre organizações partidárias. A opção desta tese foi seguir o caminho de analisar o partido como organização, a partir dos conceitos de modelo originário e institucionalização de Panebianco (2005). Esses conceitos serão discutidos mais à frente, em outra seção desse capítulo. Em seguida, expõe-se concepções e tipologias de partido, a fim de justificar os indicadores que serão adotados para comparar as diferenças encontradas nos processos de recrutamento e seleção realizados pelas organizações partidárias investigadas nesse trabalho.

1.1.1 Tipos e Tipologias dos partidos políticos

Ao longo do tempo, o conceito de partido foi passando de uma concepção essencialmente elitista, mais limitada ao parlamento aristocrático, para uma noção de partido moderno, de caráter mais eleitoral e orientado democraticamente. A extensão do sufrágio, até

⁴ Ver trabalhos de Freidenberg (2003; 2007; 2009) sobre seleção de candidatos e democracia interna dos partidos na América Latina.

se tornar universal, exerceu uma importante fase nesse processo de mudança. O pluralismo e as eleições livres contribuíram para que essas organizações fossem se tornando essenciais para a operacionalização da representação nos governos democráticos.

A fim de contextualizar e justificar a escolha teórica de Panebianco (2005), faz-se necessário, de forma sucinta, mergulhar no campo da Ciência Política que discute a organização partidária. Antes dele discutir essa temática nas últimas décadas do século XX, o próprio autor reconhece que pouco tinha avançado, até então, sobre os trabalhos de Michels (1982) e Duverger (1980), desenvolvidos na primeira metade do século XX. Nesse sentido, torna-se essencial compreender o funcionamento interno dessas instituições e, para tal propósito, a obra desse autor é bastante pertinente. Isso porque, o mesmo se propõe a analisar os partidos enquanto organizações.

Publicada pela primeira vez em 1911, a obra “Sociologia dos Partidos Políticos”, de Robert Michels (1982), representa um divisor de águas no que se refere a esse tema. Esse autor argumenta que, qualquer organização tem tendência à oligarquia, porque precisa desenvolver a burocracia e, com isso, acaba centralizando suas decisões. O autor enfatiza a oligarquia como degeneração e como inevitabilidade para os partidos políticos. Essa tendência, presente em toda organização, constitui a chamada Lei de Bronze da Oligarquia de Michels.

Toda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática. Encontramos em toda parte eleitores e eleitos. Mas também encontramos em toda parte um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que elegem. A estrutura oligárquica do edifício abafa o princípio democrático fundamental. [...] A constituição de oligarquias no seio de múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e por consequência uma tendência à qual sucumbe fatalmente toda organização, seja socialista ou mesmo anarquista. (MICHELS, 1982, p. 238).

Desde então, essa “lei da oligarquia” vem contribuindo para instigar grandes debates sobre a relação entre democracia, partidos políticos e a organização das instituições representativas. Posteriormente, no início dos anos 1950, Duverger (1980), em sua obra “Os Partidos Políticos”, retoma esse debate, apresentando uma visão menos pessimista do que Michels (1982) quanto à incompatibilidade entre as organizações modernas e a democracia. Nessa obra clássica, o autor apontava que, historicamente, o desenvolvimento dos partidos políticos parecia acompanhar o da democracia, devido a sua estreita relação entre o sufrágio popular e os grupos parlamentares. Desse modo, a origem e o contexto de surgimento dos partidos estariam associados à dinâmica parlamentar e aos comitês eleitorais. Nesse sentido,

os partidos políticos transformaram-se numa estrutura central nas democracias modernas por realizarem o intermédio entre a sociedade e o governo.

Duverger foi o primeiro a tentar sistematizar a diversidade partidária por meio da elaboração de uma tipologia e a esboçar uma teoria geral dos partidos políticos. Para ele, a forma como os partidos surgem influencia a sua organização e o seu desenvolvimento. De uma origem parlamentar típica dos regimes censitários do século XIX e início do século XX, surgiu o tipo de partido de quadros. A partir da expansão do sufrágio universal, no início do século passado, e da inserção das massas recém-chegadas na arena política, surgiu o tipo de partido de massa. Para ele, o desenvolvimento dos partidos políticos parece estar associado à expansão da democracia e começa a ocorrer pela necessidade que os grupos parlamentares sentiram de se organizar melhor para continuar no poder, num período de expansão do sufrágio eleitoral.

Embora a sua elaboração teórica de Duverger tenha tido como referência os casos dos partidos, principalmente da primeira metade do século XX, Peres (2009) sugere que seu modelo de análise formal e estrutural pode ser aplicável ao estudo das organizações partidárias atuais, obviamente com as devidas adaptações e reformulações. Sendo assim, torna-se relevante para esta pesquisa compreender melhor a forma como os partidos estão organizados.

A transformação e consolidação dos sistemas democráticos e respectivos sistemas de partidos levou ao aparecimento de outros tipos de partidos e, por conseguinte, outras relações de poder. Entre as décadas de 1950 e 1960, Otto Kirchheimer⁵ chamou atenção para o aumento do nível de profissionalização e personalização na política partidária, em virtude de que as organizações partidárias estavam se tornando, cada vez mais, meras máquinas eleitoreiras. Segundo ele, essas mudanças estariam levando os antigos partidos de massa, assim como os demais partidos, a se transformarem em partidos *catch-all*, ou seja, do tipo “pega-tudo”.

A conversão para o tipo de partido *catch-all* é um fenômeno associado à competição. Um partido está sempre apto a se acomodar aos estilos bem

⁵ Krouwel (2003) mostrou a importância da obra de Otto Kirchheimer na década de 1950 e 1960 sobre as mudanças pelas quais o partido vem passando ao longo do tempo, e suas implicações para o funcionamento da democracia. Defende que seu legado precisa ser mais estudado e valorizado, isso porque temas abordados inicialmente ainda dominam o debate contemporâneo sobre as mudanças apresentadas pelos partidos. Em particular e de forma precoce, o autor observou o surgimento de um “state-party cartel”, que resultava em processos de despolitização e o desaparecimento da oposição. Saliencia que, já nos anos 1930 e 1940, detectou uma diminuição das divisões de poderes entre o legislativo, executivo e judiciário, e afirmou que seus representantes – partidos políticos, governos e os tribunais – estavam cada vez mais formando um cartel unificado. Esse bloco de poder deixava os cidadãos como indivíduos praticamente impotentes em suas tentativas de influenciar o seu meio ambiente.

sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição. De modo oposto, quanto mais um partido se convence de que os resultados favoráveis de um competidor dever-se-iam somente a algumas circunstâncias não repetíveis, e que a capacidade do competidor de superar dissensões internas é um fenômeno temporário, menor é a chance de uma conversão completa e maior é a inclinação para uma leal – embora limitada – clientela (KIRCHHEIMER, 2012, p. 368).

O surgimento desse novo tipo de partido estava associado ao enfraquecimento dos partidos de massa, que foram se tornando ideologicamente mais frágeis. Em torno dos objetivos eleitorais, os partidos começaram a perder sua identidade original ao se afastarem de suas bases, buscando atrair eleitores de diversos segmentos da sociedade, daí a utilização da expressão partido pega-tudo.

Uma das vantagens do tipo de partido pega-tudo é poder aumentar seu potencial de recrutamento em termos eleitorais, principalmente, porque evita o discurso sectário e exclusivo de determinados grupos. Todavia, isso os leva a uma fragilidade, pois diminuiria, em parte, o grau de compromisso dos militantes. Contudo, os riscos dos partidos que vivem e sobrevivem do recrutamento e escolhas de cargos políticos de curto prazo seriam os mesmos de uma empresa capitalista. Ou seja, aqueles riscos “[...] enfrentados por todos os fornecedores de bens de consumo não-duráveis: empacotar sua mercadoria da maneira mais atrativa para competir com uma marca similar.” (KIRCHHEIMER, 2012, p.375). A lógica desse partido de agregar várias camadas da sociedade imprimiria um sentido de necessidade aos demais partidos, o de permanecerem vivos na competição eleitoral, a se transformarem também no *catch-all*.

Panebianco (2005), ao retomar essa questão nos anos 1980, discute também o desenvolvimento organizativo dessas instituições e demonstra que as transformações sofridas pelos partidos podem ser observadas sob dois aspectos distintos: um que questiona a vitalidade dos antigos modelos de organização de partidos, buscando examinar possíveis mudanças no seu percurso; e o outro, que retoma a atenção nas atividades realizadas pelos partidos nos sistemas políticos e avalia as possíveis transformações ocorridas.

Para o autor, há uma relação entre esses aspectos acima, uma vez que defende que as “[...] atividades dos partidos mudam ou não, conforme haja ou não mudança nos seus módulos organizativos” (PANEBIANCO, 2005, p.482). Nesse sentido, observou que estava ocorrendo uma “[...] progressiva profissionalização das organizações partidárias [...]”, desde as mudanças do modelo de partido de massa de Duverger (1980), ao modelo de partido pega-tudo de Kirchheimer (2012).

Segundo Panebianco (2005, p.4), “[...] há uma evidente resistência na maioria dos trabalhos contemporâneos em estudar os partidos pelo que eles, antes de tudo, são: organizações. Para ele, parte dessa resistência é resultado da existência de preconceitos sociológicos e teleológicos que acabam criando barreiras entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Tais preconceitos têm em comum considerar como dados aqueles que constituem problemas, que requerem ser investigados como tais.

Em geral, o preconceito sociológico implica em propagar a ideia de que os partidos representam as divisões sociais na esfera política. Todavia, as desigualdades sociais não indicam as desigualdades organizativas encontradas no partido. A tese defendida por Panebianco diz que a principal causa dos conflitos intrapartidários deve ser buscada no funcionamento interno do partido, que tem, sim, ligações com as desigualdades sociais, mas que não é absolutamente o seu puro reflexo. Ao reverso, o preconceito teleológico se concretiza quando tenta atribuir, *a priori*, alguns objetivos aos partidos e deduzir que as características dessa organização vêm desses objetivos.

A solução encontrada por Panebianco (2005) para resolver o dilema de como diferenciar os partidos de demais organizações é, que aqueles atuam com exclusividade na arena eleitoral disputando votos. Ou seja, diferenciam-se das demais organizações, porque atuam num ambiente específico e realizam atividades também específicas.

Dentre essas atividades, como já mencionados, há o recrutamento e a seleção de candidatos a cargos eletivos no Legislativo. Para compreender melhor essa atividade crucial para o desenvolvimento da democracia representativa, é necessário entender, antes de tudo, o cerne organizativo dos partidos. Por isso, foi a partir de Panebianco (2005) e da sua compreensão sobre partidos políticos como uma organização que esta tese se orientou.

De certa forma, a sua contribuição expandiu e refinou a concepção de partido como organização pensada por Duverger (1980), mantendo os pressupostos do tipo ideal ao elaborar sua própria tipologia. Segundo Panebianco (2005, p.91), o partido não pode ser concebido como uma organização qualquer e que funciona sempre do mesmo jeito: “É uma estrutura em movimento que sofre evoluções, que se modifica no tempo e que reage às mudanças externas, à modificação dos ‘ambientes’ nos quais está inserido e atua”.

A burocracia vai exercer um papel importante na transformação do tipo de partido de massa, idealizado por Duverger (1980) para a concepção de partidos profissionais-eleitorais, elaborada por Panebianco (2005). No primeiro, a burocracia exercia um papel mais representativo, sendo um instrumento utilizado pelos dirigentes para se relacionar melhor com os filiados enquanto que, no segundo, esse papel passa a ser exercido por especialistas e/ou

técnicos que possibilitam uma profissionalização maior das atividades nos partidos. Assim, os dirigentes passam a deslocar sua atenção, de forma geral, para o eleitorado, ao invés de apenas para os militantes. Essa seria a principal diferença entre um partido burocrático de massa para um partido profissional-eleitoral.

Esse novo tipo de partido seria, então, uma especificação do modelo de partido *catch-all*. O autor emprega essa terminologia profissional-eleitoral ao invés do partido pega-tudo por enfatizar a sua dimensão organizativa no aspecto da profissionalização e não pela questão da representação social, como sugere o termo *catch-all*. E, também utiliza, como critério para diferenciar os tipos ideais de partido burocrático de massa e partido profissional-eleitoral, os termos burocratas/profissionais. Dessa forma, então, refina em termos de análise, as contribuições de Duverger (1980) e Kirchheimer (2012).

O tipo ideal profissional-eleitoral (assim como o tipo burocrático de massa) é apenas um recipiente com malhas muito largas, que serve para evidenciar algumas linhas de tendência, enquanto fica totalmente em aberto o problema das diferenciações e das adaptações de uma organização a outra. Geralmente, o “velho” e o “novo” tendem a se sobrepor e a coexistir (e a produzir tensões e conflitos internos) em toda organização. E, ainda, as transformações se manifestam com fortes variações nos modos, nos tempos, de sociedade para sociedade e de partido para partido (PANEBIANCO, 2005, p. 515).

Sendo assim, esses modelos tratam de tipos ideais de partidos, pois, na realidade, podem existir ou conviver numa mesma organização partidária traços de um modelo ou de outro. Isso irá depender do grau das mudanças que ocorrerá no interior de cada partido. Panebianco (2005) aponta duas variáveis que podem interferir na velocidade e na intensidade dessa transformação: o grau de institucionalização e o grau de fragmentação do sistema partidário⁶.

As causas fundamentais dessas transformações e, por consequência, a proliferação dos partidos profissional-eleitorais advém de desafios provocados pelas mudanças ambientais. Primeiro diz respeito às transformações de caráter social. Não somente a composição social do eleitorado se modificou, como também a própria fisionomia das classes operárias, idealizadas pelos partidos de massas, alterou-se fortemente. Essas mudanças na estrutura social são acompanhadas de novos posicionamentos políticos e culturais em cada novo grupo de filiados dos partidos.

Todas essas transformações na sociedade influenciam as arenas políticas em que os partidos atuam. “O eleitorado, por exemplo, torna-se social e culturalmente mais heterogêneo,

⁶ É interessante registrar que esta variável, segundo o autor, foi indicada por Kirchheimer.

menos controlável pelos partidos mediante a organização, e isso cria uma poderosa pressão para a transformação organizativa”, afirma Panebianco (2005, p. 517).

Outra mudança da sociedade que impacta nos partidos profissional-eleitorais é referente aos meios de comunicação. Com o advento dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, a comunicação política das organizações partidárias sofreu profundas alterações. Surgem novos profissionais, como os especialistas na área da comunicação, bem como a necessidade de novos especialistas em diversos temas devido a uma tendência de personalização das campanhas dos candidatos dos partidos. Nesse processo, a burocracia antiga e os próprios militantes vão perdendo sua centralidade em detrimento de um novo meio de comunicação que ligava o partido ao eleitorado.

Com isso, o impacto dessas mudanças atingiria não somente a organização partidária, como sua própria estrutura de poder. Panebianco (2005) sugere que a perda da importância dos filiados permite um declínio do poder dos dirigentes internos enquanto assistimos a um aumento de poder dos representantes públicos eleitos pelos partidos.

As mudanças da estrutura social e nos sistemas de comunicação política contribuem para a erosão das subculturas políticas tradicionais, “congeladas” durante muito tempo, graças à força do estabelecimento organizativo dos partidos burocrático de massa. A área do eleitorado fiel se contrai. [...] O eleitorado adquire maior parte independência em relação ao partido. [...] Aumenta, portanto, a “turbulência”, a instabilidade potencial das arenas eleitorais. E esse é o principal desafio que obriga os partidos a se organizar, por meio de processos imitativo e de acordo recíproco, com base no modelo profissional-eleitoral (PANEBIANCO, 2005 p.519).

Debates recentes sobre crises e declínio do partido estão sendo fundamentadas por essas profundas mudanças, como a intensa profissionalização dessas instituições e sua relação, cada vez mais imbricada, com os representantes eleitos pelas organizações partidárias. A partir dessas transformações políticas, econômicas e sociais, em que os partidos estão inseridos, Katz e Mair (1995) sinalizam o surgimento de um novo modelo de partido, chamado de “cartel”. Os partidos foram se tornando agentes do Estado, utilizando-se cada vez mais dos recursos estatais para garantir as suas sobrevivências coletivas. Esses autores defendem que o desafio atual não é falar em fracasso ou declínio dos partidos, mas sim compreender o modelo de cartel que os partidos estabeleceram para si mesmos.

O partido cartel é um tipo mais propício a surgir em governos democráticos que se caracterizam pela interpenetração entre partido e Estado. Com o desenvolvimento desse tipo de partido, os objetivos da política tornam-se mais profissionais e tecnocráticos. A concorrência permanece e seu foco está em buscar uma gestão eficiente do sistema político.

Com o surgimento dos partidos de cartel, a capacidade de resolver os problemas da vida pública se manifesta cada vez menos na competição de partidos políticos. As campanhas eleitorais realizadas são de capital intensivo, profissionalizadas e centralizadas, e são organizadas na base de uma forte dependência financeira do Estado, além de outros benefícios e privilégios.

Diante do declínio das ideologias e da identificação partidária no eleitorado, Cotta (2008), buscando estudar o comportamento das elites políticas nacionais, propõe uma nova tipologia envolvendo as relações entre partidos e governos. O autor sinaliza que:

[...] o componente parlamentar do partido é por certo o mais diretamente permeável à influência eleitoral. O vínculo deste componente às eleições é, desde logo, um constrangimento, dado que a força do partido depende dos seus resultados eleitorais (COTTA, 2008, p.21).

Desse modo, a reeleição dos seus parlamentares passa a ser a preocupação principal desse novo partido. Isso acaba levando a uma imprevisibilidade do resultado nas eleições, porém, aumenta a importância desse processo para os partidos, o que proporciona uma maior influência e autonomia do partido parlamentar eleito.

O partido parlamentar tentará obter do governo o máximo possível de recursos que poderão ser mobilizados nas campanhas eleitorais para o parlamento, através da influência que exerce na atividade legislativa, na distribuição de fundos e nos processos de nomeação política (COTTA, 2008, p.23).

Sendo assim, esse partido parlamentar acaba adquirindo um poder muito grande, podendo até influenciar na queda de um determinado governo. De outro modo, se um partido permanece muito tempo no governo, é provável, adverte Cotta (2008), que os dirigentes privilegiem os recursos de tal forma a desvalorizar o componente do partido-organização. Nessa medida, a dominação do partido no governo pode ser esmagadora. Nos regimes parlamentares, a relação entre o partido no governo e o partido parlamentar é muito próxima.

Como se pode observar, para além dos clássicos da teoria de partido, como Duverger (1980) e Panebianco (2005), autores mais contemporâneos vêm buscando explicar, a partir da unidade de análise dos partidos políticos, as questões políticas referentes ao papel das elites nas democracias representativas. Observando essas mudanças nas tipologias, podendo considerá-los como tipos de partido parlamentar, partido-organização, ou partido no governo, dentre outras denominações, Cotta (2008) adverte que:

Os partidos adaptam-se às diferentes arenas e contextos em que se movem, acabando por atravessar e interligar as diversas instituições do sistema político. Daqui decorrem duas consequências. Por um lado, os partidos são um elemento unificador no contexto institucional tipicamente plural das

democracias liberais. [...] por outro lado, porém, os partidos envolvem-se em diversos jogos políticos e movem-se ao mesmo tempo em contextos que apresentam diferentes estruturas de constrangimento e de oportunidades. Essa diversidade de contextos produz diferenciações no interior dos partidos e provoca tensões entre os seus componentes, os quais podem inclusivamente ser considerados como “partidos” distintos (COTTA, 2008, p.2-21).

A chave para compreender o funcionamento e as transformações dessas organizações partidárias, todavia, estaria nas disputas internas pelo poder. Dessa maneira, Panebianco (2005) nos mostra o quanto continuam pertinentes suas ferramentas de análise para esse campo de pesquisa ao alertar que não se pode formular nenhuma lei fixa dessa evolução dos partidos, isso porque há uma pluralidade de resultados possíveis.

Essa concepção permite acolher plenamente a proposta de Panebianco (2005). Na seção seguinte, detalharemos melhor a referência teórica através das noções de modelo originário e de institucionalização elaboradas por Panebianco (2005). E, através disso, estudar as organizações partidárias em si, analisando-as e comparando-as, quando for possível, enquanto produtoras e controladoras da representação política a partir dos processos de recrutamento legislativo e de seleção de candidatos.

1.2 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Desde a obra pioneira de Ostrogorski, os estudos sobre os partidos políticos vistos como organizações vêm se desenvolvendo por diversos ângulos, como exposto na seção anterior. Independente das suas abordagens e especificidades, esses trabalhos têm buscado compreender as características e as dinâmicas organizativas dessas instituições, que compreendem tanto suas relações externas quanto internas. Para Panebianco (2005), uma das formas de analisar essas organizações é investigar como o poder está distribuído internamente.

Os partidos devem buscar priorizar as atividades que garantam as suas sobrevivências, o que dependerá de como as lideranças escolham as demandas específicas em disputas. Ao se constituir como burocracias e associações voluntárias, devem distribuir tanto incentivos coletivos (identidade, solidariedade, ideologia) quanto seletivos (poder, *status* e materiais). Os interesses pelos incentivos seletivos levam a organização a adaptar-se ao próprio ambiente. Porém, quanto mais prevalecer os incentivos coletivos, mais a organização desenvolverá estratégias de predomínio sobre o ambiente. Desse modo, o desenvolvimento das organizações dependerá do equilíbrio desses dilemas acima, ou seja, de como o poder será distribuído, uma vez que se constitui de uma sede de pluralidade de jogos estratégicos. Os

dirigentes, ao mesmo tempo que tem liberdade de decidir, precisam lidar com limites da própria natureza de interagir da organização.

Com o passar do tempo, tenderia a transformar-se em um sistema de interesses e a participação, conseqüentemente, diminuiria, passando de um envolvimento tipo movimento social, para uma participação mais profissional, própria do sistema de interesses. Dessa maneira, o autor se distancia da teoria de Michels (1982), que levava as organizações, mesmo consolidadas, a um processo de substituição dos fins para defender que, na verdade, ocorre uma articulação dos fins na medida em que os objetivos oficiais das organizações podem, ao longo do processo de mudança, ser substituídos por outros objetivos oficiais. Entretanto, esses objetivos anteriores não são descartados, nem viram mera “fachada” das organizações, adaptados às exigências organizativas. Nesse sentido, o que pode ocorrer nas organizações consolidadas é um processo de articulação dos fins.

No modelo teórico proposto pelo autor, os partidos passam por três fases: a origem, a institucionalização e a maturidade. Os objetivos iniciais não serão substituídos nesse processo, mas sim articulados durante o processo evolutivo da organização, de modo que uma determinada origem do partido pode influenciar seu grau de institucionalização. Entretanto, buscará aqui dar conta apenas da fase da institucionalização dos partidos investigados, por considerarmos ser mais pertinente ao desenho temporal da pesquisa.

Quanto à institucionalização, existem dois processos que se desenvolvem ao mesmo tempo, gerando a institucionalização: o desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização e o desenvolvimento de lealdades organizativas difusas. O primeiro relaciona-se ao fato de que, para sobreviver, o partido necessita distribuir incentivos seletivos para alguns de seus membros. Já o segundo, depende da distribuição de incentivos coletivos para os militantes do partido e, também, para a parcela externa que se relaciona com a organização, o eleitorado fiel.

Como a institucionalização não ocorre da mesma forma nas organizações, Panebianco (2005) propõe um *continuum*, indo de instituições fortes a instituições fracas pelo grau de institucionalização adquirido pelos partidos em seu desenvolvimento. A mensuração desse grau dependerá da confluência de duas dimensões: o grau de autonomia do ambiente externo⁷

⁷ Panebianco (2005, p.105), sobre a autonomia do ambiente externo, aponta que o partido de massas proposto por Duverger apresentaria o máximo de institucionalização possível. No outro extremo, o partido que tem pouca ou nenhuma autonomia em relação ao ambiente externo, que depende financeiramente de grupos externos. Tanto o caso de extrema autonomia quanto ao de total dependência constituem-se como situações limites, pois “[...] nenhum partido é totalmente privado de autonomia pelo ambiente, nenhum partido tem condições de desenvolver uma autonomia em relação ao ambiente assim tão forte como o partido de massa de Duverger”.

e o grau de sistemicidade do partido que mede a coerência da estrutura interna da organização.

A burocracia exercerá uma importância considerável no processo de institucionalização dos partidos. A exigência de procedimentos formais, assim como a necessidade de certa especialização nas suas relações com outras organizações, pode imprimir novas dinâmicas de interação e relações de poder entre os diversos atores envolvidos nas atividades internas e externas dessas instituições.

Dessa forma, partidos mais institucionalizados possuem uma burocracia fortemente desenvolvida, apresentam maior autonomia sobre o seu ambiente, controlam e/ou descentralizam suas fontes de financiamento, o que acaba diminuindo as incertezas provocadas pelo ambiente à organização. Por outro lado, partidos pouco institucionalizados são menos burocráticos, menos autônomos em relação ao ambiente, o que os torna mais dependentes de organizações externas, pois exercem pouco controle sobre os recursos necessários para seu funcionamento.

O argumento principal que será defendido nessa tese parte do pressuposto de que o tipo de recrutamento e processo de seleção dos candidatos a vereador adotados pelos partidos. Será influenciado pelas características do modelo originário e do grau de institucionalização propostos por Panebianco (2005). Para medir esse grau de institucionalização nos partidos, o autor sugere os seguintes indicadores:

- a) O grau de desenvolvimento da organização extraparlamentar central: refere-se ao aparato da burocracia partidária centralizada. Quanto mais institucionalizado for a organização, mais burocratizada e centralizada será. Nesse sentido, a centralização aparece como uma consequência da burocratização.
- b) Grau de homogeneidade entre as subunidades da organização: considerando-se o mesmo nível hierárquico, deve haver uma coerência estrutural, ou seja, as associações locais devem se estruturar da mesma forma no território nacional. Caso contrário, nas instituições fracas, tendem a ocorrer diferenças organizativas.
- c) Financiamento: quanto mais institucionalizado for um partido, deve possuir uma pluralidade de recursos financeiros e estes devem ser regulares, o que gera maior autonomia da organização. Irregularidades e menos diversificação nas

fontes de financiamento podem ocorrer em uma instituição mais fraca, ou seja, mais dependente de outras organizações.

- d) Relações com as organizações colaterais externas: determina o grau de autonomia dos partidos: quanto mais institucionalizados, mais independentes da influência das organizações externas.
- e) A correspondência entre as normas estatutárias e as ações efetivas do partido: apesar do estatuto não descrever a distribuição efetiva do poder dentro da organização, quem controla a instituição deve ser formalmente reconhecido e não de forma oculta. Os limites e as ações devem ser claros e definidos nas regras do jogo.

Esses indicadores estão relacionados com as duas dimensões propostas pelo autor para analisar a institucionalização dos partidos políticos. Os itens **a**, **b** e **e**, relacionados com a burocracia, coerência da estrutura organizacional e o aparato legal, através dos estatutos, dizem respeito a dimensão da sistemicidade, enquanto os indicadores **c** e **d**, tratando das questões sobre financiamento e relação com as organizações externas, dão conta de compreender a dimensão da autonomia partidária.

O modelo proposto por Panebianco (2005) constitui-se em um marco importante na Ciência Política para os trabalhos que buscavam discutir a questão da institucionalização das organizações partidárias. Pesquisas⁸ posteriores passaram não só a utilizar como parâmetro os indicadores propostos pelo autor, mas também utilizaram esses mesmos indicadores como referência para rediscutir teoricamente essa questão.

Adaptando os indicadores deste autor à realidade empírica, foram elaboradas fontes de mensuração para aqueles possíveis de serem capturados com os dados encontrados nesta pesquisa. Entretanto, um dos indicadores é a modalidade de financiamento. Porém, com a mudança da legislação brasileira proibindo o financiamento privado de pessoas jurídicas nas eleições de 2016, passando as organizações a dependerem essencialmente dos fundos partidários, optou-se por não mensurar esse indicador. Além disso, durante a pesquisa de campo, a coordenação das contas eleitorais e as zonais eleitorais do TRE-BA informou que os partidos não costumam repassar fundo para os órgãos municipais, mesmo pela regra institucional sendo uma obrigação dos diretórios estaduais. No quadro abaixo segue um resumo dos indicadores que serão utilizados no último capítulo a fim de comparar os processos de seleção de candidatos.

⁸ Por exemplo, ver os trabalhos de Randall e Svasand (2002), Daza (2005) e Freidenberg e Levitsky (2007).

Quadro 1 - Indicadores empíricos da institucionalização partidária

Dimensão	Indicadores empíricos	Fontes de mensuração
Sistemicidade	Desenvolvimento da burocracia central do partido → Centralização das decisões.	Constatar presença de Diretório ou Comissão Provisória na organização nacional, estadual e local.
	Coerência estrutural entre as subunidades → homogeneidade da organização.	Verificar se há coerência entre a estrutura local dos órgãos partidários com as estruturas locais das outras capitais brasileiras.
Autonomia partidária	Autonomia do limite organizativo.	Constatar se o partido possui sede própria efetiva no município;
	Relação com outras organizações externas.	Verificar se houve indicação externa na seleção de candidatos;
Sistemicidade	Correspondência entre as normas estatutárias e ações efetivas do partido.	Analisar a legitimidade e o controle da coalizão dominante do partido;

Fonte: Elaboração própria através da adaptação da teoria de Panebianco (2005), dos dados do TSE, estatutos partidários e da pesquisa empírica.

Panebianco (2005) alerta que a tipologia construída considera, teoricamente, os partidos comparados em “igualdade de condições”. Entretanto, adverte que, quando experimentadas no mundo empírico, essa igualdade deixa de existir e outros fatores ambientais podem ter interferido nos níveis de institucionalizações por eles alcançados.

Feito essa ressalva, aqui operacionalizamos essa ferramenta teórica para a realidade dos doze partidos brasileiros disputando as eleições de 2016 na capital baiana. De todo modo, não é propósito dessa pesquisa afirmar se alguma organização aqui investigada é ou não institucionalizada. Parte-se do pressuposto do autor que a persistência desses partidos desde a sua origem até a competição desse pleito já é um indicativo que possuem algum grau de institucionalização.

Tarouco (2010), adaptando o conceito de institucionalização de Rose e Mackie⁹ (1988), analisa os partidos brasileiros a partir dos resultados eleitorais. A literatura acima utilizada como referência defende que a institucionalização é um pré-requisito da sobrevivência das organizações, considerando a persistência dos partidos de eleição em eleição como um indicador forte de institucionalização. Como veremos no segundo capítulo, pelo menos nas últimas eleições municipais em Salvador (2008, 2012, 2016), os doze partidos vêm concorrendo ao poder legislativo desta cidade.

⁹ São três elementos que envolvem a teoria utilizada por Tarouco (2010, p. 173): “organização competitiva no nível de eleições nacionais, apresentação de candidatos às disputas eleitorais nacionais e permanência na competição por sucessivas eleições”.

A autora salienta que as teorias sobre institucionalização de partidos privilegiam a questão da estabilidade por levarem em conta o tempo de suas trajetórias. Então, falar de institucionalização é também falar da continuidade dessas organizações ao sobreviverem a lógica do próprio tempo. Segundo o critério utilizado por Tarouco (2010), da persistência no tempo das eleições nacionais, todos os partidos analisados nesta tese estavam institucionalizados desde as eleições de 2006, com a exceção do PSOL e PRB, criados em 2004 e 2005 respectivamente. Portanto, quando foi realizada esta pesquisa, tinham disputado apenas uma eleição nacional.

A conclusão de Tarouco (2010, p. 180-181) vem elucidar os caminhos da opção pela comparação dos partidos através da institucionalização, pois ela demonstrou que o sistema partidário brasileiro abriga partidos institucionalizados, e que os contrastes que poderão ser encontrados “[...] apenas indica que partidos podem se desenvolver e se estabilizar mesmo sem aprofundar raízes sociais e sem se desvincular da condução personalista dos seus líderes”. O propósito dessa seção foi mostrar a utilidade do conceito e dos indicadores da institucionalização para analisar as questões partidárias.

1.3 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS NA LITERATURA NACIONAL

O objetivo dessa seção é apresentar, de forma panorâmica, como o tema do recrutamento e seleção de candidatos tem sido abordado pela literatura brasileira das Ciências Sociais, em especial as metodologias que vêm sendo trabalhadas, seus recortes analíticos e resultados alcançados, até então, com o intuito de demonstrar a importância dessas pesquisas para compreender melhor o funcionamento das organizações partidárias no Brasil.

Enquanto que a literatura internacional se debruça sobre o tema desde os anos 80, no Brasil, até pouco tempo atrás, era ainda um tema quase desconhecido. Entretanto, a partir do século XXI, começam a surgir uma série de estudos de caso abordando a questão do recrutamento e seleção de candidatos. Apesar de acreditar que permaneça válida a afirmação de Nicolau (2006, p. 695) de que “[...] ainda conhecemos pouco sobre o processo pelo qual os partidos escolham os seus candidatos” a produção acadêmica sobre essa problemática tem crescido bastante, como apontam Braga e Veiga (2009).

Perissinotto e Bolognesi (2009, p. 145) indicam que a abordagem internacional sobre o recrutamento das elites políticas nas democracias tem sugerido que, a análise deve iniciar pelo estudo do processo seletivo dentro dos partidos políticos. No Brasil, a literatura parece ter seguido caminho semelhante.

Os estudos sobre recrutamento nos partidos políticos se iniciaram nos anos 1960, sob o domínio da sociologia política. Braga e Bolognesi (2013) destacam como pioneiros os trabalhos de Pitta e Arruda (1966), Moreira (1967), Leopoldi (1973;1977), Nunes (1977; 1978), que se propuseram a discutir o perfil social dos candidatos selecionados pelos partidos no estado do Rio de Janeiro. Enquanto Fleischer (1976) realizou, em nível nacional, um levantamento extenso sobre as carreiras políticas dos deputados federais e estaduais, Schmitter (1971) e Cardoso (1975) pesquisaram vínculos entre os deputados e grupos de interesse.

Após o período da redemocratização e consolidação das instituições democráticas ao longo dos anos 1990, aumentou o interesse pelo tema do recrutamento político pelos partidos políticos, em especial o processo de seleção de candidatos. Sobre a influência da sociologia política, se encontra o trabalho de Rodrigues (2002; 2006), discutindo relações entre partidos, composição social das bancadas partidárias na Câmara de deputados, bem como as mudanças na classe política brasileira.

A perspectiva neoinstitucionalista também trouxe novas possibilidades de agendas de pesquisa no Brasil sobre essa temática, podendo destacar as pesquisas de Santos (1997) e Messenberg (2002). Influenciados pelo modelo de análise elaborado por Hazan e Rahat (2001), a exemplo, surgem os trabalhos precursores de Braga (2008), ao lado que, inspirados mais pelo método criado por Siavelis e Morgenstern (2009) estão os esforços de Braga e Bolognesi (2013) e Samuels (2008), que, inclusive, agrega algumas questões analíticas do modelo de Norris (1997). Seguindo essa linha, também temos os trabalhos pioneiros de Álvares (2004; 2008).

Esse é um campo de pesquisa que vem crescendo no Brasil, de maneira que já se acumulam vários trabalhos que contribuem para desvendar esta questão tão importante para a consolidação e fortalecimento da nossa democracia. Braga e Praça (2007) destacam a importância dos estudos sobre a natureza e os resultados do processo de seleção para os partidos políticos, isso por que os candidatos representarão essas organizações tanto nas eleições quanto nos cargos executivos ou legislativos. Além disso, o próprio caráter político dos partidos pode ser afetado por esse processo, também permitindo analisar a dinâmica intrapartidária e as etapas de maior conflito nas competições eleitorais.

Álvares (2008), utilizando os modelos do *gatekeeper* de Norris e Lovenduski (1995) e do *selectorate* de Hazan (2002), analisa a seleção de candidaturas e os degraus de acesso aos cargos legislativos com o objetivo de discutir os obstáculos do acesso das mulheres na competição eleitoral no Brasil. Segundo a autora, a pouca integração das mulheres nas

estruturas partidárias, como a baixa competitividade eleitoral das candidatas, constituem-se como grandes empecilhos para resultados mais equilibrados nas eleições entre os gêneros.

Mesmo avançando nas pesquisas sobre o tema e debruçando também sobre as características do sistema político brasileiro, Braga, Veiga e Miriade (2009, p. 124) admitem que “[...] de fato, independentemente de qual seja o sistema, o objetivo final é angariar votos e, portanto, candidatos com apelo eleitoral são sempre bem vindos, incentivam e mesmo constroem para a sua aceitação”.

Enfoques de alguns estudiosos sobre sistema partidário brasileiro que o avaliam como frágil tendendo a baixa institucionalização contribuem para colocar em questão o funcionamento e o papel dos partidos políticos na nossa democracia. Ao enfatizar o caráter personalista centrado nas lideranças, Mainwaring (1999) argumenta que isso levaria a um enfraquecimento destas instituições, na medida em que os candidatos os utilizavam apenas para necessidades formais de ingresso na vida política.

Para defensores dessa teoria, a fraca institucionalização dos partidos políticos, a autonomia dos políticos brasileiros produziria organizações partidárias frágeis. Mainwaring (1999), observando as regras do sistema eleitoral brasileiro e a natureza descentralizada do processo de seleção dos candidatos a cargos eletivos, acredita que, comparado aos partidos europeus, no Brasil o controle das lideranças sobre o processo de seleção e formação de listas de candidatos é mais fraco. Isso devido a uma explicação institucional com base em duas regras eleitorais: a adoção da lista partidária aberta, que acabaria estimulando o individualismo, e o dispositivo da candidatura nata, presente até as eleições municipais de 2000.

Essa explicação está muito presente na literatura, que adota a perspectiva institucionalista para compreender os fenômenos partidários. Segundo esses teóricos, a influência do partido na seleção de candidatos varia conforme o tipo de sistema eleitoral e a estrutura de autoridade partidária. Nesse sentido, o sistema eleitoral proporcional de lista fechado proporcionaria um controle maior dos partidos sobre a escolha dos nomes que irão compor as listas.

O sistema proporcional de lista aberta permitiria uma influência maior dos eleitores na escolha dos candidatos, o que acarretaria uma diminuição da influência e controle das lideranças partidárias nesse processo de seleção. O dispositivo de candidatura nata acabava retirando o peso dos partidos políticos para a composição dessas listas, já que previamente eles já seriam candidatos.

Trabalhos como os de Braga (2008) vêm apontando para caminhos contrários, ao defender que os partidos não são tão frágeis e desorganizados como parte da literatura indica. Pelo contrário, eles são capazes de controlar o processo de seleção de candidatos.

Se por um lado, independente do tipo de sistema eleitoral, haverá políticos dispostos a investir maior energia e mais recursos visando sua carreira pessoal, por outro lado, haverá políticos trabalhando para manter a organização partidária funcionando e mesmo cooperando com diversos recursos para incrementar e fortalecer a estrutura organizacional (BRAGA, 2008, p. 458).

Dessa maneira, não somente haverá candidatos dispostos a manter sua posição no partido, como o mesmo poderá contribuir na sua trajetória política. Nesse sentido, “[...] os partidos buscam sua estabilidade organizativa, isto é, procuram manter uma linha de autoridade no seu interior [...]”, como aponta uma das premissas defendidas por Braga (2008, p. 458). Principalmente, através dos seus dirigentes que, a partir do controle do acesso a lista e dos recursos partidários importantes, acabam ordenando informalmente os candidatos.

Sobre isso, Guarnieri (2004, p. 102) mostrou ao examinar as regras partidárias que os partidos possuem mecanismos de controle do processo de seleção de candidatos. Dentre esses mecanismos citou: “[...] o controle de filiações, a nomeação dos candidatos, o controle do acesso ao processo eleitoral interno, o controle das regras que dirigem esse processo e o poder de intervenção em diretórios”.

Ao observar que as organizações partidárias utilizaram como estratégias inscrever listas de candidatos com os limites de número reduzido ao limite legal, bem como apostar em poucos candidatos viáveis, o autor constatou que o processo eleitoral é muito concentrado. E defendeu que “[...] esta concentração é fruto da ação das lideranças partidárias no sentido de reduzir as incertezas do jogo eleitoral, gerando um efeito similar ao da lista fechada” (GUARNIERI, 2004, p. 103).

Essas contribuições são muito importantes porque, além de destacar a relevância e o poder dos partidos como organização, também desmistificam a ideia de que as características do sistema eleitoral brasileiro, como lista aberta, produzem incentivos que favorecem a ação individual, personalistas dos candidatos perante seus partidos. Ou seja, a explicação do “voto pessoal” para compreender o jogo político da competição eleitoral no Brasil precisava ser revista na medida em que o próprio sucesso eleitoral dos candidatos, muitas vezes, era controlado pelos próprios partidos.

Esses achados corroboram ainda com os trabalhos de Figueiredo e Limongi (1996), que defendem a força e o controle dos partidos também na arena parlamentar. Todavia,

Guarnieri (2004) adverte que isso não significa que essas organizações estejam promovendo uma maior integração dos eleitores ao sistema político ou estejam sendo transparentes e claros quanto a esses processos. A força desses partidos está “[...] no sentido em que restringem as ações dos políticos e protegem uma elite política” (GUARNIERI, 2004, p. 104).

Seguindo esse caminho, Marques (2010, p. 126) deixa claro que “[...] estudar a seleção de candidatos remete à necessidade de observar a distribuição de poder dentro do partido”, poder este que pode tanto estar regimentado por seu estudo, como também observado nas ações e trâmites internos realizados pelas suas principais lideranças políticas. O controle sobre as listas dependerá dos procedimentos adotados por cada organização em cada disputa eleitoral.

As interferências na carreira política, no âmbito do recrutamento de potenciais selecionáveis para a arena de disputa eletiva, são bem mais amplas do que as partidárias, no sentido institucional, em detrimento de todo o contexto social prévio ao filtro partidário. Entretanto, um notório representante público sucede uma peneira organizacional, em função de a rota de transição rumo à vida política atrelar-se ao *modus vivendi* de um partido político (MARQUES, 2010, p. 132).

Ao advertir sobre os filtros sociais que antecedem ao recrutamento partidário, o autor também reafirma os filtros que se estabelecem nessas organizações para escolher futuros representantes e como estes acabam potencializando carreiras políticas. Ou seja, qualquer um que desejar um cargo legislativo estará sujeito a critérios e restrições características de cada partido.

Dentre os trabalhos pioneiros sobre o recrutamento da elite política, destaca-se Partidos, Ideologia e Composição Social de Rodrigues (2002). Embora o autor reconheça que, parte da literatura vem resgatando a força dos partidos brasileiros em estudos mais institucionalistas, principalmente analisando o funcionamento dos partidos na esfera legislativa e na competição eleitoral, Rodrigues (2002) marca sua contribuição na relação dos partidos com a sociedade a partir da análise da composição social das principais bancadas da Câmara Federal. Com sua pesquisa, procurou buscar diferenças de representação no recrutamento dos partidos sob o ângulo da ideologia.

A intenção principal dessa pesquisa foi tentar achar diferenças marcantes na composição social das bancadas dos partidos investigados e que, estas correspondessem a posicionamentos ideológicos reconhecidos como de direita, centro e esquerda. O que não se esperava era que “[...] os partidos possuíssem bancadas socialmente homogêneas e excludentemente diferenciadas umas das outras” (RODRIGUES, 2002, p. 32).

Dessa maneira, mesmo o recrutamento parlamentar sendo realizado em espaços sociais e ocupacionais diversos, isso não descarta possibilidades de haver grupos sobre-representados e outros sub-representados nas bancadas, independente de sua identidade ideológica. Para Rodrigues (2002), quatro são as principais categorias sócio-ocupacionais de recrutamento realizado pelos partidos: empresários (principalmente do setor urbano), profissionais liberais (em maioria médicos e advogados), funcionários do Estado (mais nas instâncias federais e estaduais) e por fim, professores.

Foi constatado que a maior parte dos parlamentares (44%) pertencia ao grupo dos empresários, seja como proprietários, sócios ou administradores. Em seguida os profissionais liberais ou intelectuais, como demarca Rodrigues (2002), detinham a outra parte mais significativa que, juntos com os empresários, representavam 75% do universo da Câmara de Deputados. Depois, os mais presentes foram os funcionários públicos e os professores.

Pesquisas mais voltada para o recrutamento dos parlamentares eleitos também tem se destacado. Marengo (2008) reconhece também que as variáveis mais frequentes em estudos sobre recrutamento político referem-se, em especial, as origens, posição social e ocupação prévia dos integrantes da classe política. O autor constata que, para uma melhor compreensão das condições de ingresso e mobilidade na carreira política do indivíduo, seria eficaz analisar indicadores que nos mostrem o momento de início da atividade política, a trajetória percorrida e o tempo gasto entre o *début* e a conquista de postos políticos nacionais. “Não se trata apenas de uma projeção de estruturas sociais sobre as instituições políticas, mas de oportunidades e obstáculos oferecidos pela competição política aos indivíduos originalmente portadores de diferentes recursos sociais” (MARENCO, 2008, p. 12).

Conhecer melhor a trajetória dos parlamentares nos permite discutir os meandros da democracia representativa a partir dos perfis presentes nas casas legislativas. Isso pode nos levar a desvendar padrões de capitais políticos recrutados por determinado partido e a relação com suas organizações. Desse modo, o autor tentou recuperar as possibilidades de estudo das elites políticas “[...] para enfrentar o desafio posto a teoria das instituições que consistem em endogeneizar a explicação para a formação, continuidade e mudança institucionais” (MARENCO, 2008, p.20).

Perissinoto e Miríade (2009) também acreditam que estudar as características das elites políticas seja importante para compreender melhor o funcionamento dos sistemas políticos. “Se as regras do jogo são importantes, os jogadores também o são” (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009, p. 301). Ou seja, além das regras institucionais, “[...] a natureza dos atores politicamente estratégicos que manejam as instituições” também deve ser

levada em consideração para entender a nossa poliarquia (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009, p. 301).

Ao analisar o recrutamento dos candidatos e eleitos para deputado federal nas eleições de 2016, esses autores chamam a atenção para o fato que, somente nos partidos de esquerda o candidato ter sido vereador antes aumenta em mais de três vezes as chances de sucesso eleitoral, o que nos aponta para a importância do cargo de vereador na continuidade daqueles que desejam desenvolver carreiras políticas no Legislativo brasileiro.

Apesar da importância dos estudos sobre recrutamento e elites com foco principal nos perfis políticos, todavia, Bolognesi (2013) aponta que muitos desses trabalhos sobre recrutamento legislativo como o de Rodrigues (2002) e Santos (2001) reforçam a ideia de homogeneidade da composição social da Câmara de Deputados quanto ao background socio-ocupacional dos eleitos, o que leva a supor uma ação alinhada das elites locais para buscar reproduzir as características sociais celebradas no país.

Nesse sentido, muitos desses estudos acabam não analisando o papel dos partidos, principalmente das suas lideranças, no momento que antecede as escolhas realizadas pelo eleitorado, o que motivou uma parte da Literatura centrar mais esforços debruçando sobre questões mais ligadas ao processo de seleção de candidatos das organizações partidárias em si.

Com isso, não significa que estes trabalhos seguem caminhos contrários à literatura sobre recrutamento e perfis políticos, apenas expressam enfoques diferenciados de um mesmo dilema em estudar os meandros que rodam as carreiras políticas, pois

[...] carreira remete a trilha, caminho e este sempre possui um princípio. O princípio que envolve uma carreira política é justamente toda a disputa política prévia a visualização do candidato enquanto ‘escolhido’ para representar um interesse de grupo (MARQUES, 2007, p. 11).

Buscando uma conexão entre organização partidária, recrutamento político e democracia representativa, Braga, Veiga e Miríade (2009) investigam o recrutamento e o perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. Para tal objetivo, as autoras também seguem a teoria da organização dos partidos de Panebianco (2005), priorizando uma de suas zonas de incertezas que as elites partidárias devem controlar para se obter o sucesso da estabilidade organizativa de um partido: o recrutamento político, e também analisam o controle sobre o acesso à lista partidária.

Os achados dessa pesquisa revelaram que as lideranças dos partidos centralizaram um poder muito grande no processo de recrutamento e formação das listas de candidatos, e também que o método de indicação prevaleceu sobre o de votação nos meios usados pelos

dirigentes para controlarem o acesso a essas listas partidárias, bem como as estratégias utilizadas quanto ao quantitativo de candidaturas que foram entregues ao TRE.

Além disso, seguindo a lógica de avaliar o grau de inclusão e/ou exclusão¹⁰ da elaboração das listas de Hazan e Rahat (2010), Braga, Veiga e Miriade (2009, p. 140) mostraram empiricamente que “[...] o partido mais inclusivo (no caso o PT) no recrutamento seria também o mais inclusivo no que se refere ao resultado da composição da lista, demonstrando-se mais aberto para as diversidades da sociedade”.

Carneiro (2009), em sua tese sobre seleção de candidatos nas eleições de 2010 ao cargo de deputado federal, ressalva que o trabalho de montagem das listas concentra-se num número bem reduzido dos dirigentes que buscam perfis específicos de nomes com maior potencial eleitoral visando aumentar sempre o número maior de cadeiras possíveis. Nesse sentido, destaca a importância das estratégias partidárias na elaboração das listagens que tendem a compor como espécie de formato de pipa. Segundo a autora, a lista é composta de três partes: a ‘cabeça’ reunindo os candidatos com maior potencial eleitoral; o ‘corpo’ contendo candidatos com votação expressiva, mas não tão quanto o primeiro batalhão; e por fim, ‘o rabo’ que aglomeraria aqueles nomes com poucos votos mas extremamente úteis na meta do maior quociente. E que, para cumprir esse fim eleitoral, o partido busca candidatos dentro e fora das organizações.

O estudo de Bolognesi (2013, p. 45) sinaliza que a seleção de candidatos é um processo privilegiado para entender o modo como os partidos políticos elaboram a disputa pelo poder, e que esse pode ser um indicador relativo para discutir e avaliar graus de democracia interna nessas organizações. Freidenberg (2003) demonstra em seus trabalhos sobre a América Latina que essa questão da democracia interna dos partidos pode representar efeitos do processo de institucionalização partidária.

Nesse sentido, Bolognesi (2013, p. 46) sugere que “[...] é preciso verificar empiricamente se a relação institucionalização – seleção de candidatos – democracia interna encontra apoio nas evidências empíricas”. Será considerando essa possibilidade de agenda de pesquisa, que também versará esta tese, a partir da realidade empírica da seleção de candidatos pelos partidos políticos no município de Salvador.

Como se vê, na literatura brasileira tanto sobre recrutamento das elites políticas, quanto da temática da seleção de candidaturas, a maioria dos trabalhos está voltada para

¹⁰ A seleção das listas seria mais inclusiva quando realizada com a maior participação dos envolvidos como de filiados ou órgão colegiado do partido e o mais exclusivo com menor participação como seleção realizada por único líder do partido.

questões relativas as eleições para cargos legislativos nas esferas federal e estadual. Altmann (2009) adverte que ainda se sabe muito pouco sobre estes processos, tendo em vista as esferas municipais de poder, e ainda ressalva que muitas pesquisas são voltadas para os resultados dos processos eleitorais, ou seja, para o universo dos representantes eleitos. Dessa forma, alerta que a categoria “candidatos” não tem despertado a mesma atenção dos pesquisadores. “Há uma diversidade de agentes que a cada processo eleitoral buscam ocupar uma vaga nas diferentes esferas institucionais de poder e são mal sucedidos”, afirma (ALTMANN, 2009, p. 2). Além dos candidatos que não conseguem vencer essa corrida eleitoral, também estão todos aqueles outros aspirantes, na condição de pré-candidatos, que desejam entrar para esse mundo da política.

Reconhecendo a seleção de candidatos, como sugere Ranney (1981, p.75 APUD ALTMANN, 2009) “[...] um processo predominantemente extralegal no qual os partidos políticos decidem quais as pessoas serão legalmente elegíveis para poderem concorrer a um cargo político em uma eleição”, a autora agrega contribuições importantes para aqueles que buscam compreender as dinâmicas de seleção de candidatos no âmbito municipal.

Embora o cargo de vereador seja o mais antigo do Legislativo, muitas pesquisas têm negligenciado sua importância para a política brasileira, mesmo sendo este cargo uma porta de entrada para as carreiras políticas, pois acaba proporcionando experiências para competição eleitorais maiores, seja nas assembleias estaduais ou no Congresso Nacional.

“Não são muitos os estudos que se concentram na dimensão local da presente experiência democrática no Brasil. Qualquer que seja a abordagem ou objeto de análise, o foco quase sempre incide na esfera nacional,” afirma Almeida e Carneiro (2003, p. 125). A partir de clássicos do pensamento político brasileiro, esses autores buscam motivos para essa escassez de trabalhos sobre esfera local. Uma dessas razões estaria na própria natureza da política local, propagada por essa literatura acima.

O município foi considerado o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos; o espaço da dura realidade do poder oligárquico, do patrimonialismo e das relações de clientela, enraizados na desigualdade da propriedade e das oportunidades econômicas. (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003, p.125-126).

Durante muito tempo, esse pensamento foi alimentado por diversos autores que viam o município como espécie de “antítese da *polis*” (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003, p.126). Somente depois, com o processo de redemocratização, final dos anos 70, que a imagem desses espaços locais começa a ser redefinida. Principalmente quando estes são transformados em entes federativos, com a Constituição de 1988.

Altmann (2010), ressalta, entretanto, que esta concepção, infelizmente, ainda continua, visto que estudos ainda sustentam essa lógica para compreender, inclusive, a atuação dos vereadores. Lopez (2004) também adverte que a literatura institucionalista apresenta poucos trabalhos sobre a dinâmica da política nos municípios. Para o autor isso se deve a ideia de que a “política municipal é menos relevante para compreender o sistema político de maneira mais ampla, além de ter menor importância do ponto de vista teórico.” (LOPEZ, 2004 p. 153).

Em sentido contrário, segue a contribuição de Almeida e Carneiro (2003) ao mostrar a importância do poder local para a democracia no Brasil. Por ser também um ente federativo, possui autonomia política, administrativa, legislativa e financeira. A disputa eleitoral nos municípios possui especificidades que lhes são próprias, mas, também estão associadas a questões do sistema partidário brasileiro e da lógica do comportamento dos partidos nessas esferas locais.

O município é uma arena de disputa eleitoral e de decisões de governo com perfil, instrumentos e recursos específicos. Quando se trata de formar o governo municipal, as escolhas dos eleitores podem ser feitas considerando apenas suas consequências prováveis no âmbito local. Políticos podem traçar estratégias de disputa por votos sem se preocupar com o que ocorre nas outras esferas da Federação; os partidos, na busca de êxito em pleitos municipais, tem de adaptar objetivos de escopo mais amplo às peculiaridades da competição em cada município. (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008, p. 407).

Esses autores defendem que há, inclusive, uma conexão entre os diferentes níveis de governo e o sistema de partidos – principalmente a partir das bases municipais. Ainda sobre pesquisas locais, Keurbauy (2008, p. 2) aponta para a “[...] relação entre o sistema partidário local e as Câmaras Municipais, assim como o seu papel na arena eleitoral, procurando dimensionar a importâncias das organizações partidárias locais”.

Sobre o foco da seleção de candidaturas de âmbito local, Altmann (2010) sinaliza que, apesar da pouca produção, isso não representa ausência de estudos. Trabalhos como Marques (2007) e Braga e Veiga (2009) e da própria autora, seguiram esse campo da política. Em se tratando de estudos sobre recrutamento e carreiras políticas, que objetivaram o cargo de vereador, não ficou evidente que este cargo serve como trampolim para outros cargos mais alto na carreira legislativa. Santos (2000) mostra inclusive que vem declinando o número, não ultrapassando 20%, de deputados federais que iniciaram sua carreira no legislativo municipal.

Não se trata, porém, de desprestigiar, com esses dados, a disputa pelo cargo de vereador. Mas, pelo contrário, sim, de valorizar a sua importância nas disputas eleitorais, que, inclusive, são as mais competitivas, considerando o alto número de candidatos pleiteando uma vaga. Braga e Veiga (2009), ao analisar o recrutamento político na esfera local sob a ótica das

organizações partidárias, buscam compreender quais partidos têm o maior controle sobre o processo de seleção dos candidatos a vereador e por consequência do seu sucesso eleitoral.

Partindo do argumento de que os diretórios municipais têm a função legal de organizar as listas partidárias e também dos conceitos de institucionalização partidária de Panebianco (2005) e o de articulação política de Duverger, as autoras demonstraram empiricamente que os partidos com uma estrutura mais institucionalizada tendem a controlar melhor esse processo de escolha de nomes. Braga e Veiga (2009) já apontaram para a relevância de considerar a estrutura organizacional das organizações partidárias para analisar o processo de seleção de candidatos, inclusive estudando as listas partidárias para a Câmara Municipal de Salvador, Curitiba e São Paulo.

Nesta pesquisa foram destacados os seguintes valores no momento de definição das listas pelos selecionadores: o potencial de voto dos pretendentes; o compromisso que ele apresenta com o partido; a ideologia ou grupo que representa; ser filiado ativo no partido; ser comunicativo; ter apoio a família e muita disposição para a campanha (BRAGA; VEIGA, 2009, p.22). Ainda sobre os critérios utilizados pelos partidos em eleições na capital baiana, Braga e Tarouco (2010, p.12), mostram que “[...] enquanto alguns partidos são mais pragmáticos, preocupando-se com a viabilidade das candidaturas, outros adotam critérios estritamente políticos”.

Independente dessas escolhas pelos partidos, a questão crucial aqui discutida é o papel crucial que essas organizações exercem no controle dessa atividade de recrutar e selecionar candidatos. Sobre esse papel como agentes que estruturam a disputa eleitoral, vejamos a afirmação de Braga e Tarouco (2010, p. 2):

São eles que escolhem entre seus filiados os candidatos aos cargos eletivos em disputa nas eleições para as esferas de poder (municipal, estadual e nacional). Além disso, articulam as estratégias coligacionistas e chapas entre essas dinâmicas de competição para os executivos e legislativos. Também distribuem recursos públicos e privados entre seus candidatos, negociam apoios de setores sociais e grupos de interesse às campanhas e acompanham todas as etapas da votação e apuração dos resultados eleitorais, entre outras atividades necessárias à realização das eleições.

Dessa forma, pesquisadores nessa linha vêm demonstrando a importância e a força da organização partidária no Brasil no controle sobre esses processos, desconstruindo a ideia propagada por Mainiwaring (1997, p. 337), que aqui o contexto político e a legislação eleitoral impediram “[...] os esforços de construção de partidos políticos mais efetivos”. Mesmo ainda se sabendo pouco sobre os partidos nos municípios brasileiros, Roeder, Bolognesi e Cruz (2017, p.10), em trabalho recente, afirmam que “[...] não é válido supor sem

comprovações empíricas que se tratam de partidos personalistas, com foco em líderes e práticas clientelistas”.

Esta parte do capítulo buscou apresentar, de forma breve, como a literatura no Brasil vem abordando a temática do recrutamento e seleção de candidatos nas organizações partidárias. Como foi exposto por alguns autores, ainda são poucas as referências que analisam a relação dessa organização com a arena eleitoral, em especial sobre questões relativas ao poder local.

Os principais motivos de limitação de trabalhos com essa ênfase são diagnósticos bastante críticos de uma parte da literatura, como Mainiwaring (1997), sobre os partidos brasileiros que os caracterizam como frouxos, poucos institucionalizados e retificam o individualismo e a autonomia dos políticos brasileiros frente a suas organizações partidárias; dificuldades em obter dados sobre a seleção de candidatos, uma vez que não existem registros oficiais de todo o processo; e por fim, a existência de regras informais que interferem no funcionamento dos partidos torna ainda mais difícil esse campo de pesquisa, pois poucas pessoas teriam acesso a essas informações.

Mesmo com essas dificuldades, todavia, esta pesquisa vem contribuir para esse campo de estudo que reconhece os partidos brasileiros como monopólio da representação e a importância do processo de seleção de candidatos para o funcionamento de qualquer partido do sistema político no Brasil. Toda essa discussão pode ser retomada em novas bases a partir do momento em que se tornem mais claros os efeitos da atual crise política sobre os sistemas partidário e eleitoral. O que era verdade até o início da outra década, pode ter deixado de ser.

Por fim, as contribuições aqui apresentadas não tiveram a intenção de buscar respostas prontas e consolidadas, e sim de indicar esforços de um novo campo de investigação, cujo principal interesse está em proporcionar estímulos para a formulação conforme sinaliza Altmann (2009, p.185), “[...] de uma agenda de pesquisas sobre o assunto, menos formal e mais próxima dos *jardins secretos* da elaboração das listas partidárias”. Nesse caminho, segue a contribuição desta tese: compreender empiricamente a seleção de candidatos ao cargo de vereador na capital do Estado da Bahia, dando continuidade aos esforços da literatura apontada, ampliando, assim, os conhecimentos dessa área incipiente, mas que vêm crescendo na Ciência Política brasileira. A última seção deste capítulo se debruçará sobre a seleção de candidatos enquanto parte do recrutamento legislativo e a questão da representatividade das listas.

1.4 SELEÇÃO DE CANDIDATOS E A REPRESENTATIVIDADE DAS LISTAS

Os partidos políticos nas democracias representativas se constituíram enquanto organizações detentoras do monopólio da representação política. Isso porque eles são, em muitos países, únicas instituições responsáveis por recrutar e selecionar candidatos a cargos eletivos. Em seu modelo explicativo para analisar o recrutamento legislativo, Norris e Lovenduski (1995) articulam as dimensões de oferta e demanda sob a influência da economia. Com isso, buscam distinguir fatores que influenciam a oferta de candidatos e fatores que influenciam a demanda dos selecionadores dos partidos.

Com relação aos aspectos da demanda, as transformações sociais fornecem incentivos para o desenvolvimento de novos interesses, identidades e valores, mas também, fundamentalmente, o desenvolvimento e comportamento dos agentes políticos (líderes, movimentos e partidos) que contribuem para a politização da sociedade. Do lado da oferta, teremos que considerar a dinâmica da competição política e as transformações das instituições políticas que afetam a produção e a seleção de potenciais representantes, buscando mecanismos através dos quais o equilíbrio possa ser estabelecido entre os dois lados.

Além de pela demanda e pela oferta, a representação também é influenciada pela disponibilidade de candidatos e pela escolha dos candidatos feita pelos atores individuais e coletivos que ganharam controle do processo de seleção, segundo Norris (1997). O fornecimento será, em primeiro lugar, determinado pelos grupos de elite incumbentes, que se esforçarão para sobreviver (e adaptar-se gradualmente) sob as novas condições institucionais surgidas através das mudanças impostas; seguido por uma categoria de novos empresários políticos, que entram no mercado eleitoral com uma oferta mais inovadora, adaptada especificamente sobre os novos eleitores.

Dessa forma, falar de recrutamento implica em distinguir a análise em três níveis: primeiro, as características externas do sistema político-partidário e, principalmente, as regras da legislação eleitoral. Em seguida, fatores que definem o contexto de qualquer partido, a sua organização, suas regras internas, bem como orientação ideológica. A última análise corresponde a questões que interferem mais diretamente no processo de seleção, como os critérios dos selecionadores e os recursos disponíveis, sem deixar de reconhecer que a motivação, apesar de não ser aqui discutida, pode também apresentar-se como um filtro relevante.

O tema da representação na Ciência Política é bastante complexo. Há na literatura de filosofia e teoria política várias interpretações do conceito de representação que nos levam a

uma multiplicidade de seus significados. Esses significados não são apenas diferentes, mas, muitas vezes, são até contraditórios, seja pelo resultado de diferentes abordagens filosóficas como também pelas transformações históricas do próprio conceito. Pesquisas que vêm discutindo a composição social dos parlamentos e suas relações com a democracia representativa partem da ideia de que um parlamento representativo seja aquele que se aproxima mais de um “retrato” da sociedade que o elegeu.

No quadro dessas diferentes teorias, Hazan e Rahat (2010) advertem que a noção de representação como um reflexo da sociedade, isto é, como representando um microcosmo dela, é apenas uma dentre tantas outras. No entanto, para tratar da representação empiricamente no contexto do recrutamento e estudos eleitorais, mostram que a noção mais usada nas pesquisas é, de fato, aquela que busca refletir a composição demográfica da sociedade. E, no caso dos partidos, olhar a representação demográfica dos atores envolvidos nas eleições.

Desse modo, a literatura de recrutamento e seleção de candidatos¹¹ vem considerando uma instituição como mais representativa aquela que reflete a sociedade em termos de gênero, classe, educação, etnia, religião, etc. Algumas pesquisas também buscaram encontrar uma conexão entre a representação demográfica e o tipo de sistema eleitoral utilizado. Por exemplo, a representação de mulheres foi considerada maior em parlamentos eleitos por sistemas eleitorais proporcionais do que pelos sistemas majoritários. Mesmo assim, os parlamentos continuam sendo não representativos em termos demográficos. Fatos como esses levaram Hazan e Rahat (2010, p. 106) a seguinte reflexão: *are the parties that select candidates from a large pool of aspirants responsible for this phenomenon¹²?*, pergunta que questiona sobre o papel dos partidos e da seleção de candidatos na representação política.

A exemplo dessa literatura acima, Best e Cotta (2000) defendem que as mudanças na composição das elites reflitam variações nos níveis de inclusão política da população que se produz nos processos de democratização. Para eles, existe uma interdependência entre mudanças sociais e a transformação da representação parlamentar. A representação é vista como uma ponte entre a sociedade e a política, pois os conflitos sociais e as estruturas de autoridade são transferidos para a ação política, porém, ao mesmo tempo, instituições e atores políticos guiam, estruturam e interpretam as demandas da sociedade.

¹¹ Dentre essa literatura, os autores citam: Best e Cotta (2000); Norris e Lovenduski (1995).

¹² “Os partidos que selecionam candidatos de um grande grupo de aspirantes são responsáveis por este fenômeno?” (Tradução livre).

Não estamos com isso dizendo que a representação política na democracia deva funcionar como um espelho da sociedade, mas, todavia, podemos pensar que uma maior distância entre elites e sociedade pode ser entendida como uma evidência das dificuldades de acesso que podem ter alguns setores da sociedade aos processos de tomada de decisão e que possam contribuir para que as suas demandas sejam atendidas.

Para Best e Cotta (2007), o conceito de representação é bastante complexo, no sentido de que alia diversos mecanismos institucionais aos processos de identidades, interesses, demandas e opiniões provenientes de setores da sociedade, e que deveriam ser transmitidas por aqueles que governam. Também é o processo através do qual a responsabilidade dos governantes é imposta. Representação, no entanto, não é apenas uma estrada de sentido único da sociedade à política, a partir de baixo para cima; é também um processo de cima para baixo, a partir da política para a sociedade, pelas elites representativas que são responsáveis por tomar a iniciativa de abordar determinados temas, propondo ideias e soluções, moldando interesses e identidades e consultando o consentimento do representado sobre essas propostas.

Em sua pesquisa¹³, Best e Cotta (2007) buscaram aplicar o modelo explicativo da representação como uma imagem de espelho de uma sociedade, através do qual a alteração da composição da sociedade seria refletida numa semelhante alteração da composição do parlamento (o declínio da nobreza na sociedade seria seguido por um declínio similar no parlamento; a ascensão das classes trabalhadoras faria ser traduzido em um aumento paralelo; a concessão de direitos políticos para as mulheres alteraria o equilíbrio de gênero das assembleias representativas, etc.). Mas advertem que esse modelo ignora o papel autônomo da política e que o modelo da representação como imagem do espelho da sociedade nem sempre se aplicava. Contudo, observaram que a mudança da sociedade tenderia à mudança do perfil da elite parlamentar, mas, em geral, um claro paralelismo entre os dois não pode ser estabelecido.

Esses autores apontaram que, a representação como o mecanismo de ligação entre a esfera da sociedade e a política exige um modelo explicativo mais elaborado, tal como o modelo da demanda e oferta, sugerido por Norris (1997). A questão é que a representação democrática não pode ser considerada um simples e direto reflexo da sociedade, uma fotografia ou um processo estatístico, mas sim um fenômeno altamente complexo envolvendo o papel ativo dos atores políticos.

¹³ Best e Cotta (2007) mapearam cuidadosamente semelhanças e diferenças nos perfis dos representantes parlamentares de um determinado período de tempo entre os países da Europa.

Dentre as perspectivas de representação para os estudos de seleção, Hazan e Rahat (2010) apresentam a teoria da representação de ideias e a representação de presença como sendo as mais relevantes. Isso por que uma daria conta às crenças, ideologias, propostas políticas das escolhas dos partidos e eleitores, e a outra nas características descritivas. Os autores alertam o perigo de adotar uma perspectiva em detrimento da outra e acreditam que uma solução possível seja a combinação de ambas, já que nenhuma por si só seja realmente suficiente.

A complexidade da noção de representação e os problemas de que teoria escolher para analisa-la, torna-se mais evidente quando pensamos em procedimentos metodológicos para operacionalizá-la em pesquisas empíricas. Por isso que a representação como presença acaba sendo a mais utilizada nos estudos sobre representação. Phillips (2001), uma das teóricas dessa representação de presença, defende que cada vez mais é necessária a presença física de grupos excluídos nos espaços decisórios. Em resposta aos teóricos que acreditam ainda na representação através apenas das ideias e programas dos representantes, a autora argumenta que não se trata de optar entre uma forma de representação e outra, e sugere que, “[...] é na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação” (PHILLIPS, 2001, p.23).

Diante do enfrentamento das exclusões políticas e em busca de políticas públicas mais inclusivas, cada vez mais o debate sobre a democracia vem girando em torno das presenças políticas. Para Phillips (2001, p. 6), “[...] a representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos”. Seja no debate por maior representação de mulheres, de negros, de igualdade entre as etnias, ou por uma maior abertura a setores mais excluídos das decisões políticas, essa questão perpassa pelas pautas de muitas mobilizações que trazem também a presença desses grupos na arena política como uma questão de representação de identidades e de minorias.

Para Norris e Lovenduski (1995), a oferta de candidatas mulheres e as demandas dos gatekeepers também podem afetar a representação, ao sinalizar que parlamentos tendem a ser formados por setores mais instruídos e mais ricos da sociedade, com presença de poucas mulheres ou minorias raciais. Entretanto, são constituídos nos princípios democráticos de eleições justas. Assim como Hazan e Rahat (2010), também reconhecem a complexidade do conceito de representação política e das contestações em torno da representação demográfica, mas, também adotam esse modelo para suas pesquisas empíricas, e ainda justificam que, ao

longo da história de diversos países existem mecanismos institucionais para tentar amenizar as desigualdades e tornar os parlamentos mais representativos.

As crescentes políticas de cotas nos Parlamentos, que surgiram a partir de reformas políticas em muitas democracias representativas, refletem essa demanda por uma maior presença desses setores mais excluídos. Esses novos mecanismos representativos também são reflexos das demandas de novos movimentos sociais para além das desigualdades de classe apenas, e discutem principalmente questões de identidade, como as de gênero e etnias.

Young (2006), ao discorrer sobre a representação, também aponta que o debate por maior inclusão política nos regimes democráticos mais recentes, tem levado a propostas de representação por grupos sub-representados, principalmente quando estes são minorias ou passam por desigualdades estruturais na sociedade. A autora adverte que:

Cotas para mulheres em listas de candidatos e regras sobre uma certa proporção de membros de grupos raciais ou étnicos minoritários em convenções partidárias frequentemente são modos aceitáveis e desejáveis de promover a inclusão de perspectivas e interesses diversificados. Esse método não discrimina membros de grupos e os inclui nas deliberações partidárias (YOUNG, 2006, p.183).

Pesquisas sugerem que os métodos de seleção de candidatos diferentes podem produzir diferentes resultados de representação, e isto é especialmente notável no que diz respeito aos debates sobre a representação das mulheres. Em particular, tem sido sugerido que existe uma relação entre o grau de inclusão do *selectorate* e o nível de representatividade dos candidatos selecionados, como aponta Rahat, Hazan e Katz (2008). Os autores descobriram que os partidos que adotaram *selectorates* inclusivos, com a participação de mais membros na decisão, produziram um conjunto de candidatos que não eram representativos em termos de gênero.

De fato, é possível reconhecer que os partidos podem influenciar a representação de presença, principalmente reduzindo em seus filtros, sejam formais ou informais, o número de possíveis elegíveis para um número mais reduzido de candidatos escolhidos. Porém, também é preciso reconhecer os limites dessa relação, e que diversos outros fatores mais determinantes têm relação mais direta com a questão de qualquer modelo de representação.

Reconhecendo os limites teóricos e empíricos com relação ao conceito de representação, esta pesquisa optou metodologicamente por tratar da representação demográfica seguindo os trilhos sugeridos por Hazan e Rahat (2010) e Norris e Lovenduski (1995), teóricos que balizam aqui a discussão da seleção de candidatos dentro do recrutamento legislativo. Como também se assume a ressalva dos autores Hazan e Rahat

(2010), de que a natureza dos métodos de seleção, aqui analisados, não é único fator e nem sequer o mais central a influenciar a representação. Assim, para tal propósito, as variáveis demográficas escolhidas para a análise dos perfis dos pré-candidatos e candidatos entrevistados e das listas finais foram: gênero, faixa etária, cor, religião, escolaridade e ocupação.

Adaptando as hipóteses do modelo da demanda e da oferta de Norris e Lovenduski (1995) é esperado para esta pesquisa, em termos demográficos, que se encontrem diferenças significativas entre os não candidatos e candidatos, como também das listas partidárias, comparando com os dados demográficos de Salvador. Porém, os autores fazem uma ressalva de que as listas não são uma amostra perfeita do conjunto de candidatos. Além das demandas dos porteiros, diversos fatores podem explicar as possíveis diferenças encontradas. Com isso, na prática, o critério da representação demográfica para analisar listas de candidatos ou as legislaturas como um retrato da população, apenas apresentará as características dos grupos sociais em determinada sociedade. Nada nos dirá sobre o comportamento dos candidatos ou eleitos.

Razan e Hahat (2010) ainda alertam sobre um dilema desconfortável para os defensores da democracia que carrega o princípio da representação. Como os partidos podem ser inclusivos em seus métodos e representativos ao mesmo tempo? Aparentemente, métodos mais inclusivos, com *selectorates* mais amplos e com participação direta dos membros dos partidos na escolha dos candidatos, podem levar as pessoas a acreditarem que esses produzissem mais candidatos mais representativos, em termos demográficos. Porém, a tendência é que esses métodos de seleção resultem nos mesmos tipos de candidatos: homens brancos, de idade, de classe média mais alta e mais educados. Os autores defendem que a democracia intrapartidária seja em parte limitada, para que os *selectorates* menos inclusivos possam garantir uma representação mais democrática no sentido de inclusão de minorias.

Nesse sentido, Hazan e Rahat (2010) defendem que os métodos de seleção de candidatos devem ser tratados como mecanismos institucionais que tanto refletem a natureza dos partidos quanto afetam a política partidária. O estudo da seleção do candidato pode, portanto, nos ajudar a compreender a dinâmica da organização do partido. Por exemplo, se considerarmos os tipos e modelos de partidos que passaram de partidos dos notáveis aos partidos de massa de Duverger (1980), que passaram a se transformar ou a conviver com os modelos *catch-all* de Kirchheimer (2012), os profissionais-eleitorais de Panebianco (2005), bem como o partido tipo cartel de Katz e Mair (1995) ou os partidos de governo de Cotta (2008), pode-se ver que a própria terminologia vem sinalizando uma relevância na nomeação

de candidatos a cargos eletivos. Dessa forma, assim como argumenta Norris e Lovenduski (1995), a seleção de candidatos acaba determinando a composição social dos parlamentos, pois, em última análise, determina o conjunto de pessoas elegíveis para representar tais governos.

2 O CONTEXTO POLÍTICO E SUAS ESTRATÉGIAS PARTIDÁRIAS

Depois de abordar a contextualização da literatura brasileira, no capítulo anterior, sobre as formas pelas quais os partidos políticos vêm recrutando e selecionando os seus candidatos, será apresentado o contexto político da competição em busca de uma vaga de vereador nas eleições de 2016, no município de Salvador. Esta capital representa o maior colégio eleitoral do Estado da Bahia, com uma população estimada de 2.938.092 milhões de habitantes em 2016 (IBGE, 2016) e, cerca de 1.948.154 eleitores¹⁴, para ocasião da eleição em análise.

O presente capítulo foi estruturado em quatro seções para tentar dar conta do contexto da competição política e eleições nesta capital, bem como das estratégias utilizadas pelos partidos, em especial as coligações nas disputas proporcionais. Na primeira parte será apresentado, de maneira sucinta, o cenário da competição política dos principais partidos na Bahia. Em seguida, será tratado o contexto político das eleições 2016 em Salvador e a atuação dos partidos envolvidos neste processo e investigados nesta pesquisa. Depois, discutiremos umas das estratégias políticas adotadas pelas organizações para disputar as eleições proporcionais: as coligações eleitorais. E, por fim, apresentaremos uma síntese das estratégias políticas utilizadas pelos doze partidos e seu possível impacto sobre os processos de seleção de candidatos, que serão analisados nos próximos capítulos.

2.1 COMPETIÇÃO POLÍTICA, PARTIDOS E ELEIÇÕES NA BAHIA

Com a vitória do PT nas eleições de 2006 para o governo do Estado da Bahia, a política baiana passou por transformações significativas que levaram ao realinhamento dos campos políticos que aqui passaram a competir eleitoralmente. O carlismo consolidado como grupo político hegemônico, após 16 anos consecutivos sob a liderança do poder estadual, passa, com essa experiência de derrota, também por mudanças em seu campo político.

Nesse novo cenário em que, nacionalmente, o lulismo se confirma nas urnas, o PT inicia sua trajetória no governo da Bahia, que permanece hegemônico até as eleições municipais de 2016. Porém, a competição política da capital baiana começa a ganhar novos arranjos com as eleições municipais de 2012, a partir da eleição de ACM Neto para prefeito da cidade, constitui-se o que Pereira (2014, p. 216) chamou de carlismo renovado, na medida em que defendeu como candidato “[...] o valor da competência, da liderança, da autoridade, para resolver os problemas da cidade”.

¹⁴ Nessa eleição, a votação ocorreu de forma híbrida em Salvador: umas partes dos eleitores se identificaram por meio da biometria, isto é, pela leitura das impressões digitais e a outra parte pela identificação tradicional.

Nas eleições de 2008, ACM Neto também tinha se candidatado a prefeito da cidade e, mesmo tendo evitado o termo carlismo em sua campanha, a mesma autora demonstra que o candidato reconhecia que as características positivas da política carlista deveriam ser mantidas, todavia, o cenário político era outro, e por isso era necessário também mudar. Naquele pleito, apesar de não ter sido eleito, conseguiu uma votação expressiva diante um contexto desfavorável, já que as candidaturas tiveram que disputar com a reeleição do antigo prefeito da cidade, João Henrique. E nesses resultados, a candidatura de ACM Neto ficou em terceiro lugar, após o candidato do PT Walter Pinheiro.

Após duas gestões consecutivas do prefeito João Henrique, o saldo para a cidade de Salvador foi “[...] o caos administrativo, a incapacidade financeira, a privatização do processo decisório em favor de corporações econômicas e a instabilidade político-partidária” (DANTAS NETO, 2012, p.12). Para as eleições de 2012, visto esse cenário de crise do poder local, com a permanência do PT no governo do Estado, alguns alinhamentos foram feitos nos posicionamentos dos candidatos a disputa local.

Além de ACM Neto como candidato, tivemos outras candidaturas, como a de Nelson Pelegrino (PT) e a de Mario Kertész (PMDB). Para Pereira (2017), o posicionamento de ACM Neto como candidato da oposição ao governo estadual, e menos como de oposição ao prefeito, foi um dos elementos centrais de sua vitória. Essa estratégia utilizada parece ter conseguido cativar os eleitores, como definiu a Pereira (2017, p. 249): “[...] um político que seria capaz de “renovar” o carlismo através do diálogo, da defesa da diversidade e da autonomia municipal, dimensões que diferem do repertório simbólico tradicional do carlismo”.

O fato é que a gestão do prefeito ACM Neto atingiu tamanha popularidades a ponto de sua reeleição ser vista como algo já esperado pelos campos políticos opositores. Assistia-se, nessa última eleição municipal, a consolidação da sua liderança, lembrando velhos tempos que o antigo PFL hegemonizava em terras baianas. Desse modo, a polarização DEM x PT, nas eleições de 2016 acabou se desenhando entre o prefeito da capital e governador do Estado.

Este trabalho busca, em certa medida, dar continuidade à agenda de competição política na Bahia pós-carlista, e o que nele há de competição entre elites e/ou entre partidos, sugerida por Dantas Neto (2010). Nesta seção, apresentam-se e discutem-se aqui as estratégias utilizadas pelos partidos investigados nas eleições municipais de 2016, buscando relacionar ao cenário político da capital da Bahia.

Cabe aqui fazer esse breve resgate dos últimos pleitos eleitorais em Salvador para contextualizar melhor o comportamento dos partidos políticos nas eleições de 2016. De fato, cada eleição guarda em si suas especificidades de cada tempo, porém, os atores políticos e suas organizações partidárias trazem uma trajetória nas competições políticas na Bahia que podem nos ajudar a esclarecer possíveis respostas ou questionamentos sobre suas atuações em contextos atuais.

Bem verdade que a realidade política é bastante dinâmica e essas relações entre elites e partidos poderão sofrer transformações significativas, principalmente porque o campo político do PT não pode utilizar esse forte apelo governista nas eleições de 2016, muito devido à perda do mandato da presidenta Dilma e da imagem desgastada e negativa que o partido passou a agregar diante dos acontecimentos que marcaram o cenário nacional, a partir de 2013. O que de fato nos importa aqui é como o resultado da eleição de 2008 foi crucial para a demarcação dos campos políticos dos principais partidos atuantes nesta cidade e como o resultado da eleição de 2012 nos aponta para o retorno da bipolaridade na capital entre DEM e PT, acirrada no segundo turno, com a vitória do candidato ACM Neto.

2.2 O CONTEXTO ELEITORAL DE 2016

O Quadro 2 busca sistematizar os campos políticos antes das eleições de 2016 e os principais eixos de disputa desta eleição referida, tendo como ponto principal a reeleição de ACM Neto no pleito investigado nesta tese.

Quadro 2 - Panorama do contexto eleitoral das eleições municipais em Salvador

ELEIÇÕES	CANDIDATOS	PARTIDO	COLIGAÇÃO ¹⁵	CAMPO POLÍTICO
2008	João Henrique (reeleição)	MDB	MDB/ PTB/ PDT/ PMN/ PSL/ PSC/ PP/ PHS/ PRTB;	Situação
	Walter Pinheiro	PT	PC do B/ PV/ PT/ PSB;	Oposição
	ACM Neto	DEM	DEM/ PR/ PRB/ PTN/ PRP/ PSDC/ PT do B/ PTC;	Oposição
	Antônio Imbassahy	PSDB	PSDB/ PPS;	Oposição
	Hilton Coelho	PSOL	PCB/ PSOL / PSTU;	Independente
2012	Mário Kertész	MDB	MDB / PSC;	Situação ou Terceira Via
	Nelson Pelegrino	PT	PP / PDT / PT / PTB / PR/ PSDC / PHS / PMN / PTC / PSB / PRP / PPL / PSD / PC do B / PT do B;	Oposição
	ACM Neto	DEM	PTN / PPS / DEM / PV / PSDB;	Oposição
	Márcio Marinho	PRB	PRB / PSL;	Independente
	Hamilton Assis	PSOL	PSTU / PCB / PSOL;	Independente
	Da Luz	PRTB	Sem Coligação	Independente
2016	ACM Neto (reeleição)	DEM	DEM/PSDB/MDB / PSC / PV / PPS / PTC / PSDC / PT do B / PHS / PRB / SD / PEN / PMB / PTB;	Situação
	Alice Portugal	PCdoB	PCdoB/ PT/ PSD/ PTN/ PSB	Oposição
	Célia Sacramento	PPL	Sem Coligação	Oposição
	Cláudio Silva	PP	PR/PP;	Oposição
	Fabio Nogueira	PSOL	PSOL e REDE;	Independente
	Da Luz	PRTB	Sem Coligação	Independente
	Pastor Sargento Isidório	PDT	PDT / PSL / PROS / PRP/ PMN;	Oposição

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nas eleições de 2008 havia: a) um campo da situação centralizado no atual prefeito da cidade, que naquele momento buscava a reeleição pelo MDB e com isso agregou, além do PSC, outras sete siglas menores; b) um campo oposicionista liderado pelo PT, integrado pelo PSB, PCdoB e PV; c) um campo oposicionista liderado pelo DEM e um conjunto de pequenas siglas como PRB e PTN; d) Partidos independentes, como PSDB junto com o PPS e o PSOL junto com sua frente de esquerda socialista, apresentando também candidaturas majoritárias.

Comparando as coligações majoritárias nas eleições de 2012, observa-se que tivemos um realinhamento dos partidos dentro dos campos políticos e algumas alterações importantes,

¹⁵ As coligações das chapas majoritárias nas eleições de 2008 foram denominadas da seguinte forma: A força do Brasil em Salvador (MDB), Salvador, Bahia, Brasil! (PT), A voz do povo (DEM), Para melhorar Salvador (PSDB) e Frente de esquerda socialista (PSOL). Já as coligações das chapas majoritárias nas eleições de 2012 foram registradas com as seguintes designações: Salvador tem jeito (PMDB), Todos juntos por Salvador (PT), É hora de defender Salvador (DEM), Salvador encontra seu caminho (PRB) e Frente Capital da Resistência (PSOL). Nas eleições de 2016, as coligações majoritárias tiveram as seguintes denominações: Orgulho de Salvador (DEM), Sim para Salvador (PCdoB), Salvador Merece Mais (PP), Agora é com a gente (PSOL) e Agora é a vez do povo (PDT).

dentre quais merecem destaque: o PSDB e o PPS, que antes tinham pleiteado um candidato a prefeito, se aliam ao campo carlista juntamente com o PV, que nas eleições anteriores compunha o campo petista; partidos menores, que fizeram parte tanto do campo do DEM como do campo do MDB, migraram para o campo oposicionista do PT; apenas o PSC permaneceu aliado ao campo que pretendia apresentar-se como uma terceira via a polarização histórica dos campos do DEM e do PT na política baiana; e, por fim, o PRB apresenta candidatura própria, partido este que esteve no campo carlista e nesta eleição sofreu pressões do PT para compor o seu campo de oposição.

Diante da avaliação negativa da gestão anterior, a gestão do prefeito ACM Neto foi acolhida com uma esperança de renovação e expectativas de mudanças, que lhe proporcionaram altos índices de popularidade da sua gestão, a tal ponto que, em regiões periféricas e suburbanas, sua campanha de reeleição foi esperada em clima de euforia, semelhante à chegada de um artista *pop star*. Todo pré-candidato a vereador, pertencente a sua coligação majoritária, almejava sua imagem colada como um dos futuros candidatos selecionados pelo grupo pós-carlista ou algum de seus partidos aliados.

O contexto das eleições de 2016, mesmo com a vitória do PT nas eleições estaduais de 2014, voltou a sofrer alterações nos campos políticos. Apenas dois campos estiveram em competição: o campo do DEM, agora situação, que se aliou ao campo do MDB e ainda atrai diversos pequenos partidos, antes coligados do PT; e o campo da oposição, que diante da estratégia do PT em não lançar candidato próprio para disputar com o campo carlista, foi oficialmente liderado pelo PCdoB, seu fiel aliado junto com PSB, PSD e o PTN, que foi atraído para este campo após rompimento do seu partido com o campo carlista.

Dessa forma, nas eleições de 2016, a competição política na capital baiana volta a ganhar um formato mais bipolar, entre o campo político do DEM e do PT. O MDB, que já tinha se consolidado como outro campo político, inclusive esteve à frente da prefeitura de Salvador em praticamente duas gestões consecutivas de João Henrique, se junta ao DEM, numa aliança que se fortaleceu com a indicação do vice-prefeito da chapa do candidato ACM Neto, o deputado estadual, Bruno Reis.

De um lado, o campo do DEM, com seu mais novo aliado MDB, na figura de ACM Neto, prefeito da cidade, resgata, com novas e velhas estratégias políticas, o capital hegemônico desse grupo que se estabeleceu durante anos na política baiana. Do outro lado, o campo do PT, que na figura do governador Rui Costa, tem se constituído grupo dominante na política estadual, após duas gestões consecutivas de Jaques Wagner, herdeiro do capital político do lulismo.

Nas eleições municipais de 2016, como mostra o quadro 1, sete candidatos se lançaram à disputa da prefeitura da capital do Estado da Bahia. Em comparação com o último pleito de 2012, quando competiram seis candidatos ao cargo de prefeito, tivemos praticamente uma manutenção do número de postulantes, se for considerado que uma das candidatas em 2016, tinha sido vice-prefeita em 2012 do atual prefeito, reeleito nesta última legislatura.

Dentre os candidatos, encontravam-se: o então detentor do cargo e candidato à reeleição, Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto – DEM), que contou com o apoio de mais quatorze legendas na coligação Orgulho de Salvador; a deputada federal Alice Portugal (PCdoB) representando a coligação Sim para Salvador, que reuniu mais quatro partidos, incluindo o PT; e o deputado estadual conhecido popularmente como Pastor Sargento Isidório (PDT), integrando a coligação Agora é a vez do Povo, com mais quatro partidos de legendas menores.

Além deles, também concorreram ao cargo de prefeito: o candidato Claudio Silva (PP), pela primeira vez disputando um cargo político, através da coligação Salvador Merece Mais, juntamente com o partido PR; o candidato do PSOL, Fábio Nogueira, que aliado ao partido REDE formaram a coligação Agora é com a Gente. Por fim, havia também representantes de legendas de pequena expressão, e que não contavam com outros apoios, e lançaram candidaturas sem coligação: como a então vice-prefeita Célia Sacramento, eleita pelo partido Verde em 2012, e que agora disputava esta eleição pelo PPL, e o candidato Rogério Tadeu Da Luz, conhecido como Da Luz, que tentava pela terceira vez a sorte pelo PRTB.

Mesmo com esse número de candidatos, a eleição acabou não sendo polarizada em virtude dos altos índices de popularidade do prefeito ACM Neto que acabou sendo reeleito com aproximadamente 74% dos votos válidos do primeiro turno. Entretanto, a competição revelou algumas peculiaridades dos arranjos políticos formados em torno dessas candidaturas em disputa.

Com a definição dos candidatos pelos partidos políticos, a disputa pela prefeitura de Salvador foi caracterizada pelo enfrentamento dos seis candidatos ao atual prefeito ACM Neto (DEM), que tentava a reeleição na condição de favorito por ter sua gestão uma aprovação considerável pela maioria da população soteropolitana.

A principal candidatura de oposição, a deputada federal Alice Portugal (PCdoB), contou o apoio do atual governador do Estado Rui Costa, do PT, apesar do mesmo ter declarado que preferiria ver o nome de Olívia Santana, uma liderança da Convergência

Negra¹⁶ na cidade, como candidata liderando o grupo de oposição ao carlismo na capital baiana.

Uma das estratégias do governador, para tentar minimizar o favoritismo de ACM Neto, foi apoiar três nomes de candidatos a concorrer ao cargo de prefeito. Além da candidata do PCdoB, a qual seu partido firmou coligação na majoritária e proporcional, o mesmo também apoiou as candidaturas do Pastor Isidório, do PDT, e de Cláudio Silva, do PP. O objetivo dessa estratégia era tentar pulverizar os votos, de modo a buscar levar a eleição para o segundo turno.

Para demonstrar as articulações do governador do Estado em torno de colocar em prática essa estratégia, observe a fala da época do deputado estadual Pastor Sargento Isidório (PDT):

Foi o governador Rui Costa quem articulou minha filiação ao PDT, me convenceu a abrir mão da candidatura de São Francisco do Conde e me convidou para disputar a prefeitura de Salvador. Então, acho que ele não iria fazer isso sem a disposição de me apoiar. (BRAGA, Ivana. Sem nome para a disputa por Salvador, PT deve apoiar candidatos. Bahia.ba. Disponível em: <<http://bahia.ba/exclusivo/sem-nome-para-a-disputa-por-salvador-pt-deve-apoiar-aliados/>>. Acesso em: 10 jun 2016).

Esses candidatos apoiados pelo governador, contudo, não obtiveram tantos êxitos na tarefa de atacar o prefeito da cidade. De um lado tinha a trajetória política de carreira polêmica do deputado estadual Pastor Isidório, que chegou até atingir 7% da pesquisa IBOPE de intenção de votos, realizada em setembro de 2016; de outro lado tinha o peso negativo do legado da gestão do ex-prefeito João Henrique Carneiro, que tinha deixado uma péssima reputação na cidade, após seus dois mandatos (2001-2004/ 2005-2008).

Se a tarefa de escolher os candidatos a disputarem uma eleição na cidade de Salvador, num cenário político extremamente favorável a reeleição do atual prefeito, não foi fácil para os partidos políticos, a missão de decidir quem seriam os vices-candidatos a fechar as listas nominais para essa competição se tornou ainda mais difícil, inclusive para o DEM.

Ao longo do processo de formação das chapas que concorreriam à prefeitura de Salvador, a imprensa local discorreu bastante sobre as possibilidades de candidatos a vice, principalmente nas coligações lideradas pelo DEM e PCdoB. Dentre as notícias vinculadas

¹⁶ Durante o período de campanha e escolha dos nomes dos candidatos nas eleições de 2016 em Salvador, ocorreram diversas reuniões da Convergência Negra. Essa organização reuniu várias entidades do movimento negro na cidade que, dentre outras pautas, discutiu-se a necessidade de uma candidatura negra que representasse a entidade para compor a chapa da oposição liderada pelo PCdoB.

nesse período, uma matéria do jornal A Tarde ¹⁷“Classe política traça perfil do vice mais cobiçado”, mostrou que a escolha desses candidatos pelos partidos estava sendo balizadas por questões étnicas, de gênero e religiosa, e apresentou como o perfil “ideal” de vice para essas organizações políticas como sendo de uma mulher afrodescendente.

“Tradicionalmente, na disputa da capital baiana, as coligações colocam um afrodescendente na chapa. Nunca na cabeça.” Na última eleição para prefeito, em 2012, o candidato Nelson Pelegrino (PT) teve como vice uma mulher negra com diálogo com a religião afro-brasileira, a vereadora Olívia Santana (PCdoB); ACM Neto (DEM) também tinha escolhido uma mulher negra, a professora universitária, Célia Sacramento (na época PV). E para os Democratas, em 2012, essa estratégia parece que veio a agregar votos de um segmento da sociedade soteropolitana, haja vista o resultado positivo da vitória de ACM Neto.

Esse fato pode ter levado a supor, nas eleições de 2016, que para se construir uma chapa “equilibrada” precisaria ter como vice uma mulher negra ou um homem negro, de preferência com ligações com as religiões de origem africana, ressalte aqui que aproximadamente 80% da população da capital baiana é negra e o quantitativo de eleitoras vem crescendo na cidade. Todavia, o cenário político que rondava a escolha de nomes a vice de ACM Neto era de homens brancos. E da coligação PCdoB/PT/PSB chegou a cogitar nomes como o de João Jorge, ativista do movimento negro e presidente do Olodum, que não aceitou o convite. Já o candidato Pastor Isidório (PDT) chegou a dialogar com a deputada federal Tia Eron (PRB) como possibilidade de vice, mas esta estava também articulando um nome do seu partido para disputar um lugar na chapa do então prefeito ACM Neto (DEM).

Apesar do debate racial que rondou a pré-campanha dos candidatos a prefeito, na eleição de 2016 em Salvador, a escolha dos vices das principais candidaturas da situação e oposição acabou não levando em consideração o recorte racial. Inclusive, o nome escolhido para ser vice da candidata Alice Portugal (PCdoB), com o apoio do governador do Estado, foi a da deputada estadual Maria Del Carmem (PT). Tamanhas foram as críticas dessa escolha feita pelo Partido dos Trabalhadores. Ironicamente, essa chapa chegou a ser chamada de “Ibérica”, pelo fato de ser composta por duas mulheres declaradas como brancas, sendo uma delas, Maria Del Carmem naturalizada brasileira, porém espanhola de nascença.

¹⁷ TALENTO, Biaggio. Classe política traça perfil do vice mais cobiçado. A tarde, Salvador, 24 jul. 2016. Política. Eleições. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/1788652-classe-politica-traca-perfil-do-vice-mais-cobicado>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Com relação à escolha do vice para definir a composição da chapa do prefeito ACM Neto (DEM), acabou se tornando um processo de negociação e seleção intenso devido a disputa de partidos aliados em torno da vaga em aberto. Nas notícias vinculadas em jornais e sites da cidade, o prefeito chegou a declarar, no período que antecedeu ao prazo de desincompatibilização de quem ocupava cargos em sua gestão, pois, não iria exonerar nenhum de seus secretários ou auxiliares que desejassem concorrer a vaga de vice em sua chapa. Afirmou o prefeito: “[...] quem tiver confiança no próprio nome vai ter que se demitir pela própria conta e risco”.

Essa disputa em torno do vice a ocupar a vaga na chapa de ACM Neto trazia consigo os arranjos políticos desenhados para a competição do pleito de 2018, em torno do cargo de governador do Estado da Bahia. Com a possibilidade do atual prefeito, em virtude da popularidade da sua gestão na capital e do avanço do DEM em outros municípios, concorrer como candidato ao governo estadual, essa disputa possibilitaria também a uma espécie de passaporte para assumir o posto da prefeitura em 2018.

Dois partidos centralizaram essa disputa: MDB e o PRB¹⁸. A ascensão de Michel Temer à presidência da República favoreceu a aliança do DEM com o partido do agora presidente, que tinha nomeado umas das lideranças do MDB da Bahia, Geddel Vieira Lima, como ministro de governo. Essa aliança com o MDB trazia consigo também o peso da legenda que, de imediato, refletia no maior tempo do horário eleitoral.

O PRB, mesmo sendo considerado nacionalmente como partido pequeno, chegou a usar o seu poder na cidade ameaçando lançar candidatura própria a prefeitura ou apoiar coligações de oposição caso não fosse escolhido um nome do seu partido a ocupar a vaga de vice. Mesmo com desligamento de Célia Sacramento do PV¹⁹, vice-prefeita na gestão de ACM Neto (2013-2016), este também tentou refazer a dobradinha DEM/PV na disputa em 2016, mas assim como o PRB, não teve êxito.

Diante de tantos nomes concorrendo para uma só vaga, o vencedor dessa corrida eleitoral foi o pré-candidato do MDB, Bruno Reis. Tamanha foi a disputa entre os partidos aliados, que o seu nome foi anunciado pelo prefeito ACM Neto apenas no dia anterior da

¹⁸ Dentre os nomes que pediram afastamento dos cargos ocupados para concorrer à vaga de vice-prefeito na candidatura de ACM Neto (DEM), estavam: Bruno Reis (MDB), secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza; Guilherme Bellintani (DEM), secretário de Educação; Luiz Carreira (PV), secretário da Casa Civil; Sílvio Pinheiro (PSDB), secretário de Urbanismo e João Roma (PRB), o chefe de gabinete do prefeito.

¹⁹ O presidente estadual do Partido Verde, nesse processo de disputa, chegou a fazer a seguinte declaração: O PV foi fundamental para a vitória de ACM Neto em 2012, pois quebrou paradigmas e ajudou a reunir em torno do prefeito forças que nunca antes haviam apoiado o Democratas. E o PV ajudou e cresceu na administração de sucesso que ele faz. Por isso, queremos contribuir mais uma vez e é legítimo colocar um nome dentro do conjunto de partidos que apoiam a atual administração municipal.

realização da convenção que homologaria a sua candidatura. Com a confirmação dessa escolha pode-se afirmar que, no final dessa seleção, acabou prevalecendo a estratégia política eleitoral, diante dos benefícios que um partido nacionalmente grande pode oferecer.

O contexto político nacional contribuiu fortemente para as escolhas das estratégias políticas locais adotadas pelos principais partidos de oposição (PT, PSB, PCdoB) à atual gestão da prefeitura da cidade. A crise que se instalou no PT²⁰ após os sucessivos ataques da Operação Lava Jato e, principalmente, pelo processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff parece ter gerado uma espécie de isolamento do partido nas disputas municipais em 2016, assim como um sentimento de rejeição e antipatia a sua imagem perante a sociedade.

Uma das peculiaridades das eleições 2016 em Salvador foi a estratégia eleitoral adotado pelo PT de não lançar candidatura própria à prefeitura. Em agosto de 2015, o partido chegou a divulgar a indicação de sete nomes, dentre eles o senador Walter Pinheiro (PT) e o deputado federal Nelson Pelegrino (PT) como pré-candidatos a disputar internamente a vaga de candidato a prefeito da cidade. Entretanto, após reuniões e discussões internas, em 2016, o partido político que detém a hegemonia há mais de dez anos no governo do Estado resolve romper com a tradição de 24 anos apresentando nomes em Salvador, e decide abrir mão de ser cabeça de chapa numa disputa majoritária contra seu adversário histórico na cidade, o antigo PFL, hoje DEM.

Desde o anúncio das pré-candidaturas do PT em 2015 até a confirmação de não disputar em 2016 ao postulante cargo de prefeito em Salvador, a conjuntura nacional do partido tinha passado por grandes mudanças, inclusive ter sido afastado da presidência da República. Aliado a essa questão, o partido enfrentou dificuldades de construir um candidato competitivo a enfrentar os altos índices de popularidade do atual prefeito da cidade.

O presidente do PT na Bahia chegou a admitir “[...] o vácuo de lideranças com competitividade para concorrer na capital.” Sem contar que os nomes que tinham mais acúmulo a concorrer, tanto o deputado Nelson Pelegrino quanto o senador Walter Pinheiro, desistiram da possibilidade de serem candidatos. Além disso, lembrou que as regras eleitorais tinham sofrido mudanças e que nesta eleição o tempo de campanha sofreu drástica redução.

²⁰ Esse isolamento do partido não se limitou ao baixo número de coligações com as principais legendas aliadas, antes da crise política no partido se agravar. Em algumas capitais como Curitiba e Fortaleza, o PT apresentou candidatos a prefeituras sem apoio de nenhum outro partido. Ver Sandes-Freitas (2016). Candidaturas e coligações nas eleições municipais: análise das disputas para prefeito nas capitais brasileiras em 2012 e 2016, cadernos Adenauer, XVII, nº3.

Nesse cenário afirmou o presidente: “[...] construir um nome novo do PT para disputar custaria um capital político muito grande”. (Valor. 01/10/2016²¹).

Importante ressaltar, contudo, que se fossem considerados os dados das últimas eleições presidenciais, o eleitorado soteropolitano tem votado com expressividade nos candidatos do PT. O que torna, aparentemente, estranha a estratégia adotada pelo partido nessa eleição a prefeito de Salvador. Entretanto, as eleições municipais nem sempre refletem a realidade das disputas majoritárias nacionais. O próprio presidente estadual do partido adverte como dificuldade a ambiguidade desse eleitorado: “Há ainda um vácuo na relação, que não consegue transformar o sentimento de simpatia com as nossas lideranças, como o Wagner e o Rui, em votos para lideranças locais”.

Diante das particularidades do cenário político local da capital, os partidos aliados ao PT se articulam e acirram uma disputa para ocupar essa vaga em aberto, deixada pelo principal partido de oposição. Os nomes centrais que protagonizaram essa disputa foram: a deputada federal Alice Portugal (PCdoB) e a senadora Lídice da Mata (PSB). Ao contrário de eleições anteriores, poucos partidos desejaram fazer coligação com o PT, seja na majoritária ou proporcional nas eleições de 2016.

A dificuldade de buscar aliados foi tamanha que o presidente estadual do PT, Everaldo Anunciação chegou a declarar, logo após a decisão da senadora Lídice da Mata (PSB) em desistir da disputa pela prefeitura de Salvador que, pela unidade da esquerda, o partido estaria disposto de abrir mão, inclusive, de indicar o nome de vice na chapa da oposição. “Se para a continuidade do projeto de unidade houver necessidade de o PT ficar de fora da chapa majoritária, nós estaríamos dispostos a fazer este debate, mesmo compreendendo que a legitimidade e a preferência do vice cabe ao PT”, afirmou o presidente.

Na matéria vinculada no jornal A Tarde de 13 de julho de 2016, com o título de “Pela unidade da esquerda, PT aceita abrir mão de vice na chapa”, a pré-candidata do PSB alega que declinou do convite para concorrer nas eleições de 2016, feito por outros partidos, além do PT, após considerar não haver, por parte dos partidos da base do governador Rui Costa (PT), um projeto consistente para enfrentar a campanha de reeleição do prefeito ACM Neto (DEM).

Segundo Dantas Neto, na mesma reportagem, a dificuldade que o PT enfrentou não se resume ao contexto político da capital baiana. Diante da dificuldade de encontrar quadros

²¹O GLOBO. PT quebra tradição de 24 anos e fica sem candidato a prefeito de Salvador. A tarde. Valor Econômico. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/4731839/pt-quebra-tradicao-de-24-anos-e-fica-sem-candidato-prefeito-de-salva>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

competitivos para concorrer, tanto na capital como em outras cidades importantes da Bahia, ele sugere que o governador Rui Costa (PT) e outros petistas concentram esforços para não perder espaço no Legislativo local e investiram nas eleições de vereadores.

Eles tinham consciência da extrema improbabilidade de uma candidatura competitiva para a prefeitura e usaram a racionalidade de concentrar esforços para evitar grandes danos na bancada do Legislativo. E isso que está acontecendo em Salvador parece ser uma estratégia do governo estadual de reorientar, onde for possível, candidaturas para partidos de base. (DANTAS NETO, Valor Econômico, 01/10/2016).

O próprio diretório municipal do PSB, ao se posicionar sobre essa articulação da “unidade da esquerda” socialista em torno de um melhor arranjo a concorrer com uma chapa majoritária para enfrentar o candidato do DEM, afirma que as conversas entre os partidos aliados (PT/PCdoB/PSB) se voltaram prioritariamente para a composição da chapa proporcional.

Numa matéria circulada pelo jornal A Tarde de 10 de julho de 2016, sob o título de “Partidos afunilam pré-candidaturas a pleito em Salvador”, Dantas Neto (2016) ao debater sobre as articulações políticas entre o PT, PCdoB e PSB em torno da composição da chapa majoritária que esses partidos estavam discutindo ainda em julho de 2016, a menos de um mês das convenções partidárias, sugere que o impasse para que o acordo entre eles seja fechado esteja na eleição proporcional para a Câmara de Vereadores de Salvador.

A estratégia eleitoral de todos os partidos de oposição está concentrada na Câmara. Isso deve partir da avaliação – que evidentemente esses partidos não vão tornar pública – que a disputa pela prefeitura é mais difícil, em função do processo nacional que coloca o PT e seus aliados em situação desfavorável. Soma-se a isso o desempenho do prefeito nas pesquisas. (DANTAS NETO, 2016, p.2).

Todo esse suspense mantido sobre as composições das chapas majoritárias e proporcionais das coligações construídas ao redor do PT pode ser compreendido se se analisar o custo político que um partido teria que bancar ao decidir apoiar qualquer nome vinculado a imagem desgastada desse partido, nas eleições de 2016.

Desse modo, o contexto em que se encontra a competição política em Salvador configura-se “[...] em exemplo do papel formatador que atores estratégicos (elites políticas) têm ao manejarem, sem desconsiderar os contextos, as instituições políticas, sejam estruturas organizacionais (partidos), ou regras (sistema eleitoral)”, Dantas Neto (2010, p.28).

Na subseção seguinte, analisaremos como esses atores se comportaram nas eleições proporcionais e, em especial, o uso das coligações eleitorais como estratégia política para

tentar alinhar esse contexto da competição na eleição majoritária com disputas por vagas no Legislativo Municipal de Salvador.

2.3 ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS

Desde o retorno à democracia, em 1985, os políticos brasileiros têm recorrido com frequência às coligações eleitorais (listas partidárias juntas) para eleger representantes, afirma Machado (2012, p.1). Segundo a autora, um quebra-cabeça se apresenta com dimensões teóricas e práticas significativas para tentar compreender o que leva os partidos a formar essas alianças eleitorais que representam uma espécie de “casamento com prazo de validade”.

Para Schmitt (2005, p.11), uma das características mais marcantes do nosso sistema eleitoral é “[...] a possibilidade de formação de coligações eleitorais entre os partidos políticos para a disputa de eleições proporcionais”. Segundo o autor, embora muitas pesquisas sobre o atual sistema partidário vêm mencionando esse tema, existem poucos estudos²² que tratam as coligações eleitorais de forma sistemática.

Apesar de alianças e coligações serem apenas dois termos diferentes para tratar do mesmo problema, Schmitt (2005) adota essa diferença como divisor do tema na história eleitoral brasileira: denomina de aliança ao período anterior ao regime militar e chama de coligação as associações partidárias realizadas após o fim da ditadura até o presente momento.

Sendo assim, considerando a nomenclatura presente no atual Código eleitoral, utilizo nesta pesquisa, o termo de coligações²³ para discutir esse fenômeno de partidos distintos se juntarem para compor uma determinada lista partidária para concorrer às eleições proporcionais. Peixoto (2010, p. 277) ressalva que, apesar de outros países permitirem ou já terem permitido alguma possibilidade de alianças entre partidos para disputar as eleições, as coligações aqui permitidas são únicas. Isso porque “[...] inexistem, em qualquer outro país, um

²² No Brasil, os estudos pioneiros sobre essa temática referem-se à história política anterior a 1964 e para o Código Eleitoral de 1950, vigente neste período, a associação eleitoral entre diferentes listas partidárias, era designada de “alianças”. De acordo com Schmitt (2005), este fato gera na Literatura da Ciência Política, um problema de nomenclatura que ora trata esta questão como alianças ora como coligações eleitorais. Logo após a Ditadura Militar, um novo código eleitoral de 1965 também manteve o termo de alianças, para tratar de proibidas nas eleições proporcionais. Somente em 1985, com a redação da Lei nº 7454, que a nomenclatura coligação aparece em termos legais, possibilitando a associações partidárias no sistema de representação proporcional.

²³ Importante fazer uma distinção conceitual entre alianças/coligações partidárias e coalizões entre partidos na composição ou manutenção dos governos eleitos. Enquanto os primeiros termos são estabelecidos como um tipo estratégia eleitoral no período que antecede a eleição, o outro se estabelece após o resultado das eleições no processo legislativo como tal, no momento de formação das bases governistas e de oposição na relação Executivo-Legislativo. O fim de uma eleição representa, para as coligações construídas neste período, uma espécie de divórcio entre os partidos que pode ou não vim a relacionar nas coalizões parlamentares. Schmitt (2005, p. 12) ainda ressalva que “[...] podem ou não guardar qualquer semelhança com as combinações realizadas entre as legendas para a disputa das eleições”.

sistema que permita que partidos coligados funcionem na prática como sendo um único partido”.

Dessa forma, a singularidade do sistema eleitoral brasileiro é permitir que partidos políticos se associem em listas partidárias para concorrer a uma determinada eleição, e não existir regras de distribuição de cadeiras entre os partidos coligados. Ou seja, partidos diferentes se juntam em uma única lista de candidatos sem haver nenhum critério para alocar as cadeiras do Legislativo de acordo com a proporção obtida de votos de cada partido que compõe a coligação. O que, na prática, acabam se tornando um único partido.

De algum modo, as eleições para prefeito e vereador estão interligadas. Os arranjos dos campos políticos articulados em torno da candidatura do Executivo interferem nos arranjos constituídos para disputar as vagas da Câmara Municipal. Enquanto que poucos partidos na prática disputam a eleição majoritária, ficando a maioria deles orbitando em torno das principais candidaturas. Na eleição proporcional, a competição eleitoral gira ao redor de vários partidos almejando alguma cadeira no Legislativo.

A cada pleito proporcional o número de partidos envolvidos na competição aumenta. Enquanto que, nas eleições municipais de 2008, em Salvador, 26 partidos disputaram as vagas existentes, nas eleições de 2012 esse número passou para 28 organizações em disputa. E nas eleições de 2016, esse quantitativo aumentou ainda mais e vamos ter 32 partidos envolvidos nessa competição política. Entretanto, o número máximo de candidatos que os partidos poderiam registrar sofreu alterações importantes, podendo ter tido impacto nas estratégias escolhidas pelos partidos para entrar nessa corrida eleitoral com chances maiores de conquistar alguma(s) das 43 cadeiras do Legislativo Municipal da capital baiana.

Sobre esse quantitativo de vagas, o quadro 3 apresenta as principais mudanças ocorridas.

Quadro 3 - Máximo de registros permitidos nas eleições proporcionais em Salvador

CARGO	ELEIÇÃO	Quantidade de Vagas	Registros Permitidos/ Partido (máximo)	Registros Permitidos/ Coligação (máximo)
Vereador	2008	41	62	82
	2012	43	65	86
	2016	43	65	65

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Como a pesquisa trata sobre seleção de candidatos a vereador, importante observar que nas eleições de 2016 o número máximo de registros permitidos pelo TSE pelos partidos políticos isolados é o mesmo número de registros permitidos pela coligação, caso seja esta a escolha das organizações que desejem competir. Em eleições anteriores, o número de candidatos apresentados pelas coligações proporcionais poderia chegar até 200% das vagas

existentes de vereador e os partidos poderiam selecionar até 150% dessas vagas. Essa mudança da regra institucional nos induziria a supor que os partidos tenderiam, a ignorar esse recurso das coligações. Porém não foi isso que aconteceu na última eleição.

A maioria dos partidos não lança candidatos à competição na majoritária, aparentemente, fica mais livre de traçar estratégias na eleição proporcional. Seja lançar listas de candidatos a vereadores como partido isolado ou articular parceiros eleitorais e, desta forma, buscar melhor alcançar o quociente eleitoral necessário para obter o maior número de cadeiras no Legislativo Municipal. O quadro 4 mostra a opção utilizada pelos partidos investigados nessa tese quanto pela coligação ou por concorrer às eleições proporcionais como partido, nos últimos pleitos.

Quadro 4 - Quantitativo de candidatos inscritos pelos partidos nas eleições proporcionais

Partido	Total de Candidatos por Eleição (ano)					
	2008		2012		2016	
	Coligação	Partido	Coligação	Partido	Coligação	Partido
DEM	22	0	42	0	39	0
PT	45	0	40	0	27	0
MDB	44	0	0	46	54	0
PSDB	0	31	36	0	0	62
PV	13	0	0	63	16	0
PPS	0	46	0	55	36	0
PRB	31	0	0	64	22	0
PSC	68	0	0	65	0	65
PTN	50	0	0	65	0	65
PSB	41	0	0	59	0	52
PCdoB	34	0	0	57	21	0
PSOL	23	0	51	0	46	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e pesquisa de campo nos partidos.

Apenas quatro partidos, dos doze analisados, apresentaram suas listas de candidatos como partidos isolados. Os demais optaram pela coligação e, dentre o total de partidos (32) que entregaram ao TRE-BA registros de candidatos a vereador, apenas nove optaram pelo partido isolado. O que nos leva a defender que a coligação foi a estratégia importante utilizadas pelos partidos neste pleito e essa, ao impor as organizações um limite máximo de registros, interferiu no processo de seleção de candidatos a vereadores em Salvador.

Se compararmos os quadros 3 e 4, veremos que a maioria dos partidos e das coligações não vêm inscrevendo os limites máximos de candidatos permitidos em cada eleição. Por exemplo, nas eleições de 2016, que o limite era de 65 nomes, tanto para partido isolado como coligação, apenas o PSC e o PTN apresentaram listas máximas de candidatos. Apesar desse fato, não podemos afirmar que não houve seleção de candidatos nesses partidos.

Contudo, esse quantitativo de candidatos já nos aponta para a complexidade de fatores que podem estar relacionados na formação dessas listas partidárias, a ponto de as

organizações não conseguirem inscrever o número máximo de candidaturas permitidas. Uma possibilidade a ser discutida nos capítulos seguintes é se esses números representam reflexos de variedades de critérios dentro dos partidos para escolher nomes ou se esses partidos, apenas recrutaram aqueles filiados que estavam dispostos a competir nessa eleição.

Machado (2012) mostrou que os “cartéis eleitorais²⁴” não só são parte fundamental do Brasil, mas também seus efeitos são significativos, pois, as coligações normalmente dão certo. Ou seja, as coligações não são exceções e sim a regra. Além disso, os atores políticos manipulam e interagem com as regras institucionais que foram criadas pela própria classe política. A mesma defende que “[...] as regras institucionais se combinam com variáveis partidárias para explicar os cartéis eleitorais brasileiros”. (MACHADO, 2012, p.3).

A autora também aponta que “a formação de coligações eleitorais não pode ser totalmente explicada endogenamente” (MACHADO, 2012, p.3). Mesmo seu trabalho tendo como nível de análise os Estados brasileiros, acredito que nas eleições municipais esta premissa também possa ser adotada. Nesse sentido, a eleição majoritária e suas coligações em Salvador interferem, em certa medida, os arranjos na eleição proporcional.

Considerando os campos políticos principais em disputa, os mesmos escolheram a mesma estratégia de se ligar nas eleições proporcionais. Tanto o DEM quanto o PT disputaram as vagas para vereador a partir de coligações eleitorais. Se observarmos, nos pleitos anteriores, os dois também apresentaram listas de candidatos, a partir de coligações.

O que também fica claro, no quadro 4, que o comportamento dos partidos quanto às coligações vai depender dos arranjos de cada eleição. Uma vez realizada uma coligação em um determinado pleito, não significa que esse casamento dure toda a Legislatura, talvez nem sobreviva em outras eleições. Inclusive, se tornou muito comum entre parlamentares eleitos por um partido X, migrar pra outro partido no decorrer de seus mandatos, principalmente perto de outra eleição, buscando conquistar uma reeleição ou alinhar questões envolvendo as relações de suas organizações no sistema partidário local.

Schimitt (1999), em sua tese de doutorado, marcou a literatura sobre coligações eleitorais verificando entre elas o grau de consistências ideológicas e indicando a seguinte classificação das coligações: a) ideologicamente consistentes, aquelas realizadas dentre o mesmo bloco ideológico; b) mais ou menos consistentes, quando partidos de blocos colaterais se unem ; c) inconsistentes, quando se ligam partidos de extrema posições ideológicas.

²⁴ Para Machado (2012), “coligações ou alianças eleitorais” e “cartéis eleitorais” têm o mesmo significado. A autora usa esses termos sem diferenças para referir-se aos partidos que unem esforços para eleger representantes.

Dantas (2005) mostra que, além do caráter ideológico dos compromissos proposto por Schimtt (1999), existe outra maneira de distinguir o comportamento das coligações: sua relação com o governo – situação ou oposição – seja federal, estadual ou municipal. Ou seja:

Um partido seria coerente a partir do momento em que seguisse seus parceiros de governo em eleições vindouras. Aproximar-se do grupo que governa e lançar um candidato seria mais coerente do que enfrentá-lo, ou do que optar por aliar-se à oposição (DANTAS, 2005, p. 27).

Sobre a coerência das coligações no contexto eleitoral de 2016, em Salvador, o PTN passa a fazer parte do campo de oposição ao carlismo, sendo que nas eleições passadas fazia parte do campo dos partidos que apoiavam o prefeito do DEM na cidade. Mas, mesmo mudando de campo político adotou a mesma estratégia das eleições de 2012 de sair como partido isolado.

Nas eleições proporcionais de 2008 tivemos as seguintes coligações citadas no quadro 3: Salvador De Todos Nós (PCdoB e PT); A Força do Povo (DEM e PR); A Vez da Cidade (PTN e PRB); Salvador Mais Forte (MDB e PRTB); O Ser Humano Em Primeiro Lugar (PSC e PP); Frente de Esquerda Socialista (PSOL, PCB e PSTU); PV-PSB. Já nas eleições proporcionais de 2012, as coligações foram: Pra Defender Salvador (DEM e PSDB); Todos por Salvador (PT, PP, PTB e PSD); Chega de Vender Nossa Cidade (PSOL e PCB); PSB-PPL.

Outros acordos foram estabelecidos nas eleições de 2016 e as coligações estabelecidas foram: Amor Por Salvador (DEM, PRB e PMB); Avança, Salvador! (PC do B, PSD e PT); Salvador No Caminho Certo (MDB e PSDC); Agora é com a Gente (PSOL e REDE); Salvador Solidário e Sustentável (SD e PV); Decência e Trabalho (PPS e PTB).

Como o DEM e PT sempre estiveram na história política da Bahia competindo em campos opostos e disputando cargos no Executivo, tanto estadual quanto municipal, é esperado que nas eleições proporcionais, utilizem essa estratégia buscando o maior número de apoios na eleição majoritária. A depender do contexto eleitoral, a elite política que organiza as eleições para o Executivo pode orquestrar as coligações proporcionais, num “jogo de toma lá e dá cá”.

Os ganhos e perdas numa arena eleitoral com frequência estão relacionados aos ganhos e às perdas em outra. Então, os partidos maiores, com candidatos a prefeito, podem aceitar prováveis perdas numa aliança, na eleição proporcional. Eles fazem isso em trocas de ganhos, na coligação da eleição majoritária, no município. Do mesmo modo, os partidos menores podem desistir de apresentar seus próprios candidatos a prefeito e entrar na coligação do partido grande. Assim terão votos extras para eleger representantes, na coligação da eleição proporcional. (Machado, 2010, p. 126).

De certa forma, o pagamento das coligações e dos arranjos alinhados na eleição majoritária acaba sendo feito na eleição legislativa. Pois, na eleição para prefeito, quanto maior a coligação, mais tempo gratuito na mídia e, com isso, aumentam-se os recursos eleitorais e suas chances de vencer a eleição majoritária. Isso não significa que os partidos com candidato a prefeito irão se aliar a partidos desnecessários na corrida proporcional. “As estratégias eleitorais são construídas de forma a obter o melhor resultado no contexto institucional em que os políticos operam”, afirma Kinzo (2005, p. 33). Todos os partidos acabam conseguindo algum tipo de benefício, independente do seu tamanho.

A seguir serão apresentadas, a partir do contexto político e da questão da coligação aqui analisada, as estratégias políticas que os doze partidos investigados optaram nas eleições proporcionais de 2016, em Salvador. Estratégias estas que podem influenciar os processos de seleção de candidatos destas organizações.

2.4 AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DOS PARTIDOS NAS SELEÇÕES

Diante de sua popularidade, ACM Neto, acabou interferindo em alguns arranjos nas listas de candidatos, exigindo que os partidos coligados na chapa majoritária também coligassem, de alguma forma, nas chapas proporcionais. Partidos como o PV que, segundo seus dirigentes, chegaram a almejar disputar as eleições de 2016 na proporcional usando a estratégia de partido isolado, em troca do apoio do DEM, acabou cedendo à imposição do prefeito que estes compusessem coligações com outros partidos da coligação majoritária. Sobre fatos como esse, Machado (2005) nos chama atenção para uma reflexão da relação entre Executivo-Legislativo no Brasil que pode haver uma preponderância do executivo pelo legislativo. Isso devido à prioridade dos partidos maiores nas eleições majoritárias.

Essa estratégia utilizada pelo DEM na eleição proporcional afetou diretamente a estratégia de seus partidos coligados na majoritária. Ao todo foram 14 partidos que formaram a coligação Orgulho Salvador. Destes, seis (MDB, PSDB, PPS, PV, PRB, PSC), fazem parte do objeto desta tese. Como um dos partidos centrais na competição política da cidade, o mesmo optou por sair na eleição proporcional coligado com dois partidos menores, o PRB e o PMB. Considerando a classificação de Dantas (2005), podemos afirmar que esta coligação entre DEM e PRB foi mais próxima de coerente na medida em que este partido esteve junto do DEM nas eleições majoritárias de 2008 e, em 2012, se comportou como partido independente nas eleições majoritárias.

Nesta aliança, o PRB, como um partido pequeno, aparentemente pode sair perdendo, mas, diante do cenário político e dos possíveis recursos a ganhar estando junto ao partido que

detém a máquina política da prefeitura da cidade, o partido também tem muito a ganhar na coligação estabelecida com o DEM e mais outro partido. Diante desse contexto competitivo, é esperado que as seleções nestes partidos fossem bem excludentes, já que o limite de oferta de vagas será bastante reduzido. Nas eleições de 2012, o DEM tinha conseguido conquistar três cadeiras e o PRB apenas duas, mas, próximo às eleições de 2016, terminado o período de filiação, o DEM contava com seis vereadores e o PRB apenas com uma cadeira.

Seguindo a decisão de coligação dos partidos do campo político do DEM, o MDB, mesmo sendo um partido forte nacionalmente, opta pela estratégia de sair coligado com um partido nanico, o PSDC, que não possui nem representação na Câmara Municipal de Salvador. Se considerarmos o contexto das eleições anteriores, essa coligação é bem incoerente, pois o MDB nos pleitos anteriores configurava-se como um campo político nas competições eleitorais desta cidade. Como o objetivo é sempre eleger mais vereadores, o MDB tinha eleito dois vereadores em 2012 e permaneceu com o mesmo número até vésperas das eleições de 2016. Nesse sentido, espera-se que o processo de seleção deste partido seja mais inclusivo apesar, de ter optado pela coligação.

Diferente do MDB, o PSDB adotou a estratégia de disputar as eleições a vereador como partido único. Desse modo, não segue a orientação de ACM Neto, o que já nos leva a esperar um processo seletivo mais inclusivo pela oferta de vagas disponíveis ser o limite máximo permitido por lei. Vale salientar que esse partido, aliado do prefeito da cidade, presidiu a 17ª legislatura (2013-2016) da Câmara Municipal de Salvador. Nessa legislatura, o PSDB elegeu, dois vereadores e acabou ficando depois com apenas um vereador diante da eleição do vereador Soldado Prisco para deputado estadual em 2014, o que pode ter motivado ainda mais a conquista de mais cadeiras no pleito de 2016.

O caso do PV, ao decidir pela coligação na proporcional, mostrou-se peculiar quando seus dirigentes deixaram claro que essa opção não foi a estratégia inicial do partido. Inclusive, em entrevista, um dos responsáveis pela seleção de candidatos do partido chegou a informar que a decisão pela coligação com o partido Solidariedade (SD) foi imposição do prefeito da cidade. Essa informação nos leva a esperar um processo de escolha mais inclusivo, já que a estratégia, a priori, era sair como partido na proporcional. Mesmo podendo considerar, pela literatura, como uma coligação coerente, o PV no pleito de 2016 perde a indicação de vice na chapa majoritária, o que pode ter causado algum tipo de constrangimento nessa coligação imposta. O fato é que, essa coligação na majoritária com DEM, desde as eleições de 2012, parece ter trazido mais ganhos ao partido, que saiu de duas cadeiras conquistadas para obter

três vereadores na câmara durante a 17ª legislatura, o que pode ter atraído mais aspirante para essa legenda na competição de 2016.

O PSC tem, nas últimas eleições, optado por uma estratégia de registrar um número expressivo de candidatos em suas listas, isto quando preenche todas as vagas permitidas legalmente. Esse fato, por si só, nos leva a esperar uma seleção mais inclusiva, na medida em que as vagas tendem a ser preenchidas no limite da lei, aliado também ao fato do PSC ter escolhido sair como partido na eleição proporcional de 2016, assim como fez na eleição anterior. Assim como o PSDB, o PSC parece ter tomado essa decisão como opção estratégia da organização, independentemente da orientação do prefeito que saísse de forma coligada, o que denota uma autonomia do partido frente a esses arranjos estabelecidos na coligação majoritária. Como um partido pequeno, que obtinha duas cadeiras no legislativo de Salvador, não optar pela coligação pode ter sido uma estratégia relevante para enfrentar a acirrada competição, buscando preservar as cadeiras anteriormente conquistadas ou, quiçá, almejar aumentar o número de vereadores do partido na câmara.

Se levarmos em conta que as duas últimas eleições a estratégia do PPS para disputar as eleições proporcionais foi sair como partido isolado, na eleição de 2016 a opção pela coligação com o PTB pode ter sido afetada pela indicação do prefeito a seus partidos coligados na majoritária. E nesse contexto, o PPS representava a liderança da situação no legislativo de Salvador. Essa coligação pode ser vista como coerente pela literatura, o que pode nos levar a esperar um processo de seleção mais excludente, em virtude da própria diminuição da oferta de vagas disponíveis aos aspirantes. Vale destacar que o partido escolhido para a coligação tinha a mesma representação inicial que ele na legislatura anterior ao pleito em disputa, ambos com um vereador apenas. Mas, em 2015, o vereador Beca troca de partido e sai do PTN para o PPS, aumentando, assim, a bancada do partido.

Como o PT adotou a estratégia na majoritária de não lançar candidato, acabou usando as eleições proporcionais como artifício para consolidar sua aliança com o PCdoB, e também tentar sobreviver diante a crise política que o partido passava nacionalmente. Em troca da candidatura a prefeito da cidade, o PT praticamente impôs ao PCdoB uma coligação na competição proporcional, o que representava um risco grande para o PCdoB, enquanto partido menor, de disputar as eleições com um partido de maior legenda. Destaque-se que o PT, na legislatura (2013-2016) tinha eleito sete vereadores (destes no decorrer desta legislatura perdeu apenas um para o PV), e o PCdoB apenas dois vereadores. Mesmo correndo o risco de eleger menos vereadores, diante de resultados de eleições anteriores, o PCdoB abriu mão de sua estratégia adotada nas eleições de 2012, de sair isoladamente à disputa das cadeiras do

Legislativo. Esse fato acabou estreitando ainda mais os laços desse casamento eleitoral com o PT ao aceitar a coligação juntamente com PSD.

Apesar da coerência dessa coligação estabelecida entre o PT e o PCdoB, esse último tinha muito a perder com esse arranjo na proporcional. Entretanto, parece que o partido optou estrategicamente de priorizar a coligação majoritária e assumir o risco eminente de poder perder as poucas cadeiras conquistadas no pleito anterior. Diante desse cenário, o esperado é que esses partidos apresentem seleções excludentes, e o PCdoB ainda mais excludente que o PT, em virtude do tamanho do seu partido nesse jogo competitivo.

Já o PSB, mesmo tendo sido convidado pelo PT para participar desse jogo envolvendo as disputas a prefeito e vereador, acabou adotando a estratégia de sair como partido isolado nas eleições proporcionais, estratégia bastante racional para um partido que possuía apenas duas cadeiras e, ao se coligar com um partido mais forte, estaria correndo o risco de não atingir nem esse quantitativo na eleição de 2016. Logo, nos leva a esperar uma seleção a vereadores mais inclusiva, inclusive pela autonomia apresentada pelo partido na decisão de não aceitar o arranjo proposto pelo PT, deixando a disputa majoritária em torno do nome da oposição para prefeitura da cidade.

O PTN, como já dito na seção anterior, nas eleições de 2016 muda de campo político e passa para a oposição ao DEM. A questão é que essa mudança pode acarretar prejuízos ao partido na seleção de candidatos pela incoerência da coligação comparada ao pleito anterior, já que nas eleições de 2012 tinha conseguido eleger seis vereadores. Foi a segunda maior bancada, perdendo apenas para o PT com sete representantes. Desses seis vereadores, um foi para o PDT, outro para o SD e outro para o PPS, o que lhes restou apenas três representantes no período da competição eleitoral de 2016. Diante desse contexto, a estratégia do partido para proporcional foi sair sozinho, o que por si só nos leva a esperar um processo de seleção mais inclusivo, ainda mais num cenário em que o partido tinha perdido consideravelmente as cadeiras conquistadas no pleito anterior.

Por fim, o PSOL como um partido pequeno, ainda em consolidação na cidade, vem adotando a estratégia de se unir-se a outros partidos menores para tentar conquistar uma vaga no legislativo. Nas eleições de 2012, o partido consegue eleger seu primeiro vereador. Nas eleições de 2016, o partido mantém a estratégia de coligação, agora com o partido REDE, partido aliado da conjuntura política nacional, o que demonstra coerência dessa aliança do ponto de vista da literatura. Em virtude do tamanho do partido na cidade, o esperado é que, mesmo optando pela coligação, a seleção do partido seja mais inclusiva na medida em que

haveria poucos aspirantes. O PSOL, inclusive, no legislativo apresenta-se como um partido independente, apesar de fazer oposição ao prefeito da cidade.

Apesar das diferenças de contextos que fazem os partidos optarem pelas coligações, Kinzo (2004) aponta que essas se fazem necessárias em eleições legislativas sob o sistema de representação proporcional, em virtude da fragmentação do sistema partidário, pois, se destina, “[...] justamente, a garantir a representação das minorias que, por sua vez, desejam se diferenciar dos grandes partidos” (KINZO, 2004, p. 33).

De modo geral, a formação de coligações, parece ser uma estratégia bastante racional tanto para partidos grandes como pequenos. Se para um partido grande coligar-se com um pequeno pode diminuir sua possibilidade de conquistar mais cadeiras, pois abre janela para os mais votados dos pequenos conquistarem uma vaga, também pode oferecer ganhos aos partidos grandes na eleição majoritária, como no caso dos coligados do DEM.

Para finalizar, é preciso enfatizar que, ao considerar aqui as coligações eleitorais como estratégia política, não implica que essa determina o processo de seleção de candidatos. Este capítulo nos mostrou a importância dos contextos eleitorais para compreender o comportamento dos partidos e suas estratégias utilizadas, visando vencer as eleições ou atingir os quocientes eleitorais e saírem vitoriosos ou sobreviveram a lógica do sistema político brasileiro. E tentou, também, demonstrar como essas estratégias políticas podem influenciar nos processos de seleção de candidatos que serão analisados nos capítulos seguintes. A seguir, inicialmente, serão discutidas as principais regras institucionais do sistema político, eleitoral e partidário, que orientam as organizações partidárias em suas escolhas de nomes a elaborar as listas de postulantes ao cargo de vereador no Legislativo Municipal de Salvador, e depois analisaremos as regras informais que nortearam as escolhas dos nomes a compor as listas partidárias.

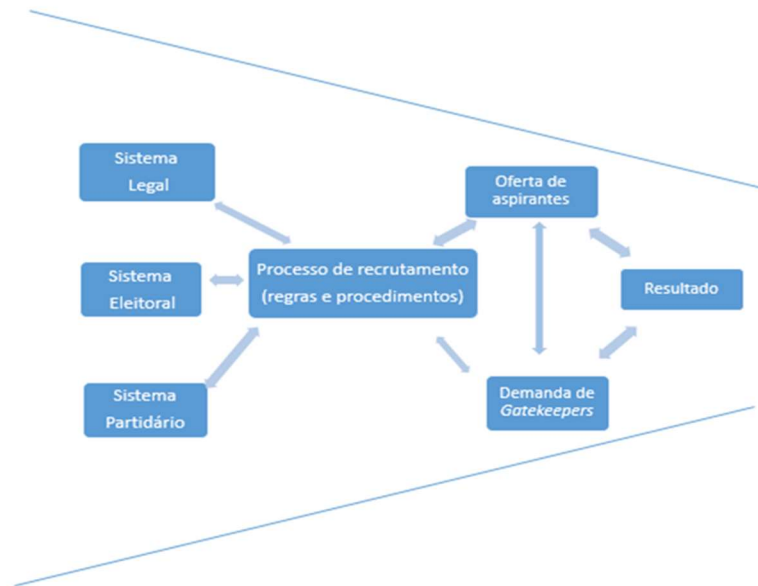
3 AS REGRAS FORMAIS E A SELEÇÃO DE CANDIDATOS

Considerando o que foi discutido nos capítulos anteriores, o objetivo principal desse capítulo é conhecer as regras formais que balizaram o processo de seleção de candidatos ao Legislativo Municipal de Salvador em 2016. A competição eleitoral carrega consigo uma série de regras formais que determina o dever ser do processo de escolha de candidaturas a cargos eletivos. Dessa forma, discutiremos o conjunto de normas legais que deve ser respeitado pelos partidos, de modo a orientá-los durante toda a competição eleitoral. Para tal fim, seguem os caminhos apontados por Norris (1997) e Hazan e Rahat (2001; 2010).

Vale lembrar que o modelo para estudar o recrutamento proposto por Norris (2013) sugere um estudo dos procedimentos em três momentos: a certificação, a nomeação e a eleição. No primeiro, o sistema político observa regras e procedimentos legais que delimitam o universo dos elegíveis e rege a própria competição legislativa. O segundo momento refere-se a estratégias partidárias que determinam quem pode ou não ser eleito. Por último, na eleição são os eleitores que indicam quais, dentre os candidatos selecionados, serão os seus representantes eleitos. Neste último momento, fatores como recursos financeiros e a mídia poderão influenciar notavelmente.

Esses momentos podem ser vistos como parte de um “funil de causalidade”. Demanda e oferta funcionam dentro do processo de recrutamento, o qual, por sua vez, é modelado por um sistema político mais amplo, como mostra a figura. O caminho percorrido por um aspirante, no Brasil, passa por desde observar regras do sistema eleitoral como as exigências e procedimentos dos partidos. O aparato político institucional também influencia as organizações partidárias e, com isso, a elaboração das suas listas de candidatos.

O processo de recrutamento legislativo de Norris (1997) também permite avaliar o grau de democracia interna dentro das organizações partidárias e as regras de seleção dos candidatos ao governo através dessa lógica que entrecruza a oferta de aspirantes e a demanda dos *gatekeepers*. Enquanto os candidatos perseguem os cargos eletivos, levados por motivações pessoais e seu capital político, os *gatekeepers* selecionam alguns dentro esse universo de ofertas disponíveis. Nesta pesquisa usaremos o termo “porteiros” para esses *gatekeepers* (dirigentes partidários).

Figura 1 - Modelo de Recrutamento

Fonte: Adaptado de Norris (1997).

Seguindo esse modelo e os indicadores de Hazan e Rahat (2010), o capítulo foi estruturado da seguinte forma: primeiro aborda o cenário institucional comum aos partidos, relativo às principais regras gerais que norteiam o sistema político, eleitoral e partidário no Brasil. Em seguida, são apresentadas as regras formais dos partidos, presentes nos estatutos de doze organizações para que, no capítulo seguinte, a partir das regras informais e também dialogando com regras formais, seja possível analisar como realmente se deu a elaboração das listas partidárias. Isso porque um dos maiores desafios para o estudo dos métodos de seleção de candidatos é desenvolver estratégias de pesquisas para conseguir ir além do que a legislação dos partidos sugere sobre o tema. Entretanto, torna-se necessário penetrar no afunilamento das regras formais. Com isso, nesta seção, serão apresentados os parâmetros institucionais comuns aos doze partidos.

3.1 BASE INSTITUCIONAL COMUM

As características do sistema político brasileiro são elementos também para a análise do processo da seleção de candidatos em si. Norris (1997) mostra que as variáveis do sistema, especialmente as normas legais, mesmo distantes das decisões tomadas dentro do processo de recrutamento, são importantes porque estruturam as oportunidades dos candidatos no mercado político. Dentre essas variáveis destacam-se a cultura política²⁵, o sistema eleitoral, o sistema

²⁵ Sobre essa variável, a autora entende, por exemplo, as atitudes e valores dominantes em relação ao papel das mulheres na sociedade e na vida política. Entretanto, esta pesquisa não pretende abordar essa questão tão profundamente.

partidário e a competição legislativa, esta última abordada no capítulo anterior. Nicolau (2006), no que diz respeito à literatura, aponta para possíveis conexões entre o sistema político, a seleção de candidatos, as eleições e o perfil do legislador.

A estrutura institucional do federalismo brasileiro, ao associar o presidencialismo com representação proporcional, multipartidarismo e sistema eleitoral de lista aberta tem estimulado a fragmentação partidária, mas ela não impede o controle dos partidos. Contudo, parte da literatura deduz daí a fragilidade dos partidos políticos e supõe a pouca institucionalização do sistema partidário brasileiro. Uma das primeiras explicações para tais conclusões apontava para o arranjo federativo, que teria a predominância de atores políticos subnacionais como os governadores. Outras veriam uma excessiva autonomia de parlamentares diante dos partidos, prevalecendo os seus interesses regionais.

Entender as regras institucionais é importante, pois essas delimitam o contexto de atuação dos atores envolvidos na seleção candidatos. Por um lado, Mainwaring (1997, p. 339), por exemplo, ao discutir a relação entre políticos, partidos e sistemas eleitorais no Brasil, defende que “[...] o sistema de proporcional no Brasil é provavelmente o mais desproporcional do mundo”. Além disso, concentram o poder no Executivo e permitiriam aos eleitores um peso crucial nas escolhas interpartidárias no processo eleitoral. Com isso, enfraqueceria a força dos partidos na representação política.

Além dessa combinação de representação proporcional e lista aberta, o autor aponta outras características do nosso sistema eleitoral que produzem esse efeito e fraqueza das organizações partidárias, dentre elas: a lei do candidato nato, as coligações e a permissão de registrar um alto número de candidatos e o estímulo das regras à formação de novos partidos. O conjunto desses aspectos institucionais, para o autor, incentiva políticos e partidos personalistas, permitindo forte sua autonomia em relação aos partidos.

Entretanto, outra parte da literatura argumenta em sentido contrário. Braga (2008) discorda dessa relação entre organização dos partidos políticos e o modelo do sistema eleitoral, acarretando necessariamente vínculos frouxos entre candidatos eleitos e partidos. Para a autora, independentemente do sistema eleitoral, haverá políticos dispostos a investir mais na sua carreira pessoal, como haverá também possibilidades de políticos trabalharem para fortalecer a estrutura organizacional dos partidos.

Embora o assunto divida opiniões na literatura, é importante reconhecer o sistema partidário como parte integrada ao sistema político e eleitoral, daí a relevância de contextualizar o desenho institucional em que os partidos e o sistema partidário operam. A

isso chamamos de base institucional comum ao processo de recrutamento e seleção de candidatos em eleições municipais.

Há uma relação estreita entre o sistema partidário e o arranjo institucional brasileiro, ao determinar a estrutura de oportunidades para os partidos se organizarem e buscar disputar cargos eletivos seja no plano federal, estadual ou municipal. Para Braga (2006), o fato do nosso sistema político ter um polo forte nos estados não significa que os partidos sejam essencialmente regionais e inconsistentes ou que aqui os políticos sejam mais individualistas ou personalistas. A autora mostra que essa lógica de funcionamento dos partidos faz parte do próprio sistema institucional.

O sistema partidário funciona assim porque é da lógica do sistema institucional, ou seja, diante dessa estrutura de competição política do país, as estratégias de sobrevivência de qualquer partido passam pela disputa eleitoral nos estados. Conseqüentemente, os partidos que conformam o sistema partidário nacional terão que coordenar, tendo em vista os seus objetivos (implementar seu programa e conquistar o poder político), estratégias específicas de competição para o município, o estado e a União (BRAGA, 2006, p. 56).

Em trabalhos posteriores relacionando organização partidária, recrutamento político e democracia representativa, Braga (2008) irá impulsionar discussões e novas pesquisas, reconhecendo a importância dos partidos nos diversos procedimentos da democracia, especialmente na seleção de candidatos. Para tal propósito, essas pesquisas buscam evidências para além das regras institucionais, porém, os vínculos dos partidos com candidatos e eleitos não são frouxos. Pelo contrário, as organizações partidárias sobrevivem e consolidam-se, controlando os processos eleitorais e parlamentares.

Mesmo que, teoricamente, o sistema de representação proporcional possibilite ao eleitor ordenar a lista aberta, Braga, Veiga e Miríade (2009) mostram que, na prática, os dirigentes partidários mantêm o controle sobre o processo de seleção dos candidatos e o acesso à lista. E ainda argumentam que, através desse controle, “[...] os partidos brasileiros vêm tendo um papel fundamental na dinâmica de formação de uma elite política responsável por operar a representação política”. Mas, diferente da maioria dos países que empregam o sistema de representação proporcional de lista, “[...] não há no sistema de voto preferencial brasileiro nenhum tipo de ordenamento dos nomes da lista antes das eleições nem qualquer forma de favorecimento para candidatos específicos da lista” (NICOLAU; SCHIMTT, 1995, p. 143).

Essa regra do sistema eleitoral não obriga que os partidos escolham formalmente quais seriam seus candidatos mais competitivos. O que não impede informalmente, através do

acesso aos recursos partidários, as escolhas preferenciais das organizações e essas apresentarem aos eleitores seus candidatos, de alguma forma, ordenados.

A legislação partidária estabelece que a norma para escolha dos candidatos deve ser definida pelo regimento interno de cada partido. Entretanto, há a exigência da realização de uma convenção partidária para a formalização da lista de candidatos. Segundo a lei nº 13.165 de setembro de 2015, que promoveu uma minirreforma eleitoral no país, as convenções devem acontecer entre os dias 20 de julho a 5 de agosto do ano eleitoral, e a lista deve ser registrada até o dia de 15 de agosto na Justiça Eleitoral. Antes, o prazo final de registro das candidaturas era 5 de julho. Com essa alteração, os partidos, de certa forma, ganharam mais de um mês para finalizar o processo de seleção de candidatos.

Outra peculiaridade do nosso sistema são as coligações partidárias funcionarem como lista única, ou seja, elegerem-se os mais votados independentemente do partido. Porém, com essa nova legislação, as eleições de 2016 seriam as últimas em que essa estratégia de alianças poderia vigorar nas eleições. O pleito de 2018, nesse sentido, passa a ser também peculiar, por ser o primeiro a funcionar sem as coligações que sempre estruturou os arranjos políticos nas disputas tanto no executivo quanto no legislativo.

O mecanismo institucional das coligações foi sempre um argumento forte que pesava sobre a literatura que argumentava sobre a alta fragmentação do nosso sistema partidário. Até por que a maioria dos parlamentares foi eleita dependendo do partido e dos outros candidatos da sua legenda, ou seja, das listas partidárias, o que por si só já garante uma centralidade de ação dos partidos na competição eleitoral. Porém, mesmo a coligação contribuindo para o efeito da fragmentação, isso não impede que os partidos controlem a seleção de candidatos, apenas torna o jogo entre a demanda e a oferta dos candidatos mais complexo. De um lado, os partidos tendem a buscar candidatos que se tornem competitivos em coligações. Do outro lado da oferta, os candidatos buscam os partidos que estarão em melhores condições eleitorais.

A legislação eleitoral, apesar de seu código (Lei nº 4.737) ser datado de 1965, vem sempre sofrendo mudanças, a ponto de cada pleito ser normatizado por novas regras diferentes. Por exemplo, a composição da Câmara Municipal de Salvador, enquanto quarta capital mais populosa do país, com cerca de 2,9 milhões de pessoas – segundo dados do IBGE – passou de 41 a 43 vereadores, nas eleições de 2012, obedecendo ao disposto da emenda constitucional nº 58/09 na alínea ‘r’. Essa mudança produziu efeito na competição política desse pleito e nos seguintes, pois a oferta de vagas passou a ser maior, o que impulsiona ainda mais as disputas eleitorais.

Outra modificação importante que afetou muito as eleições proporcionais foi a alteração da Lei nº 9.504/97 no art. 10, que assevera a importância da observância da reserva de um mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidatos de cada sexo por partido político ou coligação. Anos depois a Lei nº 12.034/09²⁶, contudo, alterou a redação do dispositivo normativo para “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas do mesmo sexo”. Ao substituir “deverá reservar” por “preencherá”, objetivou-se obrigar os partidos e coligações a preencherem as vagas de candidaturas com ao menos 30% de um sexo, em especial o feminino, tendo em vista a falta de representatividade política histórica.

Diante desse cenário institucional, do sistema político, eleitoral e partidário, comum às organizações partidárias investigadas nesta tese, umas das hipóteses aqui testadas será que os partidos não são frágeis nem os candidatos ou/e políticos têm autonomia diante seus partidos. Muito pelo contrário, tentará argumentar que eles são capazes de controlar os processos de recrutamento e seleção de candidatos.

Na seção seguinte serão apresentadas as regras formais escritas nessa legislação eleitoral que vigorou nas eleições de 2016 sobre os critérios de elegibilidade para candidatos a vereadores. Com isso, pretende-se analisar o filtro decorrente do recrutamento legislativo, que afetará o processo de seleção de futuros representantes da Câmara Municipal de Salvador.

3.1.1 Legislação eleitoral: regras formais para a candidatura elegível

As principais resoluções e normas que regulamentaram o processo de seleção de candidatos nas eleições de 2016 foram as regras do sistema eleitoral, da Constituição Federal, do Código Eleitoral e da Resolução nº 23.455, sancionada em 15 de setembro de 2015, que dispõe sobre a escolha e o registro das candidaturas naquele pleito. Esse aparato institucional restringe o universo dos elegíveis. Todas as regras eleitorais devem ser obedecidas e, além disso, oferecem incentivos aos diferentes atores envolvidos nesse processo.

Segundo o Código Eleitoral, “[...] qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitando as condições constitucionais e legais de elegibilidade, desde que não incida em quaisquer das causas de inelegibilidade²⁷”. Desse modo, as regras formais que tornam os cidadãos elegíveis ou inelegíveis irão nortear os dirigentes partidários no momento que forem elaborar suas listas de candidatos.

²⁶Segundo entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, se o percentual mínimo de 30% para candidatas do sexo feminino não for observado, o pedido de registro coletivo do partido ou da coligação será indeferido pela Justiça Eleitoral, após a concessão de prazo para sanar o problema.

²⁷ Código eleitoral, art. 3º e Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º.

As condições de elegibilidade são os requisitos impostos pela Constituição e pela legislação eleitoral para que o cidadão brasileiro exerça o direito de ser votado, e com isso atenda a uma dimensão da sua cidadania. Assim, o preenchimento dessas regras se apresenta como o primeiro filtro para qualquer candidato que pretenda disputar uma eleição.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 14, §3º estabelece as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade comuns a todos os candidatos de cargos públicos eletivos, distinguindo apenas quanto à idade mínima a depender do cargo de propositura. As condições de elegibilidade para as eleições de 2016 são: a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos²⁸, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária, a idade mínima de 21 anos para candidatar-se a Prefeito ou Vice-Prefeito e 18 anos para candidatar-se a Vereador.

Sobre o exercício dos direitos políticos, o indivíduo que estiver com seus direitos perdidos ou suspensão não poderá votar e nem ser votado. Quanto ao domicílio eleitoral, o candidato é obrigado comprovar o prazo de um ano antes da data da eleição. Nesse caso, a data limite do comprovante residencial para disputar o pleito de 2016 foi 02 de outubro de 2015. Dentre esses requisitos, a filiação partidária merece atenção especial por representar o vínculo entre o indivíduo e o partido devidamente registrado no TSE com condições de concorrer às eleições. Também essa condição é regulada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9.096) e pelo Estatuto de cada partido. Importante destacar que, no caso do prefeito, o requisito da idade deve ser verificado na data da posse, e, no caso do vereador, na data limite para o pedido de registro da candidatura.

Com relação ao militar alistável, é elegível aquele que atenda às seguintes condições: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade²⁹. Vale ressaltar que tanto o Presidente da República como os Governadores de Estado, do Distrito Federal e os Prefeitos eleitos podem concorrer à reeleição, permanecendo no cargo por um único período subsequente. Para concorrer a outro cargo, estes devem renunciar aos seus mandatos até seis meses antes da eleição preterida.

Ainda sobre as regras de elegibilidade, a necessidade de filiação partidária³⁰ é uma das peculiaridades do Estado federativo brasileiro, já que diversamente do que se dá nos Estados Unidos, por exemplo, aqui não se admite candidatura avulsa, ou seja, sem a

²⁸ Diz respeito, de modo amplo, a chamada —quitação eleitoral, que compreende o pagamento de multas para a Justiça Eleitoral, a prestação de contas de campanhas anteriores, etc (art. 11, parágrafo 7º, da Lei 9.504).

²⁹ Constituição Federal, artigo 14, § 8º.

³⁰ A filiação partidária está disposta no Capítulo IV da Lei nº 9.096 de 1995, entre os artigos 16 e 22.

intermediação de um partido político. Deste modo, em consonância com o caput do art. 86 do Código Eleitoral (Lei nº 4737 de 1965): “Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos.” O Código também assevera, no parágrafo único do artigo, que nenhum registro fora do período de seis meses antes da eleição será aceito³¹. Porém, esse parágrafo foi revogado tacitamente pelo art. 11, caput, da Lei. 9.505/97: “Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até às dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições³²”.

Depois que os partidos apresentam os registros de candidaturas das suas listas nominais, esses serão ainda julgados pelo prazo de até vinte dias antes da data das eleições. Antes do pleito de 2016, esse prazo era superior até quarenta e cinco dias antes do dia da eleição. Durante muito tempo no Brasil, aos representantes eleitos em uma determinada eleição eram assegurados automaticamente suas vagas nas listas, caso desejassem o registro de suas candidaturas para o mesmo cargo pelos seus partidos, no pleito seguinte. Essa regra ficou conhecida como Lei do Candidato Nato³³. O instituto foi alvo de grandes controvérsias desde o seu surgimento, com a PL 1.853 de 1974, pois, durante muitos anos, a omissão legislativa, isto é, a falta de um regulamento específico para cada processo eleitoral, dava margem às dúvidas sobre se o instituto estava vigente ou não.

Em 24 de abril de 2002 extinguiu-se a candidatura nata pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar disso, a polêmica em torno do instituto não se extinguiu, visto que, ocasionalmente, é objeto de debates parlamentares e de críticas por parte de estudiosos do sistema eleitoral brasileiro, como Mainwaring (1997), mencionado na seção anterior deste capítulo. É possível aferir que o instituto continua vigorando na mente de muitos representantes que acreditam estarem em posição superior aos demais candidatos, por já terem sido eleitos.

Com relação às causas de inelegibilidade constitucional, importante destacar que os analfabetos, apesar de terem adquirido, com a Carta Magna de 1988, o direito de votar, não podem ser votados, ou seja, não podem ser candidatos. Os inalistáveis também são inelegíveis. A Lei Complementar 135/2010, ou Lei da Ficha Limpa, como ficou popularmente

³¹ Anteriormente o tempo mínimo de filiação partidária era de um ano antes do pleito. Este prazo foi alterado pela Lei nº 13.165, de setembro de 2015 e ficou conhecida como minirreforma política.

³² Este prazo também foi alterado pela Lei nº 13.165, que antes era até 5 de julho do ano de cada eleição.

³³ A Lei 8.713/1993, que estabeleceu normas para as eleições de 3 de outubro de 1994, instituiu: aos que, na data de publicação desta lei, forem detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital, é assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que estejam filiados na data da convenção, independentemente de sua escolha nesta, salvo deliberação em contrário do órgão de direção nacional do partido (Artigo 8, § 1).

conhecida, trouxe mudanças nos casos de inelegibilidades, principalmente na etapa de registro das candidaturas, onde são verificadas a incidência, ou não, das inelegibilidades. Também vale salientar que a não desincompatibilização de determinados cargos públicos pode implicar em obstáculos a possíveis candidaturas. Além disso, diversas condições tornam o pretendente inelegível.

Dentre os inúmeros casos de inelegibilidade previstos na Lei Complementar nº 64/1990, podemos citar como um exemplo: os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos oito anos seguintes; e também aqueles que foram demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de oito anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.

As regras eleitorais exercem um papel de limitar a atuação dos partidos no jogo eleitoral. Porém, esses partidos possuem autonomia, segundo a Lei 9096/1995, para definirem em seus estatutos critérios próprios de seleção dos candidatos. Mesmo assim, as exigências impostas às organizações partidárias interferem no processo de recrutamento, porque limita a ação dos porteiros e interfere na dinâmica da oferta e da demanda da seleção.

Além da alteração dos prazos de registros dos candidatos e da realização das convenções, os partidos tiveram que operar suas escolhas sobre outras mudanças peculiares às eleições de 2016. As principais foram: diminuição do número máximo de candidatos registrados por partidos ou coligações³⁴, que passou para 150% do quantitativo de vagas a preencher (no caso de Salvador, o máximo permitido foi de 65 nomes); diminuição do período de campanha eleitoral; proibição de financiamento de pessoas jurídicas, dentre outras.

Na seção seguinte, trataremos das regras estatutárias que nortearam o processo de elaboração das listas.

3.2 ESTATUTOS E PARTIDOS POLÍTICOS

Considerando a seleção de candidatos como um processo dentro do recrutamento legislativo, esta seção utilizará as ferramentas metodológicas elaboradas por Hazan e Rahat (2001; 2010) para descrever e analisar as regras presentes nos estatutos dos doze partidos

³⁴ Antes dessas mudanças, os partidos que optassem pelas coligações poderiam preencher até 200% dos números de vagas no Legislativo disponíveis.

políticos investigados sobre os processos de seleção de candidatos. Aqui será apresentado um panorama de como deve ser realizada formalmente a escolha dos aspirantes ao cargo de vereador em Salvador nas eleições de 2016. O objetivo é, no capítulo seguinte, fazer essas regras formais dialogarem com as regras informais que a pesquisa pode detectar e, assim, apresentar uma descrição mais próxima do que realmente foi a seleção de candidatos. Por fim, no capítulo 6, serão discutidas, em perspectiva comparada, semelhanças e diferenças dos processos em si.

Os métodos de seleção de candidatos devem ser tratados como mecanismos institucionais que refletem a natureza dos partidos e afetam a política partidária. O estudo da seleção de candidatos pode, portanto, nos ajudar a entender a dinâmica da organização do partido (HAZAN; RAHAT, 2010). Para os autores, os partidos são as unidades de análise sobre esses processos de escolha de candidatos, num país particular, em um momento específico. São quatro as dimensões que delineiam o método de seleção de candidatos elaborado por eles: candidatura, *selectorate*, descentralização e nomeação ou votação. Nesse capítulo, essas dimensões serão analisadas pelas regras formais, e no capítulo seguinte, pelas regras informais.

Na primeira dimensão, avalia-se o grau de inclusividade dos requisitos para a candidatura. Os requisitos inclusivos seriam aqueles pelos quais todos os cidadãos pudessem concorrer às eleições como candidatos. Em contrapartida, os excludentes seriam aquelas organizações que adicionariam requisitos adicionais mais restritivos às candidaturas.

A segunda dimensão refere-se à inclusividade do *selectorate*, que analisaremos em outra seção deste capítulo. Na terceira dimensão, discute-se a descentralização dos processos de seleção de candidatos. E, por fim, analisam-se as formas de escolha dos candidatos entre sistemas de votação ou indicação das candidaturas.

3.2.1 A inclusividade dos requisitos para a candidatura

Segundo o modelo apresentado, a primeira dimensão que deve ser abordada é a questão da candidatura: quem pode ser selecionado? Se, por um lado, essa pode parecer a mais simples, por outro lado, é o filtro de seleção que tem o potencial de excluir a maioria significativa da população como futuros candidatos, alerta Hazan e Rahat (2010). Principalmente pela exigência legal da filiação partidária e demais regras institucionais, mencionadas na seção anterior desse capítulo.

Além das regras do sistema eleitoral, os partidos políticos podem elaborar outras exigências para a conquista de uma candidatura. Para percorrer sobre essa dimensão, foram

analisados todos os doze estatutos das organizações aqui em questão (DEM, PT, MDB, PSDB, PPS, PV, PTN, PRB, PSC, PSB, PCdoB e PSOL). De maneira geral, os estatutos estão estruturados de forma semelhante, percorrendo entre os seus títulos diversas questões, sendo as mais comuns entre elas: objetivos, princípios básicos e finalidades do partido; filiação partidária; disposições gerais sobre organização e funcionamento do partido; estrutura dos órgãos, suas competências nos diferentes níveis; disciplina partidária/fidelidade; o patrimônio das finanças e da contabilidade; e as disposições gerais.

A maioria das organizações investigadas (DEM, PT, PSDB, PV, PSC, PTN PSB) apresentou em seus estatutos alguma seção específica (título, capítulo ou seção) envolvendo a questão da seleção de candidatos para cargos eletivos. Nos demais (MDB, PPS, PCdoB, PSOL, PRB) não foi encontrado nenhum tópico destinado a esse processo.

Quadro 5 - Evidência específica nos estatutos sobre seleção de candidatos

Partido	Seleção de candidatos
	Evidência de seção específica (título, capítulo ou seção)
DEM	Sim
PT	Sim
MDB	Não
PSDB	Sim
PPS	Não
PV	Sim
PTN	Sim
PSC	Sim
PRB	Não
PSB	Sim
PCdoB	Não
PSOL	Não

Fonte: Elaboração própria a partir dos estatutos partidários.

Conforme as análises dos estatutos, cinco partidos (DEM, PSDB, MDB, PPS e PSOL) adotaram os critérios legais de elegibilidade, fazendo referência em seus documentos legais apenas à filiação partidária. Desses, o PCdoB e o PRB apresentam, além das exigências legais, apenas leves restrições. Enquanto que o PT, PSB, PTN, PSC e PV trouxeram em seus estatutos outros requisitos adicionais, como os termos de compromisso que deviam ser assinados por todos os candidatos.

Quadro 6 - Filiação partidária como regra formal da seleção de candidatos

Partido	Seleção de candidatos	
	Apenas filiação partidária	Filiação partidária + requisitos adicionais
DEM	X	
PT		X
MDB	X	
PSDB	X	
PPS	X	
PV		X
PTN		X
PSC		X
PRB		X
PSB		X
PCdoB		X
PSOL	X	

Fonte: Elaboração própria a partir dos estatutos partidários.

As regras para o recrutamento partidário não são muito rígidas na maior parte dos partidos analisados, podendo se filiar qualquer indivíduo que se comprometa em cumprir o Programa e Estatuto do partido. Os estatutos do PSDB, PT, PTN, PCdoB e PSOL permitem a filiação de jovens de 16 anos, ou seja, com idade inferior à do alistamento obrigatório eleitoral, podendo limitar a participação deles no partido. No PRB apesar de não haver seção própria, impõe-se a contribuição com as despesas de campanha do partido e restringe-se a candidatura àqueles que estão em dia com suas obrigações partidárias, inclusive financeiras³⁵.

Embora os achados apontem algumas restrições nos estatutos, vale lembrar que o monopólio partidário dos registros de candidaturas, por si só, já garante um poder às lideranças que, segundo para Braga, Veiga e Miriade (2009, p.127) “[...] permite a seus dirigentes a imposição de lealdades e de manter relações hierárquicas”. A própria filiação não é requisito tão simples, principalmente quando se trata de disputar a uma eleição. O cidadão depende da liberação do abono de sua ficha ou inscrição para torna-se elegível.

Os estatutos do MDB, PPS, PCdoB e do PSOL³⁶ não apresentaram, como já foi dito, nenhuma seção específica sobre a escolha de candidatos eletivos, apenas uma menção sobre esse processo dentro de alguma outra seção, tal como na seção sobre diretórios ou convenções partidárias, além das seções sobre filiação.

No PPS, por exemplo, caso o filiado seja considerado um inativo, será impossibilitado de concorrer a uma candidatura. Ademais, se desejar se tornar candidato, deverá estar ciente que, caso eleito, para exercer um cargo de direção ou eletivo, contribuirá financeiramente e

³⁵ Estatuto do PRB, art. 23, do Capítulo V DAS CONVENÇÕES MUNICIPAIS Título II DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PARTIDÁRIA.

³⁶ No estatuto do PSOL, a menção aos candidatos aparece no artigo 47 sobre Convenção Nacional, a qual tem a prerrogativa de homologar todas as candidaturas a cargos eletivos, incluindo os candidatos a vereadores.

mensalmente – contribuição definida pelo respectivo Diretório³⁷. Já o estatuto do MDB, em seu artigo³⁸ sobre direitos dos filiados, faz a seguinte ressalva: “Somente poderá ser candidato a cargo eletivo o filiado que, na data da eleição, contar com no mínimo um ano de filiação partidária”.

Interessante ressaltar a especificidade presente no estatuto do PCdoB quanto à distinção entre os membros do partido entre filiados, militantes e quadros do partido. O filiado, para “[...] eleger e ser eleito (a) em qualquer instância partidária de que participe³⁹”, precisa passar para a condição de militantes do partido. A Carteira Nacional de Militante⁴⁰ é um documento comprobatório e indispensável para esta condição de eleição.

Ao analisar os doze estatutos dos partidos, foram encontradas cinco principais regras formais sobre os requisitos de possibilidades de candidaturas: a filiação partidária, a exigência de contribuição financeira, o compromisso de assinatura de termos de responsabilidades, o cumprimento de obrigações partidárias e outros. No quadro 7, resumem-se os principais requisitos adotados pelos partidos para a seleção de candidatos.

Quadro 7 - Regras Estatutárias dos Partidos Relativas à Possibilidade de Candidatura

Partido	Regras Formais/Estatutárias							
	Filiação Partidária		Requisitos adicionais					Total
	Sem tempo mínimo definido	Com tempo mínimo definido	Contribuição Financeira Partidária	Assinatura Termo de Compromisso	Cumprimento Obrigações Partidárias	Contribuição despesas Campanha	outros	
DEM	sim	---	---	---	---	---	----	1
PT	---	sim	sim	sim	---	---	----	3
MDB	sim	---	---	---	---	---	----	1
PSDB	---	sim	---	---	---	---	----	1
PPS	sim	---	---	---	---	---	----	1
PV	sim	---	sim	sim	---	---	Ficha pré-candidato	4
PTN	sim	---	---	sim	sim	---	----	3
PSC	sim	---	sim	sim	sim	---	----	4
PRB	sim	---	sim	---	sim	sim	----	3
PSB	sim	---	sim	sim	sim	---	----	4
PCdoB	sim	---	---	---	---	---	Ser militante	2
PSOL	sim	---	---	---	---	---	----	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos estatutos partidários.

³⁷ Estatuto do PPS, artigos 10 e 47.

³⁸ Estatuto do PMDB, artigo 8, § 2.

³⁹ Estatuto do PCdoB, artigo 4.

⁴⁰ Estatuto do PCdoB, artigo 10.

Pode-se observar que alguns partidos apresentaram mais requisitos adicionais à candidatura do que outros, que apenas ressaltaram a obrigação legal da filiação. A partir das regras analisadas e decodificadas no quadro 7, os partidos foram classificados em duas categorias, quanto ao seu grau de inclusividade: os inclusivos (DEM, MDB, PSDB, PPS, PSOL, PRB, PCdoB), por apresentarem apenas pequenas restrições; e os considerados excludentes⁴¹ (PTN, PT, PSB, PV, PSC), devido às exigências adicionais de seus estatutos.

Considerando a legislação eleitoral como um primeiro filtro na seleção de candidatos, as regras estatutárias representariam o segundo filtro, formado pelas exigências à candidaturas. Os achados dos PT e DEM corroboraram com as pesquisas, como Bolognesi (2009), que mostra que nesse requisito, apesar das diferenças ideológicas, os partidos se localizam em polos diferentes. Entretanto, a opção metodológica de trabalhar também com partidos considerados nacionalmente pequenos ou nanicos, nos permite ampliar a percepção da inclusividade para o leque maior de organizações partidárias. O PTN e o PSC, por exemplo, apresentaram mais requisitos adicionais que o PT, até então visto como o mais excludente.

A seguir, são apresentados os achados mais relevantes dos estatutos dos partidos, seguindo a lógica de suas classificações. Os partidos inclusivos, que consideram a filiação como requisito único para pleito de cargos não serão discutidos, assim como aqueles que apresentaram restrições mínimas, como o PRB e PCdoB.

Dentre os excludentes, o PT apresentou em seu estatuto a exigência da contribuição financeira e da assinatura de termo de compromisso. No seu estatuto, no Título IV Da escolha dos candidatos ou candidatas as eleições proporcionais e majoritárias, o artigo 140 determina as seguintes normas gerais para os filiados que pretendem disputar essas eleições:

- São pré-requisitos para ser candidato ou candidata do Partido:
- a) estar filiado ou filiada ao Partido, pelo menos, um ano antes do pleito;
 - b) estar em dia com a tesouraria do Partido;
 - c) assinar e registrar em Cartório o “Compromisso Partidário do Candidato ou Candidata Petista”, de acordo com modelo aprovado pela instância nacional do Partido, até a realização da Convenção Oficial do Partido.

A assinatura desse termo de compromisso como requisito fortalece os laços de fidelidade partidária, pois o candidato, desde o momento da eleição, já está vinculado às normas e resoluções do partido, tanto em relação à campanha quanto ao mandato, caso seja eleito. Esses vínculos vão desde contribuições financeiras até a participação em questões

⁴¹O PT e o PTN foram considerados excludentes porque, apesar de apresentarem três regras estatutárias para candidatura, inclui o Termo de Compromisso, sendo esta uma regra já excludente por natureza.

polêmicas e combates a privilégios e regalias às certas instâncias, como pode ser visto no artigo seguinte do estatuto:

Desde o pedido de indicação como pré-candidato ou pré-candidata a cargo legislativo, a filiado ou filiada, comprometer-se-á rigorosamente a:

I - reconhecer de modo expresso que todo mandato eletivo pertence ao Partido, e que suas instâncias de direção poderão adotar todas as medidas necessárias para preservar esse mandato, se deixar a legenda ou dela for desligado;

II- não invocar a condição de parlamentar para pleitear candidatura nata a reeleição;

III - se eleito, ou eleita, combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de balsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelista;

IV- contribuir financeiramente de acordo com as normas deste Estatuto;

V - em questões polêmicas ou projetos de lei controversos de iniciativa da Bancada Parlamentar, participar dos debates amplos e sistemáticos a serem organizados no interior do Partido⁴².

Importante destacar que todo candidato eleito deve contribuir financeiramente com o partido, e não será permitido aos representantes nenhum tipo de privilégio, muito menos de se apresentar como “candidato nato”, buscando, com essa prerrogativa, mesmo que informal, passar por cima das regras estabelecidas pelo partido a seleção de candidatos. E caso seja comprovado algum descumprimento de qualquer norma do “Compromisso Partidário do Candidato ou Candidata Petista”, o aspirante poderá sofrer punições, que vão desde advertência até o desligamento do partido, podendo inclusive perder o mandato⁴³.

Para Braga (2008), a explicação do processo excludente do PT poderia estar na sua origem extraparlamentar mais próxima a setores sociais, assim como devido ao seu perfil ideológico. No sexto capítulo, buscaremos explicar essas diferenças encontradas pelos graus de institucionalização de cada partido.

Nessa mesma direção de controle sobre os procedimentos de escolha de candidatos, o estatuto do PSB também apresenta um capítulo todo dedicado a essa questão, junto com as regras de fixação das coligações. Sobre os requisitos, os candidatos devem, inicialmente, atender aos deveres⁴⁴ dos filiados do partido. Sobre esses, chamam a atenção o pagamento de

⁴² Estatuto do PT, artigo 73.

⁴³ Estatuto do PT artigo 140 §2.

⁴⁴ Estatuto do PSB, artigo 8.

contribuição financeira prevista no estatuto, além do comprometimento com as atividades partidárias.

Também estão presentes no documento do PSB alguns critérios de preferência no momento de elaboração e aprovação das listas de candidatos. Nesses, é possível observar que candidatos militantes e com notória expressão política serão privilegiados no processo de escolha, como mostra o texto do artigo 48:

PARÁGRAFO 1º - A comissão executiva na elaboração da lista, e o congresso, na aprovação dos candidatos darão preferência, seguidamente:

- a) a candidatos com militância partidária comprovada e vida orgânica;
- b) candidatos que militem no movimento social;
- c) a candidatos com notória expressão política no campo progressista.

Ademais, o candidato do PSB deverá assinar um termo de compromisso no qual se firmarão alguns acordos⁴⁵, tais quais sobre: contribuição financeira do titular de mandato eletivo, composição de gabinetes parlamentares e executivos e declaração, estando de acordo com o princípio de que o mandato pertence ao partido, dentre outros.

As regras formais do PV para as eleições municipais de 2016 foram além das regras estatutárias. O partido registrou na ficha de pré-candidatos⁴⁶ alguns critérios bastante excludentes estabelecidos pela direção partidária, até então considerados como regras informais pelas organizações, tais como contribuição partidária em dia, taxa de adesão à candidatura, ser testado em urnas anteriores como comprovação de potencial eleitoral, assim como comprovação de trajetória no partido. E o mais interessante é que o comprometimento com as atividades da organização serviu de parâmetro para desempate, caso a demanda de pré-candidatos fosse maior que a oferta de vagas, conforme descreve a ficha de pré-candidatura.

Dentre os critérios, chamam atenção:

1. Pré-candidatos em débito com a contribuição partidária não terão, em hipótese alguma, incluindo qualquer outro critério, vaga na chapa verde para as eleições de 2016;
2. Terá vaga garantida o pré-candidato que já foi candidato em, ao menos, uma das duas últimas eleições municipais (2012 ou 2008) ou na última eleição geral (2010-2014) e obteve votação acima de 500 votos em Salvador, desde que em dia com suas contribuições partidárias;
3. Pagamento de taxa de candidatura no valor de R\$ 1.200,00 para cobrir custos de organização da campanha partidária institucional;
4. A presença em atividades do partido, bem como a dedicação e contribuição serão observadas e poderão pesar em caso de empate, a critério da comissão municipal;

⁴⁵ Estatuto do PSB, parágrafo 2º, do artigo 48.

⁴⁶ Importante registrar que, dos doze partidos, apenas o PT, PCdoB e PSC tiveram ficha de candidatos.

5. O envolvimento nas Células Zonais é considerado critério definidor de candidaturas verdes.
6. Assinatura do termo de Compromisso Partidário do Candidato Verde, para ter a candidatura deferida, bem como seguir as orientações partidárias referentes à Campanha Sustentável;
7. O candidato deve anexar fotos, atas, todo tipo de registro de atividades que desenvolveu ou participou, e ainda de reuniões de pré-campanha.

No capítulo seguinte, como veremos, alguns desses critérios foram elucidados como informais e mensuradores do potencial eleitoral exigido pelos dirigentes como regra. Esse achado é bastante significativo, porque demonstra que a organização está no caminho da institucionalização, se considerá-la como burocratização, rotinização e normatização.

O estatuto do PSC segue mais próximo do PT, no que diz respeito às restrições às candidaturas, embora seja ainda mais excludente. No Título IV, Candidatos e Coligações, há uma seção específica intitulada “Da escolha de candidatos a cargos eletivos”, a qual determina que o filiado que desejar concorrer a algum cargo eletivo, para que possa se candidatar, também precisa assinar cinco termos específicos:

- I – Termo de Compromisso de Fidelidade ao PSC;
- II – Termo de Compromisso de Renúncia de Mandato;
- III – Termo de Compromisso de indenização ao PSC;
- IV – Termo de Compromisso de Contribuição Financeira para o PSC;
- V – Termo de Responsabilidade de Campanha⁴⁷.

No primeiro termo, o candidato deve se comprometer a respeitar e fazer cumprir o manifesto, o programa, a doutrina social cristã, o estatuto, as diretrizes, resoluções e deliberações baixadas pelo partido, além de exercer com propriedade e ética o mandato para qual seja eleito.

Pelo segundo termo, o candidato deve reconhecer que o mandato pertence ao partido e, caso deseje migrar para outro partido, perderá o seu cargo.

O terceiro termo estabelece uma indenização para a migração partidária correspondente aos gastos de sua campanha, conforme prestação de contas entregue à Justiça Eleitoral.

O quarto termo determina uma contribuição de 5% sobre a remuneração do cargo eletivo que vier a ser ocupado.

E, por fim, o quinto termo exige que o candidato se responsabilize por qualquer ato da campanha que esteja em desacordo com as regras estabelecidas pelo partido e pela legislação eleitoral, conforme esclarece o texto:

⁴⁷ Estatuto do PSC, artigo 34.

Termo de Responsabilidade de Campanha: se responsabilizando por eventual ação com pedido de indenização por dano moral ou material decorrente de ato praticado em campanha eleitoral, ou fora dela, pelo candidato, colaboradores ou militantes sob sua responsabilidade, a quem caberá suportar integralmente, ficando excluídos de quaisquer responsabilidades, tanto o PSC quanto seus dirigentes.

O estatuto do PSC determina que as listas de candidatos serão submetidas à Convenção correspondente de cada nível *ad referendum* da Comissão Executiva Nacional. Vale ressaltar que o dilema das coligações discutido no capítulo anterior também recebe atenção especial pelo partido, que estabelece, no seu artigo 35, o prazo máximo de cento e oitenta dias antes das eleições para editar uma resolução que regulamentará a escolha dos candidatos, formação das coligações e alianças partidárias nacional, estaduais e municipais.

Como o PSC, o PTN também foi considerado um partido excludente. Ao levarmos em conta o quantitativo de termos, este apresentou, em seu estatuto⁴⁸, além da filiação partidária, a exigência, ao filiado que pretenda concorrer a algum cargo eletivo, a assinatura de seis documentos:

- I – Termo de Compromisso de Fidelidade;
- II – Termo de Compromisso de Renúncia de Mandato;
- III – Termo de Compromisso de Ressarcimento;
- IV – Termo de Compromisso de Contribuição Financeira;
- V – Termo de Responsabilidade de Campanha;
- VII – Termo de Compromisso de Reserva de Assessoramento⁴⁹.

Além desses termos de compromisso, o candidato do PTN estar em dia com as suas obrigações partidárias, zelar pelas normas do partido, divulgar na campanha o programa da organização, realizar prestação de contas da campanha eleitoral e manter site e padrão gráfico (panfletos e santinhos, dentre outros) estabelecido pela Comissão Executiva Nacional⁵⁰. Dentre essas regras, chama atenção para a normatização de atividades que deveriam ser rotineiras a todos os partidos, e ainda demonstra um centralismo do órgão nacional, buscando padronizar os recursos de campanha de toda e qualquer eleição.

Dentre os termos exigidos, a maioria corresponde aos mesmos estabelecidos pelo PSC, com a exceção do último, que corresponde ao compromisso do candidato com o partido a uma reserva de assessores do gabinete, se for conquistado por filiados indicados pela Comissão Executiva Nacional ou demais comissões (estadual ou municipal).

⁴⁸As propostas e alterações do estatuto do PTN, aprovadas pela Convenção Nacional do partido em 15 de dezembro de 2013, foram impugnadas, e somente em 2 de junho de 2015 foram deferidas pelos ministros do TSE, parcialmente com a exclusão do artigo 92 e determinações, para que o partido proceda a adequação às normas legais e à resolução do TSE nº 23.432.

⁴⁹ Estatuto do PTN, artigo 75.

⁵⁰ Estatuto do PTN, artigo 74.

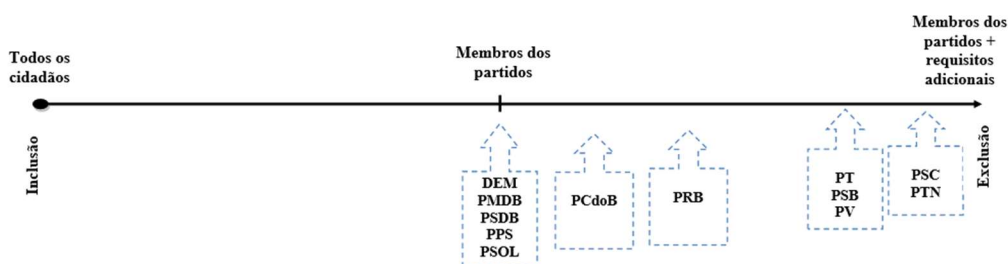
Termo de Compromisso de Reserva de Assessoramento: se comprometendo, caso seja eleito, a acolher indicação da Comissão Executiva Nacional, ou subsidiariamente e no silêncio desta, por derradeiro, à Comissão Executiva Estadual ou subsidiariamente e no silêncio desta, por derradeiro, à Comissão Executiva Municipal caso estas assim deliberarem, para preenchimento de até $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos cargos de seu gabinete por indicados filiados ao PTN, nos termos do art. 13 II deste Estatuto (Estatuto do PTN, artigo 75).

Esse termo chama bastante atenção, pois demonstra êxito do PTN em conseguir formalizar no estatuto um procedimento informal, ao mencionar a imposição de indicação da elite dirigente a uma espécie de cota do partido de assessoria dentro dos gabinetes adquiridos. Além disso, no seu estatuto, no artigo 92, consta que os filiados titulares de cargos de confiança, indicados pelo partido no Poder Executivo e Legislativo, deveriam contribuir com 5% (cinco por cento) do total da remuneração líquida mensal decorrente do cargo em questão. Esse artigo teve, porém, que ser excluído para que o partido conseguisse ter seu estatuto aprovado pelo TSE.

Ainda sobre esses termos de compromisso, o primeiro termo, correspondente à fidelidade partidária, traz um diferencial em relação ao PSC, pois, enquanto este faz menção ao compromisso com a doutrina social cristã, o PTN exige ao candidato o cumprimento do Código de Ética, resoluções e deliberações do partido, além de exercer com probidade, competência e ética ao mandato para o qual seja eleito⁵¹. Esses requisitos adicionais mostram um maior controle dessas organizações sobre o processo de seleção de candidatos.

Aplicando os achados dos estatutos ao modelo de Hazan e Rahat (2010), o DEM, PSDB, MDB, PPS e PSOL seriam inseridos no polo da exigência dos membros dos partidos, já que a filiação foram suas únicas exigências. O PRB e PCdoB um pouco menos inclusivo. E os demais (PT, PSB, PV, PTN, PSC), no polo da exclusividade, que corresponde aos filiados com requisitos adicionais. Assim sendo, o *continuum* da inclusividade da candidatura ficaria assim, como mostra a figura:

Figura 2 - Inclusividade da candidatura dos partidos nas eleições de 2016



Fonte: Adaptado de Hazan e Rahat (2010).

⁵¹ Estatuto do PTN, artigo 75.

O objetivo dessa seção consistiu em avaliar o grau de inclusividade de cada um dos estatutos dos partidos, para discutir o processo de seleção dos candidatos. Para Perissinotto e Bolognesi (2009), os estatutos não são mais do que meras formalidades do partido. No caso do PV, PTN e PSC, constatou-se, como apontado por Norris (1993), que as regras internas dos partidos foram mais detalhadas, explicitadas, padronizadas e implementadas por dirigentes partidários, e autorizadas através de documentos dos partidos. De fato, eles têm sua importância, no sentido de apresentar os limites legais do recrutamento, porém, entendemos que são insuficientes para dar conta de explicar os processos de seleção.

Todos os estatutos analisados garantem aos seus filiados o direito de votar e ser votado, tanto para cargos eletivos quanto para cargos nos órgãos partidários. A filiação partidária e todos os requisitos adicionais descritos, por si só, não garantem a candidatura, pois pressupõe a escolha do filiado em convenção partidária⁵². Entretanto, essa representa a porta de entrada do recrutamento político-partidário. E vale lembrar que não cabe ao Poder Público apurar os motivos ou os critérios que levaram os partidos às escolhas de determinados candidatos.

É importante ressaltar que a legislação admite a possibilidade de coexistência de filiações partidárias, mas para efeito de candidatura, será considerada a filiação mais recente, sendo as outras filiações canceladas pela Justiça Eleitoral. Todavia, com o advento da Lei nº12.891, de 2013, ocorreu a simplificação do procedimento legal de filiação partidária, sobretudo com o objetivo de evitar a dupla filiação, que gera nulidade e inelegibilidade⁵³.

Adiante trataremos, no último capítulo, sobre essa relação da inclusividade da candidatura com os processos de seleção de candidatos, considerando os diferentes modelos de organização partidária, e tentaremos mostrar que a origem dos partidos ou seu processo de institucionalização podem conter a resposta para essas diferenças de requisitos.

Do ponto de vista da competição eleitoral, o partido que prefere não incluir grandes restrições aos seus aspirantes pode representar uma estratégia de sucesso nas urnas, se o objetivo dessa organização for somente garantir mais votos para atingir o quociente eleitoral. Contudo, aqueles partidos que adotaram requisitos adicionais mais restritivos a candidaturas e

⁵² Lei nº 9.504/97, arts. 8º e 11, § 1º, inc. I.

⁵³ Nos termos desse dispositivo legal, a filiação a outro partido político, desde que comunicada ao Juiz Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral, gera o cancelamento imediato da filiação partidária anterior. Logo, não é mais necessário fazer a dupla comunicação (ao Juiz Eleitoral zonal e ao órgão da direção municipal do partido), em caso de desfiliação e nova filiação partidária.

estendendo as restrições aos mandatos conquistados pode revelar objetivos maiores dessas organizações, inclusive de disciplina e fidelidade partidária.

Por fim, a primeira dimensão do processo de seleção de candidatos, analisando os requisitos formais para a disputa de cargos legislativos, aponta que os partidos DEM, PSDB, MDB, PPS, PSOL foram mais inclusivos no critério de candidaturas, como mostra a figura 1, exigindo apenas a filiação partidária. O PCdoB e o PRB ficaram também próximos do grau de inclusividade, por também priorizarem a legislação eleitoral. O PT, PSB, PV, PSC, PTN foram os partidos mais excludentes, no tocante a quem pode ser candidato, devido aos requisitos adicionais que exigiram aos seus filiados aspirantes.

A seguir será discutida a próxima dimensão do processo de seleção: a inclusividade do *selectorate*.

3.2.2 A inclusividade do *selectorate*

Depois de analisadas as regras formais sobre os requisitos de candidatura, nessa subseção abordaremos a questão do *selectorate* que, na metodologia de Hazan e Rahat (2010), diz respeito a identificar quem seleciona os candidatos. Além disso, os autores consideram o *selectorate* como um corpo que elege as candidaturas.

Traduzir o termo *selectorate* para selecionador, selecionadores ou corpo selecionador, para Bolognesi (2013), pode reduzir a dimensão do conceito, isso porque pode limitar a análise apenas ao círculo de pessoas que interferem em algum momento da escolha de candidatos. É nesse sentido que se mantém o termo nesse estudo, podendo inclusive ser composto por pessoas, instituições ou a combinação de ambas.

Normalmente, esse espaço de tomada de decisão tem sido estudado a partir das regulações legais, e principalmente nos estatutos partidários através das regras formais que regem a seleção. Entretanto, somente a legislação pode não dar conta de analisar onde se encontra a tomada de decisão nos partidos, necessitando de uma pesquisa mais intensa sobre as regras informais junto aos demais atores que participam do processo de seleção para determinar melhor quem são os selecionadores do partido. Dessa forma, o objetivo da seção é identificar o *selectorate* nos estatutos partidários das organizações pesquisadas.

Além de Hazan e Rahat (2001), outros autores, como Best e Cotta (2000), afirmam que o *selectorate* é o ator mais importante no processo de recrutamento e seleção de candidatos, podendo estar composto por uma pessoa ou por muitas pessoas, até a totalidade do eleitorado de uma determinada nação. Essa dimensão produz consequências muito significativas para a política em geral, e representa um referencial crucial para avaliar a democracia interna nos

partidos, através da distribuição de poder nestas organizações, e como esses garantem a representatividade nas listas eleitorais.

Para analisar o *selectorate*, Hazan e Rahat (2010) elaboraram um *continuum* de inclusividade, no qual podemos avaliar os métodos de seleção de candidatos, que podem ser classificados de acordo com seus níveis de inclusão. No polo mais inclusivo, localizam-se os eleitores e, no mais excludente, um líder único fica responsável pela seleção. Os delegados dos partidos seriam o ponto intermediário. Enquanto que os filiados estariam no polo altamente inclusivo, a elite partidária seria o polo altamente excludente.

Entretanto, as categorias propostas não são apenas usadas para analisar um método simples e uniforme de seleção de candidatos. O mais simples seria aquele em que todos os aspirantes enfrentariam apenas um tipo de *selectorate*. Empiricamente, os candidatos podem enfrentar mais de um tipo de seleção, passando por filtros diferenciados, o que Hazan e Rahat (2010) chamaram de métodos complexos de seleção, tendo distinguido três tipos de complexidade: sortida, multi-estágio e balanceado.

No método sortido, diferentes candidatos passam por diferentes *selectorates*. A combinação multi-estágio é realizada quando um mesmo grupo de candidatos passa por mais de um *selectorate* até a composição da lista final. Por fim, no método balanceado, aspirantes passam por dois tipos de seleção, que são levados em conta e, pelo peso de cada processo, tem-se uma lista final de nomes balanceada. Os métodos de seleção analisados podem ser classificados como sortidos, pois os candidatos passaram por mais de um *selectorate*.

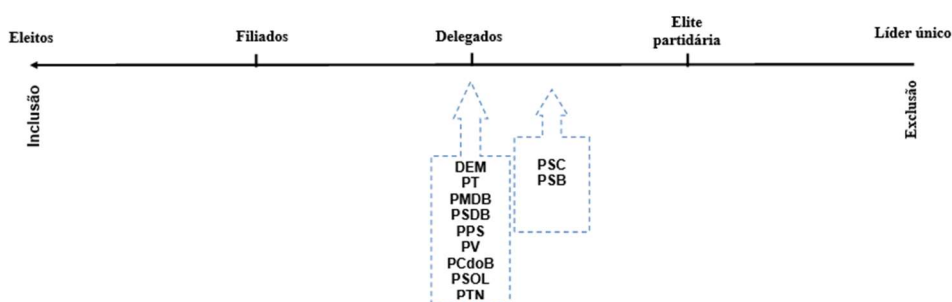
Considerando que, no Brasil, pela legislação eleitoral, a lista final de candidatos deve ser homologada pelas Convenções partidárias, para as quais o TSE estipula um prazo para que estas ocorram, o processo de escolha dessas candidaturas não foi realizado por um método simples, e sim pelo método sortido. Isso porque, nos estatutos partidários, a presença dos *selectorates* responsáveis pela seleção está vinculada ao papel dos diretórios municipais. Quando não há órgão definitivo municipal, essa fica a cargo das comissões provisórias correspondentes.

Sendo assim, no *continuum* da inclusividade do *selectorate*, os partidos estariam localizados no centro, pois os delegados, em suas convenções, seriam os responsáveis pela escolha dos candidatos. Mas, analisando as atas de convenções dos doze partidos, em todas ficou decidido por unanimidade delegar plenos poderes à executiva municipal o preenchimento das vagas remanescentes, caso fosse necessário.

O PSC e o PSB chamaram atenção pela forma como as atribuições foram registradas nas atas. No PSC, além da substituição de candidatos à eleição proporcional, a comissão

provisória municipal também poderia decidir sobre casos omissos e dirimir dúvidas. Já na ata do PSB, foi deliberado que o presidente municipal e o diretório teriam poderes para cancelar as candidaturas que não seguissem as orientações partidárias ou incorressem em infidelidade partidárias, além de indicar nomes às vagas remanescentes e/ou substituições. Por isso, a localização dos *selectorates* ficaria mais próxima do polo da exclusão, na posição entre os delegados do partido e a elite partidária.

Figura 3 - inclusividade do *selectorate* dos partidos nas eleições 2016



Fonte: Adaptado de Hazan e Rahat (2010).

As atas das convenções realizadas em Salvador na eleição de 2016 foram obtidas através dos Demonstrativos de Regularidades de atos partidários (DRAP's). A forma como os documentos foram elaborados nos leva a corroborar com a ideia de que o papel das convenções não passa de uma obrigação legal, em que listas de candidatos são apenas homologadas, e que as regras formais são insuficientes para dar conta do processo de seleção em si. Em nenhuma delas foi encontrada menção a respeito da discussão sobre os nomes apresentados na Convenção pelos órgãos municipais, nem discurso de nenhum delegado sobre qualquer ponto de pauta. Aliás, os pontos de pauta se restringiram basicamente às decisões sobre as coligações eleitorais e a escolha dos nomes aos cargos eletivos majoritários e proporcionais.

Somente na ata de convenção do PTN apareceu algo além dessas questões. O partido constituiu um Comitê Financeiro Municipal Partidário Único, responsável pelas tarefas estabelecidas na Lei n.º 9.504/97 e demais resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, referente às campanhas eleitorais naquela eleição. Cada vez mais as democracias ocidentais atribuem aos membros dos partidos um papel mais significativo na seleção de candidatos.

Importante registrar que, dos doze partidos analisados, oito (DEM, MDB, PSDB, PPS, PSC, PRB, PTN, PV) realizaram suas convenções no dia 05 de agosto de 2016, último dia permitido pelo TSE. Ocorre que os partidos que compuseram a coligação Orgulho de Salvador (DEM, MDB, PSDB, PPS, PSC, PRB), com a exceção do PV, também realizaram as

convenções nesse dia. Além disso, no mesmo local e hora e em clima de festa, decidia-se pela homologação da candidatura de ACM Neto para reeleição à prefeitura de Salvador. Esse último fato expõe o caráter meramente formal do momento de escolha de nomes à eleição majoritária e proporcional pelas comissões executivas ou provisórias desses órgãos partidários, o que denota que as listas foram previamente elaboradas nos jardins secretos dessas organizações.

Da mesma forma procederam as convenções dos partidos da coligação Sim para Salvador (PT, PSB, PCdoB) do campo de oposição à reeleição do prefeito, com exceção do PTN, que realizou sua convenção em outro dia e local.

Em todas as atas, os nomes apresentados pela direção do partido para compor a lista de candidatos a vereadores foram aprovados sem haver questionamento de nenhum delegado presente. Os textos presentes nas atas de listas partidárias afirmavam que a votação ocorreu por aclamação ou unanimidade. Esses documentos não apresentaram sequer diferenças de estruturas de composição nas atas, demonstrando ainda mais seu caráter meramente formal.

Outra exigência da legislação eleitoral é a lista de presença, que deve ser anexada à ata de convenção. Nesse quesito, houve diferenças quanto ao número de pessoas e/ou delegados presentes. Entretanto, esse quantitativo decorre dos estatutos partidários referentes à composição desse órgão na esfera municipal.

Em todos os estatutos, os membros do Diretório Municipal ou Comissão Executiva Provisória detêm o controle do processo de seleção de candidatos. Como os membros também fazem parte das convenções eleitorais municipais, acabam centralizando o poder de decisão sobre as listas partidárias. Porém, quanto à composição dessas convenções, foram encontradas particularidades.

Com os dados fornecidos pelos estatutos partidários e pela legislação eleitoral, a inclusividade da maioria estaria localizada entre os delegados dos partidos e a elite partidária, em virtude do papel central realizado pelos membros dos órgãos municipais, com exceção do PCdoB, PT e PSOL, que poderiam estar localizados no sentido mais próximo da inclusão entre filiados e delegados dos partidos.

Se, na questão referente aos requisitos de candidaturas a maioria dos partidos apresentaram-se mais inclusivos, visto que apenas seguem os requisitos legais, na questão dos selecionadores todos foram localizados no caminho da exclusão. No capítulo seguinte das regras formais, veremos que será nessa dimensão que poderemos, de fato, discutir a distribuição de poder nas organizações. Os dirigentes exercem papel crucial na seleção de

candidatos e a tarefa de filtrar os aspirantes em todos os partidos, na vida real, se aproxima ainda mais das elites partidárias.

Além das dimensões a respeito de quem pode ser candidato, como visto nos requisitos de candidaturas, bem como a dimensão de quem seleciona, atribuída legalmente aos delegados nas convenções, precisa-se ainda discutir a forma como os *selectorates* escolheram os candidatos. Hazan e Rahat (2010) reconhecem duas formas de escolhas: votação ou nomeação (indicação). Quando o processo de seleção inclui um procedimento no qual os votos determinam se alguém é indicado como candidato do partido em uma eleição e/ou sua posição na lista, estamos diante do modelo de votação. Em um sistema de indicação puro, os candidatos são apresentados sem necessidade de aprovação por parte de nenhum setor do partido, exceto pelo mesmo órgão nomeador.

Pelos estatutos e atas das convenções eleitorais, todos os doze partidos escolheram e homologaram seus candidatos através do sistema de votação por aclamação ou unanimidade. Essa forma de escolha pode representar um indicador de democracia interna nos partidos. Contudo, Hazan e Rahat (2010) salientam que isso não garante representatividade nas listas de candidatos. Ou seja, o fato do partido realizar a votação para escolher seus nomes, não significa que os diversos setores da sociedade representados serão encontrados nestas listas. Os autores defendem que, em processos onde os líderes controlam a seleção, há uma maior probabilidade de inserção de minorias.

Depois de analisarmos a inclusividade do *selectorate* e também a forma de escolha dos candidatos, na próxima seção será discutida, de forma breve, a descentralização do poder decisório sobre quem controla a composição das listas partidárias.

3.3.3 Descentralização do processo de seleção

No sistema eleitoral brasileiro, os partidos políticos têm autonomia para definir sobre o funcionamento de suas organizações e também sobre a seleção de candidatos, dentro de um conjunto de regras. Mesmo sendo criadas na condição de organizações nacionais, tanto as instâncias estaduais quanto as municipais dos partidos podem deliberar sobre listas de candidaturas em seus respectivos atributos. Nas eleições municipais, normalmente os diretórios municipais possuem autonomia sobre a escolha de aspirantes a vereadores. Como muitos partidos não possuem diretórios em suas nas cidades e funcionam como comissões provisórias, as direções estaduais e nacionais podem exercer uma influência sobre as listas que são submetidas as convenções.

Nessa seção, abordaremos a descentralização do processo de seleção a vereadores nos partidos na eleição de 2016, reconhecendo que na política municipal os candidatos são escolhidos no próprio município, e normalmente sem muitas intervenções das instâncias nacionais ou regionais. Para Rahat e Hazan (2010), os métodos de seleção de candidatos podem ser vistos como centralizados ou descentralizados em dois sentidos: territorial e social. O territorial diz respeito ao grau de participação da instância nacional do partido nesse processo e o social, “[...] quando há participação de grupos associados ao partido ou ações afirmativas que garantem a representatividade de grupos minoritários”, sintetizou Bolognesi (2013a, p.141).

Por centralização, os pesquisadores argumentam que seriam a influência do nível nacional sobre a seleção de candidatos, em oposição ao peso das organizações locais. Todavia, os autores Hazan e Rahat (2010) indicam que essas relações são uma inclinação e não uma regra, e que há muita confusão sobre esse tema. Por isso, devemos analisar como a descentralização se desenvolve nos partidos.

Sete, dos doze dos partidos (DEM, MDB, PSDB, PPS, PV, PRB, PSB), pelas regras formais, optaram, no processo de escolha de candidatos a vereador nas eleições de 2016, pela descentralização nos diretórios municipais ou comissões executivas provisórias locais através de suas convenções municipais. Já no PSC, PTN, PT, PCdoB e PSOL pode-se dizer que houve centralização, pois as escolhas feitas pelas executivas municipais deveriam passar por um *ad referendum* de instâncias nacionais do partido. E, no caso específico do PCdoB, por Comitês de instância superior.

Chama atenção o caso do PT, que complementou as normas do estatuto. Nessa complementação, as regras específicas para as eleições de 2016 determinaram que a chapa final e a definição sobre coligações em cada município somente poderiam ser registradas na Justiça eleitoral após a devida aprovação pelas respectivas direções estaduais, e no caso das cidades prioritárias, como Salvador, após sua homologação pela direção nacional⁵⁴. Mas foi o PTN que registrou uma maior centralização da seleção de candidatos, pois a Comissão Executiva Nacional detém um forte poder de veto sobre as decisões das instâncias superiores, como mostra o seu estatuto:

A Comissão Executiva Nacional poderá anular todas as decisões das Convenções Estaduais ou Municipais sobre a condução do processo eleitoral ou formação de coligações, bem como todos os atos delas decorrentes, inclusive, podendo cancelar ou anular a indicação de candidaturas que contrariem os interesses partidários (Estatuto do PTN, art. 49, §1º).

⁵⁴ Ver Normas Complementares ao Estatuto do PT, artigo 3.

Os achados da pesquisa mostraram que, na maioria dos partidos, a autonomia foi descentralizada na instância municipal. Sobre a relação entre descentralização e representatividade das listas, pode-se afirmar que no Brasil já existe uma legislação que aborda o que Hazan e Rahat (2010) chamaram de descentralização social.

Isso porque um dos mecanismos de descentralização mais utilizados para garantir a representação social é a reserva de vagas a um grupo considerado sub-representado, como as mulheres e as minorias. As cotas de gênero adotadas nas regras eleitorais é um exemplo clássico de descentralização social. Mas, para que essa representação se efetive, os autores advertem que os partidos devem procurar selecionar candidatas competitivas, e não nomes-fantasma para apenas cumprir esta exigência legal.

Inclusive, Rahat e Hazan (2010) mostraram que em alguns países o partido precisou centralizar a seleção de candidatos para conseguir descentralizá-la socialmente pois, sem um controle mais central, o processo de escolha muitas vezes representava uma barreira difícil para grupos sociais minoritários superarem os obstáculos impostos pelos próprios sistemas eleitorais.

Na medida em que conseguimos conhecer e distinguir os requisitos de candidaturas, o nível de inclusão do *selectorate*, a forma como são escolhidos, o grau de descentralização, seja territorial ou social, nos aproximamos de uma imagem mais clara e próxima do real sobre os métodos de seleção de candidatos. Mesmo analisando apenas as regras formais, podemos concluir que os achados encontrados também nos aproximam dos trabalhos de Braga (2008), pois a seleção de candidatos é essencialmente controlada pelas organizações partidárias, e seus dirigentes exercem um poder central na elaboração das listas finais.

De fato, a dimensão do *selectorate* discutida nesse estudo é a mais importante desse processo. Como foi observado, os estatutos de todos os partidos, ao tratarem da seleção de candidatos, remetem-se à convenção, e nela, todos os nomes pré-selecionados pelo órgão municipal foram votados e aprovados sem questionamentos. Desse modo, conclui-se que os estatutos não fornecem grandes explicações de como esses nomes chegaram a ser apresentados nessas convenções. Primeiro que as regras formais, na prática, acabam não excluindo ninguém desse jogo eleitoral, apenas orientam que os aspirantes se comprometam com tais exigências, caso contrário, serão realmente excluídos. E segundo que os critérios de seleção presentes nos estatutos nos forneceram um achado importante sobre o que legalmente os partidos devem fazer para escolher seus nomes. Porém, os achados nas atas de convenções nos comprovaram que essas regras não são relevantes para conhecermos o processo de

seleção em si, pois as listas chegaram nesse momento apenas para serem homologadas formalmente pelas direções partidárias, o que indica que essas listas podem ter sido elaboradas nas famosas *smoked-filled rooms*, como expõe a literatura (KATZ, 2001).

Nesse capítulo foram priorizadas as regras formais da seleção. No capítulo seguinte, analisaremos os critérios informais que os *selectorates* dos partidos investigados adotaram para escolher suas candidaturas. Num primeiro momento, os aspirantes passaram pelo filtro da certificação que influencia na oferta de candidatos aos partidos. Num segundo momento, abordaremos um filtro mais estreito enfrentado pelo aspirante a um cargo eletivo: a demanda dos selecionadores. Para tal propósito, buscaremos pistas que vão além dessas regras institucionais e anteriores ao momento das convenções. Por isso, as entrevistas com profundidade com os dirigentes dos partidos, analisadas a seguir, serão cruciais para desvendar *o jardim secreto das seleções*.

4 AS REGRAS E PROCESSOS INFORMAIS DOS *JARDINS SECRETOS*

Mas a vida é real e é de viés.
Caetano Veloso

O capítulo anterior demonstrou, como esperado, que as regras formais e os estatutos partidários, de uma forma geral, não são capazes de explicar o processo de recrutamento e seleção de candidatos. Daí a necessidade de desvendar o que Gallagher (1988) chamou de *jardim secreto das seleções*. Para isso, abordaremos as regras informais que determinaram, de fato, o processo de escolha das candidaturas a vereador na cidade de Salvador. O objetivo principal consiste em discutir as decisões tomadas pelos dirigentes partidários por trás das *smoked-filled rooms* dos seus partidos.

Freidenberg e Levitsky (2007) destacam que todos os partidos têm em sua organização aspectos formais e informais. Inclusive aqueles partidos mais burocráticos possuem redes pessoais e informais dentro deles. Porém, há uma variação grande no peso relativo do formal e informal dentro de suas estruturas. Navegar nas águas inexploráveis da informalidade poderá nos ajudar a compreender melhor a natureza do recrutamento do partido, o tipo de candidatos selecionados, a dinâmica de funcionamento interno das organizações, o poder e desempenho do partido no parlamento, e ainda poderia aumentar nossa capacidade de avaliar a política em geral e a política partidária em particular (HAZAN; RAHAT, 2010).

A literatura nos mostra que as práticas de seleção variam muito e ainda sugere que o foco de controle geralmente está em algum lugar entre os dois extremos das regras formais estudadas no capítulo anterior e das regras informais, sem muita precisão. Czudnowski (1975) defende que a seleção de candidatos segue o padrão de todas as instituições, isto é, as decisões importantes são tomadas informalmente por influência de grupos, e a homologação é mais um procedimento formal, o que torna ainda mais necessário essa interface entre o que as regras formais dizem e o que efetivamente ocorreu através das regras informais na seleção de candidatos.

Esse capítulo está estruturado em quatro seções. Na primeira, busca-se apresentar os aspectos metodológicos utilizados para a realização das entrevistas e dos questionários. Na segunda, analisa-se as regras informais sob a ótica dos *gatekeepers* ou dirigentes partidários que controlaram os processos de seleção. Nessa seção, também confrontaremos as informações expostas na análise do *continuum* de inclusividade do *selectorate*, e na descentralização dos processos. Na terceira seção, serão descritos os *jardins secretos* dos

partidos inclusivos e excludentes das seleções de candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Salvador. Por fim, são apresentadas as considerações finais do capítulo.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa, desvendar os reais selecionadores dos partidos. Para tanto, foram feitas visitas às sedes dos partidos para contato com os membros das executivas municipais, conforme reconhecimento do papel desempenhado pelos dirigentes. Inicialmente, buscou-se chegar aos cargos de presidente, tesoureiro e/ou secretários, com o objetivo de dialogar sobre os processos decisórios referentes ao pleito de 2016. Porém, diante das dificuldades encontradas no campo empírico, principalmente quanto ao acesso aos dirigentes partidários responsáveis pela seleção de candidatos, não foi possível, de imediato, descobrir os reais *gatekeepers*.

Essa tarefa envolveu a observação participante em reuniões, encontros municipais com pré-candidatos e visitas às sedes das organizações e alguns gabinetes de lideranças. Também foi necessário construir uma rede informal de contatos de amigos, militantes e ativistas para conseguir o acesso aos dirigentes dos partidos.

Uma vez identificados os porteiros, foram realizadas no período de março de 2016 a maio de 2017, 28 entrevistas abertas e semiestruturadas com os membros das Executivas Municipais e importantes lideranças partidárias responsáveis pelo processo de seleção de candidatos nas organizações.

Foi preparado, para cada um dos *gatekeepers*, um roteiro de questões organizado em seis blocos de questões do roteiro da entrevista semiestruturada, divididos em: Identificação; Trajetória política e profissional; Diretrizes de recrutamento e seleção; Perfis dos decisores e elementos do processo de formação da lista; Distribuição dos recursos do partido às candidaturas; Conjuntura eleitoral de 2016. No entanto, tais questões serviam apenas de guia, pois o intuito era que a entrevista transcorresse de forma “aberta”, dando oportunidade ao entrevistado de se expressar de forma livre para que os “bastidores” das nomeações das candidaturas fossem, quando possível, desvendados.

As entrevistas – realizadas mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, tendo os nomes dos dirigentes partidários preservados, por prezar pelo sigilo e privacidade dos participantes, ao tratar de tema tão “caro” à Ciência Política – foram todas transcritas e sistematizadas por questões relevantes presentes nos discursos. De forma agregada, permitiram identificar, nos discursos, juízos de valor, termos discriminatórios e também algumas passagens preconceituosas relacionadas à qualidade dos aspirantes.

Se o acesso aos dirigentes foi uma tarefa árdua, encontrar os pré-candidatos e candidatos foi uma tarefa muito mais difícil, porque o acesso dependia de informações desses dirigentes. Esses, quando questionados sobre as listas de aspirantes, a única informação dada foi sobre o quantitativo de pretendentes a candidatos, por isso, obter informações sobre esses indivíduos necessitou de uma amostra diferenciada de caso e controle. Um dos propósitos dos questionários aplicados foi confirmar os dados empíricos analisados com os porteiros, e outro propósito consistiu em analisar a dimensão da seleção, que corresponde a responder a seguinte pergunta:” quem são os candidatos selecionados?”.

Para atender às necessidades da pesquisa foi elaborado, então, um questionário, a partir do roteiro preparado para as entrevistas com os dirigentes, dividido em cinco blocos: identificação do perfil e representação, trajetória política e profissional, diretrizes de recrutamento e seleção, distribuição dos recursos do partido às candidaturas e, por fim, identidade ideológica. No entanto, para fins de análise, foi excluído o bloco identidade ideológica, bem como algumas questões, por conta do tempo.

Desenho do estudo e tamanho da amostra

O total de candidatos, dos doze partidos analisados, era de 505 selecionados, porém, o universo dos pré-candidatos era totalmente desconhecido. Por isso, buscou-se uma amostra que pudesse dar conta também dessa realidade desconhecida.

O universo do estudo é constituído pelos filiados que se inscreveram como pré-candidatos ao cargo de vereador para as eleições de 2016 na cidade de Salvador, em 12 partidos políticos.

A parte quantitativa da pesquisa contou com um desenho caso-controle, no qual os casos são os filiados aos partidos políticos que efetivamente se tornaram candidatos nos 12 partidos políticos para o pleito analisado, enquanto os controles são os pré-candidatos que não foram selecionados como candidatos pelo seu partido nessa eleição.

Para o cálculo do tamanho da amostra dos grupos – casos (candidatos) e controles (não candidatos) –, estabeleceu-se a frequência da exposição da escolaridade, nível superior, com base nos dados divulgados pelo TRE, entre os controles (ou casos), de 9,7% (ou 42,6%), a razão de risco associada à exposição de $RR=4,5$, o nível de significância (α) de 5% e poder do estudo de 80%. Dessa forma, o tamanho da amostra estimada para cada grupo, casos ou controle, separadamente, foi em torno de 50 indivíduos no mínimo. Outras exposições foram verificadas no cálculo do tamanho amostral, com variação do tamanho de 49 a 53 indivíduos para diferentes frequências de exposição, de 3,5% a 9,7%, e razão de risco, de 4,4 a 8,0.

Para a seleção dos casos foi estabelecida, aleatoriamente, em 10 casos provenientes do partido político PT, seguido de mais 10 do partido DEM; e dos partidos, 10 ao todo, se selecionaria da mesma forma: 3 candidatos, totalizando assim os 50 casos (candidatos para as eleições de 02 de outubro). Da mesma maneira, seriam selecionados os controles (não candidatos para as eleições). Na ocorrência de desistência de algum candidato ou não candidato para a entrevista, esse será substituído por outro guardando características similares, ou seja, sexo, faixa etária e partido político. A listagem dos casos amostrados foi confeccionada a partir da do registro dos candidatos com base nos dados do TRE/BA. A amostra final foi gerada mediante procedimentos no Programa SPSSWin.

O campo da pesquisa foi realizado entre o período de outubro de 2016 e julho de 2017, e contou a efetivação da aplicação de 120 questionários⁵⁵, sendo 77 para candidatos e 43 para os não candidatos. Esse desequilíbrio entre as amostras dos casos e dos controles se deu pela dificuldade em encontrar as listas dos pré-candidatos cujas candidaturas foram aprovadas, e também porque os partidos MDB, PSDB e PSOL não existiram lista de pré-candidatos, pois todos foram incorporados à lista final, segundo seus respectivos porteiros. Os achados empíricos dos questionários confirmaram com os informados nas entrevistas desses porteiros, pois não foi encontrado nenhum não candidato do MDB, PSDB, PSOL.

Essa pequena margem de diferença não trouxe maiores prejuízos à pesquisa, pois também foram realizadas entrevistas⁵⁶ em profundidade com alguns desses atores para tentar sanar essa diferença na amostra. Por isso, dentre as doze organizações, tivemos mais questionários aplicados a candidatos do que a não candidatos.

Os questionários coletados na pesquisa de campo foram organizados e as informações foram tabuladas no *software* estatístico SPSS, possibilitando a geração dos dados em formato de gráficos e tabelas descritivas, que lançam luz sobre o problema da pesquisa e apresentam resultados interessantes que contribuem para o avanço da discussão sobre o tema do recrutamento de candidatos a cargos legislativos.

As informações sobre a elaboração das listas de pré-candidatos foram obtidas através da pesquisa de campo com os dirigentes partidários, como também em redes estabelecidas nos encontros municipais com os aspirantes e candidatos selecionados pela amostra dos casos iniciais. Importante registrar que, por se tratar de seleção de candidatos, muitos aspirantes se recusaram a participar, alegando serem estes temas restritos às direções dos partidos.

⁵⁵ PT (25), DEM (21), MDB (6), PSDB (8), PSB (8), PRB (7), PSC (7), PPS (7), PCdoB (7), PV (9), PSOL (8), PTN (7).

⁵⁶ Por questões de recorte da tese, esse material coletado não foi utilizado como análise.

Para ressaltar as dificuldades encontradas, entre idas a uma organização para obtenção de dados para a pesquisa, um dirigente do DEM chegou a comparar a lista de pré-candidatos com uma espécie de certidão de “natimorto”. Ou seja, não existia, porque não poderia registrar o que nascia morto, isso porque essa morreria, em concordância com as partes do partido em decidir quem vai ser candidato. Ele comparou ainda a lista de candidatos com a certidão de nascimento, porém, essa sim seria a ponte efetiva de relação com o partido.

A seguir, serão abordados os critérios informais da seleção de candidatos.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS *GATEKEEPERS*

As principais questões que nortearão essa seção foram retiradas das entrevistas, tais como: o que os partidos buscam em um candidato? Que características mais importantes os dirigentes partidários buscam num candidato competitivo a vereador? Quais os critérios utilizados pelos porteiros na seleção de um candidato? Esses questionamentos tornaram-se cruciais diante de um contexto em que os partidos, em função da oferta de aspirantes, ter sido maior que a demanda de vagas dos selecionadores, forçando-os a excluir nomes da lista final.

Para Norris (1997), no que diz respeito ao processo de recrutamento legislativo, a demanda dos porteiros filtra, com suas restrições, a oferta de candidatos que serão apresentados aos eleitores na etapa da eleição. As lutas para controlar o processo sempre foram uma das principais áreas de conflito dentro das organizações, porque os porteiros que selecionam, em última instância, as controlam. Muitas vezes, o formato do procedimento de seleção pode indicar a natureza do partido. Se, de um lado, a oferta de candidatos já é limitada pela aplicação das regras formais, do outro lado a demanda dos porteiros afunilará ainda mais esse quantitativo.

De acordo com as regras formais, todo pré-candidato precisa, sobretudo, filiado. Logo, o filtro das regras informais parte desse número de filiação para chegar ao limite de vagas legais disponíveis em cada organização na seleção. Como visto no segundo capítulo, o limite máximo de registros permitidos foi de 65 nomes, seja por partido ou coligação.

De todo modo, os dados revelam a necessidade de se fazer um filtro das regras informais, uma vez que esse filtro leva aos dirigentes a escolher os nomes dos candidatos mais competitivos, visando atingir uma determinada expectativa de eleitos. Nos estudos dos partidos investigados, tivemos a oportunidade de conhecer o processo interno de tomada de decisão que Norris (1996) descreve como sendo crucial para desvendar as atitudes dos *gatekeepers* nas escolhas dos candidatos elegíveis. O lado da demanda dos porteiros apresentou as regras de restrições processuais, de quem foi visto como prioridades, ou seja, o

que eles procuraram em um candidato para as eleições municipais a vereador em Salvador. Sendo assim, analisamos como se deu os processos na vida real.

Uma questão que chamou atenção em todas as organizações foi o uso da lei do candidato nato para priorizar os mandatos dos que não passariam pela seleção ou eram prioritários por natureza lógica das eleições. A competitividade desses vereadores já o faria “candidatos natos”, independente dos critérios utilizados pelos porteiros.

Hazan e Rahat (2010) também alertaram para o lugar especial dos *incumbents*⁵⁷ no processo de seleção, e os consideram uma categoria especial de candidatos potenciais. Em vários países, os *incumbents* desfrutam de privilégios ou passagem quase automática nas listas finais dos partidos. Além disso, com candidatura garantida, nem sequer enfrentam todos os requisitos que os aspirantes deveriam ter, já sendo, pelo sucesso de eleições anteriores, candidatos mais que competitivos. Alguns se tornam os “puxadores” de votos pela legenda, e muitos dirigentes, em suas expectativas, têm suas candidaturas vistas como vitoriosas.

No sistema eleitoral brasileiro de lista aberta, o candidato puxador de voto tem uma importância crucial nas listas partidárias, isso porque o alto quociente eleitoral e partidário exige uma votação expressiva dos candidatos que, sozinhos, pouquíssimos conseguem atingir. Por isso, os puxadores de voto acabam ajudando a legenda a conquistar outras cadeiras no legislativo.

Um dos principais motivos pelos quais os partidos deveriam exigir requisitos também aos *incumbentes*, seria para oferecer ao partido uma boa imagem e não parecer ser excludente. Conforme adverte Hazan e Rahat (2010), isso permitiria que os aspirantes entrem no jogo e que tenham uma chance mais justa. Porém na competição eleitoral, os parlamentares, além de funcionarem como puxadores de voto, também são importantes, por fornecerem recursos às campanhas de outros candidatos do partido. No jogo político, acaba ocorrendo uma troca de interesses dos candidatos selecionados, e particularmente do partido que precisa atingir o quociente de votação.

Dessa maneira, Altmann (2010, p. 103) reconhece que “[...] a inclusão automática dos parlamentares que buscam a reeleição nas listas partidárias parece bastante óbvia do ponto de vista racional”, por proporcionar êxito maior aos partidos, e garante um espaço já conquistado pela legenda nos parlamentos. Mas é importante registrar que esses parlamentares ocupam um espaço muito reduzido nas listas, a maior parte é ocupada por candidatos “novatos”.

⁵⁷ *Incumbents* são parlamentares em exercício que desejam pleitear outras candidaturas.

Contudo, sendo o objetivo principal de todos os partidos estudados ganhar as eleições, o fato é que todos os porteiros mencionaram os vereadores como candidaturas confirmadas, para além dos requisitos exigidos para os aspirantes. Outra regra citada, praticamente por todos os porteiros, foi o recrutamento e a seleção de mulheres para atingir a cota de gênero (30%) imposta pelas regras eleitorais da legislação brasileira.

Lovenduski e Norris (1995) apontaram, em suas pesquisas, esforços de lideranças partidárias para promoção das candidaturas de mulheres, entretanto, nem sempre os selecionadores foram cooperativos com essa exigência. As autoras tampouco encontraram discriminação direta contra as aspirantes mulheres, porém, admitem a possibilidade de ter ocorrido discriminação indireta. Alertam ainda que, tanto o modo como foram selecionados os candidatos quanto as qualidades selecionadas podem penalizar muitas mulheres. Sugerem por fim que, para a melhor representação das mulheres, as mudanças devem caminhar para além dos processos de escolhas pelos partidos, como a introdução de ações afirmativas para a reconsideração dos critérios na escolha dos candidatos.

Em todas as entrevistas, o critério potencial eleitoral apareceu como crucial para elevar um aspirante à condição de candidato. O que diferiu nos discursos foi como os líderes partidários avaliavam esse potencial de votos. Altmann (2010, p. 117) fez o seguinte questionamento sobre essa questão também apresentada em seu trabalho: “[...] como é possível prever se um candidato é ‘bom’ ou ‘ruim’ de voto? Que tipos de atributos pessoais costumam ser avaliados pelos dirigentes com indicadores de uma boa perspectiva de votação?”.

Alguns requisitos foram apontados para serem parâmetros da potencialidade de votos dos candidatos. Termos como representatividade nos segmentos e/ou categorias, inserção em comunidade, trabalho social realizado, capacidade de mobilização, capilaridade, densidade eleitoral apareceram nos discursos fazendo menção à expectativa de votos. Muitos selecionadores usaram o fato de um aspirante ter sido testado em outras eleições de referência para mensurar o potencial de votos, como com o PV, por exemplo, que utilizou formalmente essa regra⁵⁸. Inclusive, em suas pesquisas, Marques (2007) chamou essa participação em eleições anteriores de expressividade eleitoral.

Devido à centralidade de busca por candidatos com mais base eleitoral, adotou-se como indicadores de potencialidade de votos os termos mais relevantes que foram evidenciados nas entrevistas, tais como: a representatividade social, lista de assinaturas e ser

⁵⁸ Para maiores informações sobre utilização de regras formais, ver capítulo 3.

testado em urnas anteriores. Dessa maneira, a sistematização das regras informais procurou considerar as diversidades nas organizações, tendo sido escolhidos alguns elementos como indicadores dos requisitos exigidos para as candidaturas.

A exigência de possuir reconhecimento na sociedade em alguma comunidade ou categoria, por exemplo, foi atribuído ao critério de representatividade social. Quanto à viabilidade material, essa corresponde àqueles partidos que estabeleceram uma cota de adesão aos aspirantes para constatar as condições financeiras para seguir na disputa por uma vaga na lista. Já a lista de assinaturas foi uma exigência vinculada ao um quantitativo de possíveis apoiadores (eleitores) na campanha de determinado aspirante.

Quadro 8 - Indicadores de potencial eleitoral

Partido	REGRA INFORMAL: POTENCIAL ELEITORAL			
	Representatividade Social	Lista de Assinaturas	Ser testado em urnas anteriores	Total
DEM	Sim	-----	----	1
PT	Sim	-----	Sim	2
MDB	Sim	-----	-----	1
PSDB	Sim	-----	Sim	2
PPS	Sim	-----	Sim	2
PV	Sim	-----	Sim	2
PTN	Sim	-----	sim	2
PSC	Sim	Sim	Sim	3
PRB	Sim	-----	Sim	2
PSB	Sim	Sim	Sim	3
PCdoB	Sim	-----	-----	1
PSOL	Sim	-----	-----	1

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas com os porteiros.

Além desses, o compromisso político e ideológico, o tempo de filiação e as forças políticas internas também apareceram como critérios adotados pelos partidos na disputa eleitoral por uma vaga a vereador em Salvador.

Quadro 9 - Regras informais adotadas pelos porteiros na seleção de candidatos

Partido	REGRAS INFORMAIS/ENTREVISTAS						Total
	Viabilidade Material	Compromisso político/ ideológico	Tempo de filiação	Forças políticas internas	Outros	Potencial Eleitoral (subtotal)	
DEM	-----	-----	-----	-----	----	1	1
PT	-----	Sim	-----	Sim	Sim	2	5
MDB	-----	-----	Sim	-----	----	1	2
PSDB	-----	Sim	-----	-----	-----	2	3
PPS	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
PV	Sim	Sim	----	-----	-----	2	4
PTN	-----	-----	-----	-----	Sim	2	4
PSC	-----	Sim	-----	-----	----	3	4
PRB	-----	-----	-----	-----	Sim	2	3
PSB	Sim	-----	-----	-----	----	3	4
PCdoB	-----	Sim	-----	-----	sim	1	4
PSOL	-----	Sim	-----	Sim	----	1	3

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas com os porteiros.

*Outros: PT – formação política/ PCdoB – formação política e vínculos com parlamentares / PTN – Vínculo com lideranças e experiência política/ PRB – Escolaridade.

Considerando os critérios informais de seleção presentes nos quadros 9 e 10, os partidos foram agrupados e classificados em dois grupos, de acordo com a inclusividade mensurada pelo quantitativo de exigências informadas pelos porteiros. Aqueles que informaram até três critérios foram considerados mais inclusivos: DEM, MDB, PPS, PSOL, PSDB e PRB.

A partir de quatro regras informais, as organizações se aproximaram da exclusividade na seleção, tais como PT, PCdoB, PSB, PV, PTN e PSC. Desses, o PT, por ter apresentado cinco critérios, foi considerado mais excludente. Os demais tiveram apenas quatro.

Dentre os mais inclusivos, o DEM destacou-se em seus critérios informais, por ter o porteiro que informou menos exigências. A principal demanda era por candidatos com potenciais de votos e de preferência que tivessem relação com a comunidade ou categoria de base. Uma regra relevante foi a busca pela diversificação da lista de nomes, como uma meta estabelecida pelo prefeito da cidade ACM Neto, que almejava desconstruir a imagem de partido elitista em Salvador.

O MDB procurou fazer seu recrutamento de candidatos buscando priorizar critérios como o potencial eleitoral, representação de segmentos ou categorias e tempo de filiação. Aqueles nomes que já tinham ocupado algum cargo eletivo foram vistos como “candidatos natos”. O porteiro desse partido fez uma ressalva sobre diferenças de critérios objetivos e subjetivos que circulam nessa tarefa de escolha e, no caso, os vereadores seriam prioritários, por ser este um critério objetivo de seleção.

Entre os partidos inclusivos, o porteiro do PSDB buscou priorizar os nomes já testados em urnas anteriores, como os vereadores do partido. O compromisso com o programa da legenda foi também citado como requisito relevante, mas aqueles com maior capilaridade tinham prioridades.

O PT foi classificado como partido mais excludente, em se tratando de regras informais. Nos quadros 9 e 10, observamos que o partido exigia cinco, das oito das regras sistematizadas. Uma delas, as forças políticas, representadas pelas correntes internas do partido, acabou norteadando toda a seleção. As tendências também funcionam no processo de recrutamento e seleção do PT como filtro de aspirantes e candidatos. Além do potencial de votos, vínculos com movimentos sociais ou categorias, chamou atenção a crítica da qualidade dos aspirantes e a necessidade de conhecimento sobre as principais pautas discutidas na Câmara de vereadores.

Dentre os partidos excludentes, o PV destaca-se pelo critério da viabilidade material que corresponde a uma taxa de adesão à candidatura. O valor dessa taxa foi mencionado por

alguns aspirantes entrevistados como barreira de entrada na lista final do partido, como veremos mais adiante. Também a quantidade de votos para ser considerada potencialmente viável à organização ficou estabelecida em no mínimo de 500 votos em urnas anteriores.

Da mesma forma que o PV, o PSB também determinou um valor fixo como taxa de adesão a sua candidatura. Segundo o porteiro, esses dois critérios eram fundamentais para a garantia de uma possível potencialidade dos votos dos aspirantes que passavam por uma espécie de radiografia dos candidatos para avaliar principalmente a realidade de suas bases eleitorais, referidas na etapa de recrutamento desses nomes. O partido também exigiu uma lista de assinaturas mínimas para efetuar a confirmação de um aspirante a posição de pré-candidato.

No caso do PTN, o porteiro procurava selecionar aqueles com maior potencial de votos, e ainda salientou em seu discurso que “eleição é conta, quem não sabe fazer conta, perde”. Nessa linha seguiu o PSC, para o qual a ideologia e o programa do partido representaram filtros importantes na etapa do recrutamento. Uma lista de assinaturas ou apoiadores exigida como requisito, demandou dos aspirantes a filiação de outros indivíduos à organização.

Todavia, mesmo os partidos buscando priorizar as regras informais que selecionem nomes mais competitivos, incluindo os puxadores do voto, as listas também são compostas por candidatos potencialmente menos competitivos, mas que também são muito importantes para agregar votos à legenda, a ponto de atingirem o quociente eleitoral necessário para garantir o máximo de cadeiras possíveis. Vale registrar que poucos vereadores são eleitos somente com os seus votos, o que torna as estratégias elaboradas pelas organizações imprescindíveis para os seus sucessos eleitorais.

Uma vez abordados, no terceiro capítulo, a inclusividade do *selectorate*, presentes no intervalo entre os delegados e as regras partidárias, no que diz respeito às de regras formais, fez-se necessário confrontar esse *continuum* às regras informais. Tal confronto evidenciou uma proximidade com o polo da exclusividade, discutidos a seguir.

A exclusividade do *selectorate*

Segundo as regras formais presentes nos estatutos dos partidos, os *selectorates*, principais responsáveis pela elaboração das listas, estariam nas convenções. Isso levou a um *continuum* de inclusividade, em que o *selectorate* dos partidos ficou entre os delegados e a elite partidária, ou seja, mais próximos ao grau de exclusão, pois a Convenção era composta por delegados e/ou membros da executiva municipal, parlamentares ou até membros de

órgãos de instância superior. Além disso, delegou pleno poder à executiva municipal para substituir nomes ou alterar a lista, preenchendo as vagas remanescentes.

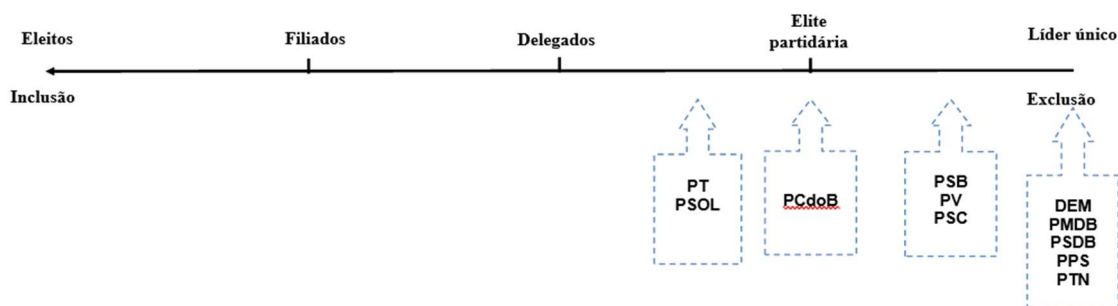
Estudar o espaço de tomada de decisão a partir das regulações legais não deu conta de avaliar onde se encontrava realmente o poder decisório nos partidos e nem os critérios relevantes para um aspirante obter seu nome na lista final. A partir da pesquisa qualitativa com os dirigentes, navegando pelas regras informais, os achados empíricos nos levaram a descobrir quem foi o selecionador de cada organização investigada. As Convenções foram mencionadas quase sempre como meras obrigações legais.

Quanto às executivas municipais, essas apareceram como selecionadoras, mas não no sentido de órgão colegiado em que todos os membros participavam do processo de seleção de candidatos. Em quase todos os partidos, com a exceção do PT e PSOL, apenas uma pequena parte dos dirigentes municipais controlava o acesso à lista. Como os diretórios do PT e PSOL são formados por integrantes de diversas tendências de forma proporcional aos delegados e poder local de cada uma delas, o controle acaba perpassando pelas tendências internas. O papel de realizar o filtro mais estreito de escolha de nomes ficou centralizado nas mãos dos presidentes, secretários e/ou tesoureiros na maioria das organizações.

Dessa maneira, utilizando o mesmo indicador usado nas regras estatutárias para as informações obtidas através das entrevistas com os dirigentes, a inclusividade do *selectorate* de todos os partidos ficou localizada no *continuum* entre a elite partidária e o líder único. De fato, como evidenciado nos estatutos, a executiva municipal na eleição para vereador possui um papel importante na seleção, pois todos os selecionadores encontrados fazem parte da organização local do partido, com a exceção do PTN, PRB e PV. Porém o estatuto do PTN estabelece interferência de instâncias superiores na seleção, diferente do PV e PRB.

No PRB e PV, além de selecionadores locais, dirigentes de instâncias superiores estaduais, também interferiram no processo de escolha de candidaturas. A figura 4 mostra esse novo alinhamento.

Figura 4 - Exclusividade do *selectorate* dos partidos nas eleições 2016



Fonte: Adaptado de Razan e Hahat (2010).

Seguindo o caminho de Panebianco (2005), que analisa o processo decisório dentro dos partidos a partir do grau de centralização do poder no interior da organização, defendemos que a efetiva seleção de candidatos para vereador é realizada por uma elite partidária local. Em alguns partidos, essas elites centralizaram mais ou menos a escolha dos candidatos, em virtude do tamanho das mesmas. Isso devido à constatação que em todos os partidos, lideranças ou dirigentes, exerciam uma espécie de poder moderador nas listas finais, realizando assim o último filtro, e definindo quem de fato teria sua candidatura homologada na convenção e registrada no cartório eleitoral.

No PT e no PSOL, as executivas municipais formadas por membros de diversas tendências internas desempenhavam não só o controle do processo de seleção. Também essas forças políticas, se necessário, decidem quem vão selecionar nas listas finais. Como são efetivamente formadas por delegados representantes dessas tendências, foram localizados próximos dos delegados pela partição desses órgãos colegiados dos partidos. Por esse motivo, esses partidos foram localizados mais próximos ao caminho do polo de inclusividade, no ponto mais perto dos delegados. No caso do PCdoB, este controle, além do diretório local, é exercido por uma comissão política, que segundo o estatuto do partido exerce o trabalho de direção política.

Já no PV, PSC e PSB, os registros indicaram que o controle das listas foi realizado pelas executivas municipais, mas com um poder dos presidentes, no final do processo, decidir quem entra e quem sai das listas. Por isso, acabaram sendo localizados no *continuum* mais próximos do polo da exclusividade. Por fim, o bloco dos partidos PTN, PSDB, PPS, PRB, MDB e DEM que o grau de controle do processo foi ainda maior, devido ao poder central dos presidentes e/ou lideranças políticas, ou seja, ainda mais exclusivos, próximos do líder único, na formulação das listas finais.

Além do indicador de Hazan e Rahat (2010) da inclusividade do *selectorate*, foi constatado pelos estatutos e pelas atas de convenções a forma de escolha dos candidatos, outro indicador dessa literatura. Os números mostraram que a forma era a votação por aclamação ou unanimidade das listas apresentadas pela executiva municipal à plenária presente nas convenções partidárias. Todavia, as informações referentes às regras informais apontaram para a indicação dos nomes. Bem verdade que as próprias atas de convenções já foram um indício forte de que a forma de escolha de votação tinha caráter apenas legal. A ausência de qualquer conflito ou discussões registradas nos mostrou que aquele momento da Convenção era simbólico. Ou seja, na prática, todos os candidatos foram indicados pelos dirigentes partidários.

Os próprios autores Hazan e Rahat (2010) advertem que se uma lista final acordada for ratificada em bloco de unanimidade ou voto da maioria, esta não pode ser considerada como um sistema de votação. Em vez disso, tem-se o exemplo de um sistema combinado de votação e indicação, com muito mais peso atribuído à nomeação, pois os selecionadores formais apenas ratificam a escolha da elite partidária. A seguir, será avaliado o grau de autonomia que os partidos tiveram sobre os processos de seleção.

A centralização do processo de seleção

Foi visto no capítulo anterior que os diretórios municipais ou comissões executivas provisórias locais dos partidos tiveram autonomia sobre o processo de escolha de candidatos a vereador nas eleições de 2016. Ou seja, segundo Hazan e Rahat (2010), ocorreram a descentralização dos processos de sete, dos doze partidos pesquisados (DEM, MDB, PSDB, PSB, PPS, PRB, PV), pois não houve na prática interferências dos órgãos das instâncias superiores.

No caso do PSC, PTN, PT, PCdoB e PSOL, pelas regras estatutárias, instâncias superiores poderiam ser acionadas durante o processo de seleção. Porém, pelas atas das convenções, as executivas municipais tiveram autonomia sobre os processos. Vale ressaltar que nessa concepção, o processo de seleção é centralizado quando realizado ou interferido pela organização nacional e descentralizado quando influenciado por líderes locais.

Porém, no mundo real, até nos partidos PSC, PTN, PT, PCdoB e PSOL houve a descentralização, porque na prática, a regra não foi acionada em nenhum dos partidos citados acima. Em todos os partidos, pelas regras informais, a seleção foi realizada por lideranças das executivas municipais. Apenas no PRB e PV foram encontradas interferência de dirigentes estaduais nas escolhas de seus candidatos, como também no caso do MDB liderança estadual interferiu. No caso do PT, as normas indicavam a homologação das listas pela direção nacional, mas as entrevistas com dirigentes mostraram o reconhecimento da autonomia do diretório municipal na seleção dos nomes.

Gallagher (1988) adverte que a ausência de uma intervenção central tão evidente pode significar não a impotência, mas a satisfação com o painel selecionado localmente, ou mesmo uma intervenção central bem-sucedida nos bastidores em um processo anterior. Quanto mais o processo envolve tais negociações nos jardins secretos, possivelmente envolvendo *trade-offs* em outras áreas da atividade partidária, mais difícil se torna para o pesquisador reconstruir o processo na totalidade.

O mais importante para essa tese é a confirmação da hipótese de que os partidos são capazes de controlar a seleção a partir de procedimentos próprios, como as regras informais evidenciadas, pois, em todas as organizações, o processo de seleção foi centralizado por dirigentes partidários. Com isso, defendemos teoria de Braga e Praça (2007, p. 187), de que partidos centralizados são aqueles que “(...) não sofre(m) interferência da Executiva Nacional para selecionar seus candidatos municipais, mas que os seleciona exclusivamente de acordo com as vontades locais”.

Há uma relação entre o grau de inclusão dos mecanismos de selecionar com o tipo de controle no processo de escolha. Como vimos na seção anterior, os selecionadores estão localizados majoritariamente entre a elite e o líder único, com participação de dirigentes das executivas municipais ou lideranças parlamentares. Isso nos leva a uma maior centralização dos processos pelas organizações analisadas.

Se os líderes partidários possuem um papel central no filtro dos elegíveis, uma contribuição importante para o tema está relacionada aos critérios informais que adotam os *gatekeepers*⁵⁹, no momento de decidir quem incluir ou excluir nas listas finais de candidatos. Aqui, *gatekeeper* será chamado de porteiro(a), termo também utilizado por Álvares (2008) e Altmann (2010).

Na seção seguinte, serão apresentados os achados empíricos dos processos de seleção do ponto de vista dos porteiros.

4.2.1 Os jardins secretos dos partidos inclusivos

Nessa seção são apresentados dados referentes às entrevistas realizadas com os porteiros, no que diz respeito aos critérios informais que circulam nos partidos quanto à inclusividade.

O processo de seleção de candidaturas, amplamente discutido nesta tese, é um estágio-chave no recrutamento legislativo. O acesso a qualquer elite política, para Gallagher (1998), é controlado pelos *gatekeepers*, e o portão mais estreito de todos é aquele protegido pelos que selecionam os candidatos. Foi constatado que esses processos envolveram diversas negociações a portas fechadas, segundo regras informais, considerada pela literatura como “jardim secreto”.

Gallagher e Marsh (1998), em *Candidate selection in comparative perspective: The Secret Garden of Politics*, afirma que esses espaços são configurados informalmente, mas as

⁵⁹Esse termo foi utilizado por Gallagher e Marsh (1988), Norris (1997) e Norris e Lovenduski (1995). A ideia de “porteiro” como selecionador de candidatos tem o mesmo sentido que o conceito de *selectorate* proposto por Rahat e Hazan (2001, 2010).

tomadas de decisões que neles acontecem refletem nas estruturas de poder existentes nas organizações. Dessa forma, estudos dessa natureza permitem a compreensão da dinâmica de organização dos partidos no que o tange à operacionalização da democracia representativa, como foi demonstrado o primeiro capítulo.

Dos sete partidos identificados como inclusivos a partir dos critérios adotados na seleção de candidatos (DEM, MDB, PPS, PSOL, PSDB e PRB), o MDB e o PSOL não realizaram uma seleção propriamente dita, pois o número dos pré-candidatos foi inferior ao número de registros permitidos, o que pode justificar a sua inclusão nesse grupo. Contudo, se esse fosse um critério relevante, o PSDB também deveria ter sido agrupado, mas essa informação não foi apontada pelo quantitativo de regras.

A particularidade encontrada nesses dos partidos deve ser entendida no universo do pleito de 2016. A esse respeito, Braga e Tarouco (2010), pesquisando a seleção de candidatos em Salvador nas eleições de 2008, apontaram que o MDB, naquele ano, tinha sido um dos poucos partidos a realizar um processo de escolha propriamente dito, pois a maioria não teve necessidade de corte. As autoras analisaram ainda que, nessa eleição de 2008, o DEM, PSDB e PSB não realizaram seleção de candidatos, pois a oferta de vagas foi maior do que a demanda de aspirantes.

Os dados desses partidos inclusivos sobre as regras informais corroboram com os dados das regras formais, no que se refere à inclusividade dos requisitos à candidatura, pois todos também foram considerados inclusivos, já que exigiram praticamente apenas a filiação partidária.

DEM

De acordo com o Porteiro DEM, o processo de escolha dos candidatos a vereador iniciou com o período de filiação partidária que se encerrou no dia 2 de abril de 2016, havendo uma maior procura de aspirantes. Como esse partido lidera o campo político da situação em Salvador, com altos índices de popularidade do prefeito, a busca foi intensificada por pessoas que queriam fazer parte do time de reeleição de ACM Neto, de modo a agregar a imagem popular positiva desse gestor.

A eleição de ACM Neto e a sua bem sucedida gestão na prefeitura proporcionou o retorno da força do partido ao cenário baiano. Esse contexto superou a expectativa de filiação e pré-candidaturas, ao ponto de, em março de 2016, o quantitativo de aspirantes ter superado a cota de gênero exigida, uma vez que o mínimo seria 20 mulheres, tendo se inscrito 45, perfazendo um total de mais de cem pré-candidatas.

Considerando que a entrevista foi realizada no início de 2016, o Porteiro DEM, sobre com o alto número da lista de pré-candidatos, afirma que o limite para essa lista consiste no prazo estipulado pela legislação eleitoral de filiação partidária. Nesse momento, informa que se “encerra a janela” e, a partir desse prazo, até a Convenção, ocorrerá a seleção.

Eu tenho colocado que ele aqui, ele é pré-candidato. Que ele saiba trabalhar, agregar os seus apoiadores, e que o partido vai fazer um trabalho nesse primeiro bloco. Depois de, de abril em diante, quando *encerrar a janela*, né, que a *janela encerra agora (2 de abril encerra a janela)*. *Encerrou a janela*, nós vamos fazer um trabalho onde nós vamos fazer um ciclo de palestras com um marqueteiro, com um advogado eleitoral, com um profissional das redes sociais, ou seja, é, um, nós vamos fazer um seminário onde nós vamos mensalmente trabalhar na medida em que, como a campanha agora muito curta, são 45 dias [...] até a Convenção ele tem aí pra trabalhar e pedir, que ele não pode falar, pedir votos, mas ele pode ser candidato (Porteiro DEM).

Uma das orientações do líder ACM Neto sobre os critérios de seleção foi a diversificação dos segmentos sociais na lista de candidatos, com o objetivo de reconstruir a imagem do partido, sempre associada a um perfil elitista de classe, sendo que o potencial de votos, ou ter “farinha no saco”, utilizando o discurso do Porteiro DEM, era o critério principal. O fato é que a representatividade social marcou a escolha dos candidatos no DEM, conforme descreve o Porteiro DEM:

Olha, *a gente tem que ter um segmento, a gente tem que representar um segmento*. [...] Isso é fundamental. Eu digo sempre que, na minha área, por exemplo, de saúde [...] nós estamos defendendo realmente a participação do médico na política, esse é fundamental, então o segmento é fundamental. É o representante do taxista, é o representante [...] eu tenho conversado, inclusive, MUITO com os pré-candidatos pra que eles agreguem os seus segmentos, então, é, é o líder comunitário, é, de antigamente, é, do bairro. Quem você representa? Ah, eu represento Cajazeiras, eu represento Cajazeiras VIII, Cajazeira X, Cajazeira tem setecentos mil habitantes. Então, subúrbio ferroviário, Peripiri, Paripe, é, Itapuã [...] Boca do Rio. O segmento da saúde, o médico, quem representa o médico na Câmara, no Parlamento, na Assembleia? não quero especificar [...], precisamos ter representantes e isso quem nos ensinou foi a Igreja Universal do Reino de Deus [...] então hoje, todas as igrejas evangélicas querem ter candidato. [...] Então, a primeira coisa que tem ter, tem que ter um segmento, REPRESENTAR UM SEGMENTO, seja comunitário, seja o segmento social, é... ele tem que ter um segmento, esse é o critério principal, os outros vem pela própria liderança que que a pessoa adquire (Porteiro DEM).

Importante registrar o papel desempenhado pelo líder ACM Neto no processo de escolha do partido. Apesar da executiva municipal ter sido reconhecida como espaço legal, ficou evidente a centralização desse processo na figura de um líder único: “[...] eu pretendo fazer o seguinte, pegar os candidatos, fazer um... um pequeno resumo de cada um, porque

como o número cresceu, eu não conheço, e *eu tenho que levar pra o Neto*, quem é o candidato.” (Porteiro DEM).

MDB

Segundo o Porteiro MDB, os critérios de regras informais foram apenas a questão da representatividade social e o tempo de filiação. Esse último critério denota uma valorização do partido por variáveis mais políticas de escolha. Entretanto, esse partido não precisou realizar seleção, pois o número de aspirantes foi inferior ao número de vagas.

Ao ser questionado sobre elementos que poderiam interferir na escolha dos nomes, o porteiro MDB considera que deve ser observado o conjunto de um determinado candidato. Entretanto, deixa claro que algumas características, como fazer parte de um determinado segmento, importa mais que outras no contexto eleitoral, o que também foi sinalizado pelo Porteiro DEM.

[...] Tem que olhar o conjunto. Uma pessoa que ocupou um cargo eletivo tem um referencial, tem seu grupo de eleitores, são, digamos, conta positivamente pra ele. É... O seu corpo de recursos, hoje, com a legislação atual, esse item já adquiriu menos importância do que em eleições passadas porque as restrições a cada eleição têm sido maiores. [...] Então a pessoa que tem uma liderança em determinado seguimento, foi representante eu uma categoria, presidiu uma ONG, é uma pessoa que, defendeu uma bandeira, né, publicamente em um segmento, tudo isso, deve ser levado em conta. [...] como a campanha eleitoral é muito curta, [...] muito difícil uma pessoa, que... não tenha tido já uma experiência em um *segmento*, não tenha sido um candidato, já não tenha um grupo ao qual esteja fazendo alguma interlocução, falando com algum determinado segmento, simplesmente, em 45 dias conseguir... falar pra milhares de pessoas (Porteiro DEM).

Fica evidente que, os partidos em situações opostas – DEM, realizando seleção, e MDB realizando apenas recrutamento –, adotaram requisitos idênticos quanto à inclusividade da seleção.

Sobre a lista partidária, o porteiro MDB, ao relacionar a política com a economia, faz menção à metáfora de demanda e oferta usada por Norris (1996) no seu modelo de recrutamento de seleção de candidatos. O porteiro ressalva que a seleção depende da conjuntura política e eleitoral específica de cada partido, uma vez que o contexto do MDB nas eleições de 2016 tinha menos candidatos que vagas, ou seja, contemplando a todos.

Eu tenho mais vagas, eu tenho menos candidatos do que vagas, então... Todo mundo pode ser candidato. Agora, se eu tenho o inverso da lei da oferta e da procura, eu tenho OITENTA candidatos e só tenho 64 vagas, aí eu tenho uma, uma demanda maior do que a oferta, eu vou ter que escolher e alguém vai ter que ficar de fora. Cada partido hoje estabelece as suas regras, digamos, de prioridade que não são rígidas, varia de partido pra partido (Porteiro MDB).

Com relação aos requisitos informais de candidatura, foi feita a seguinte observação:

Mas geralmente, quem é candidato, *já tem* é a prerrogativa. [...] É aquele que... mais antigo em termos de filiação, ah, José está filiado há dois anos, mas JOÃO está filiado há quinze anos, então critério de antiguidade, né? É... mas José, [...] ele foi candidato na última eleição a deputado federal, ele teve é... 40000 votos em Salvador, né? Aí como é que o partido vai deixar de colocar candidato que teve 40000 votos em Salvador, não foi em uma eleição municipal, mas teve 40000 votos em Salvador. Assim, *you tem critérios objetivos, you tem critérios subjetivos, you tem mesclas às vezes esses critérios [...] partido busca, o que a direção busca é tentar trazer o coeficiente eleitoral* (Porteiro MDB).

O impacto do contexto das eleições majoritárias sobre as listas de candidatos proporcionais consistiu em importante informação mencionada pelo Porteiro MDB. Em 2012, o partido “fez uma chapa um pouquinho mais fraca” e não estava tão forte naquele ano. Vale lembrar que, conforme mostrado no capítulo 2, nesse pleito, o campo do MDB estava perdendo força, enquanto uma terceira via de campo político ia articulando possibilidades futuras de agregar a outro campo político. Situação diferente ocorreu nas eleições de 2016, quando o partido tinha se coligado, na capital, ao campo político do DEM, o que evidencia a confirmação da hipótese aqui defendida de que as estratégias eleitorais interferem diretamente na seleção de candidatos. Além disso, a estratégia das coligações foi reconhecida como importante como central no que diz respeito às decisões sobre a seleção.

PPS

Diante da dificuldade de acesso à executiva municipal do partido, foi necessário entrevistar dois responsáveis pela seleção de candidatos no PPS, sendo necessário entrevistar primeiro o dirigente, para conseguir chegar no porteiro.

Enquanto o Porteiro PPS apresentou a inserção na comunidade como um requisito importante para a candidatura, o Dirigente PPS apontou como critério relevante ter sido testado nas urnas. De qualquer forma, o potencial de votos se sobressaiu como requisito marcante na escolha dos nomes, sobretudo no que diz respeito ao aspirante vinculado à religião. Em relação à seleção dos nomes, foi formada uma comissão eleitoral com o objetivo de acompanhar cada aspirante que se apresentava.

É pra a gente ver quem tem uma densidade eleitoral, quem tem uma inserção na comunidade, quem já tem um trabalho firmado, MUITOS que estão vindo, às vezes já saíram candidato, isso já é uma referência grande, mas, a gente tem um olhar muito atento à representatividade das lideranças comunitárias, muitas lideranças comunitárias, membros de direção de sindicatos, associações, essas pessoas são pessoas que nos procuram para poder no PPS imprimir ai seu projeto político. (Porteiro PPS).

Nesse discurso, fica evidente o dilema da mensuração da potencialidade dos votos para os dirigentes partidários. O partido busca conquistar mais cadeiras no legislativo, tanto pelo teste nas urnas quanto pela representatividade, que também pode ser expressa pela passagem desses candidatos pelo crivo da eleição. Marques (2007) alerta que nem sempre esse discurso dos dirigentes da expressividade eleitoral é levado em conta no momento da composição das listas, mas não se pode deixar de reconhecer a importância do desempenho precedente na hora de decidir filtrar quem entra e ou sai da lista final.

O contexto eleitoral foi determinante na seleção desse partido. Os entrevistados reconheceram que a estratégia inicial era sair sozinho na chapa proporcional⁶⁰. Porém, o Dirigente PPS ressaltou a exigência do então prefeito ACM Neto de que todos os partidos aliados ao DEM na eleição majoritária deveriam sair coligados entre si, e essa organização parece ter acatado a decisão, pois coligou-se com o PTB no pleito de 2016.

PSOL

O Porteiro PSOL reconheceu que o partido ainda está em processo de crescimento na cidade, e, em virtude disso, os critérios não estão ainda consolidados. Entretanto, a sua origem vinculada ao PT tem levado o partido a adotar os mesmos critérios das forças políticas para a seleção. Com isso, inicialmente busca abarcar a demanda de candidatura de acordo com a proporção de força de cada tendência do partido.

Como o partido tem relação com diversos movimentos sociais e pautas mais de esquerda, dois critérios relevantes seriam, segundo o Porteiro PSOL, o vínculo ou experiência em movimento social e o cumprimento político-ideológico com o partido. Porém, nas eleições de 2016, a organização não precisou fazer cortes de nomes por que a oferta tem sido maior que a demanda.

Foi feita uma crítica às listas finais, no que tange à necessidade de avançar mais nas candidaturas competitivas negras e femininas, bem como a cota de mulheres na lista de candidatos. Para o Porteiro PSOL, a questão de gênero é ainda um dilema para o partido: “A gente cumpre a lei, isso é obrigatório. A questão é a que às vezes essas candidaturas, elas se constroem de forma muito legalista pra resolver o problema das cotas”.

⁶⁰ Vale ressaltar que nos pleitos de 2004, 2008 e 2012, o PPS saiu sozinho na chapa proporcional.

PSDB

Assim como o PPS, o PSDB também apresentou dificuldades de acesso aos porteiros⁶¹. Enquanto que o Dirigente PSDB indicou o compromisso político e ideológico como um critério informal relevante, o Porteiro PSDB apontou como mais importante o candidato ter sido testado em urnas anteriores. Inclusive, evidenciou-se que os nomes selecionados na eleição de 2012, que tiveram votação significativa, foram inseridos automaticamente na lista final no pleito analisado (2016). Braga e Praça (2007) também apontaram como critérios informais no PSDB o potencial eleitoral, e ter sido candidato em eleições anteriores, além de pertencer a algum grupo temático de relevância na sociedade civil.

De fato, ambos os entrevistados utilizavam a representatividade social como um critério importante, porém, o Porteiro PSDB afirmou não ter havido necessidade de corte, uma vez que não houve seleção.

A questão da cota de gênero foi assinalada como uma grande dificuldade para o partido. Segundo o Dirigente PSDB, essa dificuldade deve-se à falta de interesse das mulheres pela política, o que leva muitos partidos a usarem como estratégia preencher a lista com candidatas-fantasma para burlar a legislação eleitoral, conforme registro do entrevistado.

E tem muita gente que empresta o nome pra ficar lá e as vezes não tem nem voto, o que é uma fraude, mas aí vem a história dos diretórios. Os diretórios zonais podem ser um elemento importante pra poder se aproximar das pessoas lá do bairro... No dia que a gente tiver fazendo seleção de mulheres pra preencher, porque é um mínimo de 30%, você pode ter um número maior de mulheres eleitas. [...] *E as mulheres têm emprestado nome e às vezes é até a mulher do candidato. É uma burocracia boba porque ninguém barra as mulheres. [...] partidos vão atrás de mulheres... Todo mundo quer contrabalancear a chapa. [...]* (Dirigente PSDB).

O Dirigente PSDB ressaltou uma estratégia peculiar do DEM no contexto eleitoral das eleições de 2016: a pulverização de aspirantes potencialmente fortes na lista de candidatos de partidos menores que ele na coligação. Inclusive, essa estratégia foi confirmada pelo Porteiro PV.

A esse respeito, o dirigente PSDB reitera:

Houve uma *procura grande por candidatos fortes*, inclusive motivado por interesses, digamos assim, de cúpula de outros partidos. [...] *alguns partidos pegaram algumas pessoas de maior potencial e distribuíram em outros partidos*. Vou falar claro, não quero “fulanizar”, mas o DEM fez isso. [...] nós não somos obrigados a receber, mas no momento que você precisa

⁶¹ Inclusive o Dirigente PSDB ressaltou que o partido durante muito tempo ficou na mão de uma única pessoa na capital da Bahia.

crescer pela base, precisa pegar pessoas novas... Aí você pega uma pessoa que é vereador e ele quer atender uma determinada estratégia política de uma pessoa da sua relação política, aí vai pro partido, ele não vai cair. [...]

Essa estratégia por si só sinaliza um direcionamento para um tipo de instituição fraca, segundo Panebianco (2005), pois denota pouca autonomia do partido frente ao ambiente externo.

PRB

Com relação aos requisitos adotados pelo partido para a seleção de candidatos, o Porteiro PRB citou um critério até então não apontado como relevante para outros partidos. Para ele, era interessante que os candidatos tivessem além de um segmento forte, nível de escolaridade, ou seja, uma qualificação para ocupar cargos eletivos. Também foi mencionada a representatividade social em algum segmento, através da relação com a IURD com os bairros periféricos de Salvador.

Eu acho que não deveria ter candidato a vereador, nem a nada, se não tivesse nenhum com ensino fundamental, mas a gente nem sempre encontra esse pessoal preparado com base política pra poder ir pra candidatura, vontade tem, mas infelizmente, ou felizmente, como o pobre tem que ter espaço e acessibilidade pras coisas e pra tudo, chega, chega na Câmara de Vereadores muitas vezes sem saber assinar o nome direito, mas tem voto (e quer, né, e quer ser candidato) não, as vezes tem o voto, e é eleito. Aí o que é que acontece, a escolha hoje, você vai pelo critério de qualificação que esse não é tão obrigatório a ser exigido, mas o, mas o mais obrigatório a ser exigido, é se você tem grupo, se você tem base, se você tem reduto (Porteiro PRB).

Assim como os demais partidos, a estratégia da coligação é um fator importante no processo de elaboração das listas, pois, a depender da conjuntura, será necessário filtrar ainda mais os requisitos pela lógica da demanda e da oferta. Se as vagas diminuem, a linha de corte aumenta e a seleção se torna mais cautelosa. E como o PRB tem tido muito mais demanda que oferta, o critério de potencial eleitoral ser testado em urnas anteriores tornaram-se mais evidentes no momento de corte na lista final do partido de candidaturas.

Ah, normalmente, o PRB hoje já passou da cota, já, agora o que ocorre aí, saiu com 54 nomes não é porque só tinha 54, é porque quando você coliga você tem que ceder algumas vagas. Aí se a coligação for com três partidos, é uma quantidade, se for com quatro é outra. [...] Quanto mais a coligação grande, aí você tem que cortar, mas na hora de cortar você tem que ir pro *critério de reduto*, mas não tem jeito, se você é uma candidata, já foi uma candidata, não foi eleita, mas você teve uma margem de votos que aproximou a eleição, você é uma favorita a não ser cortada hoje, entendeu? Aí teve outra que teve metade de seus votos, então normalmente vai ter que, vai ter que pesar pro seu lado. O critério vai mais por aí (Porteiro PRB).

A citação acima reafirma a hipótese da estratégia da coligação interferir diretamente na seleção de candidatos. O PRB, ao se coligar com DEM, partido do prefeito reeleito, e

também o PMN implicou num processo mais peneirado de escolhas, pois a demanda era superior à oferta de vagas, como ressaltado pelo porteiro. Nesse jogo, os partidos menores podem também ganhar coligando-se com partidos maiores como apoio logístico e organizacional, conforme aponta Kerbauy (2008).

O critério de ser um líder comunitário foi apontado como uma característica marcante a um candidato competitivo para concorrer às cadeiras na Câmara, principalmente porque o cargo de vereador está associado diretamente às questões da comunidade. “É a primeira porta que a população acha, é a porta do vereador, quando do lado dele”, ressaltou o Porteiro PRB. Desse modo, os presidentes de associações comunitárias seriam competitivos e interessantes para os selecionadores, e principalmente os candidatos com vínculos com IURD, que são os predominantes no partido.

4.2.2 Os *jardins secretos* dos partidos excludentes

Dos cinco partidos classificados e agrupados como excludentes pelas regras informais, três (PT, PSB e PTN) localizam-se no campo da oposição, e dois (PSC e PV) no campo da situação, sendo o PT o mais excludente. Esses números coincidiram com os estudos das regras formais vistos no capítulo 2 para esses partidos pelos critérios estatutários.

Percebe-se que as duas etapas do processo de seleção desses partidos seguem alinhadas, ou seja, critérios formais parecem ter levado a elaborar critérios informais de forma dependente. Desses critérios, a comprovação da viabilidade material, exigido pelo PV e PSB, e a comprovação do potencial eleitoral através de uma lista mínima de assinaturas de possíveis eleitores foram considerados os mais relevantes.

Destes partidos, três (PSB, PSC e PTN) não optaram por sair sozinhos como estratégia eleitoral. Nos casos analisados nesta pesquisa, não se pode atribuir às coligações eleitorais o fato dos partidos terem sido excludentes em seus critérios.

A seguir, veremos o jardim secreto desses cinco partidos considerados excludentes.

PSB

Segundo o Porteiro PSB, o processo de escolha de nomes inicia-se com uma espécie de radiografia dos pré-candidatos, que consiste numa entrevista, na qual será avaliado o potencial eleitoral do pretendente. Nessa etapa, é observada a expectativa das pessoas e são identificados aqueles que não apresentam base eleitoral suficiente para alavancar uma candidatura. Contudo, não é feito nenhum tipo de corte *a priori*. Abaixo, o porteiro esclarece o que seria essa radiografia:

[...] eu geralmente, eu faço uma espécie de quase pré-seleção. Mas é assim, eu ouço todos os candidatos. Olha, por que vocês querem ser PSB, qual é o seu reduto eleitoral, quais são as áreas que você atua, e tal, quais os segmentos que lhe apoiam, quais as suas expectativas de voto, tal, a disponibilidade de recursos, né? Se vai ter campanha, tem que ter recurso, você tem? onde é que você espera obter esse recurso, tal. *Essas perguntas que são perguntas básicas, pra que a gente tenha uma espécie de radiografia, radiografia do candidato.* [...] é evidente que tenha alguns que você vê logo que não tem nada, e a maioria deles, assim, acham que tem (Porteiro PSB).

Nesse sentido, o PSB elaborou como critério uma lista de apoiadores com um mínimo de 500 assinaturas, buscando avaliar o grau de potencial de votos de cada pré-candidato. Foi citada a representação social junto a categorias, comunidades, bases, sindicatos e outros segmentos para dar conta comprovação desse potencial, e também ter sido testado em urnas anteriores.

Que pelo menos quem assina isso pode até não votar. (Mas tem uma base né?). Tem uma base, parte do pessoal vai votar, tá comprometido, basta isso um abaixo assinado [...] Por que pelo menos a gente tem um referencial. Eleição passada nós cortamos alguns por não cumprirem isso. [...]. É número capaz de representar, se você tem 5 cabo eleitorais, cada um consegue 100 assinaturas (Porteiro PSB).

De modo geral, o Porteiro PSB informou que nas eleições municipais os pré-candidatos possuem poucos recursos. Diante dessa realidade e do reconhecimento da necessidade de investimento financeiro, tendo sido estabelecido pelo partido “[...] um valor limite sem o qual o candidato não entra na lista”. O filtro estabelecido de taxa de candidatura, para esse pleito, foi de dois mil reais. O tempo máximo para cada pré-candidato dar conta desses dois critérios foi de cinco ou seis meses.

Outra etapa do processo de escolha de nomes é a verificação da expectativa de votos. Além das assinaturas necessárias, durante o período eleitoral de elaboração da lista, as informações disponibilizadas pela radiografia do candidato são checadas pelo Porteiro. Todavia, reconhece que um processo eleitoral pode sempre surpreender, e nem sempre essa estratégia funciona nas urnas.

Esses critérios mais objetivos do partido vão de encontro a outras pesquisas, como as de Braga e Praça (2007) e Braga e Tarouco (2010), que apontaram como apenas critérios mais políticos, tais como o tempo de militância e o compromisso político que, apesar de valorizados pelo PSB, não foram reconhecidos como regra de cortes de nomes.

Sobre a estratégia da coligação, leva em conta a densidade eleitoral do partido a que se propõe coligar. No pleito de 2016, com a decisão do PT de não lançar candidatura a prefeito

da cidade, como visto no segundo capítulo, optou por não participar da coligação proporcional com nenhum partido da oposição, pois não estava disposto a se coligar com o partido maior, e correr o risco de ser manipulado para garantir os mandatos do PT na Câmara Municipal.

PV

Nesse partido foi necessário entrevistar um segundo porteiro, pois o primeiro forneceu informações insuficientes. Além dos critérios exigidos para o candidato na ficha de pré-candidato, como uma taxa de adesão e comprovação de base eleitoral em urnas anteriores, como visto no terceiro capítulo, o compromisso político com o partido e a representatividade social também foram apontados pelo porteiro PV-1 como critérios de filtro para os candidatos.

Ao ser perguntado sobre quais seriam as características de um candidato competitivo para Câmara, o Porteiro PV-1 fez a seguinte observação:

Eu acho que o candidato competitivo pra Câmara de vereadores, primeiro tem que sair do seio da comunidade que ele representa, ele não pode ser candidato dele mesmo, *ele tem que ser candidato de um projeto*, então todo e qualquer candidato independente da agremiação partidária que seja candidato de UM projeto, ele é competitivo, aqui nós dizemos que o partido. *Fazemos uma política onde o partido seja sempre maior que as pessoas e nunca as pessoas maiores que o partido*. De modo que a gente só acredita que em competitividade se ela vier associada e acompanhada de algum projeto que envolva toda a comunidade [...]. *Mas o que vai me dizer se o candidato é forte, se o candidato tá forte é as urnas, é nas urnas* (Porteiro PV-1).

Por o ser o PV um dos aliados e coligados do DEM, a estratégia adotada pela coligação foi uma decisão muito difícil para o PV, uma vez que o levou a sofrer interferência direta da eleição majoritária. Para o primeiro, a dificuldade se deu porque o partido desejava sair sozinho na proporcional, e para o segundo, porque a decisão do vice-prefeito da chapa de ACM Neto só foi anunciada às vésperas da Convenção. Essa demora do DEM em anunciar seu vice-prefeito, para o Porteiro PV-2, indicou que o problema não era a escolha do vice e sim do prefeito: “Porque nós sabemos que ACM Neto vai sair candidato a governador ou a vice-presidência da República. Então a escolha do atual vice-prefeito, na realidade, já é um prefeito que vai assumir”. Isso justificou a demora também de outros partidos em decidir suas estratégias de como montar suas listas de candidatos.

Com relação aos critérios de seleção, as informações do Porteiro PV-2 sinalizaram o perfil profissional-eleitoral das eleições, corroborando com Panebianco (2005, p. 513), no que

diz respeito às transformações dos partidos na direção da “progressiva profissionalização” das organizações partidárias.

É um jogo calculado, que agora não cabe amadorismo. Tem que ser *profissional*. Eu conheço vários candidatos que gastaram mais de um milhão de reais e não tiveram eleição; e a algumas pessoas que gastaram mil e foram eleitos. Eu sempre falo que você tem duas formas de ganhar eleição: o dinheiro bem empregado se você tiver um fundo ou se você for muito popular (Porteiro PV-2).

O Porteiro PV-2 destacou ainda que, a depender do contexto eleitoral, o processo se dá de maneira diferente, dependendo do cenário, o que confirma a hipótese da tese quanto à interferência da estratégia eleitoral no contexto da seleção dos candidatos, tendo esse porteiro função profissional montar a lista.

Por fim, durante a entrevista, esse porteiro fez questão de mencionar a existência de dois tipos de lógica no processo de organização do partido: uma partidária e outra política. A função procedimental de selecionar candidatos, seguindo uma lógica política, é crucial para a sobrevivência de qualquer partido. Por outro lado, a lógica partidária mantém a ideologia e a militância. Para Mair (2003), essa última lógica está em crise, uma vez que os partidos estão perdendo sua capacidade de atrair as massas ideologicamente, porém, a lógica política ainda permanece indispensável para a democracia representativa.

PTN

Os critérios informais avaliados pelo PTN foram a experiência política, vinculação com lideranças do partido e vínculos com movimentos sociais e votações de eleições anteriores. Os candidatos que não atendiam a esse último critério precisavam ter desenvolvido trabalhos sociais em suas regiões ou comunidades, tendo sido apontado como principal regra para atestar o seu caráter competitivo.

Oh, oh, primeiro, um bom candidato é aquele que *tem trabalho social consolidado*. Não existe hoje, a exceção dos evangélicos, dos 43 vereadores, que não tenha nenhum tipo de trabalho social [...] é na área médica, é... de resistência da educação, movimento negro, ele tem, ele tem alguma atuação, tem trabalho, porque as pessoas hoje e a política tem que ser pensada dessa maneira também, ela tem que ter um retorno social. Não é só sentar lá e legislar por legislar, a pessoa tem que ir a campo até pra legislar o que ela está vendo [...] (Porteiro PTN).

O partido realiza com os pré-candidatos o que chama de “universo eleitoral”, espécie de filtro, que consiste em investigar se aspirante potencial ou não de voto, com o objetivo de fazer um mapeamento da expectativa de voto de cada um. A predominância desse critério dialoga com a teoria de Carneiro (2009), uma vez que tanto partidos grandes como pequenos,

a exemplo do PTN, buscam, acima de tudo, conseguir candidatos com potencial eleitoral. O Porteiro PTN descreve, inclusive, como faz esse filtro:

[...] Eu tenho um candidato X, não vou citar o nome, ele me diz, eu tenho vinte mil votos, eu vou me eleger, eu tenho vinte mil votos, aí eu sentei com ele e disse, como? Como é que você tem esses 20.000? Não, é porque tenho tal local, vai me dar 2000, Fulano vai me dar mais 3000 votos, não sei quem mais cinco. AMIGO, você precisa ter um acompanhamento disso, como é que você tem? Oh, a primeira coisa que eu faço com eles chama-se família. [...] *São três perguntas básicas: seu pai sabe que você é candidato?* [...] Então, se ele não sabe, *a segunda pergunta: vota em você?* E eu só vou votar em você, se você me falar que é candidato, você tem que saber primeiro: sabe? sabe. Segundo: vota. Ah, claro, se ele sabe, ele vota. Engano seu [...] *E a minha terceira pergunta: vai pedir voto pra você ?, se ele sabe, vota e vai pedir, voto também pra prefeito ?* Aí eu to pegando aqui o núcleo familiar [...] Agora saia do nicho da família e parta para os vizinhos, parta para os seus colegas de trabalho, parta para os movimentos sociais os quais você faz parte ou pretende fazer e assim sucessivamente (Porteiro PTN).

Uma particularidade apontada pelo Porteiro PTN consiste na constatação de que a filiação partidária, apesar de ser primeira regra formal, tem perdido seu valor enquanto aspecto política-ideológico, devido à constante migração partidária, principalmente em período eleitoral. Para ele, durante o processo eleitoral “[...] a gente parece uma revoada de pássaros. Onde tem mais milho, eu vou pra aquele lado. Perdeu-se identidade ideológica e política”. A esse respeito Kirchheimer (2012) reconhece que diante da crise ideológica os partidos têm se tornando, cada vez mais do tipo *catch-all*, ou “pega-tudo⁶²”.

Em razão dessa lógica, o partido vem adotando a estratégia de preencher o máximo de candidatos em sua lista final e sair sozinho na proporcional sem fazer coligação com nenhum partido. “É a história do saco de cimento. Ele se juntou a mim para pegar o saco de cimento, pegou e vai embora, ele não tem compromisso comigo. É a tese do quociente eleitoral,” ironiza o Porteiro PTN.

PSC

Para se alcançar maior densidade de informações, por conta da existência de mais de um selecionador pela executiva municipal, foi necessário entrevistar também o segundo porteiro.

O aspecto ideológico marca o processo de preparação dos nomes, pois o Porteiro PSC destaca que, apesar do perfil diversificado dos aspirantes, o filtro da doutrina cristã direciona o recrutamento no partido. Durante a seleção, buscou-se agrupar os candidatos de acordo com os seus potenciais eleitorais, de modo que aqueles não fossem selecionados apoiassem os escolhidos, com objetivo de não excluir ninguém do processo político, além de atingir o limite

⁶² Para maiores informações sobre a teoria de Kirchheimer, ver discussão sobre tipos de partidos no capítulo 1.

máximo de registro. Vale ressaltar que esse método de seleção converge com a oferta de vagas disponíveis, em virtude da estratégia utilizada de sair como partido isolado na eleição proporcional, como vimos no segundo capítulo. Em virtude da demanda de 150 pré-candidatos, portanto, maior que a oferta, exigiu do partido afinar ainda mais critérios informais.

Esse trabalho nas eleições de 2016 iniciaram-se após concluído o pleito anterior, fazendo desse partido o mais organizado quanto à seleção de candidatos, consequência da dedicação e do preparo com aprofundamento do processo de seleção no PSC a partir de cálculos prévios de projeção eleitoral dos aspirantes, também analisada por Carneiro (2010).

Outro importante instrumento utilizado que demonstra essa organização foi a ficha de inscrição de pré-candidato, mesmo não sendo um documento formal exigido, conforme esclarece o Porteiro PSC. Nessa ficha, além de dados pessoais, houve a coleta de informações sobre ocupação de cargos públicos, representação social, ter sido candidato em outras eleições e compromisso político-ideológico.

A lista de assinaturas de apoiadores enquanto mais um critério de seleção pode ser considerado um diferencial, uma vez que não foi elencada por nenhuma outra organização, a exceção do PSB. O objetivo desses critérios mais excludentes é atingir um maior número de candidatos competitivos para disputar o pleito.

Quanto a esse perfil de candidato, o Porteiro PSC-1 fez a seguinte observação:

[...] um candidato que *tenha*, um, um maior lastro de relacionamentos, né, então aquele candidato que, ou [tem uma] *penetração muito forte dentro de uma comunidade*, ou... *com instituições que consigam de alguma maneira manifestar o desejo de apoiá-lo*, tem uma liberdade pra isso, é, quem mais conseguir estreitar esses laços do relacionamento é que vai, é, ter melhores condições de disputar a eleição (Porteiro PSC-1).

Apesar de utilizar como estratégia de organização do PSC nas eleições proporcionais sair sozinho, cada eleição consiste num contexto diferente e essa opção, uma vez adotada, reduz a quantidade de vagas, portanto, seleciona ainda mais, como reflete o Porteiro PSC-2.

Nas últimas eleições nós temos buscado fazer assim, a gente vai ao limite máximo para disputar as eleições, a gente sempre tem em mente o seguinte: vamos preparar o partido para sair sozinho, sem precisar coligar. Muitos partidos não se preocupam muito com isso, tem os seus filiados ali, não fazem trabalhos de preparação e busca algum partido na época para se coligar. *Isso não quer dizer que a gente não vá coligar se a gente achar conveniente, mas pelo menos por enquanto, a gente não sabe o que vem por aí*, não sei se vai modificar isso aí, essa possibilidade. Mas a gente se prepara de tal modo que a gente tenha condição de pelo menos se, olha não deu, a coligação não é interessante pra nós, então nós temos estrutura para sairmos sozinhos [...]. Volto a dizer, *pode ser que lá na frente a gente mude de ideia*,

olha isso aqui pode ser interessante pro partido, coligar e tal, a gente pode lá na frente mudar (Porteiro PSC-2).

Essa observação reforça a hipótese de que o contexto pode interferir nos processos de seleção na medida em que, mesmo com todos esses requisitos adicionais, um candidato pode não entrar na lista final, pois isso depende não somente desses filtros estabelecidos, mas também de um conjunto de fatores.

PCdoB

No processo de recrutamento do PCdoB, além da filiação partidária, existe uma etapa de formação política. Na medida em que os filiados e militantes apresentam-se como pré-candidatos, o partido vai buscando fazer uma análise do perfil do aspirante, para ver se as condições regulares e regimentais com o partido estão em dia, a trajetória política no partido, e a depender da estratégia da lista (coligação ou não), os critérios de filtros são avaliados. A prioridade do partido por candidatos com trajetória política e história de lideranças com movimentos sociais já foi destacada em outras pesquisas, como a de Carneiro (2010), que aponta também o uso da coligação como estratégia política de partidos pequenos nas eleições.

Ao ser questionado sobre as características de um candidato competitivo para o partido, o Porteiro PCdoB afirmou que um requisito fundamental são as articulações com movimentos sociais e parlamentares, uma vez que o pré-candidato precisa fazer a articulação política para manter seu nome até a lista final com condições reais de competir. E ainda ressaltou a questão da expectativa de votos e o filtro dos segmentos, da base social que ele representa.

ARTICULAÇÃO com um movimento social, ou segmento social na qual ele se diz representar. (...) condições de dialogar com OUTROS para além da base eleitoral do partido. [...] Quando o cara não tem nada, nenhuma condições dessas, não tem uma relação com, com estrutura de poder, seja ele poder simbólico ou poder real, né? Ai você diz, poxa, é candidato porque alguém da família tá apoiando e ele tá convicto de que ele vai ter um resultado bom. Mas quando você faz uma reunião (...) eu falei, OLHA, é melhor a gente rediscutir, e você pensar em dar um apoio a alguém e dar mais condições do que você colocar em risco a sua representatividade, você representa um segmento bom, mas esse, pra ser candidato tem que se ampliar, ou você amplia antes da Convenção, OU, recua, pra você não colocar a sua, sua liderança em risco (Porteiro PCdoB).

Como visto no segundo capítulo, o partido saiu nas eleições de 2016 com uma candidata majoritária, e isso, segundo o Porteiro PCdoB, teve repercussão na eleição proporcional no partido, pois a oferta de candidatos acabou sendo menor que a demanda. Uma das estratégias utilizadas para reduzir o quantitativo de aspirantes foi tentar convencê-los de apoiar alguém com maior competitividade.

Na etapa da seleção, após a confirmação da coligação com o PT, o Porteiro PCdoB evidenciou que os critérios priorizados foram os eleitorais, tanto para decidir a coligação, quanto para filtrar candidatos: “Infelizmente é o eleitoral, que não deveria, deveria ser um conteúdo programático e aqueles que se identificam mais com o conteúdo programático, mas infelizmente é a matemática”.

Por fim, pode-se considerar que a estratégia política usada pelo PCdoB refletiu no seu processo de corte, pois, de 68 aspirantes por uma vaga na lista final, apenas 21 conseguiram entrar, o que caracterizou o partido como excludente.

PT

Os porteiros responsáveis pelas escolhas dos candidatos nas eleições 2016 foram os representantes das tendências internas presentes na executiva municipal do partido. Porém, nesse ano, a gestão envolveu uma formação atípica, que contou com a composição de três presidentes municipais, um para cada tendência principal, o que exigiu a realização de entrevistas com três porteiros, dentre eles, uma mulher.

O primeiro critério de seleção adotado pelo PT são os filtros realizados internamente, que funciona como uma espécie de pré-filtro. A lista de pré-candidatos passa inicialmente pela ponderação dessas forças, que atuam no contexto de determinada competição eleitoral. No entanto, esse filtro não tem poder decisório, pois o seu resultado ainda precisa passar por um grupo de trabalho eleitoral formado pelas tendências, que procure analisar com cautela a lista. O objetivo das tendências é coordenar o processo, buscando dar transparência à escolha dos nomes, para que nenhum filiado se sinta rejeitado ou se afaste do partido devido à seleção, conforme ressaltou a Porteira PT-1.

Ainda com relação aos critérios, o Porteiro PT-2 destacou a trajetória política de militância da “[...] relação partidária, para que realmente chegue ao posto de ser candidato a vereador e, claro, ter apoio de um pedaço significativo do partido”. Sobre a relevância da trajetória política, Braga e Praça (2007) observaram que, embora esse critério seja importante, ser dirigente na máquina partidária também é.

Com o objetivo de identificar candidatos com perfis competitivos, a representatividade de uma categoria ou movimento social, ter sido testado em urnas anteriores e a formação política também foram citados como critérios relevantes. Sobre a formação política, a Porteira PT-1 destacou a importância de se ter conhecimentos sobre o funcionamento da cidade, como o PDDU, principalmente pelo fato do PT ser o maior partido de oposição da cidade. Isso porque segundo ela, há muito parlamentar desqualificado sem

nenhum conhecimento sobre o município. “Então um dos critérios é esse, pra pessoa que, quer ser candidato, não tem o mínimo de noção, não sabe o debate que tá acontecendo na cidade, então de que forma que ele vai contribuir?”.

Apesar da Porteira PT-1 ter destacado a importância desse critério, o Porteiro PT-2 coloca como critério principal do potencial eleitoral através da representatividade social. Porém, a força social do PT ajuda muito na disputa, pois o partido consegue eleger candidatos também pelos votos na legenda.

Pro cara se eleger hoje em Salvador, o cara tem que ter várias lideranças comunitárias apoiando ele, várias lideranças sindicais, várias estruturas, né, de sindicatos que possam lhe ajudar a ter mais voto, mais intensidade de voto. O cara precisa ter uma, uma coordenação política de campanha que consiga aglutinar novas lideranças comunitárias, porque eleição é muito cruel. [...] o PT elege sempre 4 a 6 vereadores em média, em Salvador, mas muito pela sua força social, nossa legenda sempre ajuda a eleger duas vagas. (...) então, isso faz com que a força partidária nossa seja uma força real, e não uma força de votos comprada como é boa parte da direita (Porteiro PT-2).

A porteira PT-1 afirma que os critérios informais de seleção refletem na distribuição dos recursos partidários. Para tal, são criados três blocos de prioridades de candidaturas, com seus respectivos critérios, para distribuição do tempo de televisão. Os que estão no primeiro bloco têm tempo a mais na televisão; os do segundo e terceiro, menos tempo: “[...] os que estão mais em baixo é importante também aparecer, então, às vezes não tem fala, mas aparece” (Porteira PT-1). Isso também é construído junto às forças políticas internas do partido, levando em conta basicamente o potencial eleitoral. Dessa maneira, esses critérios ficariam assim distribuídos⁶³:

- Bloco 1: ser vereador, ter sido parlamentar antes, testados em urnas anteriores, ter vínculo com movimentos sociais, categorias ou movimento popular já com potencial de votos;
- Bloco 2: pelas forças políticas, envolvimento com base social, categoria movimento popular que pode potencializar voto;
- Bloco 3: que possuem uma capilaridade na cidade, mas não se tem muita dimensão de votos.
- Bloco 4: todos os outros com candidaturas deferidas.

⁶³ Esses critérios de seleção foram fornecidos pela Porteira 1.

A entrada do nome do candidato nesses blocos depende da expectativa de votos elaborada pelo partido num determinado pleito. Com base nos votos necessários para pertencer ao primeiro bloco, é feita uma estimativa nos demais. No momento da entrevista, esse cálculo ainda não tinha sido feito, mas provavelmente o limite estaria acima de 4000 votos, segundo a Porteira PT-1.

No contexto eleitoral de 2016, a estratégia de não lançar nomes na chapa majoritária, aliada à imagem negativa do partido diante da conjuntura nacional acabou impactando a lógica de seleção de candidatos nessa eleição, levando à demanda reduzida de candidatos de forma significativa. Torna-se evidente reconhecer que a estratégia da coligação eleitoral influenciou bastante a adoção de filtros tão seletivos, tanto nos aspectos formais quanto informais.

Uma vez obtida a visão dos porteiros sobre o processo de seleção, outros atores envolvidos foram procurados para buscar dar conta do universo das regras informais.

A seguir, será abordada a percepção dos pré-candidatos e candidatos sobre os processos de elaboração das listas partidárias.

4.3 A PERCEPÇÃO DOS CANDIDATOS E NÃO CANDIDATOS SOBRE A SELEÇÃO

Após analisarmos os processos de seleção de candidatos sob a ótica dos dirigentes partidários, abordaremos o olhar de outros atores envolvidos nesses processos, a partir de um questionário aplicado aos candidatos e não candidatos dos doze partidos. O objetivo da seção é apresentar a percepção dos atores envolvidos nos processos de seleção, afim de confrontar as regras informais elaboradas pelos dirigentes sobre o controle desses processos e, com isso, apresentar o que os pretendentes ao cargo de vereador nos revelam sobre esse tema ainda pouco estudado.

Bolognesi e Perissinotto (2015) discutem o uso do *survey* como ferramenta metodológica no estudo de processos de recrutamento político e apontam que avançar sobre esses estudos implica em identificar os caminhos e filtros pelos quais os indivíduos devem percorrer a chegar a posições de representação. Uma das vantagens desse método é poder investigar temas muito específicos ou relações entre temas como a seleção de candidatos pouco explorados pela literatura da Ciência Política. Para os autores, “[...] avançar nesses estudos implica identificar os caminhos pelos quais os indivíduos devem passar ao longo do tempo para chegarem a posições de chefia ou representação” (2015, p. 34).

De fato, como vimos, as regras formais pouco explicaram o processo de elaboração das listas partidárias de candidatos, e as entrevistas nos mostraram que as regras informais são

os filtros mais finos de acesso a essas listas. Com o olhar daqueles que conseguiram passar pelas portas de acesso no interior de cada partido, e também daqueles barrados nessa corrida eleitoral, poderemos assim chegar a um maior número dos atores envolvidos e extrair inferências sobre os critérios e preferências utilizados pelos selecionadores, a partir das semelhanças e diferenças encontradas.

A realidade que encontramos nos partidos políticos é bastante diferente do que indicam as regras formais, e nem sempre correspondem aos modelos teóricos existentes. Gallagher (1988), ao reconhecer a dificuldade da tarefa de estudar seleção de candidatos, sugere que uma possibilidade refinada de abordar o tema seria comparar aqueles selecionados com os aspirantes malsucedidos e procurar extrair inferências sobre as preferências que os seletores têm a partir das diferenças. Adverte ainda que qualquer informação que produzida é de interesse inerente, apesar de não ser suficiente para responder à questão: “como são selecionados os candidatos?”. Sendo assim, foi escolhido como opção de análise dos dados extraídos dos questionários apresentar as informações pelo extrato da candidatura e, logo em seguida, pelos partidos.

Com relação ao espaço das convenções determinado pelas regras formais no terceiro capítulo, que deveriam ser espaços de deliberações na formação das listas de candidatos, os achados empíricos corroboraram com as informações dos porteiros. Isso porque foi questionado aos entrevistados⁶⁴ o papel da convenção do seu partido no período das eleições.

A respeito da pergunta “Na sua opinião, qual o papel principal da convenção do seu partido no período das eleições?”, a maioria deles, de forma geral, consideraram que essa etapa não tem poder de decisão sobre a escolha dos nomes. Dentre as opções disponibilizadas, 43,3% da amostra considerou que não tem importância, representa apenas uma obrigação legal, porque a lista de candidatos é definida antes. Outros 39,2% reconheceram a convenção como um momento legal de oficialização e apresentação da lista de candidatos do partido, e somente 17,5% atribuíram a esse momento um espaço de disputa interna e tomadas de decisões para escolher os nomes da lista de candidatos.

Pelos dados acima, mais de 80% dos entrevistados acreditam que o espaço da convenção não seja decisório, apenas formal ou sem importância. Isso nos leva aos achados dos porteiros, de que os partidos controlam o processo da seleção através das regras informais antes de chegar na instância que deveria legalmente decidir sobre a lista de nomes. Como

⁶⁴ A pergunta feita aos candidatos e não candidatos foi a seguinte: “Na sua opinião, qual o papel principal da convenção do seu partido no período das eleições?”. Foram dadas aos entrevistados três possibilidades de escolha.

também defende Guarnieri (2004, p. 31), “[...] as decisões, na imensa maioria das vezes, antecedem a convenção e essa serve apenas para referendar o acordo entre os líderes”. Um candidato do DEM sintetizou em sua fala a opinião da maioria dos entrevistados: “ Não há disputa, aquilo ali é uma celebração do que foi acordado lá atrás. É um engana-menino, não tem disputa.”.

A pequena porcentagem dos que perceberam algum tipo de disputa correspondeu mais às respostas de parte de candidatos do PSOL, PT e PCdoB, talvez devido à formação de seus diretórios por meio de maior participação dos filiados, o que não implica afirmar que nessas organizações o controle dos nomes não seja realizado também anteriormente às convenções. Quanto a esse aspecto, não houve diferenças significativas entre as respostas dos candidatos e não candidatos.

As primeiras perguntas do questionário da pesquisa, destinadas aos aspirantes, às questões relacionadas à seleção de candidatos, diz respeito à percepção dos entrevistados sobre o principal motivo de acreditarem ter suas candidaturas aceitas ou não pelos seus respectivos partidos. Como essa questão foi aberta, surgiram inúmeras respostas de ambos os pontos de vista. Da percepção dos não candidatos, os motivos foram codificados da seguinte maneira: por razões institucionais, por razões políticas e ideológicas, pela autoavaliação da sua competitividade, pela falta de condições materiais e burocráticas e, por fim, por razões indeterminadas.

Tabela 1 - Motivos para não aprovação das candidaturas

Principal Motivo Não Aprovação Candidatura	Frequência	%	% Acumulado
Razões Institucionais	14	32,5	32,5
Razões políticas e ideológicas	12	27,9	60,4
Autoavaliação da sua competitividade	6	14	74,4
Falta de condições materiais/burocráticas	5	11,6	86,0
Razões indeterminadas	6	14	100
TOTAL	43	100	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Para a maior parte dos não candidatos (32,5%), o principal motivo pela não aprovação de seus nomes foi atribuído a razões institucionais. Dentre elas, a coligação com partidos considerados mais fortes exigiu a necessidade de vagas serem reduzidas, o que levou aos

cortes dos nomes. A questão da oferta de vagas foi também bastante citada. Um entrevistado mencionou o ajuste de cotas de gênero das mulheres como o motivo para a retirada do seu nome da lista.

Esse dado segue na conclusão de Marques (2010) sobre o acesso à carreira legislativa, ao mostrar que apresenta diversos obstáculos, problemas, limites que organizam a entrada na política. Dentre eles, destaca os institucionais, que impõe interferências às vezes maiores que as partidárias, no sentido do recrutamento prévio ao filtro partidário. Desse modo, as regras formais, aliadas às estratégias políticas, como a coligação, acabam restringindo o limite dos candidatos para além de outras questões políticas e do próprio perfil dos aspirantes.

Em seguida, o percentual mais marcante foi das razões políticas e ideológicas (27,9%). Considerando as questões políticas, a desistência pelo apoio a outro candidato no partido foi muito alegada como motivo, do mesmo modo que conflitos ideológicos também foram citados, assim como queixas de perseguição política e preconceitos sofridos. Respostas como “o partido não pensa nele próprio, apenas nas candidaturas” e “devido ao cooperativismo dentro do partido. Cartas marcadas” demonstram o descontentamento dos que desejaram ter sua candidatura aprovada, porém, por questões político-partidárias tiveram seus nomes excluídos. Ou seja, o segundo maior percentual encontrado diz respeito ao filtro partidário propriamente dito, às questões relacionadas ao *jardim secreto* e às particularidades ideológicas de cada organização.

Outros entrevistados (14%) afirmaram que, por não achar que teriam chances reais na competição em seu partido, desistiram de tentar ser vereador em Salvador. Um deles chegou a fazer a seguinte analogia sobre esse motivo: “[...] não tinha chance de concorrer e ganhar. Como concorrer com os tubarões, nadar, nadar e morrer na praia”. Outro afirmou que preferia ficar na organização partidária do que concorrer com candidatos de maior potencial. Carneiro (2009), em sua metáfora da seleção de candidatos com o desenho de uma pipa, nos alude à parte do “rabo”, que seriam aqueles nomes escolhidos apenas para compor a legenda, ou seja, candidatos não competitivos para os partidos que já teriam seus escolhidos. A metáfora caberia aqui, pois uma parte dos aspirantes prefere ficar no caminho a ter que representar o papel de “rabo” da pipa na competição eleitoral.

Além desses mencionados acima, na Tabela 1 é possível observar que, quase 12% reconheceu que seus nomes não foram para as listas partidárias por motivos de falta de condições materiais e/ou burocráticas. Falta de dinheiro e falta de documentação exigida foram os mais referidos. Por fim, 14% dos não candidatos tiveram as suas candidaturas interrompidas por razões indeterminadas, pois não foi identificada uma causa principal para a

negação das suas candidaturas. Dentre as respostas obtidas algumas mencionaram incerteza, falta de interesse em prosseguir e, um aspirante chegou a mencionar moral como motivo, e outro preferiu se preservar e não mencionar o motivo. Na Tabela 2 é possível observar a opinião dos entrevistados por partido sobre o principal motivo para essa reprovação.

Tabela 2 - Motivos para não aprovação das candidaturas por partidos

Seleção de candidatos	Principal motivo pela Não aprovação da candidatura					Total
	Razões Institucionais	Razões políticas e ideológicas	Autoavaliação da sua competitividade	Falta de condições materiais/burocráticas	Razões indeterminadas	
Partido						
PT	0	6	1	2	1	10
DEM	2	0	4	2	2	10
PSB	1	0	0	1	1	3
PSC	1	1	0	0	1	3
PPS	1	1	1	0	0	3
PCdoB	2	1	0	0	0	3
PV	4	1	0	0	1	6
PTN	2	1	0	0	0	3
Total	14	12	6	5	6	43

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Não houve diferenças marcantes entre os partidos nesta questão, com a exceção do PT que atribuiu, majoritariamente, razões políticas e ideológicas como principal motivo para a negativa de candidaturas. Considerando o contexto político da oposição do partido na cidade, aliado aos critérios excludentes da seleção no partido, era esperado que esse motivo fosse apontado como o principal. Enquanto que no PT os não candidatos apresentaram as razões político-ideológicas como motivo, no DEM a percepção da autoavaliação da competitividade foi o critério que obteve mais respostas. Apenas três partidos (PT, DEM, PSB) apresentaram a falta de condições burocráticas como filtro. Ressalta-se que o MDB, PSDB e PSOL não tiveram não candidatos porque não realizaram a seleção.

Já na percepção dos candidatos, os motivos principais da aprovação das suas candidaturas foram agregados da seguinte forma: aqueles que atribuíram sua escolha por sua trajetória eleitoral, político-partidária, trajetória em movimentos sociais e/ou trabalho comunitário, pelo perfil social, pela janela de oportunidades que conseguiram, por atenderem às regras formais do TSE e partido e, por fim, outras motivações diversas que não puderam ser incluídas nas categorias anteriores.

Tabela 3 - Motivos para aprovação das candidaturas

Principal Motivo Aprovação Candidatura	Frequência	%	% Acumulado
Trajetória eleitoral	10	12,9	12,9
Trajetória político/partidária	17	22,1	35
Trajetória em movimentos sociais/trabalho comunitário	19	24,7	59,7
Perfil social	5	6,5	66,2
Janela de oportunidades	6	7,8	74
Atendimento das regras formais	13	16,9	90,9
Outros ⁶⁵	7	9,1	100
TOTAL	77	100	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Já em relação aos candidatos que conseguiram chegar a compor as listas partidárias, a Tabela 3 mostra que 24,7% apontaram a trajetória em movimentos sociais e/ou trabalho realizado na comunidade como motivação principal da aprovação de sua candidatura. Interessante que essa percepção tem relação direta com a probabilidade desses nomes possuírem um potencial eleitoral maior que os demais, no olhar dos dirigentes que buscam muitos nomes para agregar ao quociente eleitoral de seu partido, devido ao fato de muitas lideranças e representantes de bairros e movimentos aparecerem como candidatos. Esse dado confirma o critério informal apontado por todos os porteiros como relevante na seleção de candidatos.

Em seguida, com o percentual de 22%, tem-se o histórico político do candidato no partido que almejou concorrer nessas eleições. Alguns relacionaram a sua trajetória com o compromisso, participação, militância e por se identificarem com as diretrizes partidárias. O atendimento das regras formais atingiu uma porcentagem de quase 17%. Mesmo reconhecendo que todos os que almejam conseguir uma vaga deve atender a esse critério, alguns candidatos ressaltaram que esse foi o único motivo que perceberam ser relevantes para seus nomes entrarem nas listas, ou seja, tiveram que apenas cumprir as exigências eleitorais. Uma parte mencionou também como motivo formal o fato de seu nome ter sido escolhido

⁶⁵ Neste quesito apareceram respostas das mais inusitadas em se tratando de processo de seleção. Como por exemplo, “compromisso com o povo” e “pela bandeira que defende”.

com o único objetivo de preencher a cota de mulheres no partido. Ficha limpa, idoneidade e não serem corruptos apareceram também como motivos.

Muito provável que essa porcentagem, relacionada apenas às regras formais do jogo para a seleção, tenha relação com aqueles partidos que apresentaram menos exigências e foram considerados mais inclusivos no quesito das regras informais. No quinto capítulo serão apresentadas comparações entre os partidos e poderemos discutir se estas percepções dos candidatos se alinham aos achados dos porteiros.

Em quarto lugar, 12,9% dos entrevistados são candidatos expuseram como principal motivação a sua trajetória eleitoral. Nesse indicador, foram agregadas todas as candidaturas que já tinham sido testadas anteriormente em outras eleições. Como aqueles que possuíam em suas trajetórias políticas mandatos em casas legislativas, uma votação expressiva nas competições anteriores e também aqueles que disputavam a reeleição na Câmara Municipal de Salvador.

Menos de 10% dos candidatos foram aqueles que perceberam uma janela de oportunidades em seus partidos e se jogaram nas eleições de 2016 em busca de uma chance de serem vereadores. Motivos diversos foram mencionados, desde um convite pelo partido, como apadrinhamento político, até uma “proposta de mudança no cenário”. Duas respostas chamaram atenção: a primeira, a de um candidato que entrou na lista porque outro tinha chamado para “completar a legenda”, e a segunda, atribuiu o motivo do candidato ter sido escolhido pelo fato de o seu partido não ter nenhum nome representando o seu bairro na sua lista partidária.

Entre os candidatos entrevistados, apenas 6,5% relacionaram sua escolha de nome ao seu perfil social. Uns alegaram como motivo o fato de serem de “periferia”, e outros, inclusive, mencionaram atributos sociais, como ser mulher e servidor político ou público como critério simplesmente para serem candidatos em seus partidos. Observa-se que, na percepção dos candidatos, o recrutamento propriamente político interfere muito mais no processo de seleção de candidatos do que perfis meramente sociais, ou o que Marengo (2013) chamou de recrutamento lateral. A seguir, na tabela 4, apresentam-se os dados por partido dos motivos que levaram às candidaturas.

Tabela 4 - Motivos para aprovação das candidaturas por partido

Seleção de candidatos	Principal motivo para sua candidatura ter sido aceita							Total
	Trajatória eleitoral	Trajatória político/partidária	Trajatória em movimentos sociais/trabalho Comunitário	Perfil Social	Janela de Oportunidades	Atendimento das regras formais	Outros	
Partido								
PT	3	4	1	0	2	5	0	15
DEM	1	0	5	1	2	1	1	11
MDB	0	1	2	0	0	2	1	6
PSDB	2	1	3	0	1	0	1	8
PSB	1	2	1	0	0	1	0	5
PRB	0	0	1	0	0	2	2	5
PSC	0	2	0	1	1	0	0	4
PPS	0	0	1	1	0	1	1	4
PCdoB	1	1	2	0	0	0	0	4
PV	1	0	2	0	0	0	0	3
PSOL	1	4	0	2	0	0	1	8
PTN	0	2	1	0	0	1	0	4
Total	10	17	19	5	6	13	7	77

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

O que se observa também na Tabela 4, é que não houve diferenças sobre a percepção quanto às imposições de requisitos informais para a seleção. Se considerarmos que tanto vínculos com movimentos sociais ou com associações de bairro são indicadores também de potencial eleitoral, esse foi o maior critério de escolha, assim como apontado nas entrevistas dos porteiros. Enquanto o DEM privilegiou o trabalho na comunidade, no PT destaca-se a trajetória política. Aqueles aspirantes que aproveitaram o contexto eleitoral como janela de oportunidades encontram-se nos maiores partidos da cidade, o PT e o DEM. Com relação à trajetória política, o PT, o PSOL e o PSB, partidos considerados de esquerda, também obtiveram percentuais nesse critério.

Buscando desvendar o *jardim secreto* das seleções, para confrontar com as informações cedidas sobre os motivos para aprovação da candidatura, foi questionado aos entrevistados sobre a motivação pessoal que o levou a entrar na corrida por uma vaga na disputa eleitoral a vereador: “Como se deu a sua decisão de tentar uma candidatura a vereador nesse partido?”. As opções⁶⁶ de respostas levaram em consideração três possibilidades de entrada no meio da política: convite, indicação ou interesse pessoal.

⁶⁶ Ao todo foram oito possibilidades de respostas no questionário, para esta questão: 1-O partido convidou diretamente; 2-O partido convidou através de convocação ou campanha; 3-Por indicação, sugestão ou incentivo de movimentos sociais/ associação de bairro ou de classe/ sindicato; 4-Por indicação, sugestão ou incentivo da família; 5-Por indicação, sugestão ou incentivo de amigos e/ou colegas de trabalho; 6-Interesse pessoal pelo partido e/ou sua ideologia; 7-Interesse pessoal pelas chances de eleição que o partido proporciona; 8-Outro.

Tabela 5 - Intervenientes da Decisão de Tentar uma Candidatura

	Por convite diretamente do partido ⁶⁷		Por indicação de movimentos sociais/ associação de bairro/categoria/ sindicato		Por indicação de amigos/ família/ trabalho		Interesse pessoal pelo partido ⁶⁸		Outro		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Candidato	33	42,8	9	11,7	8	10,4	26	33,8	1	1,3	77	100
Não candidato	16	37,2	8	18,6	2	4,7	16	37,2	1	2,3	43	100
Total	49		17		10		42		2		120	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Dentre as alternativas, a mais escolhida, de forma generalizada, foi “o partido o convidou diretamente”, com percentuais de 42,8% entre os candidatos e 37,2% entre os não candidatos. Ou seja, muitos dos aspirantes foram pensados como possíveis candidatos, primeiro, pelo partido, que os convidaram para serem pré-candidatos. Interessante o fato de muitos serem lideranças de comunidade e representantes de categorias.

Esse dado é muito importante, porque dialoga com o argumento defendido por Braga (2008), de que os partidos controlam seus processos de seleção de candidatos e da ordenação informal da lista partidária. Na medida em que eles procuram seus candidatos, o partido, já no recrutamento, vai filtrando quem poderia entrar ou sair. Se olharmos os extratos de candidatos e não candidatos, entre os candidatos o percentual é um pouco maior daqueles nos quais o partido foi até eles.

Em seguida, a opção mais escolhida foi referente ao interesse pessoal. Observa-se que, na opção interesse pessoal, mais aspirantes (37,2%) buscaram pelos partidos do que as organizações foram até eles. Já sobre o percentual de indicação política dos movimentos sociais e associações de bairros ou categorias, entre os não candidatos a frequência foi maior que os candidatos proporcionalmente, como indicado na Tabela 6. A seguir, veremos como essa informação dos intervenientes da decisão de tentar uma candidatura foi encontrada entre os partidos.

⁶⁷ A alternativa sobre o convite do partido através de convocação ou campanha obteve menos de 1% da amostra por isso optou-se por agregar a esta variável.

⁶⁸ Foram aqui agregadas as informações sobre o interesse pelo partido quanto a ideologia e quanto ao as chances de eleição que o partido proporciona a ele.

Tabela 6 - Intervenientes da Decisão de Tentar uma Candidatura por partido

Seleção de candidatos	Intervenientes da decisão de tentar uma candidatura										
	Por convite diretamente do partido		Por indicação de movimentos sociais/ associação de bairro ou de classe/ sindicato		Por indicação de amigos/ trabalho		Interesse pessoal pelo partido		Outro		Total
	Partido	N.C	C	N.C.	C.	N.C.	C.	N.C	C.	N.C	C.
PT	2	2	4	5	0	0	4	7	0	1	25
DEM	6	6	2	1	0	2	2	2	0	0	21
MDB	-	5	-	0	-	0	-	1	-	0	6
PSDB	-	4	-	0	-	2	-	2	-	0	8
PSB	2	0	0	1	0	0	1	4	0	0	8
PRB	1	3	0	0	0	1	1	1	0	0	7
PSC	0	1	0	0	1	0	2	3	0	0	7
PPS	1	4	0	0	0	0	1	0	1	0	7
PCdoB	1	3	2	0	0	0	0	1	0	0	7
PV	3	0	0	1	0	0	3	2	0	0	9
PSOL	-	4	-	1	-	0	-	3	-	0	8
PTN	0	1	0	0	1	3	2	0	0	0	7
Total	16	33	8	9	2	8	16	26	1	1	120

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Ao analisar a percepção dos candidatos e não candidatos por partidos, observa-se, na Tabela 6, que as diferenças não são significativas, como seria esperado. Se compararmos o PT com o DEM e demais partidos agregados pelo seu tamanho, as diferenças não foram tantas. Enquanto no DEM a maioria afirmou que foi convidado pelos dirigentes a serem possíveis candidatos, na percepção dos entrevistados do PT, muitos foram indicados pelos movimentos sociais ou categorias, e a maioria procurou o partido pelo seu interesse pessoal ou pela ideologia.

Na questão seguinte, que será analisada sobre a percepção que eles tinham sobre os mecanismos de seleção interna dos partidos, a intenção era buscar o melhor caminho para abordar o processo de escolha em si. Para tal propósito, foi feita a seguinte pergunta: “De maneira geral, como o seu partido seleciona os candidatos para apresentar a convenção?”

Segundo Hazan e Rahat (2010), existem duas formas de escolha de candidatos: indicação ou votação. Pelas regras formais, conforme vimos no terceiro capítulo, a seleção se efetiva por meio de votação de delegados dos partidos nas suas convenções eleitorais. Na sessão anterior, as entrevistas com todos os dirigentes apresentaram a indicação como forma de escolha dos nomes que são apenas homologados nas Convenções. Dentre as opções oferecidas, os procedimentos informais prevaleceram sobre regras formais de participação nos critérios de seleção. As formas de escolhas mais mencionadas foram: “indicação dos dirigentes” e

“indicação de movimentos sociais, sindicatos, pessoas influentes no partido ou grupos que o partido se relaciona”, como podemos observar na tabela 7.

Tabela 7 - Mecanismos de seleção interna das listas de candidatos

	Critérios de Seleção Interna do Partido															
	Indicação de grupos ou tendências internas		Indicação dos dirigentes		Indicação presidente ou líder partidário		Indicação de parlamentar		Indicação mov. sociais, sindicatos, pessoas influentes		Votos de lideranças e/ou Executiva do partido		Votos de delegados e/ou representantes eleitos		Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Candidato	40	51,9	55	71,4	41	53,2	41	53,2	54	70,1	30	39	18	23,4	14	18,2
Não Candidato	23	53,5	35	81,4	28	65,1	28	65,1	28	65,1	24	55,8	13	30,2	7	16,3
TOTAL⁶⁹	63		90		69		69		82		54		31		21	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Candidatos e não candidatos de todas as legendas reconheceram que há indicação de dirigentes na seleção de candidatos, assim como indicação de movimentos sociais, sindicatos ou pessoas influentes no partido, confirmando assim o dado dos porteiros na sessão anterior. Mas a maior porcentagem dos dois extratos, sendo ainda mais significativa entre os que não foram selecionados, com 81,4% da amostra e 71,4% dos candidatos, está na indicação da elite partidária através de seus dirigentes. Confirma-se a hipótese para o maior controle dos dirigentes sobre a seleção maior informalidade dos processos, como mostrado nas entrevistas dos porteiros.

De antemão, pelo percentual de 70,1% entre os candidatos e 65,1% entre os não candidatos da influência de organizações como movimentos sociais e sindicatos, pode-se destacar a relação dos partidos com essas organizações externas, o que para Panebianco (2005) é um indicativo de baixa institucionalização dos partidos. Apesar de a maior parte entre os que acreditam que as indicações externas interfiram no processo de seleção ser de candidatos, entre os não candidatos o percentual também é significativo.

De igual porcentagem atingida de 53,2%, entre os candidatos, e 65,1%, entre os não candidatos, ressaltando que os entrevistados poderiam assinalar mais de um critério, presenciou-se “indicação do presidente ou líder partidário” e “indicação de parlamentar”. Porém, se considerarmos que ambas as respostas dizem respeito à interferência de lideranças partidárias, o percentual de controle dessa elite aumenta.

Entre as possíveis formas de indicação apresentadas como opções de respostas, a menos observada foi “indicação de grupos ou tendências internas no partido”, através de

⁶⁹ Questão de resposta binária sim ou não. Foram agrupadas apenas as respostas positivas que confirmaram as categorias.

eleições ou cotas de representação para escolher os candidatos a compor as listas partidárias. Isso, com certeza, se deve ao fato de que poucos partidos, como PT e PSOL, reconhecem a existência de forças políticas internas divergentes no seu partido.

O fato da forma de escolha de nomes “por votos de delegados e/ou representantes eleitos do partido” ter sido o menos percebido corrobora com as informações das entrevistas dos porteiros, as quais revelam que os dirigentes interferem diretamente na composição das listas. Isso nos leva a ponderar a pouca participação dos filiados nesses processos, como também ressalva Bolognesi (2013).

Ainda com relação à votação como forma de escolha, o percentual de candidatos de 39% e, mais ainda, de não candidatos de 55,8%, que assinalaram votação de lideranças e/ou executiva do partido, foi significativo. Esse dado também corrobora com as entrevistas dos porteiros, no que refere ao poder das executivas nos processos de seleção. Muito provável que haja diferenças entre os partidos, até porque partidos como PT e PSOL costumam ter disputas internas para a eleição de seus diretórios municipais.

Menos de 20% dos aspirantes expuseram outras formas de seleção de candidatos nesse quesito. A maior parte pareceu se sentir contemplada com as opções sugeridas, inclusive algumas das outras formas mencionadas estavam relacionadas indiretamente com uma das demais opções. Expressões como “cúpula partidária”, “quando eles querem ou pagam um valor”, “comissão eleitoral criada pelo partido” e “reunião e entrevista para analisar as chances de eleição de cada candidato” foram citadas como outras formas de escolhas de nomes a serem apresentados a Convenção⁷⁰. Pelos exemplos acima, percebe-se que são formas relacionadas com as decisões tomadas de portas fechadas. A esse respeito, Gallagher (1988) adverte que, quanto mais o processo envolve tais negociações nos bastidores, mais difícil fica para o pesquisador reconstruir o processo em sua totalidade. A tabela 8 mostra como os critérios de seleção foram encontrados pelo estrato dos partidos.

⁷⁰ Outras formas de seleção foram mencionadas no item 8 da questão 28 do questionário. Foram elas: Votação do grupo/Pelos critérios e regras eleitorais do tribunal eleitoral regional /Pela condição financeira/Fórum preparatório/Reuniões com grupos, movimentos sociais e sindicatos /Por iniciativa própria /Perfil político /Por iniciativa própria /História de luta/Interesse e vontade do filiado/ Escolhas espontâneas /Ideologia partidária/Popularidade/ marketing /Pelo perfil /Documentação/ Legalidade/Situação financeira /Voluntariado.

Tabela 8 - Mecanismos de seleção interna das listas de candidatos por partido

Seleção de candidatos	Critérios de Seleção Interna do Partido															
	Indicação de grupos ou tendências internas		Indicação dos dirigentes		Indicação presidente ou líder partidário		Indicação de parlamentar		Indicação mov. sociais, sindicatos		Votos de lideranças e/ou Executiva do partido		Votos de delegados e/ou representantes eleitos		Outros	
Partido	N.C	C.	N.C	C.	N.C	C.	N.C	C.	N.C	C.	N.C	C.	N.C	C.	N.C	C.
PT	10	13	9	10	4	6	4	6	8	13	3	5	6	8	1	1
DEM	4	4	9	10	9	9	9	9	4	9	2	0	4	3	2	1
MDB	-	1	-	4	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2
PSDB	-	2	-	8	-	7	-	7	-	4	-	1	-	1	-	3
PSB	3	3	2	4	2	2	2	2	2	3	3	1	2	3	1	1
PRB	1	2	2	3	2	2	2	2	1	3	1	1	1	1	0	0
PSC	1	1	2	4	2	3	2	3	3	3	2	1	3	2	0	2
PPS	1	2	3	3	3	3	3	3	2	3	0	1	2	2	1	0
PCdoB	0	3	2	2	2	1	2	1	3	2	1	1	3	0	1	0
PV	2	1	4	2	2	2	2	2	3	2	1	1	1	3	1	0
PSOL	-	5	-	2	-	0	-	0	-	7	-	2	-	2	-	3
PTN	-	3	3	3	2	4	2	4	2	3	0	2	2	3	0	1
Total	23	40	35	55	28	41	28	41	28	54	13	18	24	30	7	14

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Um dado interessante apresentado na tabela 8 é que, em todos os partidos, de forma agregada, os maiores percentuais estão na indicação dos dirigentes, o que demonstra concordância com as informações obtidas nas entrevistas que dizem que os dirigentes controlam os processos de seleção de suas organizações. Também segue na linha de Braga (2008), que defende ser esse um traço forte do controle dos partidos sobre suas organizações. As indicações de movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro ou outras organizações também apresentaram frequências maiores, principalmente nos partidos mais ideológicos.

Com relação à indicação do presidente ou de um líder partidário, as maiores frequências foram dos partidos DEM, PSDB, PTN e PPS. De fato, nesses partidos a influência de líderes únicos na seleção dos candidatos é confirmada pelos entrevistados. E sobre a indicação parlamentar, também foram essas as legendas mais citadas, além do PSC e do PT. Esses dados se repetiram tanto entre candidatos quanto entre não candidatos. Já a ocorrência

de “votos de liderança e /ou Executiva do partido” obteve um percentual maior no PT, como também na indicação das tendências internas, o que corrobora o poder das forças políticas na seleção desse partido.

Ainda buscando confrontar a percepção dos candidatos e não candidatos com os dados informais dos porteiros na sessão seguinte, uma das perguntas do questionário deixou livre para os entrevistados descreverem quais foram os pré-requisitos e critérios exigidos para a sua candidatura, no seu partido. Surgiram respostas das mais diversas que, após reflexões teórico-metodológicas, foram agregadas da seguinte forma: aquelas que apresentavam evidências de potencial eleitoral, evidências de representatividade social, evidências de viabilidade material, demonstração de compromisso político e ideológico com o partido e apenas exigências formais.

Enquanto que, nas regras informais dos porteiros, o potencial de votos apareceu em todas as entrevistas, entre os candidatos e não candidatos o termo não foi mencionado de forma tão objetiva como entre os dirigentes. Por isso, optou-se por manter esse critério separado. Porém, se reconhece que os códigos de representatividade social também estejam relacionados com a questão do potencial eleitoral.

Tabela 9 - Pré-requisitos e critérios exigidos para a aprovação das candidaturas

	Potencial Eleitoral	Representatividade Social	Viabilidade Material	Compromisso político/ideológico com o partido	Apenas exigências formais	Total
Candidatos	5	21	3	16	32	77
Não candidatos	2	11	3	5	22	43
TOTAL	7	32	6	21	54	120

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Como podemos ver na tabela, a maioria dos entrevistados (45%) registrou que seus partidos solicitaram apenas as exigências formais para suas candidaturas. Um percentual maior de não candidatos (51,2%), mas também expressivo de candidatos, (41,6%), confirma que as regras legais foram exigidas, o que indica apenas que as escolhas perpassam também pelo filtro da legislação eleitoral e, como apontado pelos porteiros, é preciso que primeiro os aspirantes sejam filiados aos partidos.

Na elaboração da categoria “apenas exigências formais”, foram agrupadas as respostas que diziam respeito àqueles que mencionaram como critério apenas o cumprimento dos requisitos e documentos solicitados pelo TRE. Uma boa parte destacou apenas a filiação partidária, devido à obrigatoriedade dessa regra para qualquer indivíduo que desejar ocupar

um cargo no Legislativo ou Executivo. Possuir ficha limpa também foi registrado como requisito nesse grupo. Outra parte significativa da amostra respondeu essa questão de forma bem contudente: “nenhuma exigência”. Esse achado nos chama atenção, ao mesmo tempo que alerta para um tipo de recrutamento que alguns partidos podem estar realizando de forma pragmática para preencher suas listas partidárias com muitos nomes pouco competitivos. Entretanto, por avaliar que “nenhum critério” seja institucionalmente impossível, devido a um conjunto de exigências impostos pela legislação eleitoral brasileira, essas respostas foram automaticamente codificadas como critérios apenas formais.

Uma análise também possível relaciona-se com os achados dos intervenientes da decisão de tentar uma candidatura. Pouco mais de 40% alegaram terem sido convidados pelos partidos para serem pré-candidatos, isso porque, se considerarmos que o convite feito por um dirigente partidário a um indivíduo para ser um futuro candidato perpassa qualquer outro critério exigido, é compreensível esse percentual ter registrado apenas regras formais, assim como terem respondido como nenhuma exigência.

Em seguida, o percentual total dos critérios mais expressivos foi a evidência de representatividade social (26,7%). Praticamente não houve diferenças entre candidatos (27,3%) e não candidatos (25,6%). Nesse grupo foram agregados aqueles pré-candidatos que aludiram como requisito principal evidências de representatividade social. Muitos dos que responderam a essa questão citaram o fato de serem “populares” como pré-requisito e critério marcante para conseguir uma vaga na lista de candidatos de determinados partidos. Além da popularidade, também foram inseridos aqueles que apresentaram a representatividade na base e/ou categoria como indicativo de representatividade social. Assim como aqueles que citaram a vinculação com movimentos sociais, associações de bairro ou liderança comunitária como evidências dessa representação na sociedade que, para muitos dirigentes partidários, poderiam ser revestidos também em potencial eleitoral.

Demonstrações de compromisso político/ideológico com o partido surge em seguida, com 17,5%. Foram agrupados aqueles entrevistados que se referiram aos critérios relacionados com a organização partidária propriamente dita, como aqueles cuja trajetória e experiência política no partido representavam pré-requisitos fundamentais para pleitear uma candidatura naquela organização. Alguns mencionaram, inclusive, que a presença e participação em reuniões ordinárias no partido, principalmente no período de pré-candidatura, foram consideradas demonstrativos de interesse de um determinado pré-candidato naquela organização. O compromisso e o respeito às normas do programa partidário, bem como a sua ideologia, apareceram como indicadores nesse grupo de respostas.

Aqui houve uma diferença marcante entre os estratos pesquisados. Enquanto entre os não candidatos, apenas 11,6% afirmaram ter sido compromisso político/partidário um critério importante, entre os candidatos, esse percentual foi de 20,8%. Ou seja, entre os que ficaram de fora da lista, o compromisso com o partido e a sua trajetória não foram muito apontados como critério de seleção. Esse requisito teve mais relevância para os escolhidos, ou seja, os partidos, aparentemente, levaram em conta essa questão, que aparece tanto como regra estatutária como regra informal, o que pode nos levar aos diferentes processos entre os partidos no capítulo seguinte.

Diferente do apontado pelos porteiros, em que todos afirmaram que o potencial eleitoral era um critério bem relevante, menos de 7% da amostra registraram esse requisito. Mais precisamente, 6,5% dos candidatos e apenas 4,7% entre os não candidatos. Porém, aqui foram consideradas respostas que mencionaram apenas evidências exigidas pelo partido, como para que comprovassem o potencial eleitoral do pré-candidato. Nesse indicador, além de pessoas que já tinham sido “testadas” nas urnas e tinham consigo números que expressavam votações anteriores, aquelas que possuíam mandatos que muitos partidos ainda viam como candidatos natos, tiveram aquelas que foram exigidas listas de assinaturas. Ou seja, alguns entrevistados relataram que lhes exigiram que apresentassem uma lista de nomes variando de acordo com a legenda de possíveis apoiadores/eleitores para que pudessem ter uma noção do potencial eleitoral daquele pré-candidato. Sem essa lista de nomes como pré-requisito principal, sua possibilidade de candidatura tornava-se imediatamente inelegível para aquele partido.

Outro pré-requisito, citado por 7% dos candidatos e por 3,9% dos não candidatos, chamou a atenção nesa pesquisa, até porque este critério também foi salientado por alguns porteiros (PV/PSB). Foi o que denominamos de Cota de Adesão, uma taxa fixada por alguns partidos para ser paga referente a sua desejada candidatura. As respostas que mencionaram um determinado valor em dinheiro enquanto critério, agregamos como evidências de viabilidade material exigidas pelo partido. Essa cota de adesão variava de acordo com o partido preterido. Na tabela 10 seguem os dados pelo extrato dos partidos.

Tabela 10 - Requisitos e critérios exigidos para a aprovação das candidaturas por partido

Seleção de candidatos	Requisitos exigidos para as candidaturas por partido												Total
	Potencial eleitoral		Representatividade Social		Viabilidade material		Compromisso político/ideológico com o partido		Apenas exigências formais		Outros		
Partido	N. C.	C.	N.C.	C.	N.C.	C.	N.C.	C.	N.C.	C.	N.C.	C.	
PT	0	1	2	4	1	0	2	7	5	3	0	0	25
DEM	0	1	2	3	0	0	0	0	7	7	1	0	21
MDB	-	0	-	1	-	0	-	1	-	4	-	-	6
PSDB	-	1	-	1	-	0	-	1	-	5	-	-	8
PSB	0	0	0	2	2	2	1	0	0	1	0	0	8
PRB	0	0	1	1	0	0	0	1	1	3	0	0	7
PSC	1	0	0	0	0	1	0	2	2	1	0	0	7
PPS	0	0	1	2	0	0	0	0	2	2	0	0	7
PCdoB	0	1	2	2	0	0	0	0	1	1	0	0	7
PV	1	0	3	1	0	0	0	2	2	0	0	0	9
PSOL	-	0	-	3	-	0	-	1	-	4	-	-	8
PTN	0	1	0	1	0	0	1	1	2	1	0	0	7
Total	2	5	11	21	3	3	4	16	22	32	1	0	120

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Com relação aos requisitos exigidos, a Tabela 10 indica que, enquanto a maioria informou que o DEM (66,6%) exigiu apenas as regras formais e legais, o PT priorizou o compromisso político-ideológico e representatividade social (36% e 24%, respectivamente). Esse dado corrobora com os achados que mostram que os processos de seleção no DEM foi mais inclusivo e o do PT muito mais exclusivo. Os demais também priorizaram as exigências formais ou a questão da representatividade.

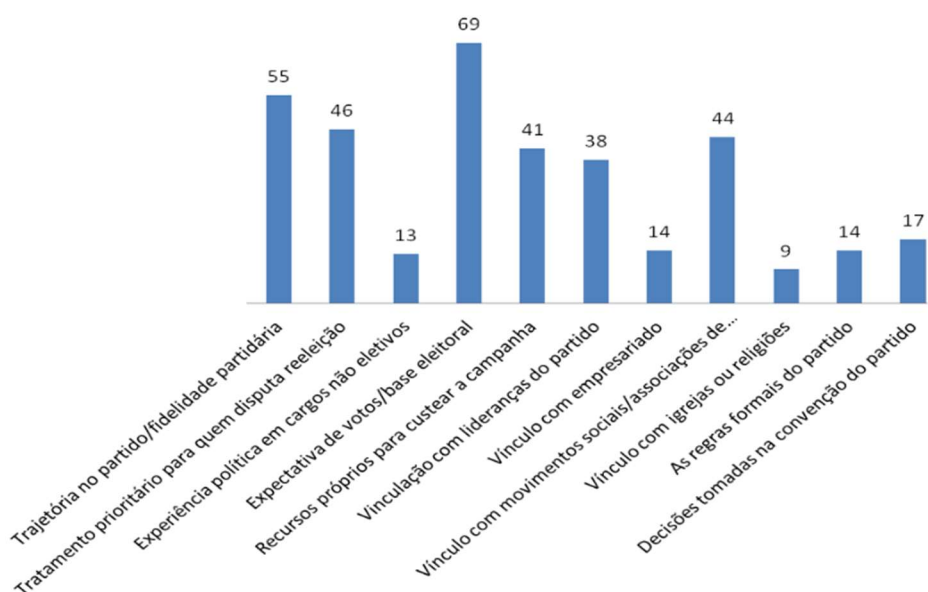
Buscando sanar esse constrangimento e oferecer mais liberdade ao entrevistado para podermos fornecer informações sobre sua percepção de questões tão delicadas, e muitas vezes embaraçosas, duas perguntas⁷¹ foram adaptadas, a partir das observações do pré-teste realizado⁷², para serem respondidas em anexo pelo próprio respondente⁷³.

⁷¹ Essas perguntas corresponderam às questões 30 e 33 do questionário aplicado. A primeira será abordada no quinto, capítulo com o comparativo dos processos de seleção.

⁷² Fazer o uso de um pré-teste no desenvolvimento do questionário da pesquisa acarretou em mudanças positivas no próprio instrumento. Essa etapa foi considerada uma espécie de ensaio geral, realizada como uma entrevista pessoal. A importância de aplicar os primeiros questionários, num contexto de encontro partidário com pré-candidatos, foi crucial para perceber o constrangimento gerado em algumas perguntas elaboradas. O objetivo era compreender melhor o processo de escolha dos candidatos sob a ótica dos envolvidos, diretamente nessa corrida eleitoral para compor as listas dos escolhidos. De fato, desvendar esse “jardim secreto da política” não foi uma tarefa fácil.

Um das perguntas foi a seguinte: “na sua opinião, quais destes elementos intereferem sobre o processo de escolha dos candidatos à vereador no partido?” onze indicadores foram colocados para que eles respondessem de forma dicotômica⁷⁴ (sim ou não) e ao final apresentassem, em ordem de importância, as três opções que mais perceberam que interferiram nesse processo. De forma geral, considerando as três opções mencionadas entre os candidatos e não candidatos, os principais elementos decisórios no processo de escolha dos candidatos estão contidos no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Principais elementos decisórios no processo de escolha dos candidatos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

O gráfico 1 indica que os três elementos que mais influenciaram na composição das listas foram: expectativa de votos/base eleitoral, trajetória no partido/fidelidade partidária e reeleição. Ou seja, esse dado nos leva a sugerir que o pré-candidato, com uma boa expectativa de votos parece sair na frente dos demais concorrentes. Também dialoga com os critérios informais apontados pelos porteiros que afirmam a potencialidade dos votos como centrais nas escolhas dos candidatos. Se considerarmos a classificação de Braga e Tarouco (2010), o critério mais pragmático preponderou sobre o mais político. Com relação ao critério político da trajetória/fidelidade, é possível que sejam apontadas diferenças significativas entre os partidos.

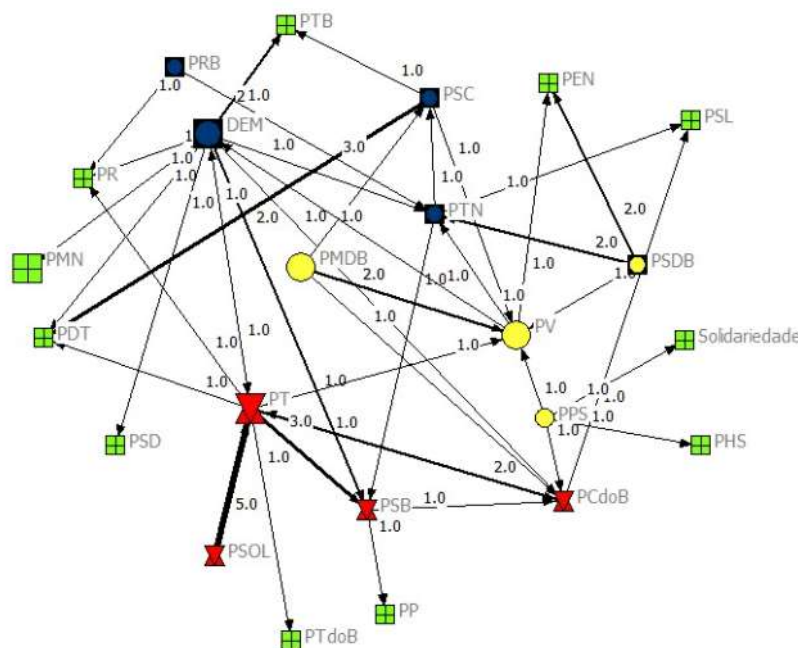
⁷³ Após a aplicação do questionário, foi entregue aos entrevistados uma folha avulsa e numerada, correspondente ao seu questionário, para que respondessem com calma, sem a interferência do aplicador, para depois serem entregues sem necessidade de identificação.

⁷⁴ Essa questão foi pensada de forma dicotômica, porque esses indicadores, de forma direta ou indireta, já tinham sido mencionados em outras perguntas do questionário referente às diretrizes de recrutamento e seleção.

Sobre a importância dada àqueles aspirantes com trajetória e fidelidade nos partidos, provavelmente muito é resultado do investimento feito durante sua história política em determinados partidos. A seleção desses candidatos seria uma espécie de coroação devido aos serviços prestados as organizações que ajudaram a fortalecer. Marenco (2013) analisa como seletividade nos padrões de carreira política, na medida em que as instituições procuram investir mais naqueles que também investiram nas instituições. “Ou seja, quando serviços prestados e a fidelidade ao partido são os filtros que condicionam oportunidades de ascensão na hierarquia da elite política” (MARENCO, 2013, p. 45).

Falando sobre trajetória e fidelidade partidária, vale trazer uma análise sobre a migração de partidos entre os candidatos. Para Mainwaring (2001), a migração seria uma das características da fragilidade dos partidos brasileiros, pois, não existia nenhum mecanismo formal que a limitasse. Na presente pesquisa, os candidatos foram questionados sobre a última troca de partidos por ele realizada, e encontramos uma rede muito interessante que mostra alguma lógica ideológica nessas migrações, onde a maior parte das mudanças ocorre entre partidos próximos entre si, em uma escala ideológica que vai da direita à esquerda, como em casos de mudanças entre PT e o PSOL, ou entre MBD e PV. Mas também é possível encontrar mudanças entre partidos em diferentes extremos na mesma escala, como no caso de candidatos que migraram diretamente do DEM ao PT e vice-versa, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 5 - Origem das Migrações Imediatamente Anteriores



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Os porteiros, ao reconhecerem que o potencial eleitoral é o critério informal mais relevante da seleção, de certa forma já demonstram que as variáveis políticas de trajetória e fidelidade partidária, como tempo de filiação, não são mais tão determinantes para as organizações. Os dados indicam que os candidatos que migram de partidos não são prejudicados na seleção interna na maioria dos partidos, mesmo porque grande parte dos entrevistados que tiveram a sua candidatura aprovada tinha 1 ano ou menos tempo de filiação naquele partido (31,1%) ou entre 1 a 5 anos na organização (24,6%) conforme mostra a Tabela 11.

Tabela 11 - Tempo de filiação dos candidatos e não candidatos

	Tempo Filiação							Total
	Até 1	1 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	20 a 25	Mais de 25	
Candidatos	24	19	16	8	3	1	6	77
Não candidatos	8	16	9	2	4	0	4	43
TOTAL	32	35	25	10	7	1	10	120

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Os dados da Figura 5 e da tabela 11 corroboram com os achados de Guarnieri (2004), que defende o controle dos partidos na seleção de candidatos, mesmo com a coexistência de altas taxas de migração partidária. Apontam ainda que é possível também que os partidos sejam fortes e convivam com a migração, principalmente pelo fato dos seus recursos serem “[...] cada vez mais oriundos da sua relação com ao Estado e menos de sua relação com a sociedade” (GUARNIERI, 2004, p.101).

Algo que todos os porteiros indicaram como regra quase institucional de seleção foi a relevância da reeleição, na medida em que eles operam suas escolhas como se a vigência da lei da candidatura nata ainda vigorasse. “Boa parte da literatura sobre recrutamento e seleção de candidatos destaca a figura do candidato à reeleição como central para o sucesso eleitoral”, afirma Bolognesi (2013, p. 40). Os dados da pesquisa confirmam esse privilégio dos candidatos, que já possuem mandatos parlamentares na lista final.

Os vínculos com movimentos sociais/associações de bairros apareceram em quarto lugar como opção mais citada. Porém, se agregarmos os valores dos vínculos com igrejas e considerarmos os vínculos com organizações sociais externas, esse número é ainda mais significativo. Esse critério também corrobora a informação concedida pelos porteiros, que indicaram a representatividade social como regra informal relevante na seleção. A estratégia metodológica utilizada, de deixar a questão em anexo, para que os entrevistados pudessem se posicionar com mais liberdade parece ter surtido bons resultados, na medida em que a

percepção deles está cruzando com os dados coletados, conforme os dirigentes nos informaram.

O pragmatismo dos recursos próprios para custear as campanhas também obteve um quantitativo considerável de 34,1%. Afinal, eleição custa caro e os partidos, além de seus candidatos prioritários, parece não investir em demais candidaturas, como veremos na seção seguinte, que compõem as listas no sentido mais operacional de atingir o quociente eleitoral. Além disso, a viabilidade material através de cotas de adesão também foi mencionada por porteiros como filtros de seleção. Os números dos vínculos com as lideranças partidárias denotam o papel centralizador de certas lideranças em determinados partidos nos processos de seleção.

Voltando a atenção ao papel decisório das convenções, já discutido anteriormente, lembramos que somente 17,5% dos entrevistados reconheceu este espaço como um espaço de disputa interna e tomada de decisão. Partidos que têm seus órgãos, como diretórios, eleitos em convenções, pode esperar que seus aspirantes acreditem ser estes espaços deliberativos também nos processos de seleção. Entretanto, no próprio gráfico 1 a maioria reconhece apenas como espaço de homologação das listas previamente escolhidas pelos dirigentes por regras formais e informais, já analisadas anteriormente. Já as regras formais dos partidos, com apenas 11,6% da amostra de 120 candidatos, reconheceram como elemento importante sinalizar os dados do capítulo 3, que as regras formais, apesar de serem norteadores, não têm poder decisório nas seleções.

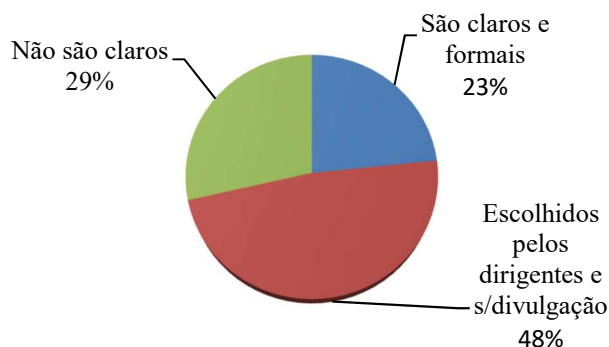
Todavia, considerando que as eleições de 2016 foram as primeiras experiências sob a vigência da minirreforma eleitoral que proibiu o financiamento de pessoas jurídicas, consequentemente das empresas, nas campanhas eleitorais. Isso pode ter enviesado aos respondentes que esse elemento legal e eticamente não devesse fazer parte desse jogo político. Importante registrar que, com relação aos indicadores do gráfico 1, não houve diferenças significativas entre os candidatos e não candidatos dos partidos.

Embora questões trazidas pelas percepções dos candidatos e não candidatos possam ter entrado em choque com os dados encontrados com os porteiros, o controle dos recursos partidários, como demonstrado no Gráfico 2, confirma ainda mais a hipótese de que os porteiros centralizaram os processos de seleção a vereador nas eleições de 2016, em Salvador.

Isso porque o gráfico 2 mostra a forma como os critérios são utilizados e distribuídos entre os candidatos durante a competição eleitoral. A maior parte da amostra, aproximadamente 50%, acredita que os critérios desse uso são escolhidos pelos dirigentes do partido e não são divulgados aos concorrentes. Outros 29% dos entrevistados declararam que

os critérios não são claros, e somente 23% asseguraram que existem critérios claros, específicos e formais determinados para a distribuição destes recursos dos partidos investigados.

Gráfico 2 - Critérios para distribuição dos recursos entre os candidatos selecionados para a competição eleitoral



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Esses resultados corroboram com a defesa, até então, de que as decisões dos processos de seleção são, na maioria das vezes, tomadas nos *jardins secretos* dos dirigentes dos partidos. O fato de os candidatos terem a percepção de que os critérios de distribuição não são claros significa que esse território dos recursos também perpassa pela informalidade, como o processo de seleção em si. Se não há procedimentos claros, indica que partidos sejam menos institucionalizados no sentido de burocráticos e normatizados.

Os dados apresentados apontam para a existência do controle dos dirigentes dos partidos sobre a distribuição de recursos aos candidatos, o mesmo controle dos processos de composição da lista, também já assinalada pela literatura como Braga e Amaral (2013). Embora os dados dos entrevistados e as recorrências encontradas não possam ser objeto de generalização, apontam, como já dito, na mesma direção dos dados analisados nos capítulos anteriores, que serão comparados logo em seguida, no quinto capítulo, a partir do grau de institucionalização dos partidos aqui investigados. As informações dos candidatos e não candidatos confirmaram a hipótese da tese de que os partidos controlam seus processos de seleção, a partir de procedimentos próprios, como as regras informais dos *jardins secretos*.

Também os dados nessa seção elucidaram para outras questões do universo da seleção que diz respeito à força das organizações, mesmo diante de indicadores como as migrações partidárias que, até então, parte da literatura, como Mainwaring (2001), apontava com sinal de fragilidade da institucionalização dos partidos brasileiros.

4.4 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Os achados dos critérios informais dos partidos excludentes da seleção de candidatos a vereador em Salvador na eleição de 2016, se não foram totalmente compatíveis com os resultados efetivos da seleção em si, seguiram nos caminhos da exclusão apontados pelas suas regras formais.

De maneira geral, todos os partidos consideraram a reeleição com o um critério unânime de seleção, partindo do princípio de que a antiga lei de candidato nato permanece vigente, tendo prioridade. A dificuldade de cumprir a cota de gênero de 30% foi constatada como um problema comum a todos os partidos, a ponto dos *gatekeepers* citarem a necessidade de inserir nomes-fantasma na lista. Por fim, potencial eleitoral apareceu como critério geral e que norteou a escolha final dos candidatos.

O critério que chamou mais atenção foi o potencial eleitoral, mensurado principalmente pela representatividade social, lista de assinaturas e participação em urnas anteriores, apenas se diferenciando nas estratégias utilizadas. A representatividade social, por sua vez, apareceu unânime como uma variável no momento da seleção, porém apresentava, na visão de muitos dirigentes, o mesmo problema de determinar como era mensurado esse reconhecimento social.

Isso levou partidos como PSC e PSB a elaborarem uma lista de assinaturas para a comprovação e avaliação do quanto aquele aspirante tinha representatividade em sua comunidade ou categoria, ou movimentos/organizações sociais.

Além desses critérios acima, também foram analisados como critério de seleção excludente a viabilidade material dos candidatos, medidos através de cotas de adesão exigidas por alguns partidos. Entretanto, cada partido detém suas particularidades e estratégias próprias para a competição local que aqui foram apresentadas.

Dos seis partidos considerados inclusivos em termos de critérios informais (DEM, MDB, PPS, PRB, PSDB e PSOL), os mais inclusivos foram o DEM, MDB e PPS pois apresentaram até dois critérios de seleção, além da representatividade social, o cumprimento político-ideológico ou ser testado em urnas. O PSDB, PRB e PSOL foram considerados os mais inclusivos, pois, além dos critérios de potencial eleitoral, apresentaram o compromisso político e o tempo de filiação. Dentre esses PSDB, PSOL e MDB não realizaram a seleção.

Dos seis partidos excludentes (PT, PCdoB, PV, PTN, PSB e PSC), todos apresentaram quatro critérios, a exceção do PT, que apresentou cinco. Dentre os critérios, o que mais chamou atenção foi a exigência do PV e PSB na cobrança de taxa de adesão de candidatura.

O PT foi considerado o mais excludente, tanto pelas regras formais como informais. Nesse sentido, é importante ressaltar o papel de filtro que as forças políticas possuem no processo de seleção desse partido, o que corrobora com a pesquisa realizada por Altmann (2010, p.114), que destaca a importância da participação em grupos e correntes internas na seleção do partido, que tende a excluir “candidatos mais periféricos e individuais”.

A conclusão a que também se chega é que os processos de seleção em todos os partidos foram centralizados pelos dirigentes municipais, confirmando a literatura de Braga e Praça (2007). Como vimos nas entrevistas, a etapa de escolha dos nomes é feita de forma fechada pelos selecionadores dos partidos, que arquitetam o jogo das regras informais sob os requisitos formais de candidaturas. Para além dessas regras, o que predomina sobre o jogo são as estratégias eleitorais na competição política para construir essas listas finais, como optar ou não por coligação. Essa opção foi mencionada em todos os discursos como uma espécie de divisor de águas na tarefa de selecionar, pois interferem na demanda de vagas disponíveis aos porteiros.

Trabalhos como os de Braga (2008) e Bolognesi (2013) também apresentam indícios de formas mais inclusivas e democráticas em partidos mais institucionalizados. No próximo capítulo sobre a comparação entre os partidos, o esperado é que organizações mais institucionalizadas sejam mais inclusivas em seus processos de seleção, promovendo uma maior participação dos atores envolvidos, no sentido que seriam mais burocratizadas e centralizadas. A seguir, será abordada a percepção dos pré-candidatos e candidatos sobre os processos de elaboração das listas partidárias.

5 A COMPARAÇÃO DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS NOS PARTIDOS

Neste capítulo, comparamos os processos de seleção de candidatos realizados nos doze partidos, a partir das dimensões das regras formais e informais analisados anteriormente, bom como das estratégias eleitorais. Para tal, utilizaremos o conceito de institucionalização de Panebianco (2005), com a intenção de verificar se o tipo de organização dos partidos interfere nas formas de escolhas das listas, a fim de testar a hipótese de que organizações mais institucionalizadas produzam seleções mais inclusivas.

O capítulo foi dividido em quatro seções. Na primeira, os indicadores empíricos serão apresentados, a fim de produzirmos uma estimativa dos graus de institucionalização em que se encontram os partidos investigados. Na segunda, será verificado o quanto as estratégias eleitorais partidárias, analisadas no segundo capítulo, influenciaram a elaboração das listas. Na terceira seção, a partir dos achados das regras formais, informais e da percepção dos candidatos e não candidatos, serão comparados os processos de seleção de candidatos. Na última, serão apresentadas as considerações finais do capítulo.

5.1 OS PARTIDOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

No primeiro capítulo abordamos, de forma breve, os principais elementos que contribuem para elaborar o modelo teórico de organização partidária com base em Panebianco (2005), e apresentamos os indicadores possíveis de serem verificados empiricamente e suas respectivas fontes de mensuração. Esses indicadores serão examinados para que possamos elaborar os graus de institucionalização nos doze partidos nas eleições de 2016 a vereador em Salvador, a partir de dados coletados no TSE, das entrevistas dos dirigentes e dos questionários aplicados aos candidatos e não candidatos.

O objetivo de aferir esses indicadores é utilizá-los como ferramenta para comparação dos partidos estudados. Não se pretende afirmar se são ou não institucionalizados, até porque estamos falando de um momento pontual das eleições de 2016. Para esse fim, seria outro tipo de pesquisa, e com um recorte temporal muito maior. Mas vale lembrar que pela estabilidade do tempo, apesar de utilizar outra metodologia, Tarouco (2010) nos mostrou que a maioria dos partidos já se encontrava institucionalizados desde 2006, quando a autora realizou seu trabalho.

Através destes indicadores, espera-se apresentar os níveis de organizações em que se encontram empiricamente os doze partidos examinados nas eleições de 2016. Para essa comparação, o caminho metodológico adotado foi adaptado da técnica utilizada por Roeder,

Bolognesi e Cruz (2017), que atribuíram os valores 0 e 1 para determinar a força organizacional dos partidos: 0 representa indícios de institucionalização fraca, 1, de forte, e a média aritmética é obtida a partir do somatório dos cinco indicadores, para encontrar o score geral do grau de institucionalização. As que apresentaram índices perto do número máximo 1 foram classificadas como instituições fortes, os que ficaram perto do mínimo 0, fracas, e os que atingiram índices perto do centro desse intervalo (0,5) foram consideradas médias. Importante destacar que alguns dados foram qualitativos e outros quantitativos, dependendo da sua disponibilidade e natureza.

Com relação ao indicador proposto no primeiro capítulo sobre autonomia frente às outras organizações externas não foi possível encontrar dados empíricos sobre os partidos, assim como também reconheceu essa limitação Bolognesi (2013) em sua pesquisa. Nessa seção os dados encontrados sobre os indicadores foram relativizados para o objetivo apenas comparativo entre as organizações. Seguindo o caminho proposto por Bolognesi (2013, p.163) em sua tese sobre seleção de candidatos a deputado federal nas eleições de 2010: “[...] os resultados encontrados são parciais e têm serventia apenas como meio de comparação entre partidos estudados, não podem, e nem devem, ser extrapolados para comparações com outros partidos ou com outros países”.

Para Panebianco (2005) os partidos devem ser colocados ao longo de uma escala de mínimo e máximo. Todavia aqui seus indicadores estarão sendo relativizados empiricamente, o que pode levar a alguma divergência teórica, pois como o próprio autor alertou o modelo foi construído considerando a comparação entre os partidos em igualdade de condições. Mesmo correndo o risco de igualar indicadores diferenciados em sua predominância nos partidos, essa pesquisa procurou lançar possibilidades de estudar o funcionamento interno das organizações partidárias, a partir de variáveis empíricas que pudessem ser mensuradas, mesmo com todas as dificuldades de penetrar neste universo da burocracia e poder decisório dos partidos.

A institucionalização de um partido pode ser avaliada por duas dimensões: a autonomia do ambiente externo (controle das trocas com o ambiente) e a sistemicidade (interdependência e coesão entre as partes internas). Para tal foram elaborados cinco indicadores, apresentados no primeiro capítulo.

Com relação ao primeiro indicador sobre o desenvolvimento da burocracia central do partido, esse buscou verificar a presença dos diretórios nas três instâncias, isso porque partimos do mesmo pressuposto que Braga e Pimentel Jr. (2013, p. 23), ao entender que partidos com o nível de organização partidária dos diretórios representa maior grau de sistemicidade do que partidos com comissões provisórias. Ou seja, partidos com diretórios

seriam mais institucionalizados do que organizados por comissões provisórias. Os diretórios teriam “[...] mais incentivos para estimular o surgimento de interesses para a manutenção da organização”.

Os dados desse indicador foram coletados pelo site do TSE, que permitiram o acesso à composição dos órgãos partidários. Dos doze, oito partidos apresentaram diretórios nacionais e estaduais, com a exceção do PPS, PV, PRB, PSB, que no Estado funcionaram como comissões provisórias no período da eleição de 2016. Com relação ao órgão local, metade dos partidos (PT, PSDB, MDB, PSB, PCdoB e PSOL) possuía diretórios, e a outra metade (DEM, PPS, PV, PTN, PSC e PRB), comissões provisórias.

Ao pensar sobre burocracia e centralização das decisões, é fundamental que um partido se organize enquanto diretório. As comissões provisórias têm sido uma prática muito comum dos partidos nos municípios, que acaba influenciando na autonomia dessas organizações nas suas localidades. Com a pressão do judiciário, muitos partidos estão sendo obrigados a transformarem suas comissões em órgãos permanentes nos municípios, assumindo o risco de não mais poderem registrar candidatos nas próximas eleições locais.

Os dados do quadro 11 corroboram com os achados de Braga e Pimentel Jr. (2013) de que os partidos maiores (PT, PSDB, MDB) tendem a se organizar mais em diretórios, assim como partidos menores de esquerda (PCdoB, PSOL).

Quadro 10 - Indicador do desenvolvimento da burocracia dos partidos

Desenvolvimento da Burocracia Central do Partido	Direção municipal	Direção estadual	Direção nacional	Valor
DEM	Não	Sim	Sim	2
PT	Sim	Sim	Sim	3
PSDB	Sim	Sim	Sim	3
MDB	Sim	Sim	Sim	3
PPS	Não	Não	Sim	1
PV	Não	Não	Sim	1
PTN	Não	Não	Sim	2
PSC	Não	Sim	Sim	2
PRB	Não	Não	Sim	1
PSB	Sim	Não	Sim	2
PCdoB	Sim	Sim	Sim	3
PSOL	Sim	Sim	Sim	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Sobre o segundo indicador da homogeneidade da organização, o dado utilizado foi retirado dos dados do TSE, para identificar a forma como os partidos estão organizados nas capitais brasileiras. Isso porque, segundo Panebianco (2005), a institucionalização será mais forte se as associações locais tenderem a se organizarem do mesmo modo em todo território nacional.

Pelo fato do objeto da tese ser um município/capital e entender que percorrer todo o território nacional estaria no campo ideal, optou-se pelas capitais dos estados por dar conta, de certa forma, de captar essa coerência estrutural pelo território brasileiro. Aqui serão considerados homogêneos os partidos que possuem o maior número de diretórios entre as capitais, pois se entende que as comissões provisórias estão no caminho da baixa sistemicidade, já que, nos partidos organizados nessa estrutura, as lideranças possuiriam uma autonomia própria independente do “centro” da organização. O quadro 12 apresenta uma síntese da situação dos órgãos partidários pelas capitais brasileiras e Distrito Federal.

Quadro 11 - Indicador de coerência estrutural entre as subunidades

Órgãos definitivos e provisórios dos partidos em território nacional			
Partidos	Diretórios	Comissões Provisórias	% Diretórios
PT	27	0	100%
DEM	11	16	41%
MDB	18	9	67%
PSDB	16	11	59%
PSB	14	13	52%
PRB	0	27	0%
PSC	4	23	15%
PPS	12	15	44%
PCdoB	24	3	89%
PV	12	15	15%
PSOL	19	8	70%
PTN	1	26	4%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Diante dos achados acima, o PT, PCdoB, MDB, PSDB, PSOL foram codificados como coerentes entre as suas subunidades, pois a maioria das capitais possuem diretórios municipais. Os demais seguiram desfavoráveis neste quesito, quanto ao grau de institucionalização, pois cada município parece ter autonomia para construir seu órgão de acordo com a sua realidade local. Institucionalizar uma organização nacional deve implicar também uma normatização e padronização das estruturas locais difundidas pelo nosso território.

Chama atenção no quadro 11 que o PRB, PSC e PTN possuem expressivamente a maioria de comissões provisórias sobre penetração da organização nas capitais. Aparentemente, poderia se considerar como esses partidos sistêmicos, pois haveria uma homogeneidade nas subunidades locais. Entretanto, como salientado no indicador anterior, partimos da premissa que diretórios são indicadores de institucionalização por serem mais consistentes em termos de organização e também mais “[...] formalmente democrático de

organismo partidário no sistema político brasileiro” (BRAGA; SILVEIRA; BORGES, 2012, p. 19).

No caso das comissões provisórias, Braga, Silveira e Borges (2012, p. 19) observam ainda incidência maior de comissões provisórias nos municípios de partidos de direita, como o DEM, e na maior parte dos pequenos de direita, incluindo também o PRB, PSC e PTN. Nesses tipos de organização, salientam:

As lideranças partidárias intervêm quando querem e retiram ou mantêm nos cargos diretivos locais aqueles filiados que se encontram mais de acordo com as suas linhas ou conveniências políticas. Esta estratégia fortalece uma estrutura de partidos de “barões” na qual figuras nacionais ou regionais controlam o partido desde “cima”.

Ainda com relação aos diretórios, Braga e Pimentel Jr. (2003) argumentam em que medida um maior ou menor o grau de organização partidária, no sentido de institucionalização, influencia os partidos a lançarem candidatos. Apesar desse estudo tratar das eleições municipais para prefeito nas eleições de 2012, na seção seguinte abordaremos até que ponto essa institucionalização interferiu na elaboração das listas ao cruzar com as informações das estratégias eleitorais.

Quadro 12 - Indicador da homogeneidade da estrutura local dos partidos

Coerência entre as subunidades locais		Valor
DEM	Não	0
PT	Sim	1,0
PSDB	Sim	0
MDB	Sim	1,0
PPS	Não	0
PV	Não	0
PTN	Não	0
PSC	Não	0
PRB	Não	0
PSB	Não	0
PCdoB	Sim	1,0
PSOL	Sim	1,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Durante a pesquisa de campo e frente às dificuldades enfrentadas para encontrar informações sobre as organizações, chamou a atenção o funcionamento das sedes dos partidos. Alguns mais burocratizados que outros. Se a burocracia é uma característica importante de qualquer institucionalização, e inclusive Norris (1997) compreende a rotinização das tarefas como elemento importante, possuir um espaço organizativo independente de fatores externos e que funcione com uma burocracia meramente organizada foi considerado um indicador importante de força da instituição.

Dentre os partidos investigados, apenas os diretórios municipais do PT e do PCdoB funcionaram com sede própria. Em sete partidos (DEM, MDB, PV, PSC, PRB, PSB, PSOL, PTN), os diretórios estadual e municipal funcionavam no mesmo espaço físico. Desses, dois deles (PTN e PRB) possuem suas sedes muito próximas, vizinhas a gabinetes de lideranças fortes do partido na capital. E dois partidos (PSDB, PPS) tiveram suas atividades burocráticas de organização na prática dentro de gabinetes parlamentares⁷⁶. O PSOL apesar de possuir a sede própria, esta funcionou de forma secundária como parte do partido. Uma das tendências do partido, a Ação Popular Socialista, funcionou na prática como uma espécie de “partido paralelo” vinculado diretamente ao gabinete do vereador do partido. Sendo assim, estes últimos (PTN, PRB, PSDB, PPS, PSOL) foram codificados com ausência de autonomia do limite organizativo, devido à constatação desses vínculos diretos entre partido e gabinete, o que acarreta maior dependência de determinados parlamentares as atividades burocráticas do partido, como mostra o quadro 13.

Quadro 13 - Autonomia do limite organizativo sobre as sedes dos partidos

Autonomia Limite organizativo		Valor
DEM	Sim	1,0
PT	Sim	1,0
PSDB	Não	0
MDB	Sim	1,0
PPS	Não	0
PV	Sim	1,0
PTN	Não	0
PSC	Sim	1,0
PRB	Não	0
PSB	Sim	1,0
PCdoB	Sim	1,0
PSOL	Não	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Sobre o indicador da correspondência entre as normas estatutárias e as ações efetivas dos partidos, consideraram-se os achados referentes ao controle do processo de seleção de candidatos. Isso porque falar de institucionalização é discutir como o poder está sendo organizado no interior do partido, o que implica compreender o modo de controle das coalizões dominantes e se essas estão em conformidade com o previsto em seus documentos estatutários.

Naturalmente não no sentido de que o estatuto, no caso de instituições fortes, descreve a distribuição efetiva do poder, mas no sentido de que os agentes ocupam posição dominante no partido porque controlam setores cuja autoridade é formalmente reconhecida, e não, de modo mais ou menos

⁷⁶ O cargo de presidente destes partidos (PSDB, PPS) era ocupado por vereadores de Salvador, assim como o do PSC. O MDB e PRB também, porém, por parlamentares do Congresso.

oculto, por exemplo, em virtude de posições de predominância em papéis externos à organização (PANEBIANCO, 2005, p. 111).

Para mensurar esse indicador, foi utilizado as informações dos membros dos órgãos partidários contidos na certidão da justiça eleitoral entregues no ato de registrar as listas de candidatos junto à documentação dos Demonstrativos de Regularidades de Atos Partidários (DRAP's). Aqueles porteiros enquanto agentes que controlaram os processos de seleção que tiverem seus nomes registrados como membros dos seus órgãos partidários, sejam como diretório ou comissão provisória, serão considerados como autoridades formalmente reconhecidas, portanto, possuem o poder efetivo dos partidos.

Como foi visto, no terceiro capítulo, a legislação eleitoral determina que as convenções partidárias sejam as responsáveis pela homologação das listas finais de candidaturas. Os doze estatutos analisados reconheceram, de modo geral, o poder de decisão das convenções municipais na escolha dos candidatos. E em todas as atas dessas convenções foram registradas o poder das executivas municipais em controlar esses processos, na medida em que detinham plenos poderes para decidir sobre substituição de candidatos, preenchimento de vagas remanescentes.

De fato, como vimos no capítulo 4, a maioria dos responsáveis pela seleção nos doze partidos pertenceu ao diretório municipal ou comissões provisórias. No caso do MDB, PV e PRB esses tiveram participações de membros dos órgãos estaduais dos partidos e, no caso do DEM, a influência da liderança do prefeito da cidade, que também não fazia formalmente pelo estatuto parte do órgão partidário que selecionou os candidatos. Mesmo não podendo afirmar que todos os membros das direções municipais foram os selecionadores, relativizando no caso dos demais (PT, PSDB, PSB, PPS, PSC, PRB, PCdoB, PSOL), esses selecionadores foram formalmente reconhecidos na certidão eleitoral, como previstos nos estatutos, como membros dos órgãos partidários. Na prática, uma elite partidária do órgão executivo do diretório municipal de cada organização controlou o processo de seleção de candidatos ao cargo de vereador em Salvador nas eleições de 2016.

Desse modo, no último item dos valores da institucionalização, a maioria das organizações foi codificada com o número 1, pois houve correspondência entre a legitimidade da coalizão dominante que controlou o processo de seleção daquela formalmente estabelecida nos estatutos investigados. E as demais organizações (MDB, DEM, PRB, PV) foram codificadas com o valor zero. A tabela 12 apresenta os valores atribuídos aos indicadores de cada partido, assim como um score do que seriam seus graus de institucionalização. Vale ressaltar que todos os dados abaixo se referem ao pleito de 2016.

Tabela 12 - Valores do grau de institucionalização dos partidos

Partidos	Desenvolvimento da Burocracia Partidária (diretórios)	Homogeneidade da organização	Autonomia do limite organizativo (sede)	Correspondência entre estatutos e ações efetivas	Total (Máximo 6 pontos)	Score
DEM	2	0	1	0	3	0,50
PT	3	1	1	1	6	1
PMDB	3	1	1	0	5	0,83
PSDB	3	1	0	1	5	0,83
PPS	1	0	0	1	2	0,33
PV	1	0	1	0	2	0,33
PTN	1	0	0	1	2	0,33
PSC	2	0	1	1	4	0,66
PRB	1	0	0	0	1	0,16
PSB	2	0	1	1	4	0,66
PCdoB	3	1	1	1	6	1
PSOL	3	1	0	1	5	0,83

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e dos dados da pesquisa.

Segundo os achados empíricos da tabela 12 sobre os graus de institucionalização os partidos considerados mais fortes PT, MDB, PSDB, PCdoB e PSOL, seguidos do PSB e PSC. O DEM foi considerado uma instituição média, e o PPS, PV, PRB e PTN, instituições mais fracas. Para Braga e Pimentel Jr (2013, p. 21), os partidos maiores possuem mais incentivos para estruturar diretórios municipais, o que pode explicar os índices maiores de institucionalização. Os incentivos podem levar a permitir “[...] uma estrutura organizacional mais efetiva para a disputa dos pleitos, sobretudo por conta dos maiores incentivos orçamentários recebidos da partilha do fundo partidário”. Além do tamanho do partido, o caráter ideológico também merece atenção: os pequenos partidos de esquerda, como o PCdoB e PSOL, que apresentaram índices de instituições fortes, parecem estar de acordo com a literatura acima, se considerarmos que a opção dos diretórios fortalece suas presenças no município.

Porém para Panebianco (2005), as diferenças e semelhanças no grau de institucionalização são definitivamente mais importantes do que as diferenças e semelhanças ideológicas ou estatutárias dos partidos. Para o autor, a autonomia de uma organização se desenvolve quando esta cria capacidade de controlar os processos de troca com o ambiente externo, e ainda, essa se torna dependente quando os recursos indispensáveis ao seu funcionamento e são controladas externamente por outras organizações.

Adaptando os trilhos de Bolognesi (2013), que buscou explicar os diferentes níveis de inclusividade na seleção de candidatos a partir da institucionalização partidária, o esperado na relação entre institucionalização e seleção de candidatos seria que as instituições mais fortes produzissem seleções mais inclusivas e democráticas, no sentido de que seriam mais

burocratizadas e centralizadas. Para Panebianco (2005), o controle do poder nos partidos depende do controle dos recursos organizativos chamados de zonas de incertezas, e o recrutamento é uma dessas principais zonas, ou seja, controlando a seleção de candidatos, os selecionadores estariam também controlando o poder dos seus partidos. Inclusive Bolognesi ressalva “[...] que é em relação ao *selectorate* que as lealdades são estabelecidas e a democracia interna deve se concentrar” (2013, p.155).

Na seção seguinte, retomaremos as estratégias políticas discutidas no segundo capítulo, para verificar em que ponto interferiu no processo de seleção. E logo em seguida, iremos comparar os processos de seleção por partido a partir dos graus de institucionalização dos mesmos aqui elaborados e dos achados de inclusividade encontrados nos capítulos 3 e 4.

5.2 COMPARAÇÃO DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A VEREADOR

Após analisarmos a influência das estratégias eleitorais sobre as seleções de candidatos dos doze partidos, dos dados encontrados nas análises dos capítulos 3 e 4 sobre as regras formais e informais, e dos resultados apresentados pelos processos, o objetivo dessa seção é comparar os processos de seleção, buscando explicar as diferenças encontradas pelo grau de institucionalização das organizações.

Para efeito de análise comparativa, o quadro 14 mostra um panorama dos dados sobre a seleção dos partidos investigados após a aplicação das dimensões da seleção de candidatos a vereador em Salvador nas eleições de 2016.

Quadro 14 - Panorama de dados sobre seleção de candidatos

PARTIDO	RECRUTAMENTO (Número de pré-candidatos)	SELEÇÃO (Número de candidatos)	RESULTADO (Aproveitamento dos pré-candidatos)	
DEM	100	39	39%	Excludente
PT	65	27	41%	Excludente
MDB	54	54	100%	Inclusivo
PSDB	62	62	100%	Inclusivo
PPS	78	36	46%	Excludente
PV	40	16	40%	Inclusivo
PTN	112	65	58%	Inclusivo
PSC	150	65	43%	Excludente
PRB	100	22	22%	Excludente
PSB	60	52	87%	Inclusivo
PCdoB	68	21	31%	Excludente
PSOL	46	46	100%	Inclusivo

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e dados da pesquisa.

Ao analisar o quadro 14, faz-se necessário recorrer à conjuntura política da eleição de 2016 em Salvador, discutida no segundo capítulo e na seção anterior desse capítulo. No

MDB, no PSDB e no PSOL, os números de pré-candidatos são iguais aos números de candidatos. Ou seja, foram aproveitados 100% dos aspirantes recrutados no processo de seleção. Ambos os porteiros relataram que a demanda de candidatos foi menor que a oferta de vagas, portanto não ocorreu seleção nesses partidos. Entretanto, esse fato não impediu o partido de adotar critérios de escolhas.

O PSB obteve um aproveitamento de 85% do recrutamento legislativo realizado. O fato de não ter se coligado pode ter sido um fator relevante para chegar à meta alcançada, embora não tenha atingido o limite máximo de registros permitidos, tendo sido o partido um dos poucos aliados ao PT na disputa majoritária pela prefeitura da cidade. Vale ressaltar que a oposição estava em situação bastante desfavorável diante da intenção de votos de ACM Neto, o que, de alguma forma, afetou os processos de seleção dos partidos de oposição ao prefeito.

A respeito dos percentuais de aproveitamento dos partidos que chegaram em torno dos 50%, apenas PPS e PTN atingiram esse número. Ambos se situaram em posição contrária no campo político da eleição investigada. O PPS, aliado do DEM, recrutou mais que o limite permitido, mas acabou selecionando um número bem mais restrito, fato que provavelmente tem ligação direta com a decisão da coligação proporcional com o PTB. Já o PTN teve umas das maiores demandas, mesmo localizando-se no campo da oposição. Mas é importante registrar que na eleição de 2012 esse partido estava no campo da situação, e foi um dos partidos que mais conquistou cadeiras naquele pleito.

Tanto o DEM como PT, PV e PSC selecionaram apenas 40% dos aspirantes recrutados. Do DEM e PT, esperava-se encontrar processos de seleções mais disputados, pois esses representam historicamente os partidos centrais na competição política de Salvador, e ambos se coligaram com mais dois partidos (DEM – PRB e PMB; PT – PCdoB e PSD), o que limitou ainda mais a oferta de vagas disponíveis.

Tanto o PV e PSC, apesar de participarem da coligação majoritária com o DEM, adotaram estratégias políticas diferentes na eleição proporcional. O PSC decidiu lançar lista final como partido único, enquanto que o PV optou por uma coligação com SD, que ficou com uma proporção bem desigual de registros de candidaturas. Dos partidos investigados, o PSC foi o que menos candidato apresentou, tendo registrado somente 16 nomes, porém, de um universo inferior ao limite máximo permitido.

O PCdoB, aliado ao PT, foi o partido que apresentou candidatura majoritária própria pela primeira vez na história política da cidade. Isso porque o PT decidiu não disputar a eleição de 2016, diante da eminente reeleição do prefeito. Entretanto, o custo dessa negociação política foi o PCdoB aceitar a coligação proporcional com o PT, mesmo correndo

risco de perder cadeiras. Esse fato levou ao processo mais seletivo de nomes ao cargo de vereador.

Por fim, pelas mesmas estratégias de coligação, o PRB apresentou o processo de seleção mais severo, dentre os doze partidos analisados. De aproximadamente 100 pré-candidatos, apenas 22 foram escolhidos. Assim como o PCdoB, a opção pela coligação com os partidos que centralizam a disputa eleitoral na cidade, levou o PRB a ter que limitar bastante o universo dos aspirantes, ou seja, afunilou-se ainda mais sua lista final.

A partir dos dados do quadro 14 sobre os resultados da seleção de candidatos, ou seja, da porcentagem de aproveitamento dos pré-candidatos recrutados, os partidos foram agrupados em dois grupos: partidos inclusivos (MDB, PSDB, PSB, PSOL, PPS, PTN) e partidos excludentes (DEM, PT, PV, PSC, PRB, PCdoB).

Para efeito analítico, o quadro 15 apresenta o comparativo dos processos de seleção quanto ao grau de institucionalização dos doze partidos. Para tal propósito, analisaremos as seguintes dimensões: requisitos da candidatura, critérios informais e os resultados propriamente ditos das seleções, ou seja, o quanto o partido incluiu de aspirantes nas suas listas finais. Em instituições fortes, o esperado é encontrar seleções mais inclusivas e instituições mais fracas, processos mais excludentes.

Quadro 15 - Panorama da inclusividade das dimensões dos processos de seleção nos partidos

PARTIDO	Instituição	Regras Formais	Regras Informais	Resultado da seleção
PT	Forte	Excludente	Excludente	Excludente
MDB	Forte	Inclusivo	Inclusivo	Inclusivo
PSDB	Forte	Inclusivo	Inclusivo	Inclusivo
PSB	Forte	Excludente	Excludente	Inclusivo
PSC	Forte	Excludente	Inclusivo	Excludente
PCdoB	Forte	Excludente	Excludente	Excludente
PSOL	Forte	Inclusivo	Inclusivo	Inclusivo
DEM	Média	Inclusivo	Inclusivo	Excludente
PV	Fraca	Excludente	Excludente	Excludente
PTN	Fraca	Excludente	Excludente	Inclusivo
PPS	Fraca	Inclusivo	Inclusivo	Inclusivo
PRB	Fraca	Inclusivo	Inclusivo	Excludente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Nas eleições de 2016, os doze partidos sofreram influência das regras formais e informais de formas diferenciadas, e o grau de institucionalização também afetou as organizações de maneira diversa, como demonstra o quadro 15. Dos sete partidos considerados instituições fortes (PT, MDB, PSDB, PSB, PSC, PCdoB, PSOL), apenas no

MDB, PSDB e PSOL foram encontradas seleções inclusivas em todas as dimensões. Entretanto, essas mesmas organizações não realizaram a seleção. Com isso não podemos deduzir que suas seleções foram afetadas de algum modo pela forma de suas instituições. Porém, mesmo que os resultados desses partidos não pudessem ser afetados pela força da instituição, o fato é que pelos critérios formais e informais foram mais inclusivos.

Já o PT, PSB, PSC, PCdoB apresentaram seleções diferenciadas. Enquanto o PT e PSC foram excludentes em todas dimensões, o PCdoB foi inclusivo nos critérios formais e excludentes nos demais. No caso do PT, era esperado que apresentasse um resultado de seleção excludente devido às dimensões anteriores também terem sido excludentes. E o PSC apresentou critérios excludentes nas regras formais e informais, o que levou ao resultado foi inclusivo quanto ao aproveitamento dos pré-candidatos na lista final.

Sobre o caráter excludente do processo de seleção do PT, Braga (2008, p. 272), por exemplo, associa a sua origem de “[...] partido extraparlamentar, mais vinculado a variados setores sociais, bem como ao seu perfil ideológico e à sua estratégia organizacional”. Bolognesi (2013, p. 128) corrobora com essa explicação ressaltando que, mesmo diante de mudanças profundas pelas quais o PT passou em sua estrutura organizativa, “[...] o partido ainda mantém traços de sua origem e ligações com bases sociais”. O autor ainda aponta que, à primeira vista, o MDB, PSDB e DEM se aproximariam mais do modelo *catch-all* de partido, provavelmente devido a sua preocupação mais eleitoreira dos resultados.

Entretanto, os dados dessa tese não corroboram com as afirmações de Bolognesi (2013). Pelo contrário, diante das prioridades dos critérios essencialmente objetivos das organizações no momento de escolher seus candidatos, a exemplo ser testado nas urnas anteriores, aqui defendemos que todos os partidos se encontram mais próximos ao modelo *catch-all*. Ou melhor, usando a terminologia de Panebianco (2005), as organizações se apresentaram mais como partido profissional-eleitoral, pois, das doze organizações, apenas quatro caminharam no sentido de uma fraca instituição.

O DEM apresentou uma seleção parcialmente inclusiva pois o seu resultado foi excludente. Esse resultado foi muito mais afetado pela estratégia eleitoral usada pelo partido na eleição proporcional de sair coligado com dois partidos menores do que pelo grau mediano de institucionalização que o partido atingiu, como vimos na seção anterior. No jogo da competição, o partido priorizou a eleição majoritária e determinou que os partidos aliados saíssem coligados na proporcional.

Dos quatro partidos considerados fracos institucionalmente (PV, PTN, PPS, PRB), o PV foi o que apresentou em todas as dimensões seleções excludentes, como esperado pela

hipótese dessa tese. Enquanto que o PPS foi inclusivo em todas as dimensões. O PTN apresentou-se excludente nas regras formais e informais, no entanto, o resultado final foi inclusivo. Já o PRB caminhou no sentido oposto, pois foi inclusivo nas regras formais e informais, porém o resultado foi o mais excludente diante da estratégia da coligação com partidos maiores, o que implicou numa reduzida oferta de vagas. Desse modo, os achados do PV e PTN parcialmente confirmam a hipótese de que partidos menos institucionalizados apresentariam seleções mais excludentes.

Diante dos dados do quadro 16, as dimensões dos processos de seleção dos partidos indicam uma dependência da trajetória das regras formais sobre as regras informais. Na medida em que os partidos DEM, MDB, PSDB, PSOL, PPS e PRB apresentaram regras inclusivas nos estatutos, também apresentaram regras inclusivas pela demanda dos *gatekeepers*, bem como os partidos PT, PSB, PSC, PV e PTN que apresentaram regras formais fortemente excludentes, seguiram também excludentes nas regras informais.

Comparando os processos de seleção pelas dimensões da dispersão do poder e a formalização da tomada de decisão elaborada por Norris e Lovenduski (1995), conclui-se que o tipo de seleção realizado por todos os partidos investigados é o centralizado-informal, pois uma elite central exerceu um controle considerável sobre a seleção de candidaturas. Apesar das elites terem sido locais, os processos, na vida real, ocorreram sem interferência direta do diretório nacional, apesar de poucas organizações em seus estatutos indicarem a aprovação do órgão central da lista final. Na prática, foram os dirigentes das executivas municipais que decidiram quem segue na corrida eleitoral, e também criaram os critérios informais de escolha de candidatos. Porém os resultados da pesquisa mostraram que as regras informais foram condicionadas pelas formais, pois todos os partidos que apresentaram caráter formal mais inclusivo, também tiveram critérios inclusivos do ponto de vista formal.

Com isso, apesar de previsões contrárias como Mainwaring (2001), confirmam-se os estudos de Álvares (2007) e Braga (2008) em suas pesquisas sobre a seleção de candidatos no Brasil, que os processos são centralizados e o controle das decisões se encontra em poder dos dirigentes partidários. O que a comparação nos mostrou também é que os processos variam entre os partidos políticos, ou seja, que a organização partidária conta e não é direcionada pela vontade dos líderes individuais, como também reconheceu Braga e Praça (2007).

Gallagher (1988) acredita que seria mais plausível encontrar processos mais rigorosos na demanda de candidatos em partidos mais ideológicos do que os demais, isso porque as organizações buscariam provas de comprometimento e pureza em relação aos seus programas. Já os partidos mais pragmáticos seriam inteiramente orientados para a eleição, sendo mais

tolerantes a aceitar qualquer candidato que pareça ser eleitoralmente popular. Entretanto, o que se observou na comparação dos partidos foi que, para além das questões ideológicas, todas as organizações priorizaram o aspecto do potencial eleitoral que seria, segundo a literatura, mais pertinente a partidos pragmáticos, como também ressaltou Braga e Tarouco (2010).

Porém, assim como Braga e Tarouco (2010) encontram nas eleições de 2008 em Salvador, que investigaram partidos como DEM, PSB e PSDB, com baixa procura dos aspirantes, Panebianco (2005) se mostra mais uma vez pertinente, por nos apontar que as organizações tendem a se modificar, a depender do ambiente em que se encontram. Nas eleições de 2016, o DEM foi um dos partidos mais procurados pelos aspirantes, e além disso, voltou a hegemonizar o cenário da política baiana, bem como o PSDB e o PSB, que também se transformaram na cidade, uma vez que teve a procura aumentada a ponto de, no pleito de 2008, ter inscrito apenas 36 nomes sem coligação, e em 2016 ter registrado, sem coligação, quase que o número máximo de candidatos, com 62 nomes em sua lista.

Por outro lado, diferente da literatura, a comparação também nos aponta que os partidos parecem ter se transformado, no sentido de se aproximarem ao que Panebianco (2005) chamou de partido eleitoral-profissional ou, segundo Kirchheimer (2012), o partido pega-tudo, pois todas as demandas dos porteiros, ou melhor, dos dirigentes, foram priorizando conquistar mais cadeiras no Legislativo municipal. Não houve diferenças significativas entre os partidos, se fossemos considerar sua classificação ideológica, entretanto, em relação ao tamanho, a centralização foi ainda maior nos partidos menores, contando com selecionadores ainda mais exclusivos, mas que em todos os partidos controlaram os processos.

Se considerarmos a estratégia política das coligações, a comparação nos aponta uma pequena diferença em relação ao tamanho, pois partidos menores buscam se coligar mais do que os maiores, como o PSDB e o PSB. Porém o PTN, um partido nanico nacionalmente, optou por disputar como partido único. Uma explicação plausível para essa diferença encontrada seria que, no poder local, em termos de cadeiras, o PTN, com os resultados da eleição anterior, tenha se comportado nas eleições de 2016 na disputa a vereador em Salvador como partido grande. No mais, essa tese corrobora com os estudos de Carneiro (2010), pois tanto partidos grandes como pequenos, ou como instituição forte ou fraca em termos de institucionalização, buscaram um só objetivo: candidatos com potencial eleitoral.

Porém, o perigo do recrutamento e seleção informal-centralizado, conforme aponta Norris (1997) é que, caso as lideranças não desejarem mudar os seus critérios, preservando as mesmas elites, podem acabar filtrando ainda mais seus aspirantes e bloquear mais

oportunidades. Desse modo, os processos de escolha dos seus candidatos continuarão a ser realizados nas famosas *smoke-filled rooms*, o que pode, portanto, nos ajudar a entender melhor a dinâmica interna das organizações.

A conclusão que se chega é que os partidos controlam seus processos de seleção de candidatos a partir de procedimentos próprios e são limitados pelas suas estratégias eleitorais, mesmo não podendo explicar as diferenças de inclusividade encontradas nas organizações pela teoria da institucionalização de Panebianco (2005). Os indicadores discutidos nos permitiram problematizar o dilema da institucionalização partidária, no que diz respeito ao funcionamento interno dos partidos analisados, apesar do reconhecimento da limitação temporal do objeto da tese.

O fato é que se esses índices não deram muito conta de explicar as diferenças de inclusividade e exclusividade encontradas nas dimensões da seleção de candidatos, esses dados nos mostram muito sobre o funcionamento das organizações partidárias e sua distribuição interna de poder. Considerando que, para Panebianco (2005, p. 39) o “[...] desenvolvimento organizativo dos partidos é constantemente condicionado por contínuas mudanças ambientais, que sempre podem alterar a relação entre as diferentes exigências organizativas, diversamente do que prevê o modelo”, o contexto das eleições de 2016 e as estratégias utilizadas podem ter afetado a direção da institucionalização desses partidos. Com isso, a comparação dos processos nos confirmou que dentro do controle dos dirigentes partidários sobre as seleções, há uma pluralidade de resultados possíveis, seja no sentido da inclusão de mais aspirantes ou no sentido da exclusão de nomes, muitas vezes condicionadas por restrições institucionais, como a cota de gênero, ou por estratégias políticas, como as coligações.

5.3 O IMPACTO DAS ESTRATÉGIAS ELEITORAIS NA SELEÇÃO DE CANDIDATOS: O JOGO DA DEMANDA E DA OFERTA

A partir da hipótese de que partidos mais institucionalizados tenderiam a realizar processos de seleção mais inclusivos, nesta seção analisaremos o quanto as estratégias eleitorais dos partidos interferiram nestes processos, partindo do seu posicionamento na disputa do pleito de 2016 enquanto posição X situação. Pra tal fim, utilizaremos como referência os dados sobre os números de pré-candidatos e os números das listas partidárias decorrentes da seleção das doze organizações. Esses dados nos permitem compreender melhor a lógica da demanda de aspirantes e da oferta de vagas que direcionaram como a escolha dos candidatos pelos dirigentes.

Como vimos no segundo capítulo, a possibilidade da reeleição praticamente garantida do então prefeito ACM Neto do DEM, no quarto capítulo foi apontado que a estratégia eleitoral desse partido que centralizava o campo da situação buscava articular os arranjos das coligações proporcionais a partir da sua candidatura majoritária. Foi proposto aos seus partidos coligados na eleição majoritária que saíssem coligados na eleição para vereador também. O próprio DEM adotou como estratégia, a opção de sair coligado com dois partidos menores. Essa estratégia utilizada afetou diretamente o processo de seleção, pois, dos 100 aspirantes inscritos, apenas 39 registros foram realizados, o que acarretou um aproveitamento de 39% na seleção. A partir dessa constatação vê-se que o processo foi excludente, no sentido de que a demanda foi muito maior que a oferta de vagas, o que, em parte, confirma a hipótese da institucionalização, pois o grau mediano do DEM poderia proporcionar uma seleção menos inclusiva.

Dos doze partidos analisados nesta tese, seis partidos estavam localizados do lado da situação (PMDB, PSDB, MDB, PV, PPS, PSC, PRB). Dentre esses aliados, quatro (MDB, PSDB, PPS, PRB) saíram também coligados na eleição proporcional e dois (PSDB, PSC) optaram por sair sozinhos na disputa para a Câmara Municipal de Salvador. Além da previsibilidade que se esperava da reeleição de ACM Neto, o PT como principal concorrente das competições do lado da oposição adotou a estratégia de não lançar candidatura e o nome escolhido para enfrentar a gestão bem avaliada do prefeito não conseguiu despontar no cenário eleitoral. Em seguida analisaremos, os resultados alcançados pelos partidos do lado da situação quanto aos processos de seleção de candidatos a vereador a partir dos dados do quadro 15.

Primeiro o PRB que utilizou como estratégia sair coligado ao DEM, partido do prefeito e também outro menor, o PMB. Assim como o DEM, o PRB recrutou um número expressivo de aspirantes, mas diante dessa coligação com dois partidos, o processo acabou sendo bastante excludente. O fato é que a própria lógica da coligação levou à exclusão, pois a oferta de vagas foi reduzida significativamente. Das 65 vagas disponíveis, apenas 22 nomes foram selecionados, o que também pode ser justificado pelo seu baixíssimo grau de institucionalização, tanto quanto pela sistemicidade quanto pela autonomia, se forem observados os resultados atingidos pelos indicadores do PRB, levando-o a atingir o índice mais baixo das doze organizações pesquisadas. Pode-se explicar esse processo tão excludente do ponto de vista do aproveitamento de 22% dos aspirantes, também pela falta de autonomia do partido em aceitar uma coligação que aparentemente lhe traria prejuízos.

O MDB, pelo grau forte de sua institucionalização, indicaria um processo mais inclusivo de seleção e, de fato, foi o que ocorreu com o recrutamento do partido, em virtude da oferta de vagas disponíveis ter sido maior que a demanda de candidatos. O aproveitamento dos aspirantes acabou sendo de 100%, mesmo tendo utilizado a estratégia de coligar-se com um partido menor, não foi necessário realizar nenhum corte na sua lista final.

Assim como o MDB, o PSDB também foi considerado como uma instituição forte. Porém, para além da estratégia utilizada e do grau de institucionalização, acabou sendo inclusivo porque a oferta de vagas foi maior que a demanda de aspirantes. O partido registrou 62 candidatos, num limite máximo de 65 registros. Considerando a observação de Braga e Pimentel Jr. (2013), o partido que lançar mais candidatos pode aumentar sua possibilidade de conquistar mais vagas, mesmo não tendo relação direta entre lançar mais nomes e vencer eleições. Mas como destaca Carneiro (2010) em seu desenho da pipa, na seleção de candidatos no legislativo, sem rabiola a pipa não sobe. Em certa medida, quanto mais candidato, maior a possibilidade de conquistar cadeiras.

Já o PV, diante da estratégia da coligação com o SD, acabou filtrando apenas 40% dos aspirantes recrutados. Como já esperado, a diminuição da oferta de vagas afetou diretamente a seleção, apesar da demanda não ter sido expressiva. Esperava-se, inclusive, uma maior demanda de aspirantes, em virtude da estreita relação do partido com o partido do prefeito. Porém, a estratégia do partido frente para a competição foi registrar apenas 16 candidatos. Dos doze partidos analisados, essa foi à lista com o menor número de candidaturas, e também a que proporcionou eleger a segunda maior bancada com 4 vereadores, perdendo apenas para o DEM, o que mostra a importância da estratégia frente ao à competitividade do cenário.

A decisão do PSC em não fazer coligação na eleição proporcional pode ser explicada pelo forte grau da sua institucionalização, diferente do PV, que aceitou a imposição do prefeito de se coligar, o que corrobora com sua instituição fraca. Porém, soube contornar essa escolha selecionando, dentre a sua demanda, apenas os candidatos mais competitivos para buscar atingir quociente suficiente para eleger o máximo de cadeiras possíveis. O PSC foi o partido que mais atraiu pré-candidatos nas eleições de 2016, o que já implica num caráter excludente da seleção pela lógica da demanda e da oferta. O fato é que a estratégia utilizada contribuiu para que o partido tivesse conquistado nas eleições de 2016 duas cadeiras.

A estratégia acabou afetando o PPS, que também teve um caráter excludente na seleção, pelo mesmo motivo da oferta de vagas e demanda. Dos 78 pré-candidatos recrutados, apenas 36 foram escolhidos em virtude da coligação. Como uma instituição fraca, essa estratégia da coligação poder ser vista também pela pouca autonomia do partido frente aos

arranjos determinados pelo DEM na majoritária, ou pela lógica de Panebianco (2005), para o qual os partidos, ao buscar sobreviver na lógica competitiva das eleições, acabam se adaptando ao ambiente. O fato é que o partido manteve sua bancada com dois vereadores eleitos em 2016.

A disputa prevista no cenário eleitoral de 2016 em Salvador era centrada em torno da reeleição de ACM Neto, e virtude disso uma das estratégias do lado da oposição foi tentar pulverizar as candidaturas majoritárias, como visto no segundo capítulo. Além disso, o PT precisava ainda reverter à imagem negativa diante das crises políticas e da decisão histórica da política soteropolitana de não lançar candidato para concorrer à prefeitura. Do lado da oposição estavam três partidos (PSB, PCdoB, PTN) junto com o PT. O PSOL politicamente estava na oposição no enfrentamento ao prefeito ACM Neto mas o comportamento na Câmara Municipal era de partido independente.

Como já esperado no segundo capítulo, confirmou-se a o caráter de seleção excludente associado ao PT e PCdoB. Ao se coligarem com o PSD também reforçaram o critério de exclusão, de forma que cada partido ficou com um número de vagas relativamente equilibradas na lista final. Diante da demanda de 65 aspirantes no PT e 68 do PCdoB, os processos acabaram sendo excludentes pela estratégia utilizada, levando o PT a registrar 27 candidatos e o PCdoB 21. A estratégia de coligação para o PCdoB implicava no risco maior de na proporcional de eleger menos, mas com possibilidade de obter vantagens em relação ao tamanho do PT na eleição majoritária. Como instituições fortes, agiram de modo a sobreviver no contexto da competição eleitoral de 2016, totalmente desfavorável para partidos da oposição. O fato é que o PT conseguiu conquistar três cadeiras, e o PCdoB elegeu dois representantes.

A esperada inclusividade da seleção no PSB foi confirmada pelos dados da oferta e da demanda. Dos 60 aspirantes recrutados, a lista final contou com 52 nomes inscritos. Bem verdade que o partido poderia ter inscrito todos os aspirantes, haja visto o limite máximo ser de 65 nomes. Entretanto, a literatura já vem alertando para o não preenchimento de todas as vagas disponíveis, o que foi confirmado pelo porteiro PSB, ao afirmar que nunca aceitaria uma coligação com o PT, por exemplo, uma vez que esse partido possuem candidatos mais competitivos, por serem de um partido maior, e a densidade eleitoral deve ser sempre o critério relevante no uso da estratégia da coligação. A justificativa apresentada para o não preenchimento das vagas é a falta de candidatos competitivos, com base eleitoral e que possam agregar votos ao partido, e, como resultado, o partido teve apenas um representante eleito.

O PTN apresentou um aproveitamento dos aspirantes de 58%, ou seja, dos 112 nomes recrutados foram inscritos em sua lista final os 65 candidatos possíveis pela legislação, o que sinaliza uma estratégia diferente do PSB, pois o partido objetivou, na seleção, preencher o limite máximo de vagas. Como já esperado pela estratégia da não coligação, o caráter mais inclusivo, no sentido da demanda e da oferta, foi verificado, e pode ter influenciado no resultado final, que levou o partido a conquistar, na corrida eleitoral de 2016, três cadeiras na Câmara Municipal de Salvador, mesmo diante do contexto político desfavorável.

O caso do PSOL também segue a lógica do MDB e do PSDB, apesar já que não houve mais procura do que oferta de vagas. Portanto, não se pode dizer se as estratégias afetaram os processos de seleção, pois nesses casos, não houve necessidade de selecionar apenas o recrutamento. O que parece evidente é que nas eleições de 2016 esses partidos não foram tão atraentes para seus filiados ou aventureiros que desejassem entrar no mundo da política ou aos que pretendessem dar continuidade a sua carreira nestas instituições. Inúmeras são as questões que poderiam explicar esse dado, entretanto fogem dos objetivos deste trabalho.

Como dito no segundo capítulo, as eleições para prefeito e para vereador estão bastante conectadas. Se pela lei da demanda e da oferta não é possível analisar a influência das estratégias escolhidas pelo PSOL, PSDB e PSDB, pelos resultados da eleição podemos arriscar a dizer, mesmo reconhecendo que as eleições envolvem diversas questões para além das organizações partidárias, que as estratégias parecem ter contribuído para que o aumento dos representantes eleitos do PSDB e MDB. Esses partidos elegeram dois vereadores nas eleições de 2012, porém, nas eleições de 2016 elegeram três, já o PSOL conseguiu reeleger sua primeira cadeira conquistada no pleito anterior. Pode ser visto, *a priori*, como o efeito da reeleição do prefeito de DEM, que também elegeu seis vereadores e o PRB, que tinha se coligado com o próprio DEM, também aumentou suas cadeiras para três representantes.

Como pode ser visto nessa seção, as estratégias eleitorais, principalmente as coligações e posição do partido frente ao governo, interferem diretamente na seleção de candidatos. Tanto do lado da situação quanto da oposição foram as estratégias que mais interferiram nas seleções, inclusive as regras informais que nortearam as escolhas dos *gatekeepers* eram flexibilizadas de acordo com as estratégias utilizadas pelos partidos, como deixou evidente no quarto capítulo as falas desses porteiros. Os resultados seguem os caminhos de Machado (2012, p. 13), que defende que “[...] o sistema eleitoral brasileiro reforça a necessidade dos líderes de agir estrategicamente com o objetivo de eleger representantes”. Levando em conta os efeitos da organização partidária na arena eleitoral, não foram encontradas diferenças entre os partidos forte, médio ou fraco institucionalmente, pois

os comportamentos demonstraram seguir o caminho apontado por Carneiro (2009), para o qual as listas de candidatos são elaboradas com bases estratégicas e cálculos matemáticos, como no caso do PSB que, mesmo não utilizando a regra da coligação, não houve sequer esforço para preencher a lista em sua totalidade.

Com base nas tipologias de partidos apresentadas no primeiro capítulo, destaca-se, nessa seção, a primeira semelhança marcante encontrada nos processos de seleção de candidatos quanto à própria natureza dos partidos. Como vimos, ganhar as eleições e conquistar o máximo de cadeiras possíveis foram prioridades dos selecionadores nas doze organizações investigadas. Foi visível a importância dada à estratégia do jogo eleitoral e a busca por candidatos competitivos que pudessem agregar o máximo de votos à legenda para que a pudessem eleger mais vereadores, o que tornou esses partidos mais próximos ao que Panebianco (2005) chamou de partidos eleitorais-profissionais, mesmo nos que não selecionaram candidatos a vereador nas eleições de 2016 (PSOL, MDB, PSDB), pois apenas recrutaram nomes, levando à constatação de uma "progressiva profissionalização" na disputa proporcional dessas organizações na capital baiana. Nesse sentido, levando em conta que não houve diferenças entre os graus de institucionalização, também pode ser esperado que a identidade partidária com o tempo tenda a se evaporar também, como alertou Mair (2003).

5.4 CONSEQUÊNCIAS DAS SELEÇÕES: OS PERFIS SELECIONADOS E A REPRESENTATIVIDADE DAS LISTAS

Depois de discutir as informações relativas aos processos de seleção de candidatos, no terceiro e quarto capítulos, e também da comparação entre os partidos quanto ao grau de institucionalização, é chegado o momento de conhecer quem foram os aspirantes que passaram pelos filtros das regras legais, estatutárias e informais e conseguiram se apresentar ao eleitorado de Salvador, na eleição de 2016. O objetivo desta seção é apresentar os perfis selecionados pelos partidos estudados, analisando possíveis diferenças encontradas entre os candidatos e os pré-candidatos, e com isso, apontar reflexões sobre a representatividade das listas finais registradas no TSE.

Como já foi abordado no primeiro capítulo, há uma parte dos estudos no Brasil dedicados a investigar o perfil socioeconômico das elites parlamentares. Entretanto, são muitas as dificuldades em abarcar todo o processo de filtragem, o que fez muitos trabalhos priorizarem a etapa final da corrida eleitoral e analisarem os perfis dos candidatos e eleitos, ou mesmo apenas dos eleitos. Esta seção tem o intuito de trazer novas contribuições para o tema

na medida em que analisa se as seleções realizadas implicaram também em filtro de perfis diferentes com relação à representatividade demográfica das listas.

Para melhor refletir sobre a representação demográfica (discutida teoricamente no primeiro capítulo) daqueles que conseguiram vencer a corrida até o registro final das candidaturas, foram coletados no banco de dados do TSE os dados de todos os escolhidos a disputarem o cargo de vereador no pleito de 2016, na cidade de Salvador. A partir dos resultados encontrados, a questão da representação demográfica será tratada, verificando se os perfis encontrados se afastam ou se aproximam do retrato da sociedade, à luz de autores como Best e Cotta (2007). Considerando que o processo de recrutamento legislativo pode influenciar a composição do legislativo e, por essa via, pode discutir até que ponto a sociedade se vê representada no sistema político. É possível haver certas características sociais que possuam maiores chances de vencerem as barreiras da lógica do recrutamento do que outras.

Oliveira (1997, p. 20) destaca que “[...] os estudos sobre recrutamento de mulheres e negros para cargos políticos no Brasil enfatizam a influência de fatores da oferta e fatores de demanda na definição dos seus padrões de representação política”. Ao analisar o perfil dos candidatos eleitos e não-eleitos nas eleições municipais de Salvador no pleito de 1992, o autor indicou a ideologia partidária e as estratégias da competição eleitoral como possíveis fatores de interferência na composição das listas de candidatos pelos partidos naquele pleito.

As variáveis analisadas são sexo, idade, cor, religião, profissão/ocupação e escolaridade. No primeiro momento serão apresentados os resultados dos dados coletados pela amostra dos 120 questionários aplicados entre os candidatos e não candidatos. No segundo momento, serão expostos os dados dos 512 candidatos registrados pelos 12 partidos no TSE.

Segundo os dados de IBGE (2010), 46,67% da população de Salvador é masculina e 53,32% feminina. Na tabela 13 será analisado primeiro o perfil do sexo dos que almejam o cargo de vereador nas eleições de 2016.

Tabela 13 – Sexo dos candidatos e não candidatos nas eleições de 2016

	Fem		Masc		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Candidatos	24	31,20	53	68,80	77	100
Não candidatos	13	30,20	30	69,80	43	100
TOTAL	37	30,80	83	69,20	120	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

A pesquisa apresenta um percentual de 69,2% de homens 30,8% de mulheres, considerando os candidatos e não candidatos como aspirantes. Ao analisar entre os extratos, essa pequena diferença praticamente se mantém. Interessante que esse percentual corresponde também à legislação eleitoral de cotas de gênero de 30%, que determina o preenchimento mínimo de candidaturas femininas dentro das listas partidárias. Esse dado encontrado na tabela 13, comparando com os dados demográficos de Salvador, mostra diferença em quantitativo de homem e mulher. Para Araújo e Alves (2007), a política afirmativa de reserva de vagas tende a exercer um efeito de diminuição das diferenças organizacionais quanto à inclusão feminina nas listas.

Álvares (2008), a esse respeito, destaca sobre os impactos que as candidaturas femininas têm causado nos ambientes políticos as quais se integram. Um deles está nas chances do “casamento” entre mulheres e partidos relacionar-se com o potencial eleitoral de seus nomes, sem contar as barreiras constatadas que as trajetórias políticas das mulheres passam, desde os dois degraus de recrutamento (simpatizantes e filiados) até a escolha dos nomes a disputar a representação parlamentar.

Tabela 14 – Faixa etária dos candidatos e não candidatos nas eleições de 2016

	Até 34		35-49		50-59		60 ou mais		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Candidatos	15	19,50	34	44,20	23	29,90	5	6,50	77	100,00%
Não candidatos	9	21,00	18	41,90	14	32,60	2	4,60	43	100,00%
TOTAL	24	20	52	43,30	37	30,90	7	5,80	120	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A tabela 14 analisa a faixa etária dos candidatos, que vai entre 20 a 74 anos. Nessa faixa etária, a predominância está de 35 a 59 anos nos dois extratos, totalizando 74,2%. Entre os não candidatos, esses dois intervalos representam 62,5%, com uma maioria de 44,2% de candidatos entre 35 a 49 anos, e também nos não selecionados, com 41,9%, o que aponta uma composição nessa faixa etária entre os pretendentes, se analisarmos o total de 52 de 120 entrevistados, representando 43,3% da amostra total. Observa-se, com essa predominância da faixa entre 35 e 49 anos, um perfil mais velho, tanto entre os não candidatos como candidatos. Comparando com os dados demográficos de Salvador do IBGE (2010), que apresenta apenas 15% da população entre a faixa de 35 a 59 anos, percebe-se uma diferença expressiva entre esses espelhos da sociedade e das demandas de candidatos e não candidatos, o que pode sugerir uma baixa participação da juventude nos processos partidários nessa cidade.

Estudos raciais que discutem questões da população negra no Brasil costumam agregar as categorias preta e parda em suas análises como sendo correspondente à etnia negra. O próprio Estatuto da Igualdade Racial em seu artigo IV define população negra como sendo “[...] o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam auto definição análoga” (BRASIL, 2003). Uma das justificativas desse somatório é a semelhança entre os indicadores socioeconômicos de cada um desses grupos (pretos e pardos), o que os diferencia consideravelmente dos dados referentes à população branca.

Tabela 15 – Cor dos candidatos e não candidatos nas eleições de 2016

	Branca		Pardo		Preta		Amarelo		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Candidatos	11	14,33	29	37,70	36	46,80	1	1,30	77	100%
Não candidatos	8	18,60	11	25,60	24	55,8	0	0	43	100%
TOTAL	19	15,80	40	33,33	60	50	1	0,83	120	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Levando em conta essa questão, a população negra representou 83,3% dos recrutados nesta pesquisa, sendo que tanto entre candidatos (46,8%) pretos e (37,7%) pardos e entre os não candidatos (55,8%) pretos e (25,6%) pardos, a maior porcentagem se declarou preto, em seguida, pardo. Os candidatos que se declaram brancos somam 14,33% e, por fim, apenas 1,3% da amostra de candidatos consideraram-se amarela, e nenhum dos não candidatos se declarou indígena. Essa porcentagem expressiva está relacionada ao fato da capital da Bahia ser uma das cidades com maior população negra do mundo, como mostra os dados de 79,23% da população negra do IBGE (2010).

A opção por adotar essa categoria de população negra como sendo pretos e pardos também diz respeito a questões sociodemográficas que envolvem toda a discussão dos censos brasileiros no quesito cor. Os dados sobre essa variável indicam que não podemos atribuir, em Salvador, a sub-representação de não brancos à relativa escassez nas listas de candidatos, como evidenciaram Campos e Machado (2015) e Oliveira (1997).

O próprio Tribunal Superior Eleitoral ignorou, durante muito tempo, essa categoria de análise em seus dados sobre os candidatos que disputavam as eleições no Brasil. Somente a partir das eleições de 2014 foi inserido o quesito cor no registro das candidaturas. Isso dificultou durante muito tempo pesquisas acerca da cor dos candidatos e/ou eleitos no Brasil.

Assim como o quesito cor/etnia, a questão religião também foi autodeclarada no questionário aplicado. Para a codificação desse item na presente pesquisa, também foi se

seguiu como parâmetro as categorias utilizadas pelo IBGE. Segundo o referido Instituto, existem no Brasil as seguintes denominações religiosas: católica, evangélica, espírita, umbanda e candomblé. São também consideradas outras religiosidades e pessoas que declaram não ter religião.

Tabela 16 - Religião entre os candidatos e não candidatos na eleição de 2016

	Católica		Evangélica		Espírita		Candomblé/Umbanda		Outros		S/ Religião		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Candidatos	29	37,70	15	19,50	5	6,50	7	9,10	3	3,90	18	23,40	77	100
Não candidatos	17	39,50	11	25,60	2	4,70	8	18,60	2	4,70	3	7,00	43	100
TOTAL	46	38,3	26	21,6	7	5,83	15	12,5	5	4,2	21	17,5	120	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Sobre o perfil religioso dos entrevistados, 38,3% se declaram católicos, seguido de 21,6% de evangélicos, em seguida 17,5% apareceram os que se autodeclararam sem religião e por fim 12,5% se declararam ser de umbanda de candomblé. Um dado interessante é que católicos e evangélicos juntos predominam 59,9% da amostra, tanto entre os candidatos (57%) quanto entre os não candidatos (64%). Porém, aqui nessa variável, houve diferenças entre estes dois estratos.

Entre os não candidatos, tiveram mais aspirantes evangélicos (25,6%) e de matriz africana (18,6%) do que entre os candidatos 19,5 % e 9,1%, respectivamente. Já entre os candidatos (23,4%) o percentual dos que não possuem religião foi bem maior que entre os não candidatos (7%). Nesse item, diferente de muitas questões analisadas, as diferenças entre os partidos foram chamativas, e uma possível explicação para essas diferenças está na natureza desses partidos. Tanto no PRB quanto no PSC todos os entrevistados são evangélicos e não foram encontrados não candidatos de outras religiões, exceto um candidato católico e outro espírita no PCS.

Em Salvador, segundo os dados do IBGE (2010), a religião católica corresponde a 51,5% da população, seguida das religiões evangélicas com 19,6%, e logo em seguida as pessoas sem religião, com 17,6%. Apesar do número de católicos ainda representar a maioria entre os candidatos, a quantidade de evangélicos desejando entrar no mundo da política chama atenção e abre espaço para importantes.

Com relação ao nível de escolaridade, na tabela 17, utilizou-se a mesma codificação do TSE que classifica em nove categorias de instrução, para melhorar a análise dos dados. Isso porque algumas categorias foram muito pouco representativas. Apesar do TSE inserir a

categoria analfabeto e aqueles que apenas “lê e escreve”, nesta pesquisa não foi encontrado nenhum candidato ou não candidato nessas categorias de escolaridade.

Tabela 17 - Escolaridade entre os candidatos e não candidatos na eleição de 2016

	Fundamental		Médio		Sup. Incompleto		Sup. Completo		Pos-graduação		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Candidatos	2	2,6	16	20,8	16	20,8	37	48,1	6	7,8	77	100
Não candidatos	2	4,6	11	25,6	7	16,3	17	39,5	6	14,0	43	100
TOTAL	4	3,3	27	22,5	23	19,17	54	45,0	12	10,0	120	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

A maioria dos entrevistados possuía formação superior completa, tanto entre os candidatos (48%) quanto entre os não candidatos (40%), enquanto que entre os não candidatos, o seguinte percentual maior foi daqueles que declararam ter ensino médio (26%), depois superior incompleto (16%). Entre os candidatos não houve diferenças entre ensino médio e superior incompleto, pois ambos apresentaram 21% da amostra. Esses dados sugerem que o nível de instrução importa no processo de seleção, já que ambos os extratos possuem ensino superior e parece ter havido uma relevância na escolha dos nomes.

Considerando os dados do IBGE (2010), no município de Salvador, apenas 14,6% da sua população possui o superior completo, sendo que a maior porcentagem do nível de escolaridade está no ensino médio completo ou superior incompleto (37,7%), seguido de 27,3%, com apenas ensino fundamental completo ou alfabetizado, e de 15,71% com ensino fundamental completo ou médio incompleto, e ainda, 4,7% apresentam os analfabetos ou com ensino fundamental incompleto.

Sobre essa lógica da competição em privilegiar os aspirantes com maior escolaridade, Perissinoto e Miriade (2009, p.320) adverte que a política partidária “[...] não admite amorismo. Profissionalizar-se é um imperativo que se coloca a todos os partidos como o resultado lógico da dinâmica eleitoral institucionalizada”.

Como aponta a literatura, a probabilidade de um candidato de um partido de esquerda depender mais dos incentivos fornecidos pela organização é maior do que um candidato oriundo de um partido de direita. Isso se deve a provavelmente pertencerem a extratos sociais mais altos e com isso deterem de recursos próprios para custear suas campanhas, o que poderia dispensar uma longa trajetória em seu partido e iniciar sua carreira em postos mais altos, como o cargo de deputado. De modo que nos partidos de esquerda, a probabilidade de dependência da organização poderá ser maior, na medida em que muitos candidatos são de camadas mais baixas da sociedade, o que exigiria uma profissionalização da atividade política

para que venha a ter acesso aos incentivos e recursos fornecidos pelo partido, o que exigiria iniciar sua carreira em postos mais baixos da hierarquia política.

Tabela 18 – Ocupação⁷⁷ dos candidatos e não candidatos na eleição de 2016

	Assalariado		Serviço Público		Professor		Prof. Liberal		Autônomo		Empresário		Políticos		Outros		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Candidatos	15	19,5	11	14,3	8	10,4	20	26,0	10	13	3	39,0	6	7,8	4	5,2	77	100
Não candidatos	2	4,7	13	30,2	11	25,6	3	7,0	1	2,3	7	16,3	4	9,3	2	4,7	43	100
TOTAL	17	14,2	24	20,0	19	15,8	23	19,2	11	9,2	10	8,3	10	8,3	6	5,0	120	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Analisando os dados sobre as ocupações na tabela 18, encontram-se algumas diferenças entre os dois estratos. Entre os candidatos, o percentual maior foi entre os profissionais liberais (26%), seguido dos assalariados (19,5%) e servidores públicos (14,3%). Já entre os não candidatos, os servidores públicos (30,2%) representaram a maior porcentagem, seguidos dos professores (25,6%) e em seguida dos empresários (16,3%). Esse quadro ocupacional dos entrevistados indica que os escolhidos são extraídos de segmentos seletos de uma determinada parcela da sociedade, o que indica que setores da sociedade mais vinculados à escolaridade, como os profissionais liberais, têm mais chances de entrar para a política.

Apesar de diversos setores ocupacionais estarem presentes em todos os partidos, apenas um número restrito de ocupações representa a maioria expressiva dos membros de cada bancada partidária. No município de Salvador, o setor de serviços predomina, com um percentual de 57,37%, seguido do setor de serviços, com 17,30%, e logo após o setor de construção, com 8,73%. Nesse sentido, a relação com os dados da pesquisa fica menos evidente, porém, os dados do perfil ocupacional dos candidatos e não candidatos já demonstram uma predominância no recrutamento por profissões e ocupações mais liberais, como apontou Rodrigues (2002, p.40): “São essas categorias majoritárias que traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político”.

⁷⁷ Essa questão também foi autodeclarada como os quesitos cor e religião. Para efeito de codificação, foram considerados assalariados: secretário(a), técnico de segurança, gerente comercial, técnico de manutenção, auxiliar administrativo, técnico de radiologia, bancário, técnico de enfermagem, vigilante, vendedor, porteiro, técnico de som, rodoviário. Foram considerados profissionais liberais: administrador, advogado, contador, nutricionista, farmacêutico, enfermeiro, economista, jornalista, publicitário, terapeuta. Foram considerados trabalhadores autônomos: pescador, fotógrafo, ator, radialista, motorista, investigador, taxista, músico. Foram considerados outros: aposentado, estudante, agente de saúde, presidente e gestores de ONG. Na categoria de Professores/Magistério, foram inseridas também ocupações relacionadas ao setor de educação como gestores escolares e pedagogos. E na categoria de servidores públicos foram excluídos aqueles relacionados ao magistério e também os professores da rede municipal e estadual.

A seguir serão apresentados, por partido, os dados referentes às mesmas variáveis de perfil analisadas pelo extrato entre candidatos e não candidatos, porém, as próximas tabelas são referentes aos dados coletados no TSE das listas finais de candidatos registrados pelos doze partidos para as eleições municipais de Salvador. A tabela 19 mostra o resultado da variável sexo dos candidatos registrados pelos partidos. Oliveira (1997) também encontrou, em sua pesquisa sobre outra eleição, 88,5% de homens candidatos à Câmara Municipal de Salvador.

Tabela 19 - Sexo dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador

Partido	Feminino	%	Masculino	%	TOTAL	%
PT	09	33,33	18	66,66	27	100
DEM	12	29,26	29	70,73	41	100
PCdoB	08	38,09	13	61,90	21	100
MDB	21	38,18	33	61,81	54	100
PSOL	15	30,61	34	69,38	49	100
PSDB	19	30,64	43	69,35	62	100
PSC	20	30,76	45	69,23	65	100
PV	05	31,25	11	68,75	16	100
PTN	20	30,76	45	69,23	65	100
PSB	16	29,62	38	70,37	54	100
PPS	11	30,55	25	69,44	36	100
PRB	08	36,36	14	63,63	22	100

Fonte: Elaboração a partir de dados do TSE

Pode-se observar que, de fato, todos os partidos cumpriram a cota de gênero, e apresentaram percentuais em torno dos 30% para mulheres. Considerando que entre os não candidatos também não houve muita demanda de não candidatas, os dados apontam que os processos partidários não foram diretamente responsáveis pelo o filtro de gênero do perfil apresentado de maioria expressiva masculina.

Todavia, Norris (2013, p. 16) adverte que qualquer estudo sobre quem escolhe acaba sempre negligenciando uma questão logicamente anterior ao processo de seleção: qual seria a demanda disponível para os *gatekeepers* de escolha?, partir do reconhecimento de que “[...] certos grupos como minorias étnicas são desencorajados por regras formais ou informais do jogo político e nem sequer almejam perseguir uma carreira eletiva”.

De acordo com a Tabela 19, os partidos DEM e PSB se aproximaram bastante do percentual exigido pela legislação eleitoral na cota de sexo, enquanto que o PCdoB, MDB e PRB obtiveram porcentagens maiores do que a exigida. Com isso, é constata-se que ainda há mais homem do que mulheres no universo da política, por diversos motivos que dificultam a presença das mulheres nesses espaços, o que nos leva a refletir sobre as dificuldades encontradas no processo de escolha quanto à necessidade de atingir esse limite, que foram

inclusive mencionadas pelos porteiros. Os dados revelam que todos os partidos selecionaram o número de mulheres muito próximo ao exigido pela regra formal.

Utilizando a justificativa de pouca demanda das mulheres pelas candidaturas, organizações partidárias vêm adotando práticas de nomes “fantasmas” para finalizarem seus processos de seleção, obedecendo ao limite legal do sexo. Muitas dessas mulheres nem chegam a competir de fato, apenas compõem as listas finais, por isso muitas têm sido denominadas de candidatas-fantasma.

Para Álvares (2008, p. 930), “[...] a motivação para a competição eleitoral e a convivência com as ‘coisas da política’ ainda se tornam um forte empecilho para os resultados mais equilibrados na competição eleitoral entre os gêneros”. Essa diferença expressa na tabela acima também pode indicar as diferenças de trajetórias político-eleitorais, enquanto os homens historicamente foram inseridos no universo da política muito mais cedo, desde o direito ao voto, até a ocupação de cargos de direção nos partidos e nos governos, as mulheres entraram para a vida política recentemente e com muita luta. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em meados do século XX, exatamente em 1932, e houve muitas barreiras formais e informais que afastaram as mulheres do centro da política por muito tempo. Uma das tentativas para diminuir essa distância foi a adoção de políticas afirmativas, como é o caso da reserva de vagas nas eleições para o Legislativo.

Na tabela 19 foi constatada que a faixa etária que compreende o maior número de candidatos é a faixa entre 35 e 49 anos. Nove partidos (PRB, PSB, PPS, MDB, PSOL, PTN, PSDB, PSC, PV) apresentaram maiores percentuais nesse intervalo de idade. Já o PCdoB e PT tiveram mais registros de candidaturas no intervalo entre 50 e 59 anos, mas todos concentraram seus nomes entre 35 e 59 anos. O DEM chamou atenção, porque teve a mesma proporção de candidatos nos dois intervalos, o que parece demonstrar pouca inclusão ou demanda da juventude, como também dos idosos na representação legislativa. Para Norris e Lovenduski (1995), a explicação das diferenças encontradas entre as idades dos candidatos pode ser mais pela oferta de candidatos do que pela demanda dos selecionadores.

Tabela 20 - Idade dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador

Partido	Até 34 anos		35 a 49 anos		50 a 59 anos		Acima de 60 anos		Total	
	anos	%	anos	%	anos	%	anos	%	anos	%
PT	04	15%	06	22%	12	44%	05	19%	27	100%
DEM	05	12%	16	39%	16	39%	04	10%	41	100%
PCdoB	-	-	08	38%	11	52%	02	10%	21	100%
MDB	10	18%	20	37%	15	28%	09	17%	54	100%
PSOL	06	12%	26	53%	14	29%	03	06%	49	100%
PSDB	5	08%	32	52%	16	26%	09	14%	62	100%
PSC	06	09%	38	58%	17	27%	04	06%	65	100%
PV	01	06%	12	75%	03	19%	-	-	16	100%
PTN	09	14%	30	46%	18	28%	08	12%	65	100%
PSB	05	09%	24	45%	20	37%	05	09%	54	100%
PPS	02	06%	20	55%	11	31%	03	08%	36	100%
PRB	03	14%	12	55%	06	27%	01	04%	22	100%

Fonte: Elaboração a partir de dados do TSE

Como o cargo de vereador é o primeiro da base na carreira parlamentar, era de se esperar encontrar uma maioria de jovens interessados em participar da disputa, mas não foi essa a realidade observada nos dados. Dessa forma, como os dados dos não candidatos também apresentaram maiores percentuais entre essas faixas etárias, não podemos supor que os jovens foram excluídos. Isso nos remete à literatura acima, que aponta que o mais provável seja a pouca procura de candidatos entre os mais jovens ou mais idosos.

Oliveira (1997), ao estudar as eleições municipais de Salvador, salienta a presença significativa de candidatos afro-brasileiros nas disputas eleitorais de 1992, destacando que naquele ano houve uma participação de indivíduos de diversas origens sociais e raciais, embora tenha ressaltado o problema das poucas candidaturas femininas.

Em seu trabalho, Campos e Machado (2014, p. 10) também avaliaram a existência de um viés racial no recrutamento de candidaturas pelos partidos nacionais. “Sobretudo porque as dinâmicas partidárias parecem ter grande peso na sub-representação política dos negros”. Porém, conclui que a sub-representação dos negros não pode ser atribuída à carência de candidatos na oferta agregada das listas partidárias.

O autor ressalva que não encontrou diferenças de recrutamento entre partidos quanto a sua ideologia, como apontava a literatura. Contudo, observou diferenças quanto ao tamanho do partido. Partidos grandes tiveram menos negros que partidos pequenos, e a hipótese sugerida estaria no recrutamento de lideranças locais dos partidos em bairros mais populares, e também na exigência do nível educacional mais alto dos candidatos. Nesse caso, o ensino superior seria, para o autor, o elemento fundamental para o afastamento dos não brancos das listas.

Tabela 21 – Cor dos candidatos a vereador por partido na eleição de 52016 em Salvador

Partido	Branca	(%)	Parda	%	Preta	%	Amarela	%	TOTAL
PT	3	11%	6	22%	18	67%	-	0%	27
DEM	9	22%	20	49%	12	29%	-	0%	41
MDB	9	17%	26	48%	19	35%	-	0%	54
PSDB	19	31%	32	52%	11	18%	-	0%	62
PSB	3	5%	26	48%	25	46%	-	0%	54
PRB	4	18%	12	55%	6	27%	-	0%	22
PSC	12	18%	28	43%	25	38%	-	0%	65
PPS	6	17%	22	61%	8	22%	-	0%	36
PCdoB	1	4,5%	9	43%	10	48%	1	4,5%	21
PV	3	19%	6	38%	7	44%	-	0%	16
PSOL	5	10%	13	26%	31	63%	-	0%	49
PTN	13	20%	29	45%	22	34%	1	1%	65
Total	87	16,95%	229	44,63%	194	37,81%	2	0,38%	512

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Corroborando os achados de outras pesquisas, não foram encontradas diferenças que apontem que a cor, ainda que em viés de filtro no recrutamento dos candidatos para vereador em Salvador, isso devido a todos os partidos apresentarem porcentagens maiores que 70% dos candidatos considerados pretos e pardos. Os maiores percentuais de pretos foram no PT (67%), PSOL (63%), PCdoB (48%) e PV (44%). Quanto aos brancos, estes estão representados no PSDB (31%), DEM (22%), PTN (20%) e PV (19%). Quando agregados pretos e pardos, todos os partidos tiveram seus dados para população negra muito superior ao quantitativo de candidaturas de mulheres.

Desse modo, se confirma também o questionamento de Oliveira (1997, p. 41), de que o principal obstáculo dos negros não estaria na oferta de candidatos, evidenciando também que não houve diferenças entre os dois extratos analisados, o que leva a deduzir, como aponta o autor, que o problema da baixa representação dos negros nos parlamentos possa se relacionar “[...] com as instituições que regulam o recrutamento político”.

Desse modo, a hipótese de Campos (2014) sobre a escolaridade como filtro pode ser mais plausível, visto que a educação superior é um dilema para os negros no contexto brasileiro, principalmente porque a desigualdade, quanto à escolaridade, motivou a implantação de políticas afirmativas de cotas para negros nas universidades, visando diminuir as distâncias das desigualdades sociais e raciais.

Os dados relativos à escolaridade, na tabela 22, mostram que foi bastante elevado o grau de instrução dos candidatos. A maior parte dos partidos apresentou mais candidatos com nível superior, seja completo ou incompleto. Apenas o PSDB (55%), o PTN (48%) e o PRB (48%) tiveram mais candidatos com ensino médio (completo e incompleto) do que ensino superior. Os partidos que apresentaram maiores percentuais de candidatos com ensino fundamental foram o PPS (17%), o PRB (17%) e o PTN (14%).

Tabela 22 – Escolaridade dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador

Partido	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
PT	-	-	1	7	9	10	27
DEM	1	3	3	9	4	21	41
PCdoB	-	1	-	7	3	10	21
MDB	1	3	1	22	6	21	54
PSOL	3	2	1	16	8	19	49
PSDB	1	3	3	31	1	23	62
PSC	2	4	3	22	10	24	65
PV	-	1	-	5	2	8	16
PTN	4	5	6	25	5	20	65
PSB	2	3	2	21	4	22	54
PPS	2	4	2	9	4	15	36
PRB	2	2	2	9	1	7	23

Fonte: Elaboração a partir de dados do TSE

Os dados agregados do ensino superior do PT (70%), DEM (61%) e PCdoB (62%) chamam atenção, porque expressivamente os percentuais demonstram que a escolaridade parece ter sido um critério relevante. No quarto capítulo, o porteiro do PT deixou claro que a escolaridade era um critério informal estabelecido para recrutamento político do partido. Os dados confirmam esse critério de forma tão clara, que nenhum candidato com apenas ensino fundamental foi selecionado.

Entretanto, essa informação está na contramão de outros estudos, como o de Bolognesi (2009) que apontam o PT como o partido mais inclusivo do Brasil, por ter apresentado candidatos que possuíam capital escolar mais baixo, relacionando essa informação com a origem vinculada à classe trabalhadora. Olhando para o PT atual em Salvador pode-se afirmar, tendo a escolaridade como referência, que foi o mais excludente. Assim, se abre uma agenda de pesquisa futura, a fim de investigar profundamente se esse critério de exclusão de candidaturas com o viés educacional é uma característica particular do PT em Salvador ou se é uma tendência nacional. Se a tendência é nacional, a pergunta que se coloca é: como e quando se deu essa mudança na seleção dos candidatos petistas?

Por outro lado, o alto percentual de candidatos com escolaridade do DEM pode ser explicado pela origem do partido, vinculada às classes mais favorecidas e profissões liberais como a medicina e o direito, por exemplo. Porém, o porteiro do partido ressaltou que há vontade de uma das lideranças mais importantes do partido na Bahia, o prefeito ACM Neto, em popularizar mais o recrutamento político do DEM e abrir portas para camadas mais populares, como já ditos no quarto capítulo.

Diferente do PT, partido que teve o critério da escolaridade assumido pela direção do partido e confirmado na lista final, o PRB, apesar do nível de instrução ter sido citado pelo

porteiro entrevistado, apresentou o mais baixo percentual de candidatos com nível de escolaridade mais elevado e o maior com índice de selecionados com apenas ensino fundamental. Uma explicação possível pode ser a estreita relação do partido com a IURD e seu recrutamento junto a pastores dessas igrejas e suas origens populares.

Esse fato corrobora as pesquisas de Rodrigues (2002), que sugerem haver recrutamento político-religioso nas igrejas evangélicas, basicamente nas classes populares ou na classe média baixa. O autor encontrou a maioria de deputados pastores da IURD eleitos com no máximo ensino médio completo, e ainda, parlamentar com registro de candidatura com ensino primário incompleto.

Em suma, mesmo diante dessa exceção do PRB, os dados dos partidos mostram que a escolaridade consiste também em um critério usual para se conseguir um lugar na lista final de candidaturas, e assim facilitar o ingresso na carreira política. Diversos trabalhos de perfis sociais do recrutamento parlamentar vêm chamando atenção pelo elevado grau de instrução, tanto dos candidatos quanto dos eleitos, destacando que os pré-candidatos não selecionados também apresentaram alto nível de escolaridade.

A profissão/ocupação é a variável mais frequente em estudos de recrutamento político e elites políticas. Determinadas profissões acabam privilegiando inícios de carreiras políticas, seja pelo próprio tempo possível a ser disponibilizado para o exercício como também atributos e habilidades que podem facilitar o ingresso nesse mundo. Codato, Costa e Massimo (2014, p.350) apontam que o interesse por essa variável é, “[...] portanto, estratégico em estudos de elites, seja pelo que ela pode revelar sobre os recursos extrapolíticos mobilizáveis pelos agentes, seja pelo que ela diz sobre o mundo político em que estes atuam”.

Os autores acima também discutem as dificuldades encontradas em pesquisas empíricas para classificar e categorizar as diversas profissões encontradas, porque essas podem variar muito, tanto em terminologias quanto em teorias, que acabam sempre criando sua metodologia. Nesta pesquisa, o problema da classificação da profissão/ocupação se tornou real quando se deparou com o universo de 106 denominações de ocupações utilizadas na codificação, realizada pelo TSE, dos candidatos a vereador em Salvador, na eleição de 2016.

Além dessa diversidade de terminologias, a categoria outros apareceu com um percentual relativamente alto de 24%. Desse modo, foi necessário elaborar metodologicamente um caminho, para efeito comparativo, de se chegar às mesmas categorias utilizadas na análise dos dados dos entrevistados. Depois de codificadas e reagrupadas em oito categorias, chegou-se aos dados apresentados na tabela 23.

Tabela 23 – Ocupação dos candidatos a vereador por partido na eleição de 2016 em Salvador

Partido	Assalariado	Servidor Público	Professores /Magistério	Profissionais Liberais	Trabalhador Autônomo	Empresários	Políticos	Outro	Total
PT	1	2	6	2	3	1	4	8	27
DEM	5	3	2	7	3	7	5	9	41
PCdoB	3	4	3	3	1	2	0	5	21
MDB	5	6	4	15	2	8	1	13	54
PSOL	5	2	9	4	5	0	1	23	49
PSDB	11	3	3	12	4	4	2	21	62
PSC	17	12	3	3	3	10	3	14	65
PV	2	3	1	2	0	0	3	5	16
PTN	8	12	3	8	4	11	2	17	65
PSB	8	5	4	7	3	4	1	22	54
PPS	7	2	6	7	1	3	3	7	36
PRB	3	0	0	6	0	6	1	7	23

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Segundo Rodrigues (2009), os principais segmentos profissionais e ocupacionais do recrutamento da classe política são o empresarial, as profissões liberais, o magistério e a alta burocracia pública. Porém, essa pesquisa, assim como a maioria desta literatura, estuda os dados referentes à realidade do Congresso Nacional, ou seja, aos postos mais altos da carreira política. Dessa forma, será necessário sermos parcimoniosos ao olhar para a realidade local em eleições legislativas municipais, ou seja, uma disputa pelos postos mais baixos da carreira política.

Reconhecemos a importância dessas referências, mas a realidade política local pode nos levar a encontrar preponderâncias das profissões/ocupações diferentes das citadas acima. Em trabalho sobre a seleção de candidatos a vereadores, Altmann (2010, p. 137) demonstrou que “[...] a política local comporta ou tende a comportar uma maior diversidade de atividades profissionais”.

Os dados encontrados apontam para algumas singularidades da competição nos municípios. Além da categoria outros, devido à incidência nos dados do TSE, as ocupações que tiveram maiores percentuais foram: os profissionais liberais, os trabalhadores assalariados e, em seguida, os empresários. Depois apareceram a categoria dos servidores públicos, dos professores/magistério, e por fim dos trabalhadores autônomos.

Apesar da grande incidência dos profissionais liberais corroborando com o referido estudo de Rodrigues (2009), essa praticamente teve a mesma proporção dos assalariados. Outra singularidade dos dados é que a categoria outros coloca no cenário das disputas municipais ocupações não remuneradas, como donas de casa e estudantes, geralmente não vinculadas ao mundo da política.

Quanto às diferenças entre as organizações, os partidos DEM, MDB, PSDB apresentaram maiores percentuais com candidatos ocupando a categoria de profissionais liberais. Considerando as suas origens, esperavam-se esses achados, devido aos vínculos construídos no desenvolvimento desses partidos com as elites políticas. Já dentre os candidatos do PT e PSOL, prevaleceram os professores. No PCdoB, apesar dos servidores públicos terem obtido um quantitativo maior, as porcentagens ficaram bem próximas às categorias dos professores e dos profissionais liberais.

No caso do PSB, PSC e PPS, chama atenção a forte presença de trabalhadores assalariados. Os partidos que os empresários, categoria importante no cenário político, mais participaram foram o PTN, PRB e PSC. Por outro lado, no PSOL e PV não foram encontrados candidatos que tivessem sido classificados como empresários. Mesmo aparecendo percentuais maiores em algumas ocupações destacadas, não houve distâncias tão marcantes comparadas àquelas encontradas em estudos de perfis das elites na política nacional ou estadual.

De acordo com os dados analisados, percebe-se que, comparando o perfil daquelas aspirantes não candidatos com os candidatos selecionados, parece que a maior parte das características demográficas (gênero, cor, faixa etária) não afetam muito as chances de um indivíduo ser bem-sucedido na disputa para compor a lista partidária como candidato a vereador.

Os resultados dos perfis apresentados pelos extratos de candidatos e não candidatos e por partido não apresentaram diferenças expressivas. Esse fato dialoga com os dados encontrados, no quarto capítulo, sobre as regras informais adotadas pelos partidos para a seleção de seus futuros representantes. As doze organizações partidárias privilegiaram como critério principal a questão do potencial eleitoral, sendo a representatividade social um requisito importante, analisado no processo de filtragem dos candidatos. Sobre essa relação com o mercado político, Álvares (2008) ressalva:

O partido é movido racionalmente por esse recurso de domínio da democracia eleitoral; e a relação direta entre ele e o/a potencial filiado/a se encontra nesta equação: o/a filiado/a está para o voto assim como o voto está para o aumento do poder político do partido (ÁLVARES, 2008, p. 930).

Oliveira (1997), analisando o pleito de 1992, encontrou diferenças entre os partidos com relação ao recrutamento dos candidatos no que se refere à ideologia. Segundo o autor, nos partidos mais tradicionais de direita como o antigo PFL (atual DEM), MDB, PSC o requisito do potencial eleitoral pareceu ser mais importante do que a identificação ideológica. Outrossim, esta pesquisa não encontrou diferenças entre os partidos quanto ao grau de institucionalização, nem tampouco quanto à ideologia, nas eleições de 2016. Tanto partidos de

direita quanto de esquerda priorizaram o potencial eleitoral como principal filtro da seleção de candidatos. Mesmo reconhecendo que a questão não foi recorte de comparação desta tese, esse dado pode indicar um reflexo da crise ideológica dos partidos apontada por Mair (2013) no primeiro capítulo.

Os resultados apresentados nessa seção mostraram que os partidos, com relação aos procedimentos formais e informais adotados nas seleções não foram identificados como filtros da representatividade das listas quanto ao perfil demográfico dos não candidatos, candidatos e das listas finais. Ou seja, os diferentes processos de escolhas analisados nesta tese não apresentaram diferenças de perfis relevantes. Nesse sentido, esta pesquisa segue na direção apontada por Gallagher (1988), de que os processos seletivos de candidatos a vereador foram mais consequências de outros fatores sociais e políticos no que se refere ao *background* dos selecionados, como por exemplo, a variável gênero analisada na tabela 13, ao demonstrar que as barreiras de acesso não podem ser identificadas diretamente na relação desse grupo social com a instituição partido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar e comparar os processos de seleção de candidatos a vereador, em doze organizações partidárias, nas eleições de 2016 em Salvador, bem como abranger as estratégias eleitorais, as regras formais, as regras informais e a percepção dos candidatos e não candidatos sobre esses processos. Para isso, foram escolhidos os seguintes partidos como unidades de: DEM, PT, MDB, PSDB, PV, PSB, PSOL, PCdoB, PPS, PSC, PRB e PTN. Dessa forma, a tese procurou explicar as diferenças encontradas nos *jardins secretos* das seleções, a partir de indícios de associações com os graus de institucionalizações das organizações, considerando a teoria de Panebianco (2005).

Ao estabelecer um estudo comparativo entre os partidos sobre as seleções a partir das duas fases do recrutamento legislativo (certificação e nomeação), levando especificamente as dimensões da seleção, buscou-se responder à seguinte questão central como consequência desses processos: Os processos partidários de seleção afetam a inclusividade dos perfis de candidatos selecionados e o grau de representatividade demográfica das listas?

A hipótese que norteou este trabalho foi a de que, apesar do sistema eleitoral de lista, os partidos controlaram a seleção de candidatos, por suas estratégias eleitorais e de seus procedimentos próprios e produziram, como consequência, a composição de perfis diferentes em suas listas finais. Entretanto, esta tese mostrou que não foram encontradas diferenças entre o perfil dos candidatos escolhidos e aqueles que não foram contemplados na seleção.

Com isso, se chegou à conclusão de que os partidos controlam a seleção de candidatos, mas não produziram perfis diferentes no recrutamento legislativo municipal. Assim, as organizações partidárias caminharam numa homogeneização dos perfis escolhidos: homens, negros, de maior idade, com ensino superior e profissões liberais. Dos resultados encontrados nos capítulos anteriores, a tese aqui defendida é de que não foi possível atribuir à instituição partidária o papel de afunilamento pelos perfis analisados.

Conforme se observou no primeiro capítulo, foi possível perceber que os partidos podem influenciar a representação de presença, na medida em que reduzem seus filtros seletivos, sejam nas estratégias políticas, sejam nas regras estatutárias ou informais, o que afunilou ainda mais a oferta de vagas para um determinado perfil de candidatos escolhidos. Do ponto de vista da organização, os partidos investigados caminharam mais no sentido da tipologia dos profissionais-eleitorais, pois privilegiaram mais a arena da competição eleitoral do que o papel mais representativo dos partidos, como preconizavam ideologicamente os partidos de massa.

Entretanto, para discutir sobre a representatividade das listas, foi necessário, primeiramente, responder a seguinte questão: como as regras formais e informais dos partidos afetaram o processo de seleção? Os dados do terceiro capítulo indicaram que as regras formais e estatutárias foram neutras com relação à seleção, mas as regras informais conduziram o processo, como foi mostrado no quarto capítulo. Porém, já no segundo capítulo, esperou-se que as estratégias eleitorais, como as coligações, interferissem diretamente na seleção, pois delimitariam a oferta de vagas disponíveis para os aspirantes. Desde logo, pela literatura tanto internacional quanto a nacional, o caráter informal da seleção foi destacado como relevante das seleções pelas decisões tomadas, muitas vezes em portas fechadas, o que justifica o grau da dificuldade em estudar a seleção de candidatos. Por isso, evidenciou-se a necessidade de investigar ainda mais as regras informais para desvendar essas *smoke-filled rooms*, com a percepção dos candidatos e não candidatos sobre as escolhas das listas.

Partindo dos objetivos de pesquisa, os dados do terceiro capítulo responderam às dimensões da seleção, a partir de um desenho institucional comum de que os partidos operam as seleções no município de Salvador. Mesmo parte da literatura, considerando o poder local mais suscetível ao personalismo das organizações, a pesquisa mostrou, no entanto, que os partidos não são instituições frágeis do ponto de vista da autonomia dos processos de seleção, e sim que eles os controlam, condicionados pelas regras formais, isso porque essas regras limitaram a ação dos porteiros na competição eleitoral, contextualizada no segundo capítulo.

Quanto à *inclusividade* dos requisitos para a candidatura, no que se refere à primeira dimensão, os partidos inclusivos foram o DEM, MDB, PSDB, PPS, PSOL, PRB, PCdoB, pois apresentaram poucas restrições adicionais a filiação. Já os partidos PTN, PT, PSB, PV, PSC foram considerados excludentes devido às suas maiores restrições. Com relação a essas regras estatutárias, ainda analisadas no terceiro capítulo, as principais, além da filiação, foram contribuição financeira e despesas de campanha, assinaturas de termos de compromisso, cumprimento das obrigações partidárias e outros, como a exigência de militar na organização.

Na segunda dimensão discutida da seleção, todos os partidos foram considerados inclusivos e localizados no centro do *continuum* da inclusividade do *selectorate* no qual, pelos estatutos, os delegados seriam os selecionadores nas convenções. As informações das regras formais mostraram que os processos foram descentralizados, pois os responsáveis legais foram os órgãos municipais. Dentre as dimensões, a *inclusividade* dos requisitos para a candidatura e do *selectorate* foram as que mais apresentaram diferenças entre os partidos, uma vez que foram confrontadas com os dados das regras informais, no quarto capítulo.

A forma de escolha dos nomes tanto pelas regras formais, vistas no terceiro capítulo, como pelas regras informais, analisadas no quarto capítulo, praticamente não evidenciou alterações entre os doze partidos. Pela ótica das regras institucionais e estatutárias, todos os partidos selecionaram através do voto nas convenções eleitorais, ou melhor, apenas homologaram suas candidaturas nesses espaços reservados pela lei à escolha dos nomes.

No quarto capítulo, a percepção dos candidatos e não candidatos confirmou essa informação, na medida em que a maioria considerou o espaço da convenção meramente formal ou sem importância. Já pelas entrevistas realizadas com os porteiros *dos jardins secretos* de cada organização, a forma de escolha caminhou no sentido inverso. No mundo real, a pesquisa constatou que os candidatos foram indicados pelas elites dirigentes dos partidos, o que levou as organizações serem localizadas no polo da exclusividade do *continuum* entre a elite partidária e o líder único.

Seguindo Braga e Praça (2007), os partidos foram considerados com sendo centralizados, pois não foi encontrada nenhuma interferência direta de órgão nacional. Apenas dirigentes locais, sejam municipais ou estaduais, realizaram os processos de seleção investigados. Esse dado evidenciou, no quarto capítulo, a confirmação da hipótese, de que os partidos são capazes de controlar a seleção a partir de procedimentos próprios.

O sexto capítulo apresentou indícios de associação de dependência entre as regras formais e informais. Partidos que apresentaram seleções mais inclusivas pela análise das regras formais, no terceiro capítulo, também apresentaram critérios informais mais inclusivos, no quarto capítulo, o que nos leva a refletir sobre o peso do vetor institucional no poder de ação dos porteiros nas seleções, vistos no quarto capítulo. Se os estatutos não forneceram grandes explicações para as elaborações das listas, como foi indicado na conclusão do terceiro capítulo, parece que essas regras limitam a ação informal desses estatutos.

O quantitativo de critérios informais de seleção analisados no quarto capítulo também permitiu que os partidos fossem classificados em inclusivos (DEM, MDB, PPS, PSOL, PSDB e PRB) e excludentes (PT, PCdoB, PSB, PV, PTN e PSC), sendo que, dos doze partidos, o PT foi considerado o partido mais excludente. Os principais critérios informais encontrados foram o potencial eleitoral através da representatividade social, lista de assinaturas e ser testado em urnas anteriores, viabilidade material, compromisso político-ideológico, tempo de filiação e outros.

No contexto eleitoral das eleições municipais de 2016, todos os porteiros confirmaram ser o potencial eleitoral como principal característica de um candidato competitivo, como também apresentaram a cota de gênero como uma dificuldade comum para as organizações e

inclusive apontaram como estratégia de burlar a regra institucional inserir nomes fantasmas apenas para cumprir essa exigência.

Comparando com os dados perfis dos candidatos e não candidatos e também das listas finais, analisados no quinto capítulo, os resultados apontaram que o problema do dilema da representação de presença ou demográfica não está diretamente relacionado com a falta de candidatos, o que significa dizer que a seleção de candidatos enquanto função partidária não foi responsável pelos perfis encontrados. Esse dado dialoga com a literatura de Norris e Lovenduski (1995), que defende que o recrutamento legislativo depende da oferta e de outros fatores que fogem ao controle do partido. Isso devido à constatação de que não foram encontradas muito mais mulheres nas listas finais do que o limite legal das cotas de gênero, também não foi constatado de que a demanda de mulheres foi maior entre os não candidatos, o que implicaria em critérios excludentes em suas seleções quanto esse perfil.

Os resultados nos levam a refletir sobre um dilema desconfortável da representação problematizado por Hahat e Razan (2010), literatura norteadora desta tese, e apresentada no primeiro capítulo: como as organizações podem ser inclusivas em suas seleções e ao mesmo tempo serem representativas? Buscou-se, nos capítulos, analisar os diferentes processos de seleções, identificando os partidos como inclusivos ou excludentes, a partir dos achados encontrados, a fim de elucidar também o dilema apresentado

Não se identificou que existiram, nos processos seletivos, procedimentos ou regras formais e informais que induziram o enfrentamento do problema anterior, mas não significa dizer que os processos produziram novos afinamentos, não diretamente. Para Norris (2013), na medida em que os partidos mantêm a distorção, indiretamente contribuem para a manutenção dos perfis.

A hipótese de que organizações mais institucionalizadas produziram seleções mais inclusivas e representativas foi em parte possível de ser verificada. Mesmo sendo confirmado o controle dos porteiros no recrutamento legislativo municipal, o que implicou num caráter mais informal dos processos de seleção, não podemos inferir, pelos dados encontrados, que foram conseqüentemente mais excludentes e menos representativos, pois as organizações apresentaram seleções tanto inclusivas quanto excludentes, a depender dos critérios adotados e das estratégias eleitorais utilizadas.

E, além disso, o caso particular do PV mostrou que um partido pode se apresentar formalmente excludente, mesmo apresentando critérios seletivos até então vistos apenas como regras informais. Nesse sentido, o PV seguiu na contramão das demais organizações estudadas nesta tese, ao normatizar via ficha de candidato critérios como taxa de adesão à

candidatura e comprovação de potencial eleitoral, encontradas nos outros partidos, porém sendo informais. Isso pode nos levar a afirmar que o seu recrutamento se comportou, naquele pleito, mais como uma organização caminhando da informalidade para a burocratização do seu processo de seleção.

O controle dos porteiros nas seleções indica que uma das consequências para a democracia representativa, produzidas pelos processos aqui analisados, foi a falta de participação nos processos decisórios devido à centralização dos processos nas elites partidárias.

A tentativa de explicar as diferenças nos processos de seleções a partir do grau de institucionalização não se confirmou, pois, embora as diferenças entre as instituições fortes (PT, MDB, PSDB, PCdoB, PSB, PSOL, PSC), média (DEM) e fracas (PPS, PV, PRB e PTN), não implicou diretamente na caracterização como inclusiva ou excludente diretamente. Porém, as estratégias eleitorais funcionaram de forma preponderante nos processos, como evidenciado no sexto capítulo. Estratégias como coligação, posição no campo político enquanto situação ou oposição e interferência da eleição majoritária, descritas no segundo capítulo, atuaram de maneira incisiva sobre os resultados das seleções.

A exceção do MDB, PSDB e PSOL, que não apresentaram necessidade de corte de nomes em suas listas de pré-candidatos, e o PSC, que atraiu o maior número de aspirantes, todas as organizações analisadas que optaram pela coligação apresentaram seleções excludentes e partidos que optaram por sair sozinhos, apresentaram seleções inclusivas.

Com relação à centralização dos processos e sua consequência na composição das listas, os resultados da comparação entre os perfis de candidatos e não candidatos, analisados no quinto capítulo, estes não confirmaram a expectativa da hipótese apresentada pela adaptação da literatura de Norris e Lovenduski (1995) no primeiro capítulo. Em termos demográficos de sexo, faixa etária, cor, religião, escolaridade e ocupação, não foram encontradas diferenças expressivas entre aqueles que foram cortados das listas e aqueles candidatos selecionados, nem entre as listas finais dos partidos. Os diferentes processos resultaram nos mesmos perfis de candidatos: homens negros, de idade, cristãos (católicos e evangélicos), com formação em nível superior (incompleto ou completo) e ocupações mais liberais vinculadas a escolaridade.

Em comparação com essas variáveis, em proximidade com o perfil demográfico da população Salvador, conforme evidenciado no quinto capítulo, confirma o perfil elitista das seleções apontados por Hazan e Rahat (2010) e literatura nacional – homens mais velhos, com

nível superior e de profissões liberais. Apenas a variável cor, apresentada pelos candidatos, não candidatos e listas convergem com as características da população soteropolitana.

Se, de um lado, o número significativo de homens e negros entre os candidatos e não candidatos esteve presente, do outro, a carência de candidaturas femininas evidenciou que as barreiras constatadas pela pouca inclusão de mulheres não podem ser explicadas pelos processos de seleções realizados pelas instituições partidárias. No entanto, respostas podem ser encontradas, como aponta a literatura do recrutamento em outras variáveis como as culturais.

Enfim, no que se refere especificamente aos *jardins secretos* das seleções, fica evidente o controle dos porteiros sobre os processos de elaboração das listas, inclusive sobre os recursos partidários para as campanhas, esses foram ajustadas mais pelas estratégias eleitorais e menos pelas regras informais que os mesmos estabeleceram. E, por consequência, compuseram perfis semelhantes, tanto às variáveis populacionais quanto ao perfil competitivo eleitoral, e nos leva a indícios de associações a transformações dos partidos em organizações profissionais-eleitorais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. de.; CARNEIRO, L. P. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, n. 9, p.1, 2003.
- ALTMANN, C. **Política local e seleção de candidatos a vereador**: contribuições a partir do caso de Pelotas em 2010. Dissertação de mestrado. Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, 208 f., 2010.
- ÁLVARES, M. H. T. de. Formação de Elites e Seleção de Candidaturas: o “Jardim Secreto” da Elaboração das Listas Partidárias. ST 16: Elites e Instituições Políticas. Sessão 03: Empresários, candidatos, partidos e democracia, **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 2007.
- _____. **Mulheres na Competição Eleitoral**: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil. Tese de Doutorado, IUPERJ, 2004.
- _____. Recrutamento Político e Seleção de Candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no "jardim secreto". **6 Encontro da ABCP**. Campinas, 2008.
- AMARAL, O. E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n. 2, p. 11-32, maio-agosto, 2013.
- AMES, B. Electoral Strategy Under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, vol. 39, nº 2, pp. 406-433, 1995.
- AMORIM NETO, Octavio. Formação de Gabinetes Ministeriais no Brasil: Coalizão versus Cooptação". **Nova Economia**, nº 4, pp. 9-34, 1994.
- ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.
- _____; BORGES, D. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 69-91, 2013.
- BEST, H.; COTTA, M. Elite Transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations. In: _____. (eds.). **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000**. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries. Oxford, England: Oxford University Press, chapter 1, pp. 1-28, 2000.
- _____. Parliamentary Representatives from Early Democratization to the Age of Consolidated Democracy: National Variations and International Convergence in a Long-term Perspective. In: Best, H. e Cotta, M. (orgs.). **Democratic representations in Europe: diversity, change and convergence**. Oxford: Oxford University Press. p. 1-26, 2007.
- BOLOGNESI, B. **Caminhos para o poder**: a seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil. Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil. Tese de doutorado. 2013.
- _____. **Candidatos e eleitos**: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

_____; PERISSINOTTO, R. M. O uso do survey no estudo do recrutamento político. In: Renato Perissinotto; Adriano Codato. (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, v. 1, p. 33-62, 2015.

BRAGA, M. do S. S.; TAROUÇO, G. As eleições de 2008 em São Paulo e Salvador: o processo de seleção dos candidatos a vereador. **X Congresso Internacional da BRASA**. Brasília: DF, 22 a 24 de julho, 2010.

_____.; BOLOGNESI, B.. Apresentação: dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 7-11, mar. 2013.

_____.; VEIGA, L. F. Eleições 2008: por quem e como são selecionadas as listas partidárias às Câmaras de Vereadores de três capitais brasileiras. Caxambu: XXXIII **Encontro Anual da Anpocs**. Disponível em: < www.anpocs.org.br/portal/component?option=com.../task.../Itemid,85/>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____.; PRAÇA, S. Recrutamento Partidário: Seleção de Candidatos à Câmara Paulistana. In: KINZO, Maria D'Alva e BRAGA, Maria do Socorro. **Eleitores e Representação Partidária no Brasil**. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2007, pp. 139-203.

_____. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

_____. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, vol. 14, no. 02, pp. 454-485, 2008.

BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 24, n. 70. p. 123-142, 2009.

_____. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, 24, p. 70, jun, 2009.

_____. A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 24, n. 70. p. 123-142, 2009.

BRAGA, M. do S.; PIMENTEL JR., Jairo. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. **Cadernos Adenauer XIV**, Nº2, 2013.

BRAGA; BOLOGNESI, B. Dimensões do Processo de Seleção da classe política brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. In:

BRAGA; SILVEIRA, R.; BORGES, T. Organização, território e sistema partidário: difusão territorial da organização partidária e seus impactos sob o sistema partidário no Brasil. **VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Gramado. 2012

BRASIL, IBGE, 2016. **Salvador**. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Código Eleitoral:** Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Constituição federal de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Lei nº 12.288, de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, de 13 de abril de 1995, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

_____. **Lei orgânica dos partidos.** Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CAMPOS, L. A; MACHADO, C. A raça dos (in) eleitos. **Insight inteligência**, out. nov. dez. 2014, p. 60-72, 2014.

_____. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 16, pp.121-151, 2015.

CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo. O voto e a representação política: In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F.H. (orgs.) **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARNEIRO, A. R. **Processo de Seleção de Candidatos ao Cargo de Deputado Federal no Estado do Rio de Janeiro:** Organizando as peças do Quebra-Cabeça. Tese de doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. *Dados*, vol. 51, n. 2, pp. 403-432, 2008.

COSTA, L. D.; CODATO, A.; Massimo, L. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, p. 346-362, 2014.

COSTA. M. J. E. D. Organizações partidárias potencializando carreiras políticas. **Revista de C. Humanas**, Vol. 10, Nº 1, p. 125-133, jan./jun, 2010.

COTTA, M. **Democracia, partidos e elites políticas.** Ensaios. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CZUDNOWSKI, M. Political Recruitment. In: Greenstein, F. e Polsby, N. **Handbook of Political Science.** Micropolitical Theory. V. 2. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

DANTAS NETO, P. F. Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? In: H. Cortez & J.L. Spinelli (orgs.): **Nordeste 2006:** os sentidos do voto. Análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste. Natal, EDUFRRN, 2010.

_____. Salvador: metrópole aquém da autonomia da cidade. **Vera Cidade**. (Salvador. Impresso), v.1, p.81-95, 2012.

DANTAS, Humberto. O workshop no Rio de Janeiro: lições de um exercício. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações partidárias na nova democracia: perfis e tendências**. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Unesp, p. 23-30. 2010.

DAZA, J.D., La institucionalización partidista: una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. **Estudios Políticos**, n. 27, julio-diciembre, pp.103-127. Instituto de Estudios Políticos. Medellín, Colombia, 2005.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar/UNB, 1980.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Câmara dos Deputados: organização interna e processo legislativo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 05. DF: Câmara dos Deputados, 1996.

FLEISHER, D. Thirty years of Legislative Recruitment in Brazil: an analysis of the social backgrounds and career advancement patterns of 1548 federal deputies, 1945-1975. Edinburgh, **10º Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política - IPSA.**, 1976.

FREIDENBERG, F. ¿Qué es la democracia interna? Una propuesta de redefinición conceptual. La democracia en su contexto. Estudios en homenaje a Dieter Nohlen en su septuagésimo aniversario. In: Reynoso Núñez, José e Sánchez de la Barquera y Arroyo, **Herminio**. México, D.F.: Instituto Investigaciones Jurídicas, p. 277-295, 2009.

_____. La democratización de los partidos políticos en la América Latina: entre la ilusión y el desencanto. In: Thompson, J. e Sánchez, F. **Fortalecimiento de los partidos políticos en América Latina: institucionalización, democratización y transparencia**. San José de Costa Rica: IIDH, 2006.

_____. **Selección de Candidatos y Democracia Interna en los Partidos de la América Latina**. Biblioteca de La Reforma Política. n.1, 2003.

_____.; LEVITSKY, St Organización informal de los partidos políticos en América Latina. **Desarrollo Económico**, v. 46, n. 184, p. 539-568, 2007.

_____.; SÁEZ, M. A. (Orgs.). **Selección de candidatos, política partidista e rendimiento democrático**. México: Universidad de Salamanca, 2009.

GALLAGHER, M.; MARSH, M. **Candidate selection in comparative perspective: the secretgarden of politics**. London: Sage Publications, 1988.

GUARNIERI, F. **Partidos, seleção de candidatos e comportamento político**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2004.

HAZAN, R. Candidate Selection. In: Leduc, L.; Niemi, R.; Norris, P. (eds.). **Comparing Democracies**. V. 2. Thousand Oaks: Sage., 2002.

_____. Candidate Selection. In: NIEMI, L. GUNTER, R.; NORRIS, P. **Comparing Democracies**. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 2002.

_____.; RAHAT, G. **Democracy Within Parties**. Candidate selection methods and their political consequences. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____.; RAHAT, G; KATZ, Richard S. Democracy and Political Parties. On the uneasy relationships between participation, competition and representation. **Party Politics**. Vol. 14, n. 06, pp. 663-683, 2008.

KATZ, R. The problem of candidate selection and models of party democracy. **Party Politics**. Vol. 07, n. 03, pp. 277-296, 2001.

_____.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KERBAUY, M. T. M. Legislativo Municipal, Organização Partidária e Coligações Partidárias. Texto apresentado no **XXXII Encontro Nacional da ANPOCS**, GT 21: Estudos Legislativos, Caxambu, 2008.

KINZO, M. D. Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, n. 57, 2005.

_____. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7. Brasília, jan - abril, pp. 349-385, 2012.

KROUWEL, A. Otto Kirchheimer and the Catch-All Party. **West European**, v. 26, p.23-40, 2003.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEOPOLDI, M. A. Carreira Política e Mobilidade Social: o legislativo como meio de ascensão social. **Revista de Ciência Política**, v.7, n.2, p. 32-58, 1973.

_____. **Estado e Representação de interesse no Brasil**: um estudo sobre o legislativo brasileiro e os representantes políticos na Guanabara. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1977.

LOPEZ, F. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba. n.22, jun., 2004.

MACHADO, A. A Lógica das coligações no Brasil In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Unesp, 2005.

_____. Coligações eleitorais minimamente vitoriosas no presidencialismo: realidade ou ficção? O caso do Brasil In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações partidárias na nova democracia: perfis e tendências**. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Unesp, 2010.

_____. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade.** Rio de Janeiro: Campus, 2012.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. R. (eds.). **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America.** Stanford: Stanford University Press, 1995.

_____, O'DONNELL, G. e VENEZUELA, S. J. (eds.) **Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Analise Social**, v. XXXVIII, n. 167, 2003.

MARENCO, A. (Org.). **Os Eleitos: Representação e carreiras políticas em democracias.** Porto Alegre: UFRGS. 2013.

_____. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições? **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 65, p. 5-26, 2008.

MARQUES, J. E. D. C. Na Busca dos Novos Líderes: Compreendendo o Surgimento de Candidatos à Disputa Política pela Ótica do Neo-Institucionalismo da Escolha Racional. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano I, ed.1, 2007.

MICHELS, R. 1982. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: UNB.

MOREIRA, M. T. 1967. A renovação dos quadros políticos na Guanabara. **Revista de Ciência Política**, V.1, n. 1, p. 25-41.

NICOLAU, J. M. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 4, p.689-720, 2006.

_____; SCHIMITT, R.. Sistema eleitoral e sistema partidário. Lua Nova, **Revista de Cultura e Política**, n. 36, p. 127-147, 1995.

NORRIS, P. **Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies.** Cambridge University Press, 1997.

_____.; LOVENDUSKI, J. **Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____.; **Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **Building Political Parties: Reforming Legal Regulations and Internal Rules.** International idea, 2004.

_____. RECRUTAMENTO POLÍTICO. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013.

NUNES, E. O. 1978. **Legislativo, Política e Recrutamento de elites no Brasil.** Dados, n.17, p. 68-83.

_____. Quem representa o carioca? **Dados**, n.16, p. 28-45, 1977.

- OLIVEIRA, C. L. P. **A luta por um lugar: gênero, raça e classe.** Salvador, 1997.
- PANEBIANCO, A. (2005) **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEIXOTO, V. de M. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações partidárias na nova democracia: perfis e tendências.** Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Unesp, 2010.
- PEREIRA, Carla Galvão. O jogo entre elites e instituições: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 237-255, Maio/Ago, 2017.
- PERES, P. S. Revisitando a teoria geral dos partidos de Maurice Duverger. BIB. ANPOCS. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 68, 2. sem., p. 17-58, 2009.
- PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. O Recrutamento Político no PT e PFL Paranaenses nas Eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Mediações**. Vol. 14, n. 01, p. 143-169, 2009.
- _____.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados** 5,2(2), p. 301-333, 2009.
- PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, v.9, n.1., 2001.
- PITTA, N. A. M.; ARRUDA, J. M. **Composição Sociológica da Assembleia Legislativa do estado da Guanabara.** Revista de Direito Público e Ciência Política. vol. 9, n. 3, p 65-81, 1966.
- RAHAT, G. Candidate Selection: The choice before the choice. In: **Journal of Democracy**. Vol. 18, n. I, January, 2007.
- _____.; HAZAN, R. Y. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. **Party Politics**, vol. 7, n. 3, p. 297-322, 2001.
- RANDALL, V.; SVÅSAND, L. Party institutionalization in new democracies. **Party Politics**, v. 8, n. 1, p. 5-29, 2002.
- RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados.** São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. **Mudanças na Classe Política.** São Paulo: Publifolha, 2006.
- ROEDER, K. M.; BOLOGNESI, B.; CASTRO, C. G.. Seleção de candidatos e poder local: estrutura e personalismo nas eleições de 2016 em Curitiba. Grupo de Investigación de Partidos y Sistemas de Partidos en América Latina. **9 Congresso Latinoamericano de Ciência Política**, Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP) Montevideu, 26 a 28 de julho 2017.

ROSE, R.; MACKIE, Thomas. Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In: LAWSON, K. & MERKL, P. (eds.), **When Parties Fail**. Princeton: Princeton University Press. 1988

SAMUELS, D. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. In: Siavelis, P. e Morgenstern, S. **Pathways to Power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State Univeristy, 2008.

SANTOS, A. M. Nas fronteiras do campo político: raposas e “outsiders” no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 12, n. 33, p. 87-101, fev., 1997.

_____. **Os Eleitos**. Representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, L. R. S. dos. **As Relações entre Executivo e Legislativo em Pelotas (1988-1998)**. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SCHMITT, R. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Unesp, 2005.

_____. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. 133f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Iuperj, Rio de Janeiro, 1999.

SCHMITTER, P. C. **Interest Conflict and Political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio: Zahar, 1984.

SIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis. In: Freidenberg, F. e Saez, M. A. **Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático**. D.F. México: Tribunal Electoral del Distrito Federal, 2009.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.04, 2010.

YOUNG, I. M. Representação Política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, pp. 139-190, 2006.

ANEXOS

**ANEXO A – PESQUISA: RECRUTAMENTO LEGISLATIVO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS/
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016**

“Responsável: Waneska Cunha dos Anjos

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto

ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA GATEKEEPERS

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO

1. Data da entrevista: ____/____/____
2. Local da entrevista: _____
3. Nome completo: _____
4. Idade: _____ 5. Estado Civil: _____
6. Naturalidade _____ 7. UF: _____
8. Cor/Etnia: _____ 9. Religião: _____
10. Nível escolaridade: _____ 11. Profissão: _____

BLOCO 2 – TRAJETÓRIA POLÍTICA E PROFISSIONAL

12. Partido/Legenda: _____ 13. Tempo de filiação: _____
14. Cargo/Função atual: _____ 15. Tempo ocupação cargo atual: _____
16. Filiação em outro partido: () Sim () Não.
17. Qual(is) partido(s) respectivamente? _____
18. Tempo de filiação nos partidos anteriores: _____
19. Atualmente, qual o tempo médio (em horas) o Sr(a) reserva para o desempenho da atividade política por semana?
20. O tempo médio semanal dedicado à atividade política já foi maior que o atual? _____
21. Se sim, em qual contexto/ocasião? _____
22. Quais outras atividades profissionais e pessoais concorrem com o tempo que o Sr. dedica à atividade política?
23. Por favor, discorra um pouco sobre a sua trajetória política (*candidaturas em eleições; cargos eletivos ocupados; tempo de permanência em cada cargo eletivo; cargos não eletivos ocupados no partido ou em repartições públicas; tempo de ocupação nesses cargos*)
24. Em sua trajetória política, qual foi/é a relação estabelecida com movimentos sociais? (*quais os movimentos mais próximos; exerceu cargo em entidade de representação de classe profissional ou estudantil; qual(is) e por quanto tempo*)

BLOCO 3 – DIRETRIZES DE RECRUTAMENTO & SELEÇÃO

25. Qual o atual número/quantidade de filiados no partido?
 - a. Em qual região do estado da Bahia ele possui maior número de filiados?
 - b. Em quais bairros/região da cidade de Salvador ele possui maior número de filiados?
26. O Sr(a) poderia identificar quais os locais, espaços políticos e sociais, são fontes importantes de recrutamento de filiados para o partido?
27. Por favor, indique quais os principais critérios, ou pré-requisitos, são adotados para filiação no partido? (contribuição financeira, engajamento a político/social, curso de formação política)?
 - a. Como é formalizada a filiação dos membros do partido? (formulário de cadastro)
28. O(a) Sr(a). poderia falar um pouco sobre o perfil dos filiados no partido? (origem, sexo, cor, ocupação)
29. O(a) Sr(a). poderia falar um pouco sobre como se dá o processo de seleção de candidatos a cargos eletivos no partido?
 - a. Perfil do recrutado para candidatura (endógeno / lateral)
 - b. Critérios de “prioridade” a certo tipo/perfil de candidato para o Legislativo municipal
 - c. Estratégias de seleção são padronizadas ou variam conforme a composição dos governos, da oposição, dos demais partidos, do eleitorado etc...
 - d. Grau de controle do partido sobre o processo de seleção (indicação prévia candidato)
 - e. Formas de escolha do candidato (votação/indicação)
30. Por favor, indique se há critérios **formais** adotados pelo partido na seleção de candidatos.
 - a. Quais seriam...(Existe inscrição de pré-candidatos? \ficha de inscrição)
 - b. Como são formalizados/em quais documentos constam.
 - c. Existe uma lista formal? É possível ter acesso a ela?
31. Por ordem de importância, por favor indique quais destes elementos interferem sobre o processo de escolha dos candidatos à vereador no partido
 - a. Trajetória no partido/fidelidade partidária
 - b. Reeleição
 - c. Experiência em cargos não eletivos
 - d. Expectativa de votos/base eleitoral
 - e. Recursos próprios para custear a campanha
 - f. Vinculação com lideranças do partido
 - g. Vínculo com empresariado
 - h. Vínculo com movimentos sociais
 - i. Vínculo com igrejas ou religiões

32. Em sua opinião, quais as características de um candidato(a) competitivo à Câmara dos Vereadores?
- Quais características tornam um candidato “pouco competitivo”? (religião, sexo, cor, renda, inserção social, inexperiência, ocupação/indisponibilidade de tempo...)
33. Como essas regras formais/informais do partido afetam de alguma forma a seleção de eventuais interessados em lançar candidatura ao cargo de vereador?
- Casos de “não aceitação” de candidaturas no partido
 - Cenários e condições de ocorrência destes casos de “impedimento” ou “desestímulo”

BLOCO 4 – PERFIS DOS DECISORES & ELEMENTOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA LISTA

34. Quem são as pessoas responsáveis pela seleção dos candidatos no partido?
35. Qual o perfil de quem ocupa um lugar de tal natureza?
36. O Sr(a) saberia apontar as principais dificuldades enfrentadas na “tarefa” de seleção de candidatos à Câmara de Vereadores no partido?
37. A respeito da lista partidária, discorra um pouco sobre como se dá o processo de elaboração da lista neste partido.
- Qual tempo, em média, é necessário para sua composição
 - Mecanismos/canais utilizados
 - Reuniões/encontros com pré-candidatos são realizados
 - Participação de membros do partido na decisão/avaliação final da lista
38. O Sr(a) poderia discorrer sobre os fatores ou razões para o não preenchimento do limite máximo de candidaturas nas listas, fenômeno comum a muitos partidos?
- Tal situação ocorre no partido
 - Acredita se tratar de uma estratégia deliberada do(s) partido(s) ao analisar cada cenário eleitoral
 - Acredita decorrer de questões financeiras
 - Acredita decorrer de regras internas do partido
39. Como as regras do partido (Estatuto/Regimento) afetam de alguma forma a definição da lista de candidatura ao Legislativo municipal?
40. Como as regras do sistema político interferem sobre a forma como o partido define suas listas?
- Cotas
 - Coligações

- c. Financiamento de campanha
41. Quais estratégias o partido adota para cumprir a regra de cotas para candidatas mulheres?
- a. Dificuldades encontradas no recrutamento...
42. A respeito da lista partidária, que etapas já foram cumpridas até o momento?
- a. Surgiram problemas?
 - b. Em que ponto de encontra o processo de seleção?
 - c. Que passos serão ainda dados até a elaboração final da lista?
 - d. Quais apoios internos a pré candidatos já se pode identificar?
 - e. Percepções do entrevistado acerca desse processo instituído

BLOCO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PARTIDO ÀS CANDIDATURAS

43. Quais tipos de recursos o seu partido disponibiliza para apoiar às campanhas ao Legislativo municipal?
- a. Tempo de tv
 - b. Recursos financeiros
 - c. Material de campanha/gráfico
 - d. Apoio político (casadinha)
44. Qual influência a existência destes recursos exerce na definição da lista do partido?
- a. Quantidade e perfil dos candidatos
 - b. Coligação
45. Como são utilizados e distribuídos estes recursos entre os candidatos selecionados para competição eleitoral?
- a. Há critérios específicos e formais determinados
 - b. Critérios informais determinantes
 - c. Quem define a distribuição dos recursos
 - d. Prioridade de candidaturas “fortes”
46. Como um eventual acesso desigual aos recursos/suporte do partido impacta as candidaturas?
- a. Perfil dos candidatos mais impactados pela distribuição desigual ou insuficiente de recursos de campanha

BLOCO 6 – CONJUNTURA ELEITORAL DE 2016

47. O Sr(a) poderia discorrer sobre a política eleitoral do partido em 2016?
- a. Executivo – prefeitura (indicações de nomes/possíveis coligações)

- b. Percepções sobre a conjuntura eleitoral de 2016
- c. Dados sobre pré candidatos
- d. Expectativa quanto ao número de candidatos que o partido apresentará
- e. Expectativa quanto a número de eleitos
- f. Política de alianças para a eleição majoritária
- g. Política para a proporcional(lista própria ou coligação?) Por que?

Obrigada pela disponibilidade em colaborar com a pesquisa!

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA AOS CANDIDATOS E NÃO CANDIDATOS

PESQUISA: RECRUTAMENTO LEGISLATIVO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS/ ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

Responsável: Waneska Cunha dos Anjos

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto

QUESTIONÁRIO N° _____ (Candidatos e Não Candidatos)

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO: perfil e representação

5. Data da entrevista: ____/____/____
6. Local da entrevista: _____
7. Nome completo(opcional) _____
4. Sexo (anotar sem perguntar):
- 0- () Masculino 1- () Feminino
5. Estado civil:
- 1- () Solteiro(a) 4- () Divorciado(a)/ Separado(a)
- 2- () Casado(a) 5- () Viúvo
- 3- () União estável 6- () Outros: Qual? _____
6. Tem filhos?
- 0- () Não (Se não, vá para a questão 9)
- 1- () Sim.
7. Se sim, quantos? _____
8. Qual a idade de cada um dos seus filhos?
- 8.1Filho 1 _____ 8.2 Filho 2 _____ 8.3 Outros? _____
9. Qual é a sua Idade: _____
10. Naturalidade _____ 9.1. UF: _____
11. Bairro onde mora: _____
12. Cor/Etnia: _____ 13. Religião _____
14. Nível escolaridade:
- 14.1 () Ensino fundamental incompleto. 14.5() Ensino superior incompleto.
- 14.2() Ensino fundamental completo. 14.6() Ensino superior completo.
- 14.3() Ensino médio incompleto. 14.7() Mestrado ou doutorado.
- 14.4 () Ensino médio completo. 14.8() Analfabeto 14.9 () Lê e escreve
15. Profissão: _____
16. Qual é a renda bruta mensal da sua família? (Base - Salário Mínimo atual é R\$ 880,00).
- 16.1 () Até 1 salário mínimo.
- 16.2 () De 01 a 03 salários mínimos (aproximadamente até R\$ 3.000).
- 16.3() De 03 a 06 salários mínimos (aproximadamente até R\$ 5.300).
- 16.4 () De 06 a 10 salários mínimos (aproximadamente até R\$ 8.000).
- 16.5 () Mais de 10 salários mínimos.

BLOCO 2 – TRAJETÓRIA POLÍTICA E PROFISSIONAL

17. Partido/Legenda

- | | | |
|--------------|-------------|-------------|
| 1- () PT | 5- () PSDB | 9- () PV |
| 2- () PSOL | 6- () PPS | 10- () PSC |
| 3- () DEM | 7- () PMDB | 11- () PSB |
| 4- () PCdoB | 8- () PTN | 12- () PRB |

18. Tempo de filiação: _____ (aproximadamente)

19. O(a) Sr(a) já foi filiado em outro partido:

0- () Não. (Se não, vá para a questão 22)

1- () Sim.

20. Qual(is) partido(s), respectivamente?

20.1 Partido 1 _____

20.2 Partido 2 _____

21. Por quanto tempo o(a) Sr(a) esteve filiado em cada um dos partidos citados?

21.1 Partido 1 _____

21.2 Partido 2 _____

22. Quais outras atividades profissionais e pessoais concorrem com o tempo que o Sr. Dedicar à atividade política?

22.1 Atividade 1 _____

22.2 Atividade 2 _____

23. Sobre a sua trajetória política, gostaria de saber se o(a) Sr(a) já:

	Sim	Não	Qual(is)	Função/cargo
23.1 Foi vereador antes de Salvador?				
23.2 Concorreu em outras eleições?				
23.3 Ocupou cargo político antes?				
23.4 Vínculos com organizações/movimentos sociais.				
23.5 Participou de Associações de Bairros?				
23.6 Outras (não perguntar)				

BLOCO 3 – DIRETRIZES DE RECRUTAMENTO & SELEÇÃO

24. O(A) Sr(a) teve a sua candidatura a vereador de Salvador aprovada para as eleições de 2016?

0- () Não

1- () Sim. **(Vá para a questão 26)**

25. Se não. Na sua opinião, qual é o principal motivo pelo qual a sua candidatura não foi aprovada?

26. Se sim. Na sua opinião, qual é o principal motivo pelo qual a sua candidatura foi aceita?

27. Como se deu a sua decisão de tentar uma candidatura a vereador nesse partido?

- 1 () O partido o convidou diretamente;
- 2 () O partido convidou através de convocação ou campanha
- 3 () Por indicação, sugestão ou incentivo de movimentos sociais/ associação de bairro ou de classe/ sindicato; Qual instituição? _____
- 4 () Por indicação, sugestão ou incentivo da família
- 5 () Por indicação, sugestão ou incentivo de amigos e/ou colegas de trabalho;
- 6 () Interesse pessoal pelo partido e/ou sua ideologia
- 7 () Interesse pessoal pelas chances de eleição que o partido proporciona.
- 8 () Outro: Qual? _____

28 De maneira geral, como o seu partido seleciona os candidatos para apresentar a convenção?

	SIM	NÃO
28.1 Por indicação de grupos ou tendências internas no partido (através de eleições ou cotas de representação)		
28.2 Por indicação dos dirigentes do partido		
28.3 Por indicação do presidente ou um determinado líder partidário		
28.4 Por indicação de parlamentar do partido		
28.5 Por indicação de movimentos sociais/sindicatos/pessoas influentes no partido ou grupos que o partido se relaciona		
28.6 Por votos de delegados e/ou representantes eleitos do partido		
28.7 Por votos de lideranças e/ou Executiva do partido		
28.8 Outra. Qual?		

29 Na sua opinião, qual o papel principal da convenção do seu partido no período das eleições:

- 1 () momento legal de oficialização e apresentação da lista de candidatos do partido.
- 2 () momento de disputa interna e tomadas de decisões para escolher os nomes da lista de candidatos.

3 () não tem importância, apenas uma obrigação legal, porque a lista de candidatos é definida antes.

30 Numa escala de intensidade de 1(discordo plenamente) a 10(concordo plenamente), você achou que a forma de seleção de candidatos do seu partido:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
30.1 É condizente aos objetivos do Partido?										
30.2 É eficiente para ganhar a eleição?										
30.3 É justa com concorrentes que pretendem se candidatar?										
30.4 É democrática?										
30.5 É transparente?										
30.6 É burocrática(adota regras formais e etapas)?										
30.7 Permite a participação (acolhe a opinião) dos filiados?										
30.8 São abertos e claros a todos os filiados e pré-candidatos?										
30.9 Apoia e busca promover a candidatura de mulheres?										
30.10 Apoia e busca promover a candidatura de setores diferentes da sociedade?										
30.11 Apoia e busca promover a candidatura de pessoas de etnias diferentes (negros, indígenas)?										

31 Na sua opinião, quais são os espaços políticos e sociais que o seu partido realiza o recrutamento de filiados de forma prioritária: (Múltiplas respostas)

- 1- () Movimentos Sociais
 - 2- () Sindicatos
 - 3- () Famílias de tradicionais políticos
 - 4- () Categorias profissionais (como profissionais da saúde, professores, motoristas, etc)
 - 5- () Mídia tradicional (propaganda de Jornal, Rádio, TV)
 - 6- () Internet e redes sociais
 - 7- () Igrejas e eventos religiosos
 - 8- () Associações de bairros
 - 9- () Outros.
- Qual(is): _____

32 Quais foram os pré-requisitos e critérios exigidos para a sua candidatura no seu partido?

33 Na sua opinião, quais destes elementos interferem sobre o processo de escolha dos candidatos à vereador no partido :

	SIM	NÃO
1 Trajetória no partido/fidelidade partidária		
2 Tratamento prioritário para quem disputa reeleição		
3 Experiência política em cargos não eletivos		
4 Expectativa de votos/base eleitoral		
5 Recursos próprios para custear a campanha		
6 Vinculação com lideranças do partido		
7 Vínculo com empresariado		
8 Vínculo com movimentos sociais/associações de bairro		
9 Vínculo com igrejas ou religiões		
10 As regras formais do partido		
11 Decisões tomadas na convenção do partido		

Agora, por favor, em ordem de importância, as três opções que mais interferem:

1ª [] 2ª [] 3ª []

34. O Sr(a) acredita que o seu partido tenha alguma dificuldade em selecionar os candidatos à Câmara de Vereadores?

0- () Não (Vá para a questão 36)

1- () Sim.

35. Se sim, saberia apontar as principais dificuldades enfrentadas na "tarefa" de seleção de candidatos à Câmara de Vereadores no partido?

1- _____

2- _____

BLOCO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PARTIDO ÀS CANDIDATURAS

36. Caso tenha sido candidato, você acha que competiu em condições de igualdade no seu partido?

0- () Não. 1- () Sim (Vá para a questão 38)

37. Se não, porque?

38. Quais tipos de recursos o seu partido disponibiliza para apoiar às campanhas ao Legislativo municipal?

	Sim	Não
38.1 Tempo de TV		
38.2 Recursos financeiros		
38.3 Material de campanha/gráfico		
38.4 Apoio político (casadinha)		
38.5 Outro(s): Quais:		

39. Qual impacto esses recursos teve (ou teriam) na sua campanha?

- 1- () Completo (é todo recurso do qual eu disponho)
- 2- () Grande (tenho outros recursos, mas o que vem do partido corresponde a maior parte)
- 3- () Pequeno (tenho muitos outros recursos e o que vem do partido corresponde a menor parte da minha campanha)
- 4- () Mínimo (sem os meus próprios recursos a minha candidatura não ocorreria).

40. Como são utilizados e distribuídos estes recursos entre os candidatos selecionados para competição eleitoral?

- 1- () Há critérios claros, específicos e formais determinados.
- 2- () Os critérios são escolhidos por dirigentes do partido e não são divulgados.
- 3- () Os critérios não são claros.

41. O(A) Sr(a) acredita que os recursos do partido são distribuídos de forma justa entre os candidatos do seu partido?

- 0- () Não 1- () Sim.

42. Sobre o tempo de TV no Horário Eleitoral Gratuito, como o seu partido distribui entre os candidatos a vereador?

- 1 () O tempo é dividido igualmente.
- 2 () A maioria dos candidatos a vereador recebem o mesmo tempo, mas os candidatos com mais chances ganham um tempo maior.
- 3 () Não é distribuído igualmente.
- 4 () Muitos candidatos a vereador ficam de fora do programa.

BLOCO 5 – IDENTIDADE IDEOLÓGICA

43. Sabendo das posições ideológicas que as pessoas usualmente assumem e tendo em vista uma escala de 1 a 9, onde 1 é a extrema esquerda e, 9 é a extrema direita, o senhor poderia me dizer em que posição se situa o seu partido?

1	2	3	4	5	6	7	8	9
---	---	---	---	---	---	---	---	---

44. E o(a) senhor (a), sabendo das posições ideológicas que as pessoas usualmente assumem possui alguma posição ideológica:

1- () Sim 2- () Não

45. Se sim, tendo em vista uma escala de 1 a 9, onde 1 é a extrema esquerda e, 9 é a extrema direita em que posição se situa?

1	2	3	4	5	6	7	8	9
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Obrigada pela disponibilidade em colaborar com a pesquisa!